

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRECTORES: Paes de Andrade, Klinger, Goes Monteiro e T. A. Araripe  
SECRETARIO: H. Castello Branco — GERENTE: Alexandre Chaves

ANNO XVIII

Brasil — Rio de Janeiro, Dezembro de 1930

Ns. 202, 203 e 204

Edição de 84 paginas

## SUMMARIO

### EDITORIAL

#### DEZESETE ANNOS

*Retrospecto — Avante! — Programmas* ..... 1

### COLLABORAÇÃO

Ideas e Cobiça — Cel. Bertholdo Klinger.....	15
A organização geral da nação para a guerra — Cap. T. A. Araripe.....	21
A industria mineral e a defesa da nação — Engenheiro Lui: Flores de Moraes Rego.....	23
D. Sebastião Leme — V. B. S.....	26
As manobras de Guaratiba — Dr. Baptista Pereira.....	27
Historico do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo — Cap. José Faustino Filho.....	28
Episódios da vida do 1.º Regimento de Artilharia — Gen. João Borges Fortes.....	29
A instrução dos quadros — Cel. Pedro Cavalcante.....	43
A remodelação do Exército — Cap. Mário Travassos.....	44
O R. I. S. G. 1930 — Cel. Bertholdo Klinger.....	47
O encerramento dos cursos da E. E. M. — Cel. Baudouin.....	59
Artilharia Divisionaria (Trad.) Cap. Adhemar C. Matto.....	60
Travessias de Cursos d'agua (Trad.) Cap. Decio Escobar.....	68
A questão da adaptação das especialidades na infantaria — 2.º Ten. Alcyr d'Avila Mello .....	72
Os atiões de combate e seu armamento — Cap. Carlos Brasil.....	75
Carros de Combate — 1.º Ten. João de Deus Meuna Barret.....	77

### SUGGESTÕES

As Escolas das armas — Da Redacção .....	53
Missão Militar Franceza — Da Redacção .....	54
Transferencias de Officiaes — Da Redacção .....	56
Burocracia — Da Redacção .....	57
Films táticos — 1º Ten. Nilo Guerreiro .....	58

### SUBSIDIOS PARA A RESERVA

Questões de exame — Infantaria .....	80
--------------------------------------	----

### DA REDACÇÃO

O Problema dos quadros .....	41
Exército e Marinha .....	42
Aos nossos leitores .....	46
Bibliographia .....	83

# A Defesa Nacional

## GRUPO MANTENEDOR

*Paes de Andrade, Bertholdo Klinger, Góes Monteiro e T. A. Araripe (Directores); Humberto Castello Branco (Secretario); Alexandre J. Chaves (Gerente); Muniz Barreto (Rep. naval); Frederico Duarte (Rep. civil); Pedro Cavalcante, Emilio L. Esteves, Benicio da Silva, Ajalmar Mascarenhas, Ivo Borges, Mario Travassos, Bina Machado, A. J. Bellagamba, R. Daantan Teixeira, Lamartine, G. Cordeiro de Faria, José Faustino, A. Sevilha, Theophilo Arruda, Baptista Gonçalves, A. Ancora e Admar Cruz.*

## Regras para a correspondencia

Afim de facilitar o serviço da Geren-  
cia e permitir maior rapidez nas respostas,  
pedimos aos Srs. Representantes e aos as-  
signantes a observância das seguintes re-  
gras:

- 1º — Toda correspondencia, salvo a relativa á collaboração, deve ser enviada ao Gerente — sem especificação do nome deste;
- 2º — Desde que numa mesma occasião tenha o interessado que tratar de assunto correspondente á venda de livros e á revista propriamente dita, deverá utilizar-se de folhas de papel

differentes, afim de permitir ao Ge-  
rente a distribuição dos assumptos  
simultaneamente ao Bibliothecario e  
ao Thesoureiro ou Expedidor;

- 3º — Até a nova instalação da séde da Revista, toda correspondencia deverá ser dirigida exclusivamente para a Caixa Postal 1602.

As regras acima não constituem uma exigência descabida; permitem apenas maior rapidez na solução das questões que se apresentarem, satisfazendo aos interesses dos nossos assignantes.

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRECTORES : Paes de Andrade, Klinger, Goes Monteiro e T. A. Araripe  
SECRETARIO: H. Castello Branco -- GERENTE: Alexandre Chaves

ANNO XVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1930

Ns. 202, 203 e 204

## EDITORIAL

## D e z e s e t e a n n o s

### Retrospecto. -- Avante ! -- Programmas.

#### I. - RETROSPECTO

Para a nossa revista, de finalidade bem definida, e onde os esforços têm sido sempre congregados em prol do engrandecimento e da maxima efficiencia das forças armadas do paiz, a passagem dum anniversario tem significação digna de registro. Relembra a oportunidade para aquilatar-se de sua utilidade pelas obras com que assignalou o caminho percorrido durante o anno que se findou.

Nessa rememoração não ha espirito de vaidade ou falta de modestia, mas apenas justo sentimento de responsabilidade que, em face dos objectivos estabelecidos pelas gerações que aquinos precederam, nos força a severo exame de consciencia capaz de afastar o receio de não havermos correspondido á delegação imposta.

Felizmente, estamos convencidos de que nenhum deslize havemos commettido na obediencia á orientação elevada da revista, na sinceridade e na tolerancia com que apreciamos os factos da vida das classes armadas, na salvaguarda dos interesses collectivos, na preocupação desinteressada de facilitar a tarefa dos camaradas, servindo de vehiculo ás idéas uteis, no decoro indispensavel á classe, e no respeito intransigente ao principio da disciplina — o elemento primordial da vida das classes armadas.

Quando se compulsam os nossos editorias e notas, tem-se que reconhecer essa alliance intima entre o dever de ser sincero, de ser verdadeiro, na apreciação de nossas deficiencias e de nossas necessidades, e a convivencia de ser tolerante, para com o meio ou mesmo para com os responsaveis, directos ou indirectos, pelos erros ou falhas assignaladas. Não ha ahí incoherencia. Ao contrario, o processo é usado intencionalmente. Para nós, estamos certos, mais vale explorar as vias luminosas que levam ao triumpho, estimulados e alentados pelo acicote da esperança. O habito de descobrir e de revolver chagas, erros e fraquezas do meio e de nós mesmos, enerva, causa o desanimo e arrasta-nos ao

scepticismo estéril, sem que consigamos determinar os remedios convenientes.

Ahi se encontra a razão de nossa tolerancia.

No trato das varias questões que temos aventado e das causas aqui defendidas não tem sobrado logar para interesses individuaes, por mais justos que sejam, nem envolvemos pessoas de quaisquer categorias.

No afan de auxiliar o desenvolvimento do nosso sistema militar, de indicar os pontos onde se torna necessário modificar os processos e de lembrar novas creações e novos moldes de proceder, a Revista tem-se imposto e deve, assim, ser vista como orgão profundamente impessoal, tanto pelas fontes productoras das idéas, como pela natureza e alcance dessas mesmas idéas.

Outro aspecto de nossa actividade, que queremos accentuar, é o desenvolvimento dado á tarefa de diffundir as idéas e os trabalhos principalmente de natureza technica, para polos á mão de todos os camaradas, maximé os das guarnições distantes. Isso serve para demonstrar o intuito firme de a revista ser útil, pugnando por todos os meios para o progresso profissional da classe.

Desse modo e de acordo com as nossas minguadas possibilidades, tem a "Defesa Nacional", assumido caracter mais pratico de actuação.

Onde, porém, a nossa acção se tem revelado com segura intransigencia é na pregação em prol do respeito reflectido ao princípio da disciplina.

Não nos esqueçamos de que, hoje mais do que hontem, as classes armadas, para viverem integras, deverão buscar sólido apoio no cumprimento do dever profissional, na cohesão affectiva e disciplinada de todos os seus membros e no prestigio que possuem na nação, graças ao reflexo de seu modo de proceder.

Ligeira resenha dos principaes assumtos debatidos nas paginas dos doze ultimos numeros de nossa revista servirá para entremostrar a nossa actuação, sempre na brecha, atacando as necessidades mais palpitanes da defesa nacional.

Estão neste rol o estudo systematico que emprehendemos sobre o entendimento verdadeiro a dar ao problema da defesa nacional; a seriação logica em que decompuzemos o problema; e a tarefa de que se deve incumbir o commando supremo na obtenção do magno desideratum.

Não cansámos de accentuar a importancia e a necessidade inadiavel que representa para nós o funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional.

"Sem o funcionamento effectivo do Conselho, sem o encaminhamento centralizado e coordenado estudo das cousas, visando o intercambio obrigatorio de idéas, informações, desejos, tendencias e necessidades, confessámos não poder comprehendendo hoje em dia como possa nascer, ou ser adoptada — correspondendo verdadeiramente ás necessidades da situação geral — uma organização completa relativa ás forças armadas, seus serviços e requisitos, e como possa bem funcionar a engrenagem a serviço do problema da guerra".

Ao mesmo tempo, procurámos accentuar a separação conveniente nas attribuições dos orgãos auxiliares desse commando superior e principalmente entre a acção administrativa, orientadora e fiscalizadora dos ministros e a acção creadora e prenadora dos Estados Maiores.

Decorre dahi naturalmente a necessidade de reorganizar o alto commando, de augmentar e solidificar a efficiencia e o prestigio desses Estados Maiores, impulsionando e estimulando-lhes os esforços, ansiando-lhes as suggestões e decisões, seleccionando-lhes os quadros.

Por isso temos insistido, como medida de primeira monta, no provimento dos Estados Maiores das Grandes Unidades, de modo a permitir-lhes que se entreguem ardorosamente ao desempenho de todas as incumbencias que delles se esperam.

Dentro da mesma ordem de idéas, martelámos pelo aperfeiçoamento da instrucción dos quadros, pela execução integral da lei do ensino e pelo maior aproveitamento da capacidade da Missão Militar Franceza.

Para nós, o problema dos quadros, em seu recrutamento, formação, aperfeiçoamento e selecção, constitue o elemento capital, o alicerce de nossa organização militar.

Em quanto as escolas não forem capazes de produzir todos os beneficios que delas se esperam, serão improficias as melhorias tentadas em qualquer outra parte do problema militar. Por isso, temos sempre aconselhado que se concentre o maximo esforço na reforma das escolas e principalmente da Escola Militar, onde a carencia de recursos materiaes tem cerceado o progresso dos methodos de ensino e a execução plena do trabalho nos moldes impostos pelos novos re-

gulamentos. Lembrámos mesmo a conveniencia de serem feitas economias em outras partes do problema, em proveito das escolas, que compensariam áquelle os sacrificios, com a maior aptidão e preparo dos executores das medidas a serem postas ulteriormente em prática nos outros orgãos da machine militar.

Temos alimentado a campanha em prol da criação de uma Escola Militar modelo em local apropriado e com apparelhamento capaz de satisfazer a todas as exigencias do ensino moderno. Apontámos o exemplo da West-Point norte americana e o argentino, como uteis aos estudos que deverão ser empreendidos para estabelecer o projecto dessa Escola Militar modelo.

Não temos esmorecido na campanha iniciada ha dezesseste annos em prol da nova Lei de promoções, porque acreditamos piamente que "é impossivel relegar para segundo plano esta necessidade vital do Exercito, cuja instrução e disciplina dependem, em parte, dos processos de promoção.

Os quadros do Exercito têm, inegavelmente, urgencia em serem formados segundo uma legislação nova, que com justiça e carácter essencialmente militar regule o accesso pelos postos da hierarchia".

Outro problema, em que tem sido vultuosa a nossa contribuição é o do recrutamento do pessoal. O estudo da Lei do Serviço Militar, do alistamento e do sorteio e da preparação das reservas tem se accumulado incessantemente nas nossas paginas. A consideração das idéas aqui estampadas, certamente muito auxiliará a revisão do R. S. M., tão desejada pelo Exercito. Recordámos que, neste assumpto, "é indispensável que haja completa approximação, concordância perfeita e amparo continuo entre as leis e organizações civis e militares".

Temo-nos preocupado seriamente com a educação e instrução da tropa. As nossas sugestões e as idéas que divulgámos têm sido de grande utilidade aos camaradas que mourejam nas casernas e felizmente de lá nos tem vindo incentivo crescente á nossa orientação.

Vários outros problemas, tales como o da aquisição do material, o das industrias militares, o da mobilização nacional, etc. têm sido abordados aqui, com maior ou menor insistencia, sempre no desejo de não deixar cahir no olvido esses problemas, também essenciais á efficiencia das classes armadas.

Desse modo, vimos contribuindo paciente e modestamente para as reformas do organismo militar e para a conservação de tudo o que temos de bom.

Nessa campanha temo-nos empenhado com amor ao trabalho, com a fé de optimistas conscientes e com a coragem dos sinceros.

Desses tres factores ha de surgir, mais cedo ou mais tarde, uma organização militar forte, disciplinada e cohesa, a cuja sombra se talhará um Brasil prospero e respeitado.

**III--AVANTE :**

A vida das Nações se caracteriza por phases bem distintas. Entre nós podem elles ser determinadas com grande precisão; a Republica entra, com a que agora se inicia, na sua segunda phase, na qual anhelamos um radiante e promissor futuro de perfeita confraternização nacional, de trabalho intenso e honesto, de onde advirá certamente um real progresso.

"A Defesa Nacional", orgão das classes armadas, se conserva, como sempre, na primeira linha, ao lado dos que defendem a honra e desejam o bem estar da Patria.

O Exercito, cooperador principal, ininterrupto e abnegado dos grandes movimentos nacionaes, vê feliz e finalmente restabelecida a concordia no seio da familia brasileira.

"A Defesa Nacional", ao lado do Exercito, está como este ansiosa para contribuir com todo o esforço de que é capaz e cooperar com aquelles que fizeram vibrar a alma nacional pelo ideal altamente patriotico do reerguimento da nossa nacionalidade.

O robusto movimento que se generalizou por todo o paiz, em prol do advento de uma nova era superiormente orientada para o bem da Patria, culminou na victoria militar da revolução.

Para os espiritos bem formados, os factos consummados não devem ser susceptiveis de discussão; tudo faz crer, portanto, que veremos em curto prazo realizada, de maneira positiva e in-

soñíssimavel, a pratica dos sãos principios da moralidade e da justiça, como tambem do respeito á liberdade, trazendo em consequencia a vitalização do nosso querido Brasil, afim de colocal-o no lugar que merece entre as nações civilizadas.

O primeiro objectivo da revolução está plenamente attingido; com os corações ardendo em pura fé, prosigamos pois: agora é trabalhar, nesta phase de reconstrucção, na qual se faz mistér a cooperação de todos os bons brasileiros, confraternizados e completamente esquecidos dos maus sonhos dos dias passados.

Com um tal esforço de conjunto, tenaz e altruisticamente orientado, os ideaes da nossa raça tornar-se-ão em evidente realidade, mostrando aos contemporaneos que ella é bem capaz de grandes emprehendimentos e digna de viver na privilegiada porção do mundo que lhe coube por sorte.

As forças armadas representam o barometro da nacionalidade; neste momento singular da nossa vida, a alma do soldado vibra por um ideal de paz e de progresso permanente e em inteira harmonia com a do povo brasileiro.

Avante! pois, a prosseguir com um novo alento na róta do destino, olhos fitos na Patria, para que ella seja cada vez mais "forte para ser bôa, armada para ser justa, e rica para ser generosa". Avante!

**III--PROGRAMMAS**

- a) Programma-synthese do actual governo.
- b) Decorrente desenvolvimento possível.
- c) Plano de accão de primeira urgencia.

**a) PROGRAMMA SYNTHESE DO ACTUAL GOVERNO.**

Si é tão certa quanto velha a lei inexorável que nenhuma actividade, por elementar que seja, pôde ser eficiente si não obedecer a um plano, mais certa e mais inexorável ella é quando se trata da actividade complexa dum dos vastos domínios da existencia nacional.

Assim no que entende com a defesa nacional.

Esta consideração é espontaneamente lembrada na conjunctura actual, em que com a epheméride, para nós intima, domestica, dum inicio de novo anno de trabalho desta Revista, coincide o facto de significação nacional da mudança de governo do paiz.

Impõe-se, assim, como ponto de partida para qualquer cogitação de plano de accão, ou de nossa collaboração, na nossa seára da defesa nacional, o progsamma-synthese que constitui parte integrante do programma de governo do Dr. Getulio Vargas, publicado quando de sua

apresentação como candidato á suprema governação da Republica. Eis-o:

"O instincto de conservação e defesa aguçase nos povos á medida que se intensifica o seu desenvolvimento material."

A accumulação de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de James Bryce, a propósito dos Estados Unidos.

Só as nações pobres são imprevidentes; só não se preocupam da sua segurança os paizes que economicamente pouco têm que perder.

E' uma lei historica inelutável, que dispensa exemplificação. Não se explica, por isso mesmo, o nosso descaso no tocante ás forças armadas, já que é incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil.

.....  
O surto industrial só será logico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das machinas que nos são indispensaveis.

Dahi a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do **problema siderurgico**.

Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige; é tambem a propria segurança nacional, que não deve ficar á mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

Devemos cogitar de pôr as instituições militares á altura da sua immensa responsabilidade harmonizando-as com o crescimento da fortuna publica e privada, de que ellas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que desse modo ainda mais se enraizará, é um factor imprescindivel ao enrijamento da consciencia cívica e do espirito de nacionalidade.

O **sorteio militar**, como o praticamos, foi um grande passo nesse sentido, porém ainda deixa muito a desejar. Será opportuno reformar a lei do serviço obrigatorio para aperfeiçoal-a no sentido de se dar inteira solução ao problema da conscrição militar. Attingida a maioridade, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma caderneta a qual terá fé publica e servirá de prova de identidade da pessoa e de título de eleitor.

A **cidadania será**, assim, **uma consequencia do serviço militar**, á maneira do que acontece nouros paizes.

Um dos maiores males de que soffre o nosso exercito é o regime dos **corpos sem effectivos**, reduzidissimos. Tal regime é prejudicial á instrução da tropa além de enfraquecer o organismo das unidades e portanto a sua efficiencia.

Na medida dos recursos do erario deve-se prover o exercito do **material** que lhe é indispensavel, **sobretudo** do que se refere á **artilharia e a aviação**.

Parallelamente não devemos poupar esforços para desenvolver entre nós a **industria militar**, com o aperfeiçoamento dos arsenaes e fabricas existentes. Libertando-nos tanto quanto possível dos mercados do exterior, na compra do material bellico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistencia militar e deixaremos de drenar para fóra do paiz o ouro que taes aquisições agora nos exigem.

A rigorosa justiça nos **accessos de posto** e nas commissões, contribuirá, com a dotação dos imprescindiveis recursos technicos, para estimular a officialidade nas suas justas aspirações e no exercicio dos seus arduos deveres.

Actualmente falta ao exercito uma lei que regule as promoções, garantindo direitos e definindo o merecimento de modo que cada official tenha conhecimento do seu numero na relação geral para os accessos.

Julgo tambem de salutar effeito o **rodizio** dos officiaes por alguns Estados importantes do ponto de vista militar, o que lhes permitirá obter conhecimento exacto das condições geraes do paiz; a valorização dos serviços dentro dos regimentos tomando-se em conta as localidades

onde aquartalarem; a construcção de casas para residencias nas guarnições longinquas, etc.

Carece de modificación a **justiça militar** e este é um ponto de inoccultavel delicadeza, tão profundamente interessante elle a disciplina da tropa.

Se o quadro que nos offerece o exercito está longe de ser satisfactorio, menos ainda o é da **Marinha de Guerra**, privada, como se acha, mais do que aquelle, de efficiente apparelhagem material.

**A nossa esquadra** é quasi um anachronismo, tão afastada se encontra ella das condições actuaes da technica naval, em materia de armamentos e unidades de combate.

Não é passivel de discussão ou duvida a necessidade de aquisição de novos navios.

Não menor é, tambem, a conveniencia de iniciarmos a fabricação, quer de munições quer de vasos de guerra, embora de pequena tonelagem, como cruzadores ligeiros, contra-torpedeiros, etc.

Presentemente seria infantil esperar tudo isto da capacidade dos nossos estaleiros e arsenaes. Devemos começar pela remodelação e ampliação desses estabelecimentos.

Convém organizar desde logo um **programma naval**, a que os governos devem ir dando paulatinamente execução dentro dos recursos disponiveis. Reconstituiremos assim methodicamente a nossa esquadra.

Desprezada a observação das linhas devidamente prefixadas deste programma, nada mais faremos do que perder tempo e dinheiro, em iniciativas oscillantes e contradictorias ao sabor das administrações que se succedem sem espirito de continuidade.

Hoje em dia os nossos vasos de guerra não se movimentam ou por falta de verba para o custeio das viagens de exercícios ou porque não satisfazem aos requisitos de franca e segura navegabilidade. Essa é, sem subterfugios ou inuteis euphemismos, a situação da Marinha de Guerra do Brasil.

A officialidade adquire nas escolas conhecimentos que não pode applicar por falta de material.

Burocratiza-se, deste modo, aos poucos, perdendo o estímulo e gosto pela profissão.

Além da ausencia de apparelhagem material, resente-se ainda a esquadra da deficiencia das suas leis e regulamentos sobretudo no tocante a promoções e rejuvenescimento dos quadros, etc.

Nenhum brasileiro poderá deixar de reconhecer que urge reagir contra essas deploraveis condições.

Tudo quanto a Nação realizar para tornar efficients as suas forças terrestres e marítimas encontrará nessa mesma efficiencia a melhor compensação.

O papel do Exercito e da Armada em todos os acontecimentos culminantes da nossa Historia tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes armadas. O credito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradouro. Ellas foram invariavelmente guardas da Lei, defenso-

ras do Direito e da Justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais á função de simples automatos, como instrumento de pressão e de tyrannia, a serviço dos dominadores occasionaes. Dahi as surdas e abertas hostilidades que contra elles teem sido desfechadas; dahi a situaçao material a que se acham reduzidas.

**Mas por isso mesmo tambem é tempo de a Nação, afinal, num movimento de irreprimível justiça corrigir as desconfiaças e preterições que sobre elles pesam absurdas e clamorosamente.**

### b) DECORRENTE DESENVOLVIMENTO POSSIVEL DUM PROGRAMMA DE TRABALHO NA DEFESA NACIONAL.

Assim como a synthese precedente não faz mais que referir os pontos capitais de orientação de conjunto, a que o novo governo pretende obedecer em sua actividade no domínio da defesa nacional, tambem o decorrente desenvolvimento possivel, a que para realiza-la os órgãos competentes hão de se abalancar, não pôde ser versado na integra em um simples artigo editorial de revista, por mais vastos e elevados que sejam seus meios e seus objectivos.

E, inda que tal fosse possivel, não seria de immediata utilidade. O que convém traçar e deve servir de base á obra, através do tempo e do espaço, é um esboço completo dos pontos caracteristicos, da figura a construir, em cada um desses pontos os traços essenciais, typicos, isto é, as idéas dominantes a respeito da matéria a que elles se refiram.

Tal esboço deve deixar logar para um ajustamento harmonico dum plano de acção de primeira urgencia, o qual permitta ir trabalhando imediatamente, sem vacilação e sem risco de desvio, com o que existe, e que não pôde ficar como está, sobretudo não pôde ficar parado á espera de que se ultime a obra de folego representada pelo programma total, completo.

Comecemos, pois, pe'o esboço deste.

Dissemos, faz exactamente um anno, em nosso editorial de Dezembro de 1929, que **O PROBLEMA CAPITAL E' O DA DEFESA NACIONAL**, que "se desdobra na multiplicidade de todos os problemas fundamentaes, desde os da alphabetização do povo, da sua educação cívica e moral, da eugenia e desenvolvimento phisico, até os mais complexos de ordem civil e de defesa militar propriamente dita".

Buscamos nesta rememoração um meio de menor esforço, breye, para dizer que, muito embora querendo, consoante a alcada desta revista, cingir-nos puramente aos problemas militares, cumpre não esquecer que elles não são substantivos, não constituem um fim em si mesmo, nada mais são que um meio de satisfazer a necessidade existencial da nacionalidade.

Importa, portanto, de inicio, haja um orgão subsidiario da governação do paiz, ao qual incumba vigiar pela estreita e incessante connexão dos emprehendimentos de defesa militar com os de todas as mais actividades nacionaes: é o **CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**.

Não faz muito, ainda em Julho ultimo, escrevemos em editorial: "Vêm de ha mais de um decenio o appello, a aspiração e os rogos por esse instituto... os beneficios que delle se es-

peram têm sido largamente discutidos e apregoados por quasi todos os ocupantes da pasta da guerra de 1919 a esta parte, bem como por esta revista, em repetições ininterruptas; a pregação, felizmente, de suas vantagens calou fundo no espirito do governo, que se abalancou ao grande passo do decreto de sua creaçao em 29 de novembro de 1927.

O entendimento que se emprega ás funcções deste orgão é, portanto, demasiadamente conhecido...

Podemos concatenar essas funcões em quatro grupos principaes: a coordenadora, a impulsora, a educativa e a conservadora...

... a gestação do Conselho tem sido demasiado longa: mais de dez annos para passar do domínio dos projectos ao de uma decisão" e já tres annos á espera duma realização.

Os beneficios que se esperam e que se julgam indispensaveis á boa solução do nosso problema da defesa nacional integral reclamam que não mais se protéle essa realização, mas devidamente cercada dos requisitos que promettam a efficiencia sonhada, que evitem a desmoralização duma actuação inicial canhestra.

A cogitação deste orgão, por assim dizer superior, exterior ao Ministerio da Guerra — que aliás na pratica e por sua organização tem tido a acção restrictiva de Ministerio do Exercito — segue-se, já agora dentro desse Ministerio, a questão da **ORGANIZAÇÃO DO ALTO COMANDO**.

Antes de fixarmos propriamente as vistas sobre este ponto, para respeitar a ordem hierarquica dos órgãos, deixemos aqui uma referencia a um problema incidental que merece reflexão. E' o da possibilidade de serem os actuais Ministerios da Guerra e da Marinha reunidos ou connectados, e mais bem articulados: reunidos num **MINISTERIO unico da DEFESA ARMADA NACIONAL**; articulados em **TRES SUB-SECRETARIAS DE ESTADO** — do EXERCITO, da MARINHA, da AERONAUTICA. a superintenderem o respectivo problema unico nos tres meios distintos, isto é, em terra, no mar e no ar.

Fechado esse parenthessis voltemos aonde ímos.

O Ministro da Guerra, ou **MINISTRO DO EXERCITO**, ou Sub secretario de Estado dos Negocios do Exercito é, no domínio destes negocios do Estado, o supremo delegado do Chefe do Governo Nacional. E não pôde deixar de ser. Mas, pela actual organização, as funcões que lhe são imputadas são demasiado complexas, a experiençia de todo o nosso passado põe em evidencia que ficam infinitamente acima das possibilidades realizadoras de um homem.

Quando o Ministro é militar, as funcões propriamente de commando, é natural, lhe merecem maiores atenções, em detrimento das cogitações mais altas, mais geraes; e quando o Ministro é civil — solução aventureira, absolutamente inadaptavel á referida organização em vigor (ver sobre esta matéria o nosso n. 71/72 de Agosto de 1919, pag. 383) — a sua inevitável interferencia em funcões de commando é chocante para a disciplina, para o prestigio dos chefes militares, que não são cometos no Exercito, como

o ministro civil; chocante porque forçosamente elle obedece a injuncções ou informações não officiaes, por elle colhidas de quem bem entenda, inclusive portanto de patentes menos graduadas que as dos chefes organicos.

Embora o Ministro, militar ou civil, tome a intelligente iniciativa de articular suas atribuições, descentraliza-las, para se desafogar e para estimular os collaboradores organicos, elle sente-se tolhido nesse expediente e, afinal, a sua producção real no Ministerio soffre, como sem discrepancia os factos o atestam.

A exemplo, além disso, do que se faz no Ministerio da Marinha com a existencia dum commandante da Esquadra dever-se-ia crear um commandante do Exercito, talvez com a designação, em tempo de paz, de **INSPECTOR GERAL DO EXERCITO**. Não precisamos olhar muito longe para encontrarmos em outras nações zelosas de sua defesa nacional semelhante solução: adoptam-n'a o CHILE e a ARGENTINA.

O Inspector Geral do Exercito, directamente subordinado ao Ministro da Guerra, terá plena delegação permanente deste, como mais alto orgão do commando, em tudo que entenda com a organização do exercito, sua instrução e disciplina, sua mobilização, isto é, em geral tudo que se relacione com a preparação do exercito para a guerra.

Todas os repartições, serviços e tropas ficarão em dependencia directa: a) para com o Ministro, em tudo que se relacione com a administração geral e superior; b) para com o Inspector Geral, em tudo que se relacione com a referida delegação.

A bem dizer esta creaçao está quasi feita, pois o que falta é quasi nada para corôar os passos que o Sr. Ministro já deu, primeiro reunindo os dois Grupos de Regiões que existiam, e continuam a existir, sob um commando unico, e depois tornando esse commando directamente subordinado ao M. G.

Não se extinguirão as actuaes **INSPECTORIAS DE GRUPOS DE REGIÕES**; devidamente remodeladas em suas atribuições e em sua distribuição, tudo no sentido da efficiencia e significação practica, elles serão o embryo dos Commandos de Grandes Unidades do primeiro escalão superior ás Divisões. A redistribuição que parece espontânea seria em tres Grupos naturaes: o do Sul (3<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> Regiões: Rio Grande, S. Catharina e Paraná); o do Centro (S. Paulo, Matto-Grosso, Goyaz, Minas, Rio de Janeiro, D. F. e E. Santo) e o do Norte (6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Regiões).

Feita a referencia á solução chilena e argentina, convém notarmos que não parece mereçam imitação as **Inspectories de Armas**, que já tivemos. A regulamentação unitaria pelo orgão competente assegura a unidade fundamental da respectiva doutrina e dos methodos; a fiscalização ou inspecção se fará em 1º escalão pelos commandantes das Infantarias Divisionarias, Artilharias Divisionarias, Inspector da Artilharia de Costa, **COMMANDANTE DA CAVALLARIA** (a crear para o conjunto da Cavallaria chamada Independente), etc. Outra condenação forte ás Inspectórias de Armas é que elles não teriam função natural em caso de guerra.

Os altos problemas que acabamos de referir são já positivamente do dominio duma chave ge-

ral, a **REMODELADA DO EXERCITO**. A ella applica-se inteira a reflexão que já expenemos, em outras palavras, segundo a qual importa "seriar as questões": Plano geral de conjunto e plano de realizações de primeira urgencia. O essencial é que não páre a machina, a pretexto de esperar que sejam gizados os planos salvadores, remodeladores. Ao abrigo das realizações de primeira urgencia, impreveríveis, ganha-se calma no ambiente para proseguir na elaboração dos objectivos ulteriores.

Para todas estas elaborações nos assalta uma pergunta: quem ha de fazê-las?

E' geral entre nós uma susceptibilidade doentia, verdadeira fraqueza mental, decorrente do não entendimento de que as discriminações de órgãos e funções nada mais são que um recurso de boa ordem, de fixação de responsabilidades e estímulo á criação de competencias.

Surge uma questão, exemplifiquemos, de material bellico, a Directoria respectiva está sobrecarregada, as commissões constituidas por officiaes de seu quadro estão com multiplas tarefas; não obstante não se pôde nomear outra commissão de officiaes não pertencentes á D. M. B. E' delles o privilegio do estudo de questões de material bellico; quem não é do seu minguado quadro não pôde entender disso. Entretanto, amanhã dá-se uma vaga nesse quadro; sem nenhuma preparação vai occupa-la um desses ignorantes em material bellico que enchião o Exercito: o nomeado, escolhido ou escalado, passa, exabrupto, a ser um especialista em material bellico... Assim em tudo mais.

Os problemas multiplos da remodelação incidem quasi todos na seara do **ESTADO MAIOR DO EXERCITO**: como vae elle dar vencimento a tanto trabalho? ha organização, ha quadro que possa prevêr e comportar semelhante affluxo? A solução é harmonizar com a alta função do orgão a sua capacidade material: soccorrel-o com commissões de officiaes competentes, quer do E. M. E., quer não pertencentes a elle.

A par dessa elasticidade que deve em toda situação excepcional, como a desta hora, ser aplicada ao E. M. E., como a todas as mais repartições, estabelecimentos e serviços, cumpre assegurar a todas maiores faculdades de resolução, vulgo **AUTONOMIA**, e consequentemente a plena responsabilidade inherente a quem quer que tome resoluções. Só assim serão todos esses orgãos estimulados, dignificados, e mais que todos o mais alto delles: a organização — cooperação será uma realidade. Só assim poderá o Ministro ser devéras Ministro.

As **GRANDES UNIDADES** permanentes, as O. I. (divisões de infantaria), ninguem mais tem duvida, precisam ser remodeladas. Existe porém a duvida sobre os novos moldes a escolher: D. E. (divisões de exercito) alliviadas, **ORDEM TERNARIA NA INFANTARIA**, ou Brigadas Mixtas, ou Combinadas, a exemplo das nossas Brigadas Estratégicas que precederam a organização divisionaria, e a exemplo do Chile de hoje? Por ora é assegurar uma transição sem choque, levar em conta o que temos, e que não ponha novas dificuldades á transformação final que venha a ser adoptada. Sobretudo não reincidir no ridículo da condenação radical de soluções que não sahiram do papel e de substitui-las

por outras, por sua vez condenadas, de nascença, a essa mesma sorte.

Já foram extintas as brigadas; nomejam-se agora os **COMMANDANTES DE INFANTARIA DIVISIONARIA**, e estude-se com mais vagar a transformação da artilharia, porque esta se complica com a dos próprios corpos e natureza de seu armamento; crie-se um **CMT. DE C.**; reduzam-se as **DIVISÕES A TRES R. I.**, ou seu equivalente em Btl. de Caçadores.

Este ultimo recurso, principalmente, será de multiplas vantagens. Em 1º plano a de inverter o receio de que a transformação, talvez a mais de anno em ensaio, por não querer extinguir grandes unidades que tirhamos **no papel**, ia dar logar a que o BRASIL, augmentando em consequencia o numero dessas unidades, ia aparecer aos vizinhos e ao mundo em geral como armamentista. Fazendo como apontamos, extinguindo alguns R. I. ou B. C., que de facto não existem, fazendo pequenas melhoras de distribuição, sem abandonar quartéis existentes, nem querer alugar "andorinhas", fiado em desmontabilidades nominaes, conservam-se as mesmas Divisões existentes e reduz-se o effectivo delas; o BRASIL dará mostras publicas de pacifismo, de desarmamentismo.

Connexo ao problema da remodelação do Exercito em sua estrutura e distribuição, avulta das Polícias do D. F. e dos Estados, ou **FORÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS**, quasi todas tornadas Forças Auxiliares do Exercito, a maior parte sem efficiencia, grande numero porém com a tendencia, a finalidade, a expressão real de verdadeiros exercitos de pequenas nações, dentro da propria nação.

Requer estudo, para eventual correccão e subsequente applicação a outros Estados, a solução radical, subitanea, simplista, que acaba de ser adoptada no PARA: a extincção da Força Publica.

Ha, porém, casos bem conhecidos, citemos apenas os do **Rio Grande do Sul**, de **S. Paulo**, de **Minas** e do **D. F.**, onde semelhante solução seria, digamos curto, absurda.

E' certo que essa instituição prevista na Constituição Federal está desvirtuada; ella foi, nos citados casos, tomando um desenvolvimento, como o que tomou, por uma série de razões de politica local e geral, que perfeitamente explicam o seu "**Werdegang**", a trajectoria rigida de seu crescimento anatomico e physiologico.

Impõe-se estudar um meio adequado para que se attenda á necessidade visada pela Magna Carta, ora denunciada, e ao mesmo passo se respeite a necessidade de evitar uma duplicidade, uma rivalidade, uma superfetação.

Dado o facto consummado, o estudo deve ser conduzido, em mutuo entendimento entre a Federação e os Estados, para que os pequenos exercitos estadoaes, sem dano aos direitos dos seus quadros, sejam absorvidos no exercito federal, tanto quanto não possam ser transformados em polícia civil — federal, estadoal e municipal.

E, onde a solução é mais facil, onde está nas mãos unicamente do Governo Federal, é na Policia Militar do D. F. e no seu Corpo de Bombeiros; uma e outra bem naturalmente absorvíveis pelas forças de infantaria, cavalaria

ou sapadores da guarnição local do exercito federal.

Esta ultima referencia e as que já antes ficaram feitas chamam á tala a questao das unidades de tropa das diferentes armas. A plataforma presidencial aborda a nossa chaga chronicada dos **CORPOS (OU SUB-UNIDADES) SEM EFEITIVOS**; tanto basta para que a esse respeito fiquemos tranquillos, que o tratamento vira. Auxiliará o tratamento a reducção immediata das D. I. quaternarias em D. E. ternarias: sem augmento de efectivo total no exercito, o dividendo, reduzido o numero de corpos, o divisor, ha de tocar a cada um delles maior quociente.

Mas nao bastam os efectivos em instruidos, a massa fluctuante, movel, que o exercito haure na massa da população nacional, e deve elaborar em tempo minimo e em seguida reverter no seio da mesma, em successivos contingentes de reservistas deveras mobilizaveis. Indispensavel é o apparelhamento para que essa elaboração seja eficiente: **QUADROS**, isto é, instructores e aprendizes de commando, **MATERIAL** e **REMONTA**.

Quanto a estes dois ultimos pontos, especialmente no que diz com o material, sobretudo o de artilharia e o de aviação, que mereceram especial menção na plataforma presidencial, podemos reportar-nos á transcrição e comentario que a propósito do orçamento da guerra fizemos no nosso numero de Julho ultimo.

**"SEM MATERIAL O EXERCITO (MUTATIS MUTANDIS, A MARINHA) POR MAIS QUE A NAÇÃO DESPENDA COM O SEU PESSOAL, POR MAIS NUMEROSE E PATRIOTICO QUE ESTE SEJA, JAMAIS PODERA' TER COMPETENCIA, NEM EFFICIENCIA, NÃO PASSARA' DE MERO AJUNTAMENTO INERME — INOFFENSIVO E INDEFESO".**

"Não ha um esforço em materia de armamento propriamente dito, não dizemos já no sentido de um augmento da nossa parca dotação, mas naquelle outro, que seria dictame de mais elementar solicitude para com a Nação, no sentido de renovarmos o armamento existente, muito notadamente o de tudo quanto é artilharia".

"E' publico e notório, talvez mais sabido no estrangeiro de que no proprio paiz, que a pouca artilharia que o BRASIL possue ainda está enormemente desmerecida, seja pela alta percentagem de depréciacao fatalmente causada pelo tempo de existencia e pelo uso, seja pelo retardio da parte que ainda se acha em bom estado, retardio aggravado pela excepcional acceleracao dos progressos technicos, tão desesperada, vertiginosamente impulsionados pela grande guerra mundial".

"Tal qual succede quanto aos navios na nossa marinha de guerra, o labor insano do pessoal do exercito, o incessante desvelo extremado pela conservação do material, pôde-se dizer que o exercito brasileiro está desarmado de artilharia, excepção apenas de algumas baterias modernas de montanha".

... "Não é necessario munir-se a gente de qualquer especialização de conhecimentos militares, de tactica ou de estratégia, para comprehender o papel ridiculo, mais que tragico, de um

exercito armado de canhões que não podem alcançar senão a 6 Km., a pretender medir-se com outro que tenha canhões com o alcance de 10 Km.; aquelle infeliz será submersido de balasios muito antes de poder atingir uma posição de onde o adversario lhe fique ao alcance do braço, de onde possa revidar e pelejar condignamente.

**"SERIA INSANIA QUERER DE CHOFRE ENCHER TODO O VASIO DEIXADO CRESCER EM DECENIOS DE DESCUIDANCA.** mesmo porque a receita inteira da Republica não supportaria tal loucura. Mas o que o patriotismo equilibrado, real, está a nos impôr é que seja assentado o plano de conjunto do nosso provimento de artilharia, com a competente escala de urgencia e graduação na execução, relegando-se para etapas finaes do esforço a ampliação do que no papel está figurando como existencia do pé de paz, e que não percamos mais tempo para concretizar em um impulso inicial a urgentissima renovação do nosso material de guerra em serviço e, si possível, a aquisição de especimenes que ainda não possuimos".

Para a execução deste plano de conjunto de aquisição de material intervêm a questão das fontes dessa aquisição, isto é, dos possíveis fornecedores. A nossa **INDUSTRIA MILITAR**, e mesmo a civil, suscetivel de adaptação a mistérios de fabricação útil ás forças armadas, é simplesmente embryonaria.

Para as mais importantes aquisições de primeira urgencia, não temos que vacilar: o menor dos males é continuarmos a appellar para o fornecedor estrangeiro. Porém, para o provimento total ulterior e manutenção das provisões, seria impatriotico, leviano, não encararmos o aparelhamento da industria nacional.

Aqui aproveitaremos palavras do Dr. Cincinato BRAGA, extraídas de um longo estudo de sua lavra, dado a lume no "Jornal do Commercio", de 23 de novembro ultimo.

O autor não é um estranho nas nossas páginas: no nº 73, Setembro de 1919, aqui commentámos um seu parecer de relator do orçamento do Ministerio da Agricultura, especialmente quanto ás suas adeantadas idéas sobre pratica industrial no paiz. Diz S. Ex.:

"Com relação á produção desses artigos, não podemos estar adstritos de modo absoluto á boa regra geral, de que se deve preferir comprar mercadorias no mercado em que ellas custem menor preço. As questões attinentes á defesa armada da Patria escapam a esse criterio.

Entrando na guerra européia, os Estados Unidos precisaram de muito material de guerra, que não possuiam manufacturado. Verificou-se que, fabricado no paiz, esse material custaria ao Thesouro em média 40 % mais caro, do que comprado do exterior. O governo dos Estados Unidos preferiu pagar mais caro o artigo de produção nacional. E fundamentou sua decisão em duas poderosas razões: a primeira é que a defesa nacional ganha com o adestrar-se o paiz para essa produção permanente; a segunda é que a economia nacional ganharia, já com o dar-se a ganhar aos trabalhadores nacionaes, já com evitar-se a saída de ouro para as compras no exterior.

Aliás, no BRASIL, a diferença de preços não poderá chegar a 40 % a maior para a nossa

produção, porque temos optimas matérias primas e não temos tanta urgencia quanto a tinham os Estados Unidos, naquella hora tragica, para a montagem das usinas e fabricação dos productos. Sem duvida, aos nossos officiaes militares, será preciso um periodo de noviciado technico. Mas, será questão de pouco tempo.

E' certo que essas usinas não poderão fabricar sempre artigos militares exclusivamente. Nem de tantos precisamos. Mas poderão fabricar, não só autocaminhões e tractores para toda a lavoura do paiz, como também todos os rudimentares instrumentos para lavra de nossas terras, tales como arados, foices, enxadões, enxadas, etc."

"Bastará que as usinas militares fabriquem apenas os motores a explosão e os accessórios de automoveis, para que prestem inestimaveis serviços ao BRASIL. As proprias carroserias podem ser executadas pelas industrias nacionaes, em geral, que já as fabricam razoavelmente.

A importancia que tem para o BRASIL a alludida fabricação pôde ser constatada á luz dos algarismos de nossas importações".

Segue-se um mappa que mostra a importação de automoveis, de passageiros e de carga, anno por anno, de 1922 a 1929, num total de 245.482 automoveis e caminhões. E assinala o autor que isto é uma ninharia para nós: A ARGENTINA os possue em numero de 800.000, com a terça parte da nossa área territorial e a quarta parte da nossa população.

"Breve havemos de chegar a um milhão desses carros" e só na aquisição delles teremos deixado escoar para o estrangeiro o nosso ouro, num total de quatro milhões e meio de contos de réis.

Quando se fala em **MATERIAL** para o exercito, tem-se em mente a idéa mais restricta de machinas de guerra, isto é, armamento de toda especie e munição; com uma primeira reflexão, amplia-se a idéa, como acabamos de fazê-lo nas precedentes considerações, para abranger os vehiculos especiaes, motorizados, de terra e do ar; mas a noção total de material para o exercito comprehende ainda o que se chama **EQUIPAMENTO**, do homem, do cavalo e das viaturas; **ARREAMENTO**, de sella, de carga e de tiro; **MATERIAL DE ACAMPAMENTO** e **FARDAMENTO**: tudo outras tantas seáras em que está tudo por fazer, ou muito pouco menos do que tudo.

Em particular, quanto ao fardamento, ao plano de dotação deve preceder uma revisão do plano de organização da nossa indumentaria: não deve ser desprezada no estudo desse plano a contribuição da recente revolução nacional, não só implicita na enorme accentuação que ella deu aos defeitos do plano vigente, como dos ensinamentos a deduzir, notadamente quanto á natureza e cõr do tecido, regulamentação do seu uso fóra do exercito, cobertura, calçado, distintivos hierachicos e de armas e serviços, etc. duração; como complemento, revê as regras de distribuição e reparação, estoquegem e seus meios de conservação.

Antes de fecharmos a chave do material, cabe uma lembrança do problema do **AQUARTELAMENTO** e, assim se pôde dizer, equipa-

mento dos quarteis. Quanto áquelle, importa associar-lhe a idéa de conservação, que tem sido esquecida, e, como desaperto, relegada á conta das economias licitas, imaginadas cada vez mais elásticas á proporção que cada vez mais se tem tirado aos corpos os meios de fazerem economias. E, quanto ao equipamento dos quartéis, isto é, seu mobiliário, louças, camas para os soldados, etc., em muita parte reina vergonhosa miseria. Compete ao Estado prover á primeira dotação e á manutenção. Mesmo os mais lindos quarteis novos já eram a esse respeito horivelmente pobres e, ao que se vê sabendo, por onde passou a onda revolucionária, mesmo quando não encontrou resistência, a devastação foi simplesmente vandalica, envergonharia os mais rancorosos incívicos invasores estrangeiros. É questão de decôro nacional uma reparação urgente.

Vamos agora a uma parada e rápido desfile das questões referentes ao **RECRUTAMENTO DO PESSOAL** para o Exército: pessoal dirigente e massa, isto é, PESSOAL PERMANENTE — officiaes da activa — PESSOAL SEMI-PERMANENTE — graduados, empregados e especialistas da activa —, PESSOAL MOVEL OU TRANSITORIO — o grosso da populaçao valida, escalonada sob o portico da preparação militar para simples combatente ou servente, mais a reserva de officiaes, de graduados e de especialistas desincorporados da activa, **licenciados**.

E' sobretudo aos officiaes, e em tanto maior grau quanto mais alta a sua hierarchia, que se aplica o aphorisma: **TAES QUADROS. TAES TROPAS.** O recrutamento dos officiaes não pôde continuar a ser falseado em sua finalidade precipua de prover as correspondentes funções pelas presumíveis melhores competencias. E' preciso acabar com o "horror ás vagas", isto é, a ansia de fazer ocupar as vagas sem indagar se o novo ocupante é capaz de exercer as correspondentes funções.

Occupar, qualquer occupa; dahi a confusão, todos se julgam em condições, se precipitam sobre as vagas e, como é natural, os que menos as merecem mais porfiam em alcançá-las, por meios escusos.

Urge uma **LEI DE QUADROS E DE ACCESSOS**; muito e muito material de estudo desse assunto está accumulado, sobretudo nessa revista, e parece mesmo que já tem ultimado o seu trabalho uma commissão que estava pelo M. G. encarregada de apresentar um projecto. Não se confunda a morosidade que tem havido, com emprego util do tempo, em meditações; não se vá dahi tomar pela deseável presteza a precipitação em adoptar solução ainda insuficientemente meditada.

Seriem-se as questões: em linhas geraes, uma breve cessação das promoções, até que, talvez num mez, ou menos, se assente uma regulamentação de emergencia, provisoria; depois a lei definitiva. Registemos aqui o espanto que tem causado as notícias da galvanização, tal qual era, da nossa velha, "scelerada", commissão de promoções.

Mais importante propriamente do que a complicadíssima questão do julgamento dos officiaes para a promoção, e mais facil de resolver,

além disso assegurador de uma attenuação consideravel para os erros de julgamento, humanamente inevitaveis, a começar pela propria regulamentação, será este outro conjunto de necessidades, perfeitamente attendiveis em separado:

a) Estabelecer que a antiguidade de posto não é titulo bastante para o accesso;

b) Estabelecer que o requisito da posse de cursos quaequer não é titulo bastante: é necessaria a comprovação pratica do aproveitamento, através do serviço prestado. (Ver a esse respeito A DEFESA NACIONAL, n. 90, de exactamente dez annos atraç, editorial).

c) Estabelecer um razoavel intersticio maximo nos dois primeiros postos, o qual dé direito a accesso independente de vaga, satisfeitos os mais requisitos; aplicar ainda o mesmo recurso ao posto de capitão, desde que esse official possua o curso de estado-maior e haja comprovado a correspondente aptidão;

d) Estabelecer limites maximos de tempo de serviço para coroneis e generaes, com a passagem obrigatoria para a reserva, daquelles que os excederem;

e) Estabelecer, até certo posto uma equiparação da carreira nas diferentes armas, por maneira que a escolha desta pelo "cadete" não seja um jogo de azar;

f) Corrigir a iniquidade que tem feito do exercito o paraizo das classes annexas.

(Sobre as alineas a, c, d, e, f vêr a DEFESA NACIONAL, n. 194, de Fevereiro ultimo, pg. 300, etc.)

g) Estabelecer a obrigatoriedade do serviço em diversas guarnições, sobretudo fóra do RIO DE JANEIRO (sancção do **RODISIO**, aplicada á carreira); por exemplo, nenhum capitão será promovido que não tenha anteriormente, desde aspirante, servido tres annos na "província", nem um coronel que não tenha um minimo de seis annos de serviço fóra do RIO, desde o primeiro posto.

Esta propria delimitação das fronteiras do rodizio encerra a idéa capital de não desvirtuando simples **MEIO**, que mais não deve ser, em **FIM** proprio, que não pôde ser. Mesmo porque as decorrentes despesas de transporte e ajuda de custo importariam num leviano esbanjamento de dinheiro publico. E' preciso tambem attende: que sempre é melhor sacrificar o rodizio do que sacrificar os interesses do serviço, inclusive a aprendizagem das funções, por uma exagerada instabilidade. Neste ponto parece claramente erroneo, pernicioso, o que se faz na Marinha com a frequente mudança de commando, a pretexto de proporcionar a todos a necessaria praticagem, de facto apenas para permitir-lhes a satisfação de uma exigencia literal para o accesso de posto; sob tudo para quem possue apenas uma unica esquadra, fraca e reduzida, diríamos fossil, para que fazer que todos os almirantes pratiquem no seu commando? Melhor é que pratiquem em menor numero por maior tempo. **Mutatis mutandis** para o Exercito.

Fará sistema com essas leis uma revisão na **LEI DE VENCIMENTOS E PENSÕES**. Naquelle será necessário cogitar de: uma variação crescente ligada ao tempo de serviço em cada posto; melhora dos vencimentos das praças engajadas; ressalva das famílias em caso de doença ou de pri-

**são dos chefes;** limitação das melhorias, em tempo é importancia, nos casos de **interinidades;** etc. E na lei das pensões, de reserva, reforma e montepio: **uniformizar a tabella** para todos, sem indagar si sua situação remonta á vigencia de ta-bellas antigas; e estabelecer um ajustamento com o INSTITUTO DA PREVIDENCIA DOS FUNC-CIONARIOS, naturalmente absorção do monte-pio por esse Instituto.

Quem diz recrutamento de quadros tem dito implicitamente **ENSINO.** E' recente a nossa reforma da lei do ensino; tanto mais facil é reto-cal-a onde se verifica a necessidade disso.

O escalonamento das casas de ensino a per-lustrar pelo candidato a oficial e, depois, pelo oficial está bem abordado; resta, além de outros retoques, promover uma melhor discriminação no escalão escola de armas, ou escola de aperfeiçoamento, primeiramente para tenentes antigos e ca-pitães, depois para tenentes coroneis e coroneis, e ahí estabelecer que o **official não deve passar mais de doze annos sem contacto com escola.**

Esta questão, por sua vez, traz á baila a da missão instructora estrangeira, a **MISSÃO MILITAR FRANCEZA.**

A propria idéa do contracto da missão tra-zia implicita a idéa de, quanto antes, nos eman-ciparmos della. Outro não é o objecto, por exemplo, da designação de professores estagiários.

Si um paiz não pôde ao cabo de certo tempo emancipar-se desse soccorro de outro paiz, reconhecidamente mais adeantado, isso fica mal para ambos: para o 1º, porque é incapaz, não pôde ser autonomo, está inutilmente eternizando uma capitulação de sua dignidade; para o 2º, porque é incapaz de armar cavalleiro o seu ins-truendo, e isso arranha o proprio conceito do mestre, deixa crer que elle porfia na faina unicamente porque é rendosa.

Por culpa nossa, a M. M. F. que incontes-tavelmente muito nos tem dado, todavia não nos deu quanto era capaz e quanto necessitavamos e necessitámos.

Dahi a dispensal-a de chôfre vae um salto no abysso, um erro crasso.

De que se trata? de transformal-a. Ella mesmo collaborará connosco no sentido de assen-tar um plano para nossa emancipação a mais ra-pida possivel, sem embargo de haurirmos della o proveito que ainda carecemos.

Medida complementar imprescindivel para maior exito dos esforços centralizados na M. M. F. é a velha practica de mandar officiaes se aperfeiçoarem **NO ESTRANGEIRO.**

Os dois processos foram esquematicamente julgados excludentes um do outro; entretanto tal não se dá. O que nós temos seguido, sómente a M. M. F., é totalmente incapaz de nos dar aquilo que só o outro processo pôde dar; assim como de futuro, quando afinal tivermos dispensado a M. M. F., só o contacto de officiaes nossos com os melhores exercitos estrangeiros permitirá que nos conservemos no devido "standard".

Teria sido o reconhecimento dessas verda-des a disposição do aviso ministerial de 8 de fevereiro de 1929? Mas as ondições ahí offerecidas ao **voluntariado de officiaes** que queiram aperfeiçoar-sé no estrangeiro são prohibitivas. Foi uma

meia-medida, eivada do vicio de berço da descon-fiança; houve o temor de que taes voluntarios se tornassem meroz gozadores, **touristes** pelo estran-geiro, á custa do Estado, ou então amelhadores da differença dos vencimentos-euro. E' materia a corrigir, sobretudo para systematizar a cor-rente, sem esquecer a idéa de que a finalidadé não é o official ir adquirir titulos para vantagens pessoaes, é pôr á disposição do Exercito os conhecimentos que elle colha.

No que diz do **PESSOAL SEMI-PERMA-NENTE**, o quadro de graduados, empregados e especialistas, além do que a respeito disponha genericamente a lei do recrutamento, importa es-tudar os meios de harmonizar a lei da necessida-de collectiva, o interesse do Exercito em possuir esses servidores experimentados, e o legitimo, in-stinctual interesse delles de não se verem des-armados para enfrentar a vida civil, justamente depois de terem dado ao Estado os melhores an-nos de sua mocidade.

Em nossa collecção, desde os primeiros an-nos, encontram-se fartas e preciosas suggestões a respeito. Exemplos: n. 26, de **quinze annos atraz**, Dezembro de 1915, nota da redacção "os sub-officiaes do Exercito"; ns. 74/75, de Outubro de 1919, estudo do então cap. P. **PESSOA**; n. 84, de Ju-lho de 1920, segunda metade do editorial; n. 85, nota da redacção, paginas 3, 4 e 5.

Esta ultima contribuição assim finaliza:

"EM RESUMO, deixando de lado detalhes complementares, mais ou menos importantes: es-colas para os sargentos; preferencia dos sgt. de curso para as promoções; diaria para os sgt. de curso; **nenhuma especie de emprego militar** de nomeação ou de concurso **antes de cinco annos de fileira**; direito exclusivo para todos os empregos de nomeação do Ministerio da Guerra; preferen-cia para nomeação em todos os cargos publicos, mediante concurso (lei federal de aproveitamento dos militares em empregos publicos); **augmento gradual dos vencimentos** por periodos de tres an-nos, por exemplo, a contar de cinco annos de ser-viço; **peculio** para primeiro estabelecimento na vida civil áquelle que não obtiverem emprego permanente".

Somos agora chegados ao **PESSOAL MO-VEL**, o grande reservatorio nacional de combaten-tes efficients e de auxiliares imprescindiveis, quer estejam sob as bandeiras ou nas estações subsi-diarias da caserna, a se habilitarem para mobiliza-veis, quer hajam pago esse tributo e, sempre alter-tas, restituídos ao seio da massa civil, periodica-mente retomando contacto com a bandeira, ou em promptidão em toda a parte e a toda hora.

E' a **LEI DO SERVIÇO MILITAR**, com sua correspondente regulamentação, lei de mobiliza-ção, lei de quadros da reserva, etc.

Quando no começo do seculo passado NA-POLEÃO impoz uma paz á PRUSSIA em que fi-gurava a clausula da limitação do seu exercito em 40.000 homens — restricções dessa indole encer-ram sempre o dictame de ladeal-as — a PRUS-SIA ensinou ao mundo a solução patriotica, de-mocratica, salvadora, da nação armada, do ser-viço militar obrigatorio para todos os patriotas vali-dos, do desfile annual dos contingentes atravéz daquelle minguado effectivo permanente. O exér-cito permanente é uma pequena vanguarda: o

grosso está à paisana, em suas casas, em seus afazeres civis.

Seculo e pouco mais tarde FOCH impõe á ALLEMANHA, além de outras medidas coercitivas á resurreição do "perigo allemão", não mais apenas um exercito de effectivo reduzido, mas tambem o serviço de longo prazo, como meio de cortar o desfile da massa nacional pelas casernas, impedir a formação de reserva de pessoal devéras mobilizável; nova lição da ALLEMANHA ao mundo, solução ultra applicavel, com adaptação sob medida, já se vê, aos paizes pacifistas e pobres — o exercito permanente é capitalmente uma usina, e aggremiação de quadros; a musculatura da nação armada, a massa dos simples combatentes é preparada fóra da caserna, em instituições civis varias e mediante providencias geraes obrigatorias sobre preparação dos homens como combatentes, não só especialmente aptos para a guerra, mas genericamente aptos para os combates quotidianos da propria raça em todas as actividades civis.

Neste sentido devemos tambem nós — pacifistas e pobres — estudar a moderna **SOLUÇÃO ALLEMÃ** do problema nacional da preparação militar do homem: em quantidade minima na caserna — o minimo estritamente indispensavel — todo o grosso em estações subsidiarias, não só os Tiros de Guerra e Associações de Instrucção Militar, mas em outras fontes a crear, sempre tendendo para uma estreita ligação desses instruendos com a tropa e approximando a distribuição dessas fontes ao ideal do serviço a domicilio, isto é, commodidade para o instruendo e possibilidade de não prejudicar demasiado a sua vida civil — donde maior procura — e economia nos transportes, donde maior barateamento da preparação militar.

Ponto capital da nova lei deve ser a maior significação prática, expedita, da caderneta de reservista, sobretudo para o exercício do direito e cumprimento do dever da integridade cidadã: a caderneta é titulo de eleitor. Dahi se deduz, sob o ponto de vista capital da efficiencia e do barateamento: consorcio do alistamento militar e eleitoral com o alistamento civil em geral, vulgo registo civil. Exemplo este a meditar para outra aproximação espontanea: Serviço Nacional de Estatística e estatísticas militares.

Quanto á MARINHA, além dos pontos que acabamos de abordar e que tambem a ella interessam, encontram-se bastantes subsidios na nossa collecção. Ainda bem recentemente, no numero de Setembro, expuzemos em editorial uma resenha sobre os mais relevantes aspectos e questões do problema naval brasileiro. Por hoje contentamo-nos em nos reportar a essa memoria e repetir que esse problema reveste-se de importancia visceral, em seus tres aspectos essenciais: **PESSOAL, MATERIAL, UTILIZAÇÃO**. Reunem-se elles num circulo indeformavel, indestrutivel: O PESSOAL SO' VALE PORQUE DISPÕE DE MATERIAL PARA UTILIZAR.

Instituição que diz com a propria base do ambiente moral nas forças armadas é a da **JUSTIÇA MILITAR**. Demanda o maior carinho a respectiva remodelação necessaria. Eis as sugestões que, de momento, mais interessam a nosso ver.

A JUSTIÇA MILITAR precisa ser "militarizada", a começar pelo Supremo Tribunal, que não deve continuar com maioria de ministros civis, pois, se não houvesse razão para elle ser especializado, militarisado, improcedia sua propria criação, os militares poderiam ser julgados, então, pelos juizes civis da respectiva circunscrição territorial, embora se lhes applicasse outro código.

Mas as imperiosas razões da disciplina impõem um fôro especializado, onde a maioria tem que ser, como o era anteriormente a 1926, de militares; os civis que completarem o S. T. M. devem ser condecorados do **metier**; dahi dever o código estabelecer, imperativamente, que elles sejam recrutados por escolha, sim, mas da magistratura militar.

Muito bem andou a Junta Governativa em seu acto neste sentido, ao mesmo tempo livrando o S. T. M. do escarnio que haviam sido as duas ultimas nomeações, que ella annullou. Aliás nestas petulantes nomeações annulladas actuaria um mal de ordem geral, um **MAL DE MENTALIDADE**. As disposições de leis e regulamentos em muitos casos, como nomeações e promoções, sabiamente deixam certa latitude ao chefe que haja de decidir a respeito. Mas o que se não tem querido comprehendere é que essa margem á decisão do chefe só pôde ser usada com a idéa de melhor servir, jamais como brecha á munificencia pessoal, barretada illicita com o chapéu da propria collectividade, que precisa ser servida e não servilizada.

Fechemos o parenthesis que se impunha.

O cargo de SUB-PROCURADOR é uma anomalia, pois o Ministerio da Marinha não o possue e, além do da Guerra, só o Ministerio da Agricultura tem consultor juridico proprio, neste ultimo acertadamente já julgado desnecessario pelo actual governo.

Os casos de direito administrativo, de carácter civil, devem ser informados por um orgão unico, que é, e não pode deixar de ser, o Consultor Geral da Republica, ou elle não tem finalidade; e os de carácter militar, pelas divisões do Departamento da Guerra. O funcionario que exerce aquellas funções pôde e deve ser aproveitado noutra função do Ministerio Publico Militar.

Este MINISTERIO PÚBLICO não pôde continuar independente do Executivo, sem lhe prestar siquer simples informações. Na propria justiça civil, os promotores dependem do Procurador e este está directamente ligado ao Ministerio da Justiça, como orgão que é da sociedade civil; ora, a sociedade militar, mais do que aquella, precisa zelar por sua disciplina, e do Ministerio da Guerra, atravez dos seus órgãos do alto commando, devem emanar medidas que, por exemplo, inclusive facilitando a marcha dos processos, evitem que praças de guarnições e armas diferentes permaneçam mezes seguidos, addidos a outros Corpos, á espera de julgamento, sem que as autoridades militares possam, ao menos, interferir para abreviar as abusivas delongas.

Medida altamente prática seria que os conselhos percorressem os corpos de sua jurisdição, com o que, ainda, muito se economizaria nos telegrammas e passagens do grande numero de presos, escoltas e testemunhas e evitar-se-ia o risco da fuga daquelles; tal recurso, porém, de-

manda estudo correlato da decorrente despesa, que nem deve onerar os membros e auxiliares do Conselho, nem deve pelo abono esquematico de diarias importar em negocio appetecivel.

Além da reforma do código do processo, impõe-se a do proprio Código Penal que, por emprestimo tomanics á Armada, o qual, além de mal ajustado, está anachronico.

Impõe-se a nomeação de uma commissão que os reveja, um após outro, mas que desta commissão façam parte civis e militares especializados na materia, que os temos e da melhor estirpe e, sobretudo, que sejam crystalinamente limpos da suspeita de buscarem seus interesses pessoas.

### c) ESBOÇO DUM PLANO DE ACÇÃO DE PRIMEIRA URGENCIA.

Synonymo, quasi, desta epigraphe, poderíamos ter preferido: **RENORMALIZAÇÃO DA VIDA DO EXÉRCITO**.

Pouco a pouco, mas incessantemente, sem perda de tempo e sem atropellos, em providencias avulsas, apparentemente desconexas, mas em verdade constituintes dum sistema simples, claro e seguro, importa fazer voltar aos seus eixos quasi todas as coisas e todos os homens que a revolução em sua phase fundamental, armada, desquiciou, restabelecer as condições essenciais para que o exército retome a sua actividade peculiar, razão mesma de sua existencia e sustentação pela Nação.

Apenas a titulo de remembrança historica, pois que foi já executado ou está em vias de o ser, refiramo: 1º) o licenciamento da pujante massa civil que encheu, a transbordar, os corpos de tropa do exército activo e das forças publicas estadaus, ou em unidades de complemento se lhes aggregou;

2º) a evacuação da RENANIA ANTARCTICA, isto é, a recondução ás suas guarnições de paz de todas as ardorosas unidades forasteiras, que encheram a capital do BRASIL, com a sua indumentaria e seus modos variegados e aberrantes, algumas demiasas indelicadas, que o carioca intelligentemente julgou innocentes; aqui fazemos menção especial da acertada providencia de, em represalia á invasão, conquistar a guarnição federal local algumas centenas de cavallos, de que tanto carecia, despachando "desapeados" os respectivos "ginetes", nossos visitantes;

3º) a eliminação dos distintivos de postos superiores adoptados pelos officiaes do exército.

Immediatamente trazida á scena por esta ultima allusão, vem a questão da renormalização dos QUADROS.

Em primeiro lugar convem catalogar os officiaes em tres categorias:

1º) os que são chamados ao desempenho de funcções importantes, para as quaes se exige não só capacidade, mas fundamentalmente confiança absoluta, perfeita identificação com o **espirito da revolução**.

2º) os que, dotados embora de apreciavel capacidade profissional, que os habilitaria para quaesquer commissões, ainda as mais importantes, precisam pelas circumstancias do momento não ter aproveitamento em cargos de escolha;

3º) os que por notoria inaptidão profissio-

nal, physica ou moral, ou por serem, de actos, e idéas, refractarios ao **espirito da revolução** devem ser eliminados do Exercito.

Quanto a esta ultima providencia, cumpre que ella não páre nos combatentes, nem no apice da escala hierarchica, mas se applique atra vez de todos os postos e não se detenha deante de eliminando apparetamente revolucionarios. E, mais que tudo, a providencia não deve ser desvirtuada com a confusão duma caça ás vagas: importa o maximo escrupulo no prehenchimento das vagas.

Que elevação revolucionaria seria esta de eliminar por incompativel um general e dar em seu lugar os bordados por motivos puramente politicos, facciosos (soi-disant politicos) a um coronel que nem coronel poderia ser?

Esta advertencia não é **chover no molhado**, não é impaciencia, ou vāo temor de desmoralização do principio revolucionario, por quanto já estamos vendo, afóra conservações indesejaveis, investiduras plenamente erroneas, inclusive em funções de alta repercussão.

Mas, devemos perguntar: que deve ser entendido por espirito revolucionario, **ESPIRITO DA REVOLUÇÃO**?

Será sua manifestação, ou ao contrario sua inteira negação, o desencadeamento dos appetites pessoais, a cobiça dos logares e vantagens, o "*sans gêne*", do "*ôte toi, que je m'y mette!*"?

Será sua caracterização a licenciosa alteração dos uniformes, por substituição de peças, adopção de adornos de varias cores, com predominancia obrigatoria do vermelho, e a mascarada de envergar qualquer pessoa o uniforme, e a das arvorações em postos quaesquer?

Será a participação mais ou menos actual, mais ou menos effectiva, em maior ou menor numero dos movimentos subversivos que se vêm encadeando desde 1922, ou a adhesão actual mais ou menos pressurosa, á hora H mais n?

Ou será racional considerar o conceito positivo da revolução pelo prisma unico da objectivação do bem publico, deixar, portanto, lugar digno dentro da "casta" dos revolucionarios de facto a todo aquelle que, sem flexões de carácter, mesmo opondo-se sinceramente á insurreição, de armas na mão, sempre tenha procedido resolutamente no honesto cumprimento de seu dever de soldado-cidadão?

Reconduzidos os corpos aos seus "habitat" "ante bellum" facil será resolver a questão, aparentemente muito difficult, dos **commissionados da guerra**. Os officiaes de reserva, acabada a guerra, se desmobilizam, voltam á reserva. Qualquer resistencia a isso marearia indelevelmente os altos propositos de sua "mobilização".

Os officiaes da activa que tiveram **comissão** em posto mais alto, pela mesma razão retomam seus postos verdadeiros, com direito apenas de escolherem novo corpo ou função, si não lhes convier ficarem onde estavam.

Os **sargentos commissionados** em officiaes têm simplesmente a sua commissão cassada, com direito a transferencia de corpo ou baixa, salvo aqueles que, por serviços relevantes, devidamente especificados, e por possuirem idoneidade para o officialato, possam obter incontinenti ingresso

na Escola Militar. Esta ultima providencia deve estender-se aos **commissionados de 1924 e 1925**, isto é, todos devem quanto antes ser submettidos á **HOMOGENIZAÇÃO** com o quadro de officiaes de curso.

E quantos não comportem essa elaboração ou fracassem no caminho, deverão ter aproveitamento alhures, até mesmo ser eliminados, talvez com alguma compensação, como é de boa lei em todos os paizes de assistencia social avançada: o patrão que despede o servidor, sem causa especial culposa dada por este, deve-lhe um prazo de saída e uma compensação.

Os **ex-alumnos commissionados** devem passar pela referida homogenização; os de curso concluído não devem ser disseminados, mas grupados em corpos escolhidos, onde intelligentemente se processe á sua remilitarização, fundamental após tantos annos de actividade civil; os que ainda têm que completar o curso, têm esta tarefa por principal objectivo. Providencias especiaes quanto á Escola Militar.

A questão dos commissionados que vierem a ser absorvidos por homogenização apresenta ainda o aspecto de seu **LUGAR NA ESCALA** do respectivo posto.

Quanto aos sgt., é curial que venham a contar antiguidade de 2º tenente da data de sua commissão; os cadetes que concluem o curso na mesma turma nada têm que allegar em contrario, primeiro, porque assim ha o precedente dos primeiros annos da primeira Republica, segundo, porque esses sgt. têm a seu favor, dando jús a essa vantagem, os serviços prestados como sgt. e os serviços de guerra prestados como tenentes.

Quanto aos ex-alumnos, o problema de sua collocação na escala de officiaes é resolvido unitariamente com o dos **officiaes que pela amnistia reverteram**: uns e outros voltam a seus logares, como si não houvessem sido afastados.

A' primeira vista surgiria a idéa de constituir com elles um **QUADRO SEPARADO** paralelo ao normal, de modo que emparelhassem suas carreiras, sem prejuizo mutuo — á custa do thesouro nacional. O impeto instinctivo do interesse pessoal e os precedentes de outras amnistias poderiam levar a essa solução.

Mas, nem uma coisa nem outra cabem no caso vênte. O interesse pessoal foi attendido pelas vantagens que tiveram os que ficaram, por effeito da eliminação dos que sahiram, todo o tempo que durou esse afastamento. Cessado elle, cessa o effeito; não ha prejuizo, apenas cessação do proveito.

O precedente tambem não se applica: as amnistias anteriores foram actos de clemencia ou de apaziguamento, podiam ter restricções, era justo que as tivessem, para que não se perpetrasse a desigualdade de tratar de modo igual procedimentos desiguais. Agora não: não houve vislumbre de clemencia, a amnistia foi alcançada de armas na mão, o restabelecimento perfeito da situação deve ser sem restricções.

A **AMNISTIA**, que trouxe ao seio do Exercito essas centenas de jovens tenentes, também attingiu a **sargentos**. Basta considerar que os ha que estavam afastados até quinze annos, para ver que, portanto, muitos delles fazem jús á reforma.

A **REFORMA DE PRAÇA** foi sempre,

como o **ASYLAMENTO**, um processo revoltantemente tardo. Os malandros aproveitam-se disso, ainda ajudando com pedidos de retardamento feitos a seus camaradas ao longo do longuissimo canal dos tramites regulamentares. Os outros são prejudicados, já porque deixam de poder ocupar o seu emprego civil penosamente alcançado, e por isso ás vezes o perdem, já porque á espera da reforma continuam com todas as obrigações do serviço activo e ha quem lhes negue as eventuais vantagens.

Urge pois acelerar, descentralizar o processo e a concessão das reformas de sargento; quanto á pensão de reforma sanar-se-ia a delonga do processo de habilitação, fazendo o pagamento pelo mesmo corpo, até regularizar a situação.

Tanto para os officiaes, como para os sgt. das diferentes armas e serviços, cumpre rever o **EFFECTIVO DOS QUADROS**, de acordo com as necessidades reaes, mediante nova catalogação das diversas funções, e discriminação dos postos com que provel-as e, sobretudo, em cada posto um excedente para impedimentos imprevistos, 10%, como de uso nos orçamentos de qualquer construcção. Esta medida é de primeira urgencia, sobretudo porque o Governo decididamente começou as eliminações necessarias pelo alto, e, por isso, deve fixar-se a esse respeito antes de fazer os preenchimentos dos claros resultantes.

Quanto ás **PRAÇAS**, releva para a actuação immediata um correctivo á deficiencia da incorporação na 1ª zona militar, aggravada pela incidencia da revolução na época das apresentações do contingente para 1931. A simples abertura do voluntariado, logo determinada, certo não bastará. Será util auxiliar-a com uma propaganda systematica nos centros provaveis de superabundancia de alistados, o que virá no elemento nacional favorecer o solucionamento do pesadelo dos sem-trabalho. E, mais que tudo, verdadeiro ovo de COLOMBO, será necessário planejar e executar uma guerra de extermínio á insubmissão.

A respeito do **MATERIAL** deve impressionar em primeiro logar a recuperacão de tudo quanto com a revolução foi disseminado, sem tempo, muitas vezes, para annotações.

O Sr. Ministro da Guerra não perdeu tempo e criteriosamente, impressionado com este aspecto da desmobilização, entre as suas primeiras determinações incluiu ordens sobre a recuperacão do material distribuido e **ARROLAMENTO** das cargas. Bastará rever essas ordens, no proposito de tornal-as efficientes para o fim visado, porque sem isso é grande o risco de não ser o trabalho abordado com a devida orientação e até, ao contrario, dar lugar a abusos, a "descargas" adrede autorizadas para encampar não só perdas consumidas mas ainda novos desvios.

No titulo precedente deixamos expresso com a transcripção do correspondente trecho do relatorio da Comissão de Marinha e Guerra, que somos do numero dos que admitem como assaz evidente a necessidade de não perdermos mais tempo "para concretizar em um impulso inicial a urgentissima renovação do nosso material de guerra em serviço e, se possivel, a aquisição de especimenes que ainda não possuimos".

Só uma visão unilateral do problema — fazemos nossa, para fim diametralmente oposto, a expressão do próprio referido infeliz relator, arrependido, retangido ao aprisco das ovelhas catteteanas pelo chicote, sem conversa, do fãnhudo "leader" — permitirá objectar impossibilidade momentânea: além dum especial esforço, certas economias, antes córtes, nas verbas usuais permitirão destinar uns **SEIS MIL CONTOS OURO** para as aquisições do proximo anno, a concentrar em grandes unidades que successivamente se elevem á dotação completa.

O Sr. Ministro tambem já feriu o tumor maligno da nossa **MENTALIDADE NACIONAL BUROCRATICA**. A burocracia verdadeira, legítima, é util, é necessaria, imprescindivel. Mas, de simples meio que é, ella tem sido falseada, erigida em verdadeiro fim. De orgão de utilidade para o serviço e para os servidores, sua unica razão de ser, a burocracia tem sido transformada em retardo, em entrave.

Conta-se que ainda a vinte annos atráz possuimos no nosso exercito garbosos officiaes da cavallaria que, se por descuido iam "bater com os costados", num regimento da arma, quando era marcado um "exercicio geral" assim se lamentavam: "A cavallaria é uma belleza; o diabo é ter que montar a cavallo!" Assim é, em geral, o nosso funcionario publico: "... o diabo é o publico!"...

A burocracia precisa ser dignificada, racionalizada, transformada em instrumento util do serviço e garantia, auxilio dos servidores forçados a recorrerem a ella.

Entre ella e o seu publico só devem caber estas mutuas phrases enquadrentes, de competência, honestidade e efficiencia: "SEJA BREVE! SEJA EXACTO! SEJA UTIL!"

A respeito de mentalidade, impõe-se em primeira linha nesta hora de ebullição e caldeia-

mento de novos valores e directrizes a velha questão da atitude do **EXERCITO EM FACE DA POLITICA**.

E' muito simples, desde que se queira estabelecer clareza, segurança e normalidade.

As praças, que são cidadãos em transito pela caserna, não devem ter direitos politicos. E' inegavelmente uma privação, um **diminutio capitii**, mas é sem grave dano por isso que de duração limitada. Não assim quanto aos officiaes, que são cidadãos permanentemente votados ao serviço nacional das armas; seria uma condenação irremissivel, uma degradação, privalos da integridade do direito de cidadãos. Como corporação, porém, como collectividade, as forças armadas tem que ser alheias á política, sob pena de verem medrar no seu seio o partidarismo, a desunião, a indisciplina. — tudo males que são a propria negação da existencia util, legítima das mesmas forças.

Seria mesmo um attentado permanente á ordem, á tranquillidade publica, ao prestigio impenso do chefe do governo e de seus respectivos delegados, que as forças armadas fizessem voto de obediencia ou espontanea subordinação a individuos, poderes ou associações que não o proprio governo nacional.

Não só esta ultima questão, "O EXERCITO E A POLITICA", como algumas outras das que acabamos de abordar, são tratadas isoladamente neste mesmo numero, com maior desenvolvimento, seja em artigos assignados, seja em notas da redacção.

Outros tais estudos, notas, suggestões, comentários ou desenvolvimentos, a publicarmos com assignatura ou encampados pela redacção, da laura de quaque leitor, aqui serão recebidos com agrado, examinados e publicados com boa vontade.

Fica aberta a discussão.

## Q. G. das forças pacificadoras de mar e terra, 3 de Novembro de 1930

### ORDEM DO DIA N. 3

Tendo sido substituida a Junta Governativa Pacificadora, estabelecida em virtude do pronunciamento militar do dia 24 do mez transacto, por um governo mais estavel e de acção reconstrutora, presidido pelo chefe do movimento revolucionario triumphante, julgo opportuno considerar terminada a missão das forças pacificadoras, cujo commando exercei nesse dia.

.....

Os objectivos do movimento pacificador do dia 24 foram plenamente atingidos: cessou a luta, não corre mais sangue brasileiro e os braços erguidos para o ataque fratricida cerram-se em fraternal abraço.

Voltemos, camaradas, aos labores quotidianos da caserna; esqueçamos as lutas que scindiram o Exercito. Pratiquemos e desenvolvamos fraternalmente o sentimento de camaradagem, amemos a nossa patria pela belleza de sua historia e a formosura de sua terra, pela intelligencia, bravura e bondade de sua gente; e, finalmente, cultivemos os lidímos sentimentos de patriotismo, que nos faça dedicar ao serviço da patria "o melhor da nossa intelligencia, o mais proveitoso do nosso trabalho e os primores dos nossos sentimentos".

Eia, camaradas, estejamos sempre unidos em torno da formosa bandeira do nosso BRAZIL querido. Viva a Republica!

.....

(a) General JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

# I D E A E S E C O B I Ç A

*Reflexões escriptas na prisão em Julho e Agosto de 1924, a bordo do "Almirante Jaceguay", na Bahia do Rio de Janeiro, junto á Ilha Fiscal.*

Pelo Cel. BERTHOLDO KLINGER

## VII

### Os militares e a política (\*)

Tanto se tem escripto sobre este thema, que é uma ousadia versar ainda o assumpto. Não obstante, cada vez que o espirito nacional entra em agitação politica, lá vêm pressurosos, afflictos, escriptores civis, e militares tambem, a lembrar aos cidadãos fardados — a officialidade das forças armadas — que devem alheiar-se da politica, manter-se neutros, deixar a arena sómente aos civis.

E reeditam então todos os velhos argumentos, bons e más, com que schematica e categoricamente se verbera, se profliga e se condemna, como impatriotismo, como traição ao dever profissional, a "intromissão" dos militares na politica.

\* \* \*

Disse Olavo Bilac, numa de suas magistras conferencias da memorável campanha de patriotismo, que foi a sua propaganda pela execução da lei do serviço militar, falando à guarnição de Porto Alegre, a 12 de Outubro de 1916:

"Ha politica e politica. Ha uma que pôde e deve ser aberta á actividade de todos; é aquella que paira acima dos interesses privados e partidários, acima da cobiça de mando e da vaidade, exercitando-se nobremente num plano superior, onde imperam a necessidade nacional e o interesse collectivo; nesta já fostes admiraveis políticos, quando fostes políticos nas lutas da independencia, na unificação da patria, na guarda do territorio e da nacionalidade, na abolição do captiveiro, na proclamação e na defesa da Republica.

"Mas ha uma outra, que não é propriamente politica e deve ser vedada ao vosso mandato. Como pôde um militar, um verdadeiro conhecedor e um bom amigo da sua missão, trocar a sua independencia pela dependencia das transacções da politicagem? trocar a linha recta e indivisa, que a investigação militar traça ao soldado, pela triste linha tortuosa que as ambições impõem ás camarilhas sem programma e aos cerrilhos sem bandeira? e trocar a sua moral, integra e firme, fundada no dever, na disciplina, na justiça, por essas duas moraes paralelas da vida demagogica — uma moral no lar e na vida intima e outra moral na vida publica, uma condenando todas as traições na existencia

domestica e outra tolerando, aconselhando e praticando todas as mystificações e todas as deslealdades na existencia publica?!"...

\* \* \*

Ha politica e politica — ahí está o nó da questão. E' mais um caso da pobreza do vocabulário, desapertando-se em usar um mesmo termo para designar uma certa entidade e uma outra que della não é mais que uma particula, ou um derivado, ou, como no caso presente, uma caricatura, uma deturpação.

Confunde-se, e por calculo, politica e politicagem; esta, como indica a propria formação da palavra, por derivação pejorativa, é uma contrafaçao daquella.

Assim definidas as coisas, assentada a distinção, é evidente que o militar deve abster-se da politicagem. E semelhante regra de boa conducta, de hygiene moral e social não é exclusiva para o militar: serve inteira para todos os bons cidadãos.

São, entretanto, os civis que fazem a politicagem, pois que, anonymos, individuaes, se sentem livres de obedecer ás solicitações de sua cobiça, não têm, como os militares, entidades symbolicas, collectivas, por dever de officio, os inexpugnáveis obices a semelhantes impulsos malsãos do egoísmo incivilizado. E então, os politiqueiros civis, para salvar alguma coisa da massa nacional — e também pelo interesse proprio de afastar possíveis concorrentes sérios, temíveis — gritam aos militares que se arredem, que não se ajuntam ás agitações politiqueiras. Apontando, gryphando os vicios resultantes, esperam chocar mais efficazmente a reflexão e o escrupulo dos militares, por quanto — agora o reconhecem os politiqueiros, e bem de industria o decantam — sua profissão exige por excellencia a honestidade, a honradez, a integridade, a rectidão, em uma palavra, o patriotismo.

Infelizmente, as corporações armadas, como a propria nação de que por serem nacionaes, têm que ser um reflexo, facilmente se deslemboram das boas razões e da memoria dos factos. Surge uma agitação politiqueira, impatriotica, inescrupulosa, em que num crescendo avassalador de desorientação contagiosa se envolve e se scinde a nação, eis que as forças armadas tambem se scindem e se envolvem. Primeiro os politiqueiros filauciosos das facções em luta, depois parceiros fardados de uma e de outra, prestando-se-lhes de instrumento, estabelecem á porfia a confusão e arrastam as classes armadas no turbilhão de insanía que assola a nação. Mais faceis de explorar pela sua

(\*) Publicado na "Reacção", no Rio de Janeiro, em 16, 17 e 18 de Janeiro de 1927.

inexperiencia, boa fé e ardor patriótico, os moços em geral esperançosos elementos, primorosa matéria prima para a edificação de um prospero futuro patrio, predominam na effervescencia da massa. Ajudam a obra sinistra orgãos da imprensa, inhabeis ou hypocritas, portentosos instrumentos das interesseiras parcerias da politicagem. Nem percebem os militares, mórmente os jovens, que constituem a maioria, a evidente falsidade dos requestos e protestos de amor que lhes desfiam os cortejadores da força. Nem notam como estes usam por igual a lisonja para uns e a descompostura para os que manifestam preferencia contraria; nem sentem que esta obra de descredito e desprestígio contra uma parte attinge por igual, inevitavelmente, ao todo; seja qual fôr, afinal, o partido que abocanhe o mando, as forças armadas que se envolveram na luta partidaria sahem malferidas, enfraquecidas pela discordia interna, infecionadas pela desmoralização, pelo descontentamento da sua fracção vencida que continua a pertencer ao organismo. Tardem a reconhecer os militares a falsidade dos moveis e da lábia dos politiqueiros civis, ajudados pelas suas sereias fardadas, ridiculos instrumentos daquelles que, em these, de facto nunca morreram, nem hão de morrer nunca de verdadeiro amor pelas forças armadas, ás quaes só requestam para melhor trahil-as e para deshonestal-as pela adhesão aos seus disfarçados propositos, egoísticos e impuros.

Quanto á politica, porém, na sua lidima accepção, "filha da moral e da razão", vistas no destino da Patria, esta é do dever de todo bom cidadão acompanhá-la com incessante interesse.

E os officiaes das forças armadas têm que ser bons cidadãos, para que possam, como devem, ser perfeitos sacerdotes da religião do amor á Patria, amor que para elles se traduz praticamente no vigilante empenho pela efficiente preparação da defesa nacional.

Sem acompanharem, neste elevado sentido, com toda a attenção e vivo interesse a politica nacional, "num plano superior, onde imperam a necessidade nacional e o interesse collectivo", sem isto, o official poderá ser optimo no seu papel de entreinador mecanico de homens, será, porém, uma negação como educador, um perigo, como indiferente á sorte da Nação, como verdadeiro mercenário dentro de sua propria Patria.

Demais, a nossa Constituição Politica adopta este claro conceito, reconhece pleno direito politico aos officiaes de terra e mar. Não fôra assim, a profissão das armas seria degradante; a farda seria o ferrete da castração da cidadania.

\* \* \*

A manifestação da opinião politica dos cidadãos traduz-se pelo preenchimento dos cargos directores fundamentaes dos publicos negócios, cargos que dependem do suffragio pelo voto.

Aprofundando um pouco a meditação, com a orientação que vimos seguindo sobre esta manifestação capital da integridade cidadã, a opinião politica, chega-se á conclusão irrefutável de que a profissão militar é precisamente

aquella que, intrinsecamente, maior aptidão cria no cidadão para o julgamento dos interesses collectivos nacionaes e o exercicio dos cargos directores da politica nacional. Em vez do tão reclamado afastamento dos militares, inclusivè com o ingenuo argumento, ao parecer paternal, de sua inexperiencia dos "processos" politicos — aqui dever-se-ia respeitar o vocabulo, empregar outro — deve-se justamente considerar o Exercito e a Marinha como as fontes ideaes para o recrutamento de bons politicos.

Com effeito, em todas as profissões civis o cidadão é forçosamente, naturalmente, levado a ser egoista, no maximo dilatando a sua solidariedade para com o proximo — ainda por egoismo — até as ultimas raias dos interesses da sua classe, isto é, praticando a camaradagem exclusivista da profissão. E' a propria lei da luta pela vida, que assim determina. Não se pôde negar que ha excepções: em todas as profissões civis despontam homens que, pelas suas faculdades superiores, innatas ou desenvolvidas ao abrigo de vantajosas condições pessoaes de fortuna que os põem a salvo dos embates da luta pela vida, são altruistas, são genuina, illimitadamente patriotas, estendem seus anhelos, suas cogitações para fóra do ambito restricto de seu meio profissional, a todos os aspectos da vida nacional, especialmente ao seu conjunto, á organização politica e social.

Mas na profissão militar isso que nas civis é excepção é para ella o normal, implicito, é a regra geral. Tem ella por objecto assegurar a defesa nacional, o que não é um interesse de classe, não é uma questão adstricta á existencia das instituições armadas, méros orgãos nacionaes para a luta corpo a corpo; nem tambem as actividades civis ficam, hoje em dia mórmente, num caso de luta, á margem dos acontecimentos, simples espectadores das provações a que, tambem por amor a elles, hajam de submeter-se os seus irmãos fardados. A defesa nacional implica a solidariedade moral e effectiva de todos os ramos da actividade nacional, a systematisação, a convergência de suas capacidades e esforços.

Os homens da defesa nacional pelas armas são pois, por dever de officio, os que acima de seus interesses pessoaes, dilatados até á classe, visam sempre em suas acções e cogitações os interesses conjuntos de todas as classes que formam a Nação. Nisso têm que ser incansaveis, vigilantes, sob pena de não corresponderem ao seu papel. Assim habituados, são pois eminentemente aptos para os altos cargos politicos, subentendido que já tenham attingido á necessaria maturidade de espirito, a imprescindivel experienzia da vida.

Com o habito de encararem todos os problemas profissionaes pelo prisma da utilidade nacional e todos os problemas nacionaes como confluentes na grande caudal dos interesses da defesa nacional, que arrasta hoje em dia a tudo e a todos e que importa á propria dignidade e existencia da nacionalidade; treinados, pelo cumprimento dos seus altos deveres, no mando, na ensinanza, na educação das massas de homens, na administração das corporações e estabelecimentos, isto é, no governo das pequenas collectividades; têm os

chefes militares uma base incomparável para o exercício dos cargos directores do paiz.. E a investidura no supremo posto de direcção é verdadeiramente um magno problema de defesa nacional; a quem mais do que aos militares pode então, e deve, interessar esse problema? Não é bem certo até que ahi se trata de uma alta questão de Estado Maior, ou, si houver, dum Supremo Conselho da Defesa Nacional, conselho este do qual, além de outras personalidades publicas devidamente tituladas, devem fazer parte, obrigatoriamente, como especialistas e como elementos de continuidade da orientação os chefes de Estado Maior do Exercito e da Armada?

Os factos comprovam, com a argumentação incomparável das estatísticas, essas conclusões da reflexão: que os militares devem ter horror á politicagem, e que são particularmente bem dotados para participarem da verdadeira actividade politica.

Temos visto como os militares politiqueiros só causam danno á sua propria corporação profissional, em detrimento da segurança nacional, e que pessoalmente, mesmo porque não são os que

se distinguem pela cultura e pela elevação de vistos, depois de verem, algumas vezes, satisfeitos transitoriamente os fins que cobiçavam, acabam annullados e desapparecem desmoralizados e desilludidos. Força é reconhecer a destreza com que os cavalheiros de industria da politica, os politiqueiros civis, sabem descobrir os parceiros fardados que lhes têm affinidade, e a inflexivel pericia com que oportunamente delles se desquitam.

E temos visto como no exercicio dos mais variados cargos da alta administração publica, salvo as excepções que até pela extrema pequenez de seu numero mais brilhantemente confirmam a regra, os militares se têm havido com honra e gloria, em proveito do respectivo serviço. Na magistratura suprema do paiz temos visto, como nos outros cargos, que não fazem peior figura que os civis os mais jactanciosos e os mais gabados, e principalmente revelaram um desapego ao interesse pessoal, ou oligarchico, ou da classe, e uma honestidade e zelo pelo erario nacional, que desafiam parelhas.

## I X

### **Efficiencia e coherencia (\*)**

A inefficiencia de qualquer instituição collectiva revela, como hypothese mais tolerante, uma incoherencia dos respectivos mantenedores.

Como tal, esmiuçando o exame do caso, encontram-se nelle todos os aggravos inherentes effectivamente, demonstrações inexpurgaveis da ausencia de medida, da perpetração de meias-mentiras; e a mentira, por muito boa vontade que haja para temperal-a, fraccional-a, é sempre uma mentira.

A manter tal ou qual instituição, ou a creal-a, se não já existe, presuposto fica que se reconheceu que é de utilidade, de vantagem, que ella acudirá a uma necessidade real, "preencherá uma lacuna", ou acarretará um beneficio desejavel.

Desde então importa, logicamente, coerentemente, dotar a instituição de tudo quanto seja imprescindivel para fazel-a efficiente, isto é, produzir realmente o efecto a que se destina.

A não ser isso, então a mesma força da logica impõe, a mesma lei da coherencia manda que se faça a extincção, que se não faça a criação. Proceder de outra maneira, se não é irreflexão, d'onde falta de coherencia, só pode ser falsa fé; simula-se que se reconhece a conveniencia ou necessidade de tal instituição, assenta-se a sua criação ou manutenção, mas fica-se a meio caminho na practica — negando os recursos para seu efficiente funcionamento, conservação e progredimento.

Seria assim o proceder do taverneiro mandrião: instado pela procura, adquire meia duzia de garrafas da bebida que a freguezia tanto lhe

reclama; logo as põe bem á vista na prateleira, para que na sua nudez digam da intelligencia do dono da casa; esgota-se a partida e elle não a renova: lá ficam os bellos frascos, lindos rótulos, mas... garrafas vasias! E o freguez sedento apesar de "recem" acabado o que procurava, não sae do balcão sem tomar outra qualquer coisa, necessariamente inferior. Quando não sucede peor: o taverneiro reenche de qualquer modo as garrafas, conservando cuidadosamente o lindo rotulo....

Outro exemplo muito commum de semelhante incoherencia ou falsa fé, em esphera mais alta, se nos depara na questão dos seguros contra riscos de incendio, naufragio, granizo, etc.

Proprietarios ha que, por ser moda, uso no seu circulo de relações, admitem a utilidade do seguro. Não estão della convencidos, mas não têm coragem nem capacidade para negal-a. Fazem então, como toda a gente, um seguro para a sua propriedade. Mas... se esta vale duzentos contos, para poupar no premio, seguram-na por oitenta!

Esse caso vulgar é talhado sobre medida para um outro que, sómente questão de escala, se produz na conducta dos governos para com o apparelhamento das forças armadas, ás quaes sonegam recursos e providencias.

O paiz necessita de exercito e de marinha de guerra. Nenhum governo o contesta. Mas dão-lhes todos, logicamente, coerentemente, os recursos imprescindiveis para a sua efficiencia, para que verdadeiramente possam essas instituições desempenhar a função a que se destinam? Ou contentam-se com as apparencias, com a simulação, a contrafaçao?

Antes, então, acabassem duma vez com elles, porque a Nação se conduziria adequadamente, sem a illusão de ter forças armadas, defesa militar organizada, apta, prompta a entrar em acção á primeira necessidade. E o governo eli-

(\*) Publicado na "Reacção" de 22 de Janeiro de 1927.

minaria do orçamento uma consideravel despesa inefficiente, faria reverter ás outras actividades nacionaes grande numero de braços e de intelligencias ali deslocadas, e iria desde logo pou-

pando dinheiros, accumulando-os ou empregando em outras utilidades... com que pagar ao primeiro inimigo que venha bater ás portas sem trancas.

## XIII Omnisabença

Mais complexo o trabalho, mais se impõe a necessidade da sua divisão, para que possa ser produzido com ordem e efficiencia.

A organização hierarchizada de todas as actividades não elementares obedece a essa necessidade. Cada orgão da hierarchia tem uma função propria, em que se especializa, sempre assegurando o ajustamento e a convergência de todos os subordinados, e harmonizando-se com os da sua categoria, vistas á mesma convergência, base indispensável, por sua vez, para o perfeito rendimento do orgão imediatamente superior, afinal de contas, do conjunto.

Em se tratando de machinarias, é facil realizar esse principio abstracto da entrosagem de suas peças: *por construcção* cada peça, orgão ou machine desempenha unica e invariavelmente a função que lhe foi destinada, *cumpre o seu dever*, e se engrena, se ajusta ou faz sistema com as peças, orgãos ou machines, mais elementares, subordinadas, bem como com as mais elevadas. Ha um respeito exacto ás attribuições alheias.

Em se tratando, porém, das fabricas humanas, das instituições directoras da governação, intervém um elemento perturbador da harmonia das engrenagens: a vontade. Não raro então periclitá o principio fundamental da efficiencia da producção, o *cumprimento do dever*, rompe-se o preceito da divisão do trabalho e da exacta entrosagem dos orgãos, o *respeito mutuo das funcções*.

Adoce então a regra soberana, inviolável, de toda organização, da divisão do trabalho e especialização dos esforços.

A primeira das manifestações pathologicas citadas, a falta de cumprimento do dever, só é incurável quando atinge ao proprio centro director do systema, ao orgão mais elevado da hierarchia. Porque se este cumpre o seu dever, faz que os seus subordinados tambem assim procedam; e então, desde que em qualquer ponto deixe um orgão de cumprir sua função, logo isso se denuncia, se descobre, e não tarda a eliminação e substituição.

A outra, porém, das manifestações morbi-das referidas, a intromissão nas funcções dos subordinados, com visos de absorção, é profundamente perturbadora, destruidora da propria alma, da instituição, da sua efficiencia, do seu rendimento.

Ora se origina da posse de uma apreciavel capacidade de trabalho, desservida porém pela incompetencia para a sua função; ora bróta ruidosa, espumante, da pretenção da omnisciencia.

O doente tem neste caso a ideia fixa de que só elle sabe tudo, só elle faz tudo, só elle é perfeito em tudo. Não precisa de auxiliares, de conselheiros, de cooperadores.

Quaesquer informações — elle as tem mais completas, mais fieis; quaequer alvitres — já lhe ocorreram outros mais ajuizados; quaequer provimentos de cargos — elle já tem os necessarios candidatos; quaequer providencias de minúcias profissionaes, mesmo nos ramos com os quaeas só agora meteoricamente está em contacto — elle as corrige; quaequer emprehendimentos, não importa a transcendencia technica nem a especialidade que lhe seja totalmente alheia — elle impõe sua opinião, assim nos planos geraes como nas particularidades minimas.

Resultado: insucesso sobre insucesso, que a omniscabença, porém, vae doutrinalmente explicando ou retardando-lhe a eclosão na publicidade.

E, pela falta de exercicio das funcões, os orgãos desrespeitados descahem e se annullam; mesmo porque a qualquer imprudencia de querer, não obstante, como collaborador leal e impessoal, propôr um acto, manifestar uma opinião diversa da de tal chefe, não falhará o castigo severo, talvez disfarçado, a esse crime de lesa-magestade, e mais drasticamente se accelera o atrophiamento dos orgãos.

Si o mal inevitável resultante da doentia pretensão de omniscabença affectasse só o enfermo, ainda bem.

Não sendo de todo destituido de facultades de discernimento, acabaria reconhecendo o vicio e corrigindo-se; e si de todo não exxergasse, nada mais justo do que soffrer o homem os effei-tos do mal por elle proprio causado. Mas é que, em virtude de seu alto posto hierarchico, é quasi exclusivamente o conjunto, a instituição, a collectividade, que paga a falta de juizo de omnisciencia.

Só uma desmedida vaidade, uma pachidermica impenetrabilidade á cultura geral devidamente profunda, uma dolorosa fraqueza de espirito, brecha á estonteadora vertigem das alturas, podem deixar crêr na propria sapiencia ubiquitaria.

E' preciso não confundir a obrigaçao de manter a fiscalisaçao, inspecção de conjunto, a orientação e mesmo a ensinançao, com a eliminação da organização, com a substituição ao subordinado, a sua annullação funcional por absorção.

Ainda que se não tratasse da competencia qualitativa num ou outro ramo, a questão toparia no aspecto quantitativo.

Por maior que se imagine a vastidão e poly-formidade da cultura de um homem, e a immensidate de sua capacidade physica, essa dupla competencia quantitativa e qualitativa ficará sempre immensamente abajo do limite que seria preciso attingir para poder um só homem

produzir a massa e variedade dos trabalhos organicamente affectos a toda uma collectividade de competencias.

A omnisabença é bem uma intoxicação generalizada do bom senso pela vaidade. A divisão

do trabalho e a especialização das tarefas são o segredo inílludivel do exito na vida physiologica, como na sociologica: *cumprir o dever, organizar a collaboração e respeitar as attribuições dos collaboradores!*

## XXXVII

### Pequeninos e "grandes corações"

Como são pequeninos os taes grandes corações, assim qualificados pelos beneficiarios ou candidatos ao beneficio das suas illicitas concessões!

Um subordinado deseja uma dispensa de serviço ou um auxilio a que não tem direito: o coração do chefe se penalisa, a concessão é obtida, á custa do serviço. Outro commette uma falta, com prejuizo para a disciplina ou para o rendimento do serviço, a repressão é necessaria, um castigo se impõe: fala o coração do chefe, o culpado fica impune. Ha um posto vago, a preencher por acceso de selecção, e existem funcionarios excellentes, capazes de o assumirem com proveito para o serviço; existe tambem um outro muito edoso, achacado, que já pouco produz, nem mesmo satisfaz as exigencias do cargo que está ocupando, é porém "bom homem", e tem numerosa familia a sustentar: estremece o coração do chefe, ficam marcando passo os competentes, avança o incapaz. Este terá as vantagens e prerrogativas, aquelles terão o trabalho; de qualquer modo a disciplina e o serviço sofrerão, sim, mas não reclamarão.

Chefes bondosos! Grandes corações! Mas... barretadas com o chapéu alheio e no fim de contas sempre em detrimento da instituição!

E assim todos os bondosos, lacrimaces, "grandes corações". Tem de facto a sua sensibilidade tolhida, isto é, não existindo por igual, inteira em todos os pontos, para todos os lados.

Essa apregoada sensibilidade é attrahida, tocada só numa parte, só pelo interesse particular, limitado, dos individuos; volta-se então toda para esse lado e não sente que ao mesmo tempo deixa desatendidos os interesses muito mais extensos de outros, que não se lhe approximaram, fiados na sua integridade funcional, assim como prejudicam o conjunto do organismo, a totalidade do serviço, e lhe envenenam o espirito.

São verdadeiramente pequeninos taes corações, incapazes de se dilatarem sufficientemente para sentir o interesse collectivo, para comportar as necessidades integraes, mais vultosas, do serviço.

Tratando-se desse mal da insufficiencia cardíaca em funcionários prepostos a serviços nacionaes, tem-se melhor imagem desses doentes perniciosos: seu coração só comporta a figura dos individuos que lhes conquistam a sympathia, mas não cabe nelle a figura da Patria! Para isso seria necessaria a verdadeira grandeza de coração dos patriotas — corações grandes e postos no devido lugar!

## XLVIII

### Unamo-nos

Ter ideias, trabalhar por elles, com espontaneidade, cultuar a justiça, cumprir o dever apesar de tudo!...

Mas... uma andorinha não faz verão! assim hão de obtemperar em desespero de causa os que desejam justificar a sua quietude e, mais do que isso, talvez prolongal-a. Entretanto necessário é que uma andorinha seja a primeira a desferir o vôo; outras e outras a seguirão e ali teremos o verão.

A mesma formula copiada ás amaveis ave-sinhais, que nos dão o classico exemplo da continuidade e solidariedade do esforço na luta pela vida e da facultade de agirem, sem vacillar, em face das inexoraveis mudanças de condições no theatro da luta, a mesma formula, repitamos, tem a sua synonyma nesta outra, que também as proprias andorinhas applicam para resolver a questão: *A união faz a força!* Unamo-nos!

\*\*\*

Remoremos ainda uma vez Olavo Bilac. No Club Militar, a 6 de Novembro de 1915, agradecendo pelo banquete que ahí lhe offerecia o exercito nacional, em reconhecimento á sua benemerita propaganda de regeneração do paiz pela

aplicação effectiva do serviço militar nacional, disse elle:

"...Unamo-nos, nós os das classes cultas, nós os que temos instrucção, pensamento e consciencia! Unamo-nos, trabalhemos e vencere-mos..."

"...O programma está assentado e é simples e velho: a educação cívica, firmando-se na instrucção primaria, profissional e militar. Mas não esqueçamos que do ensino devem ser dignos os professores".

Como fructificou a campanha pró-serviço militar, assim tambem não cahiram em ouvidos estereas estas palavras de exhortação á união dos brasileiros cultos e patriotas, para a regeneração cívica nacional: a 7 de Setembro de 1916 era fundada a "Liga da Defesa Nacional" e no discurso inaugural dizia Bilac:

"O patriotismo e a influencia, a fé e a responsabilidade, a abnegação e o credito dos Srs. Pedro Lessa e Miguel Calmon conseguiram reunir-vos..."

"O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciencia propria nunca estiveram ausentes do maior numero das almas brasileiras. Mas esses sentimentos oscilam e vacillam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deplorável,

perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do territorio, a pobreza das comunicações, o accôrdo pouco definido de uma federação mal comprehendida, a mingua da ventura em muitos sertões desamparados, a inopia da instrução popular sustentam e aggravam esta desorganização. A descrença e o desanimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a communhão enfraquece-se. E' tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarchia e essa tendencia para o desmembramento".

"O protesto e a reacção estão nesta Liga, cujo titulo é claro e synthetico. A DEFESA NACIONAL E' TUDO PARA A NAÇÃO. E' o lar e a patria; a organização e a ordem da familia e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a industria, o commercio; a moral domestica e a moral politica; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a officina, o quartel; a paz e a guerra; a historia e a politica; a poesia e a philosophia; a sciencia e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade."

\* \* \*

Não vem aqui ao caso examinar como nesses quatorze annos de sua existencia tem a "Liga da Defesa Nacional" correspondido a seus fins. Com risco, embora, de incorrer em desagrado, ou quem sabe de fazer injustiça, ao impulso incontido de um desejo de desassombrada colaboração, pronunciemos esta restricção mental: parece que a Liga poderia ter produzido mais e, o que é peor, existe a impressão de que ella tem afrouxado em sua obra (\*).

No thema presente, com o qual encerramos esta pequena collecção de pensamentos e reflexões, cogitando da união como expediente suplementar e multiplicador da obra necessaria e salvadora que ha de resultar da dedicação dos fieis à religião do trabalho, forçoso era remontar ás luminosas considerações bilaqueanas da grandiosa campanha cívico-regeneradora.

Foi delas que brotou, a Liga, procurando justamente realização prática para a idéa duma congregação systematica de esforços pela conquista do ideal da Patria Melhor.

Numerosas têm que ser as forças a consorciar. Estendem-se por toda a immensidão do Brasil e abrangem todos os ramos da actividade nacional. Donde a necessidade impreterível de organizar-se esse vasto complexo. Importa dar-lhes uma adequada articulação, segundo as espécies e variedades, e segundo a distribuição geographica, e coordená-las hierachisadamente.

A Liga da Defesa Nacional, com as suas filiaes ou delegações regionaes, deve constituir apenas como a cúpula da organização, como o orgão central, unificador, coordinante, systematizador, duma verdadeira confederação das varias federações, ou congregações, ou uniões de forças congeneres.

O programma dessas uniões diferenciadas, o seu plano de trabalho, tem que ser, evidentemente, derivado e confluentes do programma ge-

ral da Liga da Defesa Nacional: a educação cívica, profissional e militar; d'onde espontaneamente se offerece como designativo commun a todas ellas o de *união cívica*, susceptivel de receber em cada especie a respectiva designação particular.

Deveriam assim ser constituídas, por exemplo, a União cívica dos professores, a União cívica da hygiene medica, a União cívica dos engenheiros, a União cívica dos militares, etc.; cada uma delas, por sua vez, ramificada em subdivisões e fraccionada em filiaes pelos diversos centros importantes do paiz.

\* \* \*

Particularissemos algumas reflexões que aprofundem a definição do pensamento da união cívica, applicando-as á *União Cívica do Exercito*.

A synthese do seu estatuto, programma ou plano de acção, como já dissemos, está contida no proprio programma geral da Liga da Defesa Nacional: a educação cívica nacional, pela instrução primaria, militar e profissional.

Não vamos aqui decidir qual deva ser em todos os seus pormenores o estatuto completo da União Cívica do Exercito: será tarefa para os seus fundadores. Relativamente facil é, porém, antevêr, deduzir, qual deva ser o encaminhamento na applicação restricta que compete aos militares de terra dentro daquella formula geral.

O ideal da união cívica dos militares só pode ser a maxima efficiencia da respectiva instituição: este será o corollario ultimo da maxima perfeição na educação cívica nacional, no que ella é directamente affecta ao serviço militar.

Para isso salta á memoria a adversativa bilaqueana: "Mas não esqueçamos que do ensino devem ser dignos os professores".

Cada oficial do Exercito terá que ser um professor nesse sentido, em exercicio ou, si ocupado em um dos multiplos serviços fóra da tropa, apto a entrar efficazmente em actividade.

Fundamentalmente então a União Cívica do Exercito terá que cuidar da animação e vigilancia para que em cada official a dignidade militar e cívica, a dedicação profissional, seja um facto. O catecismo dos associados terá um supremo relevo, como dogma fundamental, a religião do trabalho: trabalho de cada um na medida das suas forças, com toda a espontaneidade e coragem.

Outros principios cardeaes: praticar a bona camaradagem, em sua mais elevada, genuina accepção; não buscar pelo seu trabalho, nem a popularidade, nem vantagens exclusivamente pessoais, mórmemente em detrimento alheio; respeitar a seus camaradas sem excepção — superiores, iguaes e subordinados — sem preocupação de agradar, nem medo de desagradar, sem pretenção de embahir ou intimidar; etc., etc.; cumprir o dever acima de tudo.

Como instrumento primacial do instituto deverá haver uma especie de "tribunal de honra", para decidir das accusações e eliminações de associados, bem como das recusas de admissão. Todos os associados e certas altas autoridades deverão receber a relação dos "irmãos", com os annexos periodicos, bem como a notificação motivada das exclusões, recusas de admissão, e absolvões.

(\*) Escripto ha seis annos.

# A Organização Geral da Nação para a Guerra

Pelo Cap. T. A. ARARIPE

E' sabido que na guerra moderna, a quantidade de combatentes, a complexidade dos meios e processos de luta e a possibilidade de serem atingidos directamente pelos meios de destruição do inimigo todos os elementos componentes e todos os recantos de uma Nação, impõem necessidades novas para cuja satisfação devem ser empregados todas as actividades e recursos nacionaes.

A extensão da guerra 1914-1918 forçou as nações belligerantes a lançarem mão de todos esses recursos e actividades, á medida das contingencias da luta e por processos improvisados, por isso que as previsões se limitavam a uma mobilização militar dos combatentes e apenas ao aproveitamento de determinados recursos e actividades civis.

Terminada a campanha, as potencias militares têm procurado aproveitar as lições da experiência, preparando desde a paz os meios de empregar na guerra, segundo processos racionaes economicos e seguros, todas as forças vivas do paiz, no sentido de garantir a victoria. São conhecidos os estudos e realizações effectuados na Italia, nos Estados Unidos e na França nesse sentido, e é de prevêr que tambem a Alemanha muito tenha avançado nesse caminho.

No intuito de esclarecer o assumpto procuraremos apresentar e resumir as principaes idéas surgidas na França por occasião da discussão do Projecto de Organização Geral da Nação para a Guerra, no parlamento desse paiz.

Certamente, essas idéas não terão no nosso caso particular applicação integral, porém, poderão servir de base, de ponto de partida, aos estudos que deveremos fazer de modo a attender as circumstancias bem diversas de nossa situação geographica e economica.

\* \* \*

A Lei franceza repousa sobre tres idéas fundamentaes:

- a — A noção da *guerra total*;
- b — A adaptação da organização do tempo de guerra á organização administrativa e economica do tempo de paz.
- c — A necessidade de uma legislação flexivel e bastante geral para permitir a adaptação ás circumstancias e as modificações impostas á organização da guerra.

A União Civica do Exercito, além da sua absoluta connexão com a Liga da Defesa Nacional, precisará estabelecer laços e estreitá-los com os órgãos permanentes fundamentaes do Exercito, tomar contacto com a imprensa nacional e especialmente com as revistas militares, tendendo em particular para com aquella a provéla de auxiliares adequados que se incumbam da respectiva orientação em materia de defesa nacional.

\* \* \*

Não será realmente uma associação em se-

## A -- NOÇÃO DA GUERRA TOTAL

### 1º — As transformações da guerra.

Póde-se dizer que até o seculo XIX as contendas entre os Estados eram decididas por luctas entre exercitos profissionaes especializados, em muitos casos, mercenarios.

Antes disso e desde que adquiriram consciencia da propria nacionalidade e o direito de governar-se a si mesmos, já aceitavam os povos a necessidade do "levantamento em massa" para defesa de sua integridade ou mesmo para a aggressão de outro povo. Comtudo, só no seculo XIX é que as guerras assumem o caracter de "*luctas nacionaes*", em que tomam parte todos os homens validos das nações.

Ainda assim tratavam-se antes de guerras entre exercitos e marinhas do que de guerras entre nações. De facto, após ter fornecido os contingentes de homens mobilizados ou melhor, constituido os seus exercitos e marinhas de guerra, a nação supportava os riscos da guerra mas ficava, de algum modo, alheia a ella. Havia diferença profunda entre os elementos da guerra — os *belligerantes* — e a parte civil — os não belligerantes.

Foi com essa noção de "*guerra militar*" que se iniciou a lucta em 1914, para a qual se previa uma duração curta e uma acção fulminante.

Os factos destruiram rapidamente esta concepção. Os povos, arrastados á lucta, comprehenderam-lhe a excepcional gravidade e só tiveram, dahi por deante, uma idéa — *Vencer!* Para isso, lançavam na fornalha todos os seus recursos, todas as suas forças, não sómente militares, mas economicas, industriaes, financeiras, politicas, intellectuaes e moraes. O desenvolvimento e a intensidade da guerra eram tão consideraveis que os povos comprehenderam perfeita e immediatamente a importancia da partida empenhada — estava em jogo a propria existencia como nacionalidade.

Já não se tratava apenas de *lucta militar*; era uma *guerra de povos*.

E' o que explica a obstinação dos belligerantes. E' a noção do perigo, a lucta pela existencia que justificam o estoicismo com que tropas e po-

mellantes moldes, no Exercito como na Marinha e nos demais departamentos da actividade nacional, um recurso efficaz? um meio utilissimo de se congregarem e multiplicarem seus esforços e sua obra os homens cultos e de boa vontade, fardados ou civis, possuidores de patriotismo pratico, de fé productora e de devotamento consciente, assim promovendo a tão necessitada *concordia*, para maior felicidade de cada um e maior gloria de todos, a Patria commun, "forte para ser bôa, armada para ser justa, e rica para ser generosa".

pulações civis supportam encargos pesadíssimos com ardor e amor ao trabalho capazes de vencer as dificuldades devidas ao aumento das necessidades, à penuria da mão de obra e à diminuição do bem estar e da prosperidade.

Os governos, convencidos de que a anemia do paiz causaria o rápido enfraquecimento das tropas, procuraram por todos os meios aumentar a produção nacional com a volta dos soldados especializados às officinas, com o emprego da mão de obra estrangeira, com o trabalho das mulheres principalmente nos campos.

Não se arrecearam de contrariar, muitas vezes, as próprias leis económicas, contanto que o perigo fosse conjurado.

Mas a transformação não parou ahi. O jogo dos interesses, a acção das propagandas, a reprovação causada pela violação de pactos solenes e pelo emprego de certos processos de guerra fizeram entrar em cena novos povos e novos recursos. O incendio se propagou.

*Da guerra dos povos se passou á conflagração mundial, guerra de efectivos, guerra de material, guerra científica, guerra total, absorvendo todos os recursos humanos e materiais de nações inteiras, revolucionando o universo, abolido progressivamente a antiga distinção entre os civis e os militares, lançando todos na luta sob fórmulas diversas, não escolhendo suas vítimas, suspendendo durante anos a capacidade produtora dos povos e orientando esta para obras de morte.*

Eis a imagem da guerra moderna! Que não será ella no futuro?!

\* \* \*

### 2º — Duração da guerra.

Não se pôde afirmar se a guerra do futuro será de longa ou curta duração.

Querem uns que, graças a meios diabólicos que a ciencia possa inventar, ella tenha carácter fulminante. Outros pensam, ao contrario, que ella seja guerra de uzura.

Para qualquer dessas hypotheses, torna-se necessário organizar a nação para o tempo de guerra:

1º — porque a guerra de longa duração é mais provável;

2º — porque, mesmo que a guerra seja de curta duração, as probabilidades de exito serão maiores se houver organização prévia, principalmente no domínio industrial. Só essa organização, posta em movimento no período da mobilização militar, será capaz de criar com rapidez os meios, impossíveis de armazenar durante a paz e capazes, neste caso de produzir os efeitos fulminantes que forem possíveis.

Isso nos leva a proclamar que, tanto na guerra de longa como na de curta duração, a noção da MOBILIZAÇÃO assume aspecto inteiramente novo.

\* \* \*

### 3º — A mobilização geral.

Até 1914 a mobilização tinha a significação puramente militar.

Hoje o vulgo já allia a esta a noção da mobilização industrial, isto é, tudo o que não seja especificamente militar.

Isso constitue uma concepção muito acaanhada. A mobilização industrial é uma das mais

importantes partes da mobilização nacional, mas não é a unica. O termo mobilização, devendo ser comprehendido como a operação que tem por fim passar da organização do tempo de paz á do tempo de guerra, somos obrigados a admittir, em face da noção de guerra total, que toda a organização nacional deve ser, no momento de irrupção do conflito, adaptada ás condições tragicas da guerra. Então, a preparação da MOBILIZAÇÃO NACIONAL deve estender-se a todas as fórmas de actividades do paiz.

\* \* \*

### 4º — Caracter inter-ministerial da direcção e preparação da guerra.

As noções de guerra total e de mobilização nacional indicam nitidamente que a acção governamental correspondente não pôde ser insulada no quadro restricto dos ministerios militares e que, ao contrario, deve ser essencialmente interministerial.

Deixar os ministerios militares procederem independentemente dos civis seria erro mais grave do que o de realizar operações com tropas sem levar préviamente em conta as possibilidades de seus serviços.

Esta intima ligação que existe entre as operações propriamente táticas e o funcionamento dos serviços nas grandes Unidades de um Exercito deve ser transplantada para o domínio da Organização nacional de Guerra.

Aqui, o governo é o grande responsável. Por isso, todos os seus órgãos, todos os departamentos da administração publica são interessados na propria mobilização, todas as engrenagens da actividade nacional que dependam de cada um.

Em boa logica, isso exige que haja coordenação perfeita entre as acções de cada um, divisão definida das esferas de acção e atribuições respectivas.

Entre nós, essa grande tarefa caberá ao Conselho Supremo de Defesa Nacional, cuja acção esta revista tem estudado em varios artigos.

Mas é preciso que fique bem claro que não se trata de militarizar os ministerios civis. Ao contrario, cuida-se apenas de, deixando aos ministerios militares as próprias funções e o seu papel preponderante na preparação da defesa nacional, fazer com que esses ministerios civis assumam, desde o tempo de paz, a parte de autoridade e de responsabilidade que lhes cabe nessa preparação.

### B — ADAPTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE GUERRA A' DO TEMPO DE PAZ

A' primeira vista, pôde parecer acertado sujeitar desde a paz a organização nacional áquela desejável no tempo de guerra. Isso equivaleria militarizar toda a nação desde o tempo de paz e certamente entravaria o surto industrial e económico do paiz. Tal seria o processo conveniente a um povo de intuições francamente aggressivas.

Para um povo pacifista e que cuida apenas de sua defesa, como nós, o problema se resume em tomar a organização política, administrativa e económica do tempo de paz e fazer criteriosa adaptação de todas as suas engrenagens ao papel que lhes caberá na guerra, adaptação que será

# A industria mineral e a defesa da nação

Pelo engenheiro LUIZ FLORES DE MORAES REGO

A despeito de todos os esforços, os conflitos armados entre os povos ainda são uma eventualidade a encarar. E modernamente, todos sabemos, tais conflitos envolvem de maneira completa a vida das nações. Com quanto aos exercitos e esquadras caiba sempre o papel principal com a efectivação da luta, as nações em peso encontram-se atingidas directamente pelas medidas de hostilidade e na obrigação imperiosa de agir para prover a sua manutenção e a dos seus exercitos.

Na guerra moderna para vencer é indispensável que todas as forças de um povo sejam empregadas para tal objectivo de maneira firme e resoluta. É imprescindível um esforço energico, quer moral, numa firme resolução de vencer, quer material, com a mobilização de todas as actividades productoras do paiz. A' industria cabe, portanto, uma função relevante na defesa nacional.

A potencialidade bellica de uma nação depende estreitamente de sua organização industrial e dos seus recursos em matérias primas. E como a capacidade de improvisação tem limites, faz-se mistério não descurar esse aspecto da industria, estudando o abastecimento em matérias primas com os recursos do paiz, seus eventuais sucedaneos e a adaptação aos fins militares.

O Brasil, graças a Deus podemos dizer-o, é um paiz para o qual um conflito internacional é uma possibilidade muito longinqua. Todavia,

realizada progressivamente a partir do primeiro dia da mobilização, em todos os escalões e segundo plano pre-estabelecido. Ahí, só para determinados casos excepcionais, serão criados órgãos especiais de tempo de guerra.

Nessas condições, pôde-se esperar que sem apalpadelas, sem períodos de experiências sempre delicados e que podem ser mortaes, no caso de aggressão toda a nação se erga para a propria defesa.

\* \* \*

## C — FLEXIBILIDADE DA LEGISLAÇÃO

A primeira condição dessa legislação é de ser constitucional e de atender tanto à organização político-administrativa da União como às dos Estados. É essencial que ella defina e delimita as tarefas respectivas dos governos Federal e Estaduais na preparação da defesa nacional, mas convém que permita reajustamentos impostos pela marcha dos acontecimentos.

Além disso, essa legislação, por demais complexa, deve ser bastante flexível para atender quer aos ensinamentos do passado quer às previsões do futuro.

Dessa flexibilidade lhe resultará um carácter de vida, graças à necessidade de tal-a sempre de acordo com a experiência e estudos dos estados maiores e das administrações civis especializadas

com certeza, não é esta uma razão para que deixemos de cogitar seriamente da defesa nacional em todos os seus aspectos.

Todos conhecemos a dedicação e o patriotismo das nossas classes armadas. Sabemos que o Exército e a Armada do Brasil, guiados pela cultura de seus officiaes, velam para que a nossa Patria nunca se encontre desprevenida na triste conjectura de ser obrigada a defender pelas armas os seus direitos, os seus brios e a sua integridade. Tal vigilância, constante e dedicada, é mesmo um factor que afasta ainda mais essa triste hypothese e que permite a todos nós, brasileiros, trabalhar confiantes tendo em vista os altos destinos do Brasil.

Entretanto é necessário também cogitar do apparelhamento da industria para ocasionalmente prover ás necessidades militares. Para esse fim devem contribuir todas as industrias, extractivas e manufactureiras. As que obtêm e transformam as matérias primas do reino mineral cabe um papel particular e de realce. A elles cabe fornecer o material bellico na sua maior parte e a munição de guerra. Importa isso em uma especialização de processos que torna mais complexa a sua adaptação.

A industria mineral é uma das fontes de riqueza e independencia económica de uma nação. Aproveitar os recursos mineraes do seu paiz é

Por outro lado, como a organização se baseia, em sua maior parte, sobre previsões, torna-se necessário que seja adaptada ás circunstancias susceptíveis de aparecer durante as hostilidades.

Para se conseguir essa flexibilidade basta que não tenha fórmula rígida e com pormenores inutiles como leis e que só teriam logar nos planos de execução organizados pelas repartições técnicas.

A lei que regulará a organização da nação para o tempo de guerra deverá, portanto, desenhar apenas o quadro geral, isto é, um plano em suas grandes linhas, no qual os diferentes órgãos da defesa nacional terão seu papel bem definido, de modo a orientar os estudos e trabalhos preparatórios da paz e a permitir o seu funcionamento, em caso de necessidade, segundo ordens e regras de carácter permanente e commun.

Ella não conterá a mór parte das medidas propriamente de execução, porque destas, um certo numero terá o carácter secreto e só serão divulgados aos órgãos executores no momento do perigo, outras podem ser assumpto de leis ulteriores e de regulamentos particulares ás repartições administrativas interessadas.

E' opportuno lembrar, para concluir que os estudos dessa organização importam numa revisão e ampliação da actual lei de requisições militares.

um dos deveres precípuos de um povo. Todos sabemos que, ao par da agricultura, a industria mineral constitue a base da economia da Humanidade. E' urgente que intensifiquemos o aproveitamento dos nossos recursos mineraes produzindo utilidades de consumo interno e de exportação de modo a fazer oscilar a nosso favor a balança económica.

Como mostramos, além dessa finalidade económica, tem a industria mineral papel importante na defesa do Paiz.

Neste desprestencioso trabalho procuraremos lembrar, "per summa capita" de como podem ser obtidos no Brasil os productos mineraes matérias primas das manufacturas bellicas, principalmente metaes e productos chimicos.

Antes, porém, trataremos das fontes de energia de ordem mineral, utilizaveis não só por essas industrias, como tambem, directamente, na guerra.

A força hydraulica é, sem duvida, a fonte de energia mais abundante no Brasil; deve ser utilizada sempre que fôr possivel. Muito embora, varias industrias não preseindam dos combustiveis, menos como productores de energia que pelo seu carbono, reductor industrial por excellencia. De outro lado, na guerra, em terra e no mar, os combustiveis são indispensaveis para a propulsão.

Uma das deficiencias do quadro dos recursos mineraes do Brasil é a escassez de combustiveis. Em relação aos combustiveis solidos disponemos:

a — Leitos de hulha, na formação do sul da Republica denominados systema de Santa Catharina.

b — Bacias limitadas de linhito terciario nos estados de Minas e S. Paulo.

c — Grande reserva de linhito terciario na bacia do Solimões, estado de Amazonas.

d — Deposito de turfa nos estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas.

O linhito do Solimões, posto que em grande quantidade e em camadas bastante espessas, é um combustivel mau. Não deixa, entretanto, de poder ser aproveitado localmente, quando aumentarem as necessidades da regiões onde se acha situado. Os linhitos do sul e a turfa encontram-se em pequena quantidade.

O nosso recurso mais tangivel sob o ponto de vista de combustiveis solidos é, sem duvida, a hulha do sul. A reserva não é muito grande, a composição média, mediocre e as camadas, de espessura reduzida. Comtudo, mercê dessa hulha, o Brasil é dos paizes da America do Sul o mais bem provido de combustivel solidio. O seu emprego é possivel dentro de um certo raio, contanto que seja lavrado com o devido cuidado.

Para certos fins é indicado o beneficiamento. Os briquettes resultantes são de primeira qualidade, comparaveis aos seus melhores congeneres ingleses, e perfeitamente adequados aos usos maritimos.

Algumas dessas hulhas são cokeificaveis produzindo, depois de beneficiadas, coke utilizable nos fornos altos e, como sub-productos, não só o agglomerante para a briquettagem, como compostos chimicos de valor.

Com quanto não sejam ainda conhecidos depósitos valiosos de petróleo, existem em va-

rias regiões do Brasil indicações cabaes da possibilidade de sua existencia. Confiamos que, com os trabalhos que estão sendo executados, dentro em breve possamos contar com o combustivel líquido no paiz. Além disso dispomos de rochas abundantes que, pela distillação destructiva, produzem óleo; são os folhelhos betuminosos, conhecidos no norte e sul do paiz, e o material denominado "marahunita", da costa da Bahia e de Sergipe. De outro lado, os processos modernos de hydrogenização dos combustiveis são especialmente indicados para o linhito do Solimões.

O ferro sempre foi e ainda é, o metal mais empregado na guerra. Desde os primeiros passos da humanidade, tem sido usado para fabricar as armas. Com o correr dos tempos, os seus usos bellicos só têm augmentado.

Mercê de Deus, o Brasil é detentor de uma reserva de minério de ferro que, sem optimismo, podemos dizer das primeiras do mundo, quer quanto à tonelagem, quer quanto à qualidade do minério. A existencia do minério, é, sem duvida, uma das condições para o desenvolvimento da industria siderurgica em um paiz. Todavia por si só não é suficiente. São tambem necessarios os mercados consumidores e o suprimento de energia e carbono reductor. Julgamos que tais condições encontram-se satisfeitas no Brasil: o estabelecimento de industria siderurgica entre nós, em uma escala proporcionada ao consumo interno, depende apenas de organização e de capital. No momento actual, uma grande empresa trata do assumpto, tendo em vista os minérios de Minas. No Sul do Brasil, outros emprehendimentos podem ainda ter lugar, aproveitando os minérios locaes e, talvez, o coke nacional, tendo em vista o suprimento dos centros de consumo proximos. Seria a desejar que estas ultimas usinas fossem apparelhadas de sorte a produzirem immediatamente material de guerra.

Para o material bellico moderno são necessarios aços que ofereçam propriedades mecanicas superiores ás communs. A industria moderna os obtém principalmente introduzindo pequenas percentagens de certos metaes. Têm-se assim os chamados aços especiaes, alguns criados mesmos, tendo em vista as industrias militares. Entre elles o mais commum é o aço manganez.

O Brasil é um dos poucos paizes possuidores de reservas de minérios de manganez de alto teor. Estes nossos minérios têm sido lavrados até hoje para exportação. E' urgente a manufatura do ferro manganez. Este producto, sabemos, intervém na siderurgia no fabrício do aço manganez e do aço commum, neste a titulo de desoxydante.

Minérios dos diversos outros metaes utilizados nos aços especiaes ocorrem no Brasil: o nickel em Minas; o chromo na Bahia; o tungstenio no Rio Grande do Sul; e o molybdénio em Santa Catharina. Todos podem ser elaborados electricamente da mesma maneira que o manganez.

A propósito, lembaremos que uma das maiores difficultades com que se houve a Alemanha durante a grande guerra foi justamente a escassez dos metaes constituintes dos aços especiaes.

Ao lado dos metais da industria siderurgica, outros são necessários e indispensáveis para o fabrico do material de guerra: o chumbo, usado no núcleo dos projectos das armas portateis e nos enxamentos de obuzes; o cobre que, além dos usos electricos, juntamente com o estanho e zinco, constitue diversas ligas entre as quais as dos cartuchos; o alumínio, cujo emprego cada vez mais se dilata, particularmente no material de aviação; o antimônio e o arsenico, componentes, em pequena proporção de ligas importantes.

São conhecidas no Brasil jazidas de cobre e chumbo, susceptíveis de serem lavradas com projeto. A blenda acompanha muitas galenas e, em uma jazida de Minas minérios de bismutho e antimônio. Em diversos pontos do país tem sido assinalada a cassiterita; no Rio Grande do Sul as ocorrências são promissoras.

A bauxita é conhecida em Minas e no Maranhão; provavelmente no norte existem grandes jazidas. A abundância de força hidráulica facilita extraordinariamente o advento da industria do alumínio.

Ao par das galenas e da blenda encontram-se minérios de antimônio, e nos veleiros auríferos, de arsenico.

São inúmeras as industrias químicas minerais, cujos produtos desempenham papel importante na arte militar. Seria difícil enumerá-las aqui. Basta que lembremos que a maioria das matérias primas dos explosivos é de origem mineral.

Os elementos essenciais para o fabrico das polvoras modernas são o ácido sulfúrico, os azotatos e os phenois. O primeiro se encontra nas pyrites de Minas Geraes, aliás já utilizadas na Fabrica de Piquete, e nas que resultarão da lavagem da hulha de Santa Catharina, a sua matéria prima. Os azotatos naturais do Brasil, sendo escassos e pobres, devemos recorrer aos processos de fixação de azoto do ar para o que dispomos da energia hidráulica e de excellentes calcários. Quanto aos phenois, a sua fonte é a distilação das hulhas do sul.

O enxofre para as polvoras negras pode ser fabricado por processos modernos partindo dos pyritos. O azotato de potassio com os azotatos syntheticos e os saes de potassio que temos esperanças de vir a ser descobertos no norte do país.

Inúmeros outros produtos químicos necessários às industrias da guerra podem ser obtidos na economia nacional. Não seria possível reforçá-los aqui. Accrescentaremos apenas o cloro, na manufatura do qual é utilizado o bioxydo de manganez, abundante no Brasil.

Em rápida resenha temos recortado a contribuição que a industria mineral brasileira pode, aproveitando convenientemente os recursos naturais do nosso País, fornecer no caso, felizmente fóra de qualquer probabilidade, de um conflito internacional.

Procuramos mostrar em que sentido o desenvolvimento dessa industria é mais interessante sob o ponto de vista militar.

Entretanto, convém frisar os ramos citados

da industria mineral que encontram possibilidades de sucesso, excluído o fim que encaramos, pois atendem às necessidades normais do país. O seu desenvolvimento depende apenas de capital e iniciativa. Temos firme esperança que elle não tardará, mercê mesmo das medidas de fomento que vêm sendo dispensadas pelos Poderes Públicos.

Se nos fosse permitido, porém, lembraríamos algumas providências que, sem deixarem de se incluir no desenvolvimento geral da industria, oferecem carácter mais urgente dadas as suas ligações com a defesa nacional, motivo que, aliás, obriga excluir a preocupação de remunerar o capital invertido. São:

1<sup>a</sup> — Estabelecimento de uma usina de beneficiamento e distilação de hulha, que produziria combustível adequado à marinha, coke metallúrgico, phenois e pyritos.

2<sup>a</sup> — Criação de uma usina de distilação de folhelhos betuminosos e de óleo bruto, usina que, nas condições actuais, extrahiria os combustíveis líquidos dos folhelhos, limitando-se ao refino na hipótese provável do descobrimento do petróleo.

3<sup>a</sup> — Fundação de uma usina siderúrgica no sul da República, aproveitando os minérios locais e, eventualmente o coke nacional que ao par dos grandes projectos feitos para crear a grande industria siderúrgica, tem o seu lugar para servir imediatamente os mercados e as necessidades militares.

4<sup>a</sup> — Estabelecimento de uma usina de nitratos syntheticos, emprehendimento cuja realização se impõe, além do mais, pela necessidade urgente de fornecer adubos à lavoura.

5<sup>a</sup> — Promulgação de leis claras que obliguem a instalações mineiras e metallúrgicas serem collocadas à disposição dos Poderes Públicos logo que assim o exigam os altos interesses de defesa nacional, o que aliás já se inclui, posto que nem sempre de maneira explícita, em diversos dispositivos legais.

Concluindo essas considerações, pallidas diante da relevância do assumpto, nas quais procuramos supplementar a falta de competência pelo patriotismo, não podemos deixar de salientar que o Exército não se tem desinteressado das questões relativas à fabricação de seu material. Hajam vista o bem montado arsenal de guerra, as fabricas de polvora e de cartuchos e sobretudo a velha usina do Ipanema, cujo carácter foi militar e onde sabresceu a figura do militar brioso e metallurgista competente que foi o Coronel Murça.

S. Paulo, 1 de Agosto de 1930.

"Conhecer os princípios e não saber aplicá-los nada produz. Na guerra o facto tem precedência sobre a idéia, a acção sobre a palavra, a execução sobre a teoria".

FOCH

# D. SEBASTIÃO LEME

## Príncipe da Igreja -- Soldado da Patria

Não podia estar longe de nós, no momento histórico em que mais eloquente e imperativa se manifestou a consciência nacional, o meigo sacerdote, o grande pregador sacro, o patriota fogoso a quem a Santa Igreja Cathólica, computando mil virtudes excelsas, que só a vontade de Deus reune em um único mortal para fazer delle um seu eleito, acabára de confiar o symbolo que o assignala entre os que, em defesa da Fé, estão dispostos a perder a vida.

E eis-o, nos dias mais tormentosos da nossa história, quando a morte ameaçava tragar milhares de irmãos que o mesmo sentimento unia e a vontade de Deus, como suprema provação, collocára momentaneamente em campos opostos, eis-o, cheio de Fé, regorgitante de patriotismo, saltando em terras da Patria, ostentando o symbolo do martyrio pela religião e que, mal sabia o santo prelado, em poucos dias seria o symbolo da Patria redimida. Suas vestes vermelhas prenunciavam não o desfraldar do symbolo vermelho da Revolução: a purpura cardinalica assinalava aos irmãos em luta, que chegara o anjo tutelar da confraternização.

A batalha final não podia faltar o illustre general da paz.

E o seu magnifico esforço foi incessante.

Junto ao governo, não mais depositario da confiança nacional, que ordenava ao Exercito voltasse contra a Nação e suas legítimas aspirações as armas que esta confiaria, eis-o levando salutar aviso que, si fôr ouvido e acolhido com o acatamento que merecia o santo e abnegado conselheiro, teria levado esse governo a uma espontânea renúncia, gesto este patriótico, capaz de enobrecer o proprio renunciante e de recommendal-o á veneração dos seus posteros.

Junto ao povo, em meio do rebanho que sempre lhe ouve as palavras com sincero acatamento, o illustre sacerdote derramava a sã doutrina, recomendando o fervor da oração pela paz, a continua prece pela união fraternal da família brasileira.

Arraizava-se cada vez mais a convicção de que a justiça pairava ao lado dos que lutavam pela reivindicação dos direitos, sonegados por um governo prepotente, crescia a sympathia pela causa, que já não reunia proselytos isolados mas levantava legiões; todos sentiam, nas palavras e nos gestos, do digno pastor, que eram estímulo e conforto para os que lhe ouviam os salutares conselhos.

E quando, entre a teimosa cegueira do poder derribado, as ultimas manifestações de habitual truculencia que então só contra elle se voltaria, e o gesto benevolente dos vencedores, tornou-se necessário, para evitar violências inuteis e que só viriam

deslustrar a magnanimidade com que povo e tropas receberiam a rendição do culpado; naquellas horas em que generaes brasileiros traçaram o mais fulgurante periodo desta brilhante pagina histórica; no instante em que se debatia em ultimos arrancos a prepotencia transformada em habito contra a prudencia e a tolerancia dictadas pela razão serena e pela nobreza dos principios traçados com mão firme — naquelle instante supremo, inspiração divina apontou com gesto decisivo o caminho a seguir. E ninguem duvidou que D. Sebastião LEME seria o unico capaz de chamar a razão ao cerebro desvairado de Washington Luis e mostrar-lhe que acima de sua immensa vaidade pairava, sobranceira e pujante, serena e magnanima, a vontade inteira de um povo corajoso e bom.

E D. Leme chegou, e trouxe a calma aos que se deixavam dominar por justificada exaltação, e chamou á razão os que se transviavam, restituiu a confiança aos que se deixavam arrastar pela dúvida, e fez renascer a decisão entre os animos que se deixavam entibiari. E de seus labios cahiram estas phrases como sentença illuminada pelo mais opportuno e indiscutivel axioma: "*Uma só cabeça deve pensar e resolver. Escolhido um chefe, deveis obedecê-lo*".

E uma só cabeça pensou e ninguem ousou contrariar a decisiva e acertada sentença.

E o Presidente deposto desceu as escadas do Palacio Guanabara sob guarda que talvez nenhum chefe decahido tenha tido tão brilhante, tão digna, tão honrosa.

Mas não parou ahí a missão do illustre sacerdote.

E não se deterá na peregrinação apenas começada. Eis-o acompanhando a Junta Governativa com sua visita discreta, que era ao mesmo tempo um conselho e um poderoso estimulo. Eis-o junto ao Governo Provisorio com sua assistencia cheia de poderosa autoridade e com a publica manifestação de aplauso aos seus actos de clemencia para com os dominadores de hontem, a proclamar que tales actos foram por excellencia meritorios. E eis-o ainda, pastor incansavel a cujo cajado obedecem mais de trinta milhões de ovelhas, a conduzir o enorme rebanho ao aprisco salvador da borrasca, a fazer ecoar de pincar em pincar, de quebrada em quebrada, de extremo a extremo do Brasil immenso, as palavras salvadoras — Paz, Fraternidade, Amor.

Não podia ficar arredado de nós o illustre Príncipe da Igreja, o valoroso Soldado da Patria.

V. B. S.

# As manobras de Guaratiba

**Carta de Baptista Pereira ao general Cmt. do 1º R. M.**

N. da Red. — Transcrevemos de "A Gazeta de Notícias" de 28 de Setembro ultimo a carta dirigida ao Sr. Commandante da 1ª Região Militar pelo Dr. Baptista Pereira.

Este documento tem para as classes armadas uma significação e valor tão evidentes que não quizemos deixá-lo sem comentários.

De um lado, os conceitos justos, ponderados e sinceros do vibrante patriota de "Civilização contra Barbarie" sobre a nossa situação militar e internacional, nos patenteiam que no meio civil se encontram espíritos esclarecidos e homens de boa vontade que sentem como nós e que anseiam por um Brasil forte, com Exército e Marinha apparelhados para "nos pôr ao abrigo de quaisquer sobresaltos e surpresas". Elles traçam-nos um caminho a seguir no alíamento dos meios para a obtenção do nosso magno desideratum — a defesa nacional.

E' appellando para a influencia indiscutivel desses espíritos esclarecidos e combativos sobre as classes dirigentes do povo, que conseguiremos incutir na própria Nação uma mentalidade capaz de comprehender as nossas necessidades militares e de prestigiar os emprendimentos que visem crear um apparelhamento suficiente para realizar a nossa defesa.

Por outro lado, o testemunho do Dr. Baptista Pereira sobre a atmosphera de disciplina e de trabalho existente no seio da tropa em manobra servirá para dar ao meio civil a verdadeira idéa sobre a actuação desse Exército e dessa Marinha, que infelizmente não são conhecidos sob a sua verdadeira feição.

Seria deseável que essa approximação, como a que realizou o Dr. Baptista Pereira fosse imitada por toda a classe culta do paiz para que este inteiro conheça e estime, comprehenda e ampare a sua Marinha e o seu Exército.

Tendo assistido ás manobras de Guaratiba, venho congratular-me com V. Excia. pelo seu brilhante exito e pela sua alta significação nacional.

Profundamente integrado com o papel histórico das nossas classes armadas, que foram, com a lingua e a religião, os tres grandes factores da nacionalidade, julgo do mais estrito dever manifestar-lhe publicamente, Sr. general Azeredo Coutinho, o orgulho de brasileiro com que vi se desen volverem tæs manobras.

Tive a honra de ser acolhido no campo das manobras como um amigo do Exército.

O defensor de suas tradições calumniadas, o publicista cujo nome elle se dignara archivar nas paginas do "Boletim do Estado Maior", sentiu-se entre os nossos officiaes de terra e mar como entre irmãos, que lhe falaram ao coração aberto.

Compenetradas dos grandes interesses permanentes da patria, adstrictas como ao mais arduo dos sacerdócios ao dever militar, o espírito novo que anima as nossas classes armadas é a melhor segurança, a mais solida das garantias da imperecibilidade do Brasil e da sua eterna cohesão no todo sagrado em que nol-o herdaram os nossos maiores. Fiquei orgulhoso como brasileiro. O que vi de ordem, de disciplina, de entusiasmo, nas manobras de Guaratiba, prova que o nosso Exército e a nossa Marinha são ainda os mesmos á sombra de cuja espada se integrou o território, se formou o espírito nacional e nasceu o Brasil.

Caxias e Tamandaré se resuscitassem reconheceriam.

Embora seja mistér confesar qua, no apparelhamento material, muito temos que desejar, alguma coisa nos resta e essa alguma coisa é tudo e pode ser tudo: o homem. Temos um núcleo em torno do qual se podem condensar todas as energias nacionaes. E esse foi o grande espetáculo moral que tive nas manobras.

Sou dos que pensam que, por maiores que sejam as nossas aperturas orçamentarias, não podemos adiar os grandes interesses da nossa defesa. Apostolar o desarmamento, na actual phase da historia americana é pregar o suicidio e vergar a cerviz á humilhação, á desintegração ou ao desaparecimento. Bem sei que Berthmann Hollweg se enterrou com a celebre phrase de que os tratados são trapos de papel. Bem sei que o fóro moral repudia a dureza cynica de tal assertão. Mas o simples facto da guerra, com as suas razões, perante as quaes desaparece a Razão. prova-lhe a irrecusavel evidencia. No estado actual da Civilização o direito só se faz ouvir quando escudado pela força.

Não repudiaremos as bellas aspirações de pacifismo e arbitramento, cujo dia terá de vir fatalmente. Mas o pensador e o estadista não podem abdicar daquillo que é um beneficio, daquillo que tem de ser. Tem de encarar a realidade imediata ou proxima, sob pena de trair o seu paiz.

Por mais sagrados que sejam para nós os tratados, em que se desvanece comprazido o bavarysmo internacional, que nos assegura que sagrados serão tambem para os que souberem que nos falecem meios de os fazer respeitar?

Para que dormirmos um sonno de illusão e descuido de que amanhã podemos ser despedidos a tiros de canhão?

A nossa situação no continente americano impõe-nos, quando menos por enquanto, uma attitude de efficacia defensiva que não intranquilize a quem quer que seja, mas que nos ponha ao abrigo de quaisquer sobresaltos e surpresas.

Bem sei que as nossas finanças não podem arcar com todas as despesas que requereria a organização completa do nosso apparelhamento militar.

Mas confio em que se faça e continue a fazer ao menos o indispensavel.

# HISTÓRICO DO 1º REGIMENTO DE ARTILHARIA A CAVÁLLO

Pelo Cap. JOSE' FAUSTINO FILHO

No desejo de contribuir, embora modestamente, para o monumento historico do decano dos nossos regimentos de artilharia, o qual com o sangue dos seus heróes escreveu paginas rutilantes para a nossa historia militar, resolvemos publicar a conferencia que fizemos a 11 de Julho de 1929, no quartel do 5º R. A. M., em Santa Maria, e pedimos aos estudiosos desses assumptos queiram contribuir para tão elevado emprehendimento.

Attendeu já, gentilmente, a nossa solicitação, o Sr. General João Borges Fortes, escrevendo uma valiosissima contribuição, revivescencia ardorosa de quem se fez no glorioso Regimento, que chegou a commandar.

Exmo. Sr. Gen. Cmt. da Guarnição.  
Ilmo. Sr. Dr. Intendente Municipal.

Srs. Cmts e Officiaes do 5º R. A. M. 7º R. I. e 1º R. C. da Bda. Militar do Estado.

Meus caros camaradas.

Nomeados que fomos pelo Sr. Cel. Cmt. para, como presidente da commissão constituída pelos Srs.: Cap. Léo Cavalcanti d'Albuquerque e 2º Ten. Orlando Medeiros, (1) organizarmos o historico do nosso querido Regimento, muito tivemos a fazer, pois que, até a presente data, nada se escripturou ainda em seu livro historico. A nós pessoalmente tambem nos coube, além da maior tarefa no trabalho, concatená-lo, resumindo-o, afim de dar cumprimento á prescripção do artigo 42, do R. I. S. G., fazendo delle uma conferencia para as praças, explicativa da data que se festeja.

(1) Esta conferencia só alcança a parte que coube ao Cap. José Faustino.

Foi com viva emoção que assisti ás manobras das nossas esquadrilhas aereas. Pela sua efficiencia, pelo seu pequeno custo, a aviação militar está fadada, a meu ver, a ser a arma mais ao nosso alcance. Poucos sabem no Brasil o que neste assumpto se realizou no presente quadriennio. Poucos sabem a que ponto maravilhoso de segurança, de precisão, de preparo technico e pratico attingiram os nossos pilotos.

As nossas classes armadas precisam da justiça, do carinho e do apoio dos civis. A alta administração do paiz já começou a fazer-lhes justiça. No presente quadriennio não houve uma promoção que não obedecesse automaticamente á lista de antiguidade ou merecimento. Uma éra nova inaugurou-se.

Quanto ao carinho e á sympathia dos civis,

Escripta pois, na linguagem sobria com que estamos habituados a falar á intelligencia rude e alma singela do nosso soldado, longe está, nossa modesta narração de episodios da caserna, de preleção literaria.

## O CULTO DA TRADIÇÃO

Bemdizemos o exhaustivo trabalho que tivemos, as vigilias que gastámos na pesquisação de velhos alfarrabios, rebuscando o nosso precioso arquivo, concatenando documentos, estudando, enfim, porfiosamente, a nossa historia militar para virmos relatar aos nossos caros camaradas a historia do nosso Regimento, isto porque nos é dada assim a oportunidade de reviver, perante seus espíritos moços, os nossos velhos e nobres antepassados, falando-lhes de seus feitos valorosos, para prestar um fervoroso culto á tradição do nosso glorioso Exercito e, particularmente, do nosso amado Regimento. As instituições militares precisam ser alimentadas pela seiva de suas tradições, através de raizes que penetrem profundamente no emmaranhado da historia dos seus povos.

E' certo, que arbustos existem, os quae medram em terrenos uberrimos e muito se desenvolvem sem se arraigarem no solo. Elles, porém, apenas conseguem fazer desabrochar tenras flores, que fenecem com o vento, e jamais produzirão frutos que germinem aquellas sementes vivificadoras que fazem a perpetuação da especie.

As organizações militares não devem ser qual heras rachíticas que se agarrem parasitariamente aos carcomidos muros de suas nacionalidades, nem arbustos de ornamentação, que simplesmente apresentem, em dias de gala, a polychromia de vistosos uniformes que se descorem

o volverem-se elles para as classes armadas é volverem-se para a imagem impessoal da Pátria. Considero um dever de honra de todo brasileiro trabalhar pelo exercito, pugnar pelo exercito, dedicar á grandeza do nosso exercito de terra e mar o melhor dos seus esforços, pela palavra ou pela pena. Elle, que nos garante o tumulo dos nossos paes e o berço dos nossos filhos, é a maior expressão da nossa dignidade e da nossa independencia.

Considero uma alta felicidade e uma alta honra, o ser-me permitido manifestar estes sentimentos sobre as nossas classes armadas, a uma figura do reconhecido valor moral e da luminosa capacidade, que quantos acompanham a vida nacional lhe reconhecem, do Sr. general Azeredo Coutinho.

á chuva e esmaeçam ao sol. Ellas têm, antes, que ser arvoredos seculares, que se alimentando atravez de profundas tradições, produzam frutos sazonados, que medrem o principio da continuidade de um povo, perpetuando seus feitos gloriosos atravez da historia e resistindo assim, impavidamente, á acção deleteria do tempo.

A Polonia esteve sem territorio, mas o tempo não conseguiu fazer desaparecer sua historia e poude ella, assim, resurgir em Nação, alimentada pela tradição de seus antepassados. A Historia é a arca sagrada que atravessa os diluvios dos povos e vae repor, perante a Eternidade, os escrinios que avaramente conserva, logo que volte a bonança annunciada pela branca pomba da paz.

Henry Haussaye disse que, si é possivel escrever muitas paginas sobre a servidão militar do mundo, mais ainda se pode escrever sobre a grandeza e a gloria militares. Nós poderemos, então, ahi acrescentar que do Exercito Brasileiro só se podem escrever grandezas e glorias. No entanto, assevera contristado o grande escriptor cearense, Gustavo Barroso: — "Até parece sermos o unico povo que procura esquecer sua vida militar, como se não gostasse de tel-a vivido. Entretanto, nunca fomos vencidos e nenhuma historia militar é mais bella do que a nossa, porque se não conhecemos glorias excepcionaes, não conhecemos revezes dolorosos. Sem o amor ao passado e a lição dos feitos antigos, não pôde haver nacionalidade. Não se ama sua Patria sem amar sua historia. A alma nacional só se pôde afirmar com a continuidade historica".

"Ensínemos a nosso povo a bem querer as nossas coisas. Incutamos-lhe a religião do passado, a que nenhuma nação jamais faltou, porque ella é sua propria alma. Restauremos, com esse alevantado fim, no nosso exercito, o prestigio da tradição;" e particularmente a este Regimento a veneração por seu passado glorioso, acrescentamos nós.

#### DECANO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

A origem do nosso amado Regimento fomola encontrar nos priscos tempos das Regencias Trinas, num dos mais tempestuosos periodos da nossa historia, quando, após tantos esforços, passamos a ser, verdadeiramente, um povo independente e a ter um exercito caracteristicamente brasileiro, sendo o nosso Regimento o unico corpo de artilharia de campanha que então se organizou.

Assim como a Fortaleza de Santa Cruz, com a organização do 1º Btl. de artilharia de posição, em 1600, é o decano dos corpos do Exercito e o 1º Regimento de Cavallaria o de sua arma, sem que, nunca tenham mudado de parada, conservando este, ainda, sua numeração, é o nosso Regimento o decano da Artilharia de Campanha, embora só tenha surgido na Regencia provisoria, por 4 vezes tenha mudado de designação e seja esta cidade, de Santa Maria, a sua segunda parada.

#### O EXERCITO COLONIAL

Antes de entrarmos na vida intima de nosso Regimento, vejamos, em rapido resumo, o que

tinha sido o nosso exercito quando das Regencias Trinas.

Até 1824 os elementos das tres armas achavam-se organicamente reunidos e tinham designações locaes, tais como: — Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro, Legião de tropas ligeiras da Província de São Paulo, Batalhões libertos de Montevideó, Batalhões de Caçadores da Corte, etc.

Na metropole, desde 1806, que os corpos tinham numeração seguida, dentro de cada arma; os progressos de Portugal, porém, muito tardivamente attingiam ao colonial Brasil, o qual, só a 1º de Dezembro de 1824, vae adoptar tal progresso, sendo então, organizadas cinco unidades de artilharia, com a denominação geral de "Corpos de Artilharia Montada", além de 12 corpos de artilharia de posição. Os cinco referidos corpos provinham: o 1º, — das antigas Brigadas de Artilharia Montada da Corte; o 2º, — da Artilharia que destacou da Legião de São Paulo; o 3º, — do Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro; o 4º, — do Corpo de Artilharia a Cavallo das Alagoas e o 5º, — da Companhia de Artilharia a Cavallo da Parahyba. O 3º Corpo, porém, não chega a se organizar, pois o aviso n. 57, de 5 de Março de 1825, manda que o Batalhão de Artilharia e Infantaria do Rio Grande, que o devia constituir, forme o 9º Batalhão de Caçadores. Os demais vão desaparecer com a reorganização feita pela Regencia provisoria.

Além disto, quando da proclamação de nossa independencia, dividia-se, ainda, o Exercito, em duas partes distintas uma só de portuguezes, outra de portuguezes e brasileiros, sendo estes em minoria, pois, sob o pretexto das questões com o Rio da Prata, mandara D. João VI vir de Portugal, em 1816, uma divisão denominada de "voluntarios reaes", divisão esta que foi aumentada no anno seguinte, devido a revolução pernambucana. E, si até então, era bem difícil o acesso aos brasileiros, dahi por deante não mais poderam attingir aos altos postos, por ter o comandante portuguez, Vicente Antonio de Oliveira, representado a D. João VI pedindo "formalmente, que aos brasileiros não se concedesse mais alto posto que o de capitão". D. Pedro I, não obstante ter levado a effeito a primeira organização brasileira, em 1824, pedia, em Outubro de 1825, a todos os governadores das armas, os mapas da força e do armamento, como tambem uma relação das despesas feitas.

O governo ainda não tomara pé com relação ás dissimiladas forças das províncias, que em vez de constituirem um todo homogeneo eram partes desagregadas, sem nenhum laço de união. Nem pareciam pertencer a um mesmo Exercito, com organização, uniformes e effectivos diferentes; constituiam, antes, diversos exercitos.

A officialidade era composta nos altos postos, de portuguezes e, nos demais, de um grande numero de estrangeiros contractados, vindos do exercito colonial que permaneciam no Brasil sem se prenderem a compromisso algum. Após a Independencia foi tal facto julgado perigoso e, dahi, determinar o Dec. de 12 de Janeiro de 1824, a entrega das patentes assignadas por D. João VI, afim de serem substituidas sob pena de demissão e expulsão do paiz.

De uma proclamação Imperial dirigida ao Exército consta que do Brasil sahiram 14.000 soldados portuguezes por não aceitarem a Independencia.

Em 1825, aquelles officiaes estrangeiros, anteriormente demittidos, eram reintegrados e o Marquez de Barbacena foi encarregado de contratar outros que teriam, em nosso Exército, um posto acima áquelle do seu, direito á reforma e "tudo a esperar da magnanimidade imperial", como textualmente declarava o aviso n. 55, de 3-3-1825. Em 1829 chegam notícias de que estava prestes a partir, da Inglaterra, uma divisão de tropas portuguezas que se destinavam ao Brasil. Houve alarme geral e tão energica foi a reacção, por parte principalmente da Assembléa, que o Imperador mandou contra ordem. Estava elle, por aquella occasião, em meio de graves embaraços, tanto em relação ao Brasil como em relação a Portugal, cujas corôas tinha em mãos, sem que se sentisse com forças para sustar qualquer dellas.

A 24 de Novembro de 1830, uma lei estabelece só poderem ser officiaes, inferiores e graduados os cidadãos brasileiros, abrindo excepción, unicamente para aquelles que tivessem collaborado na lucta da Independencia ou obtido ferimento defendendo o paiz.

Ia o exercito assim se libertando do jugo estrangeiro. Restava-lhe, porém, para si e para o paiz, o chefe supremo. Pedro I tinha emancipado o Brasil, mas nem por isso deixava de ser estrangeiro e de favorecer seus compatriotas.

Certo dia demitte elle um gabinete brasileiro sympathico á população e nomeia outro de gente sua. O povo pede-lhe a reintegração do ministerio e elle resiste; Lima e Silva, então commandante das armas, intercede, e elle não cede. O povo, que se reunira no campo de Sant'Anna, já tinha a seu lado toda a guarnição militar, inclusive o Batalhão do Imperador que guarnecia o Paço. O Imperador é avisado dessa gravissima situação e tenta agora mudar o gabinete, para o que faz chamar o Senador Vergueiro, que não é encontrado. Abdica, então, do trono, em favor de seu filho Pedro II, ainda tenra criança, mas que era brasileiro de nascimento.

A assembléa elege uma Regencia provisoria que vae gerir os destinos do Paiz em nome do menor governo que, na idade, já teve o Brasil, o qual chegou, porém, a ser o maior dos brasileiros — pelo amor e serviços prestados á sua terra.

Estava o Brasil, para sempre, liberto de qualquer interferencia estrangeira.

Vae então, a Regencia consolidar o espirito nacional, imprimindo-lhe um carácter essencialmente brasileiro e logo voltou suas vistas para o Exército, reorganizando-o. Eis, em largos traços e fracas cores a paizagem historica em cujo marco evolutivo fomos encontrar os prodromos do aparecimento do nosso querido Regimento.

### 1831

#### NOSSA PRIMITIVA ORGANIZAÇÃO

A Regencia provisoria reduziu e reorganizou o Exército, baseada no artigo 2º da lei de 24 de Novembro de 1830, dando-lhe, por Dec. de

4 de Maio de 1831, a seguinte composição: 16 Batalhões de Caçadores, 4 corpos de Cavallaria, 5 corpos de artilharia de posição e um corpo a cavalo.

Eis o corpo que, através organizações sucessivas veio a se transformar no actual 5º R. A. M.

Além dos 5 corpos de posição, era o unico de artilharia de campanha que se criava; dahi sua denominação de "Corpo de Artilharia a Cavallo", sem numeração.

Podemos, pois, nos vangloriar de sermos o decano dos corpos de artilharia de campanha brasileira, cuja fundação data de 4 de Maio de 1831.

Si tal data é, incontestavelmente, a origem do nosso Regimento, a sua verdadeira criação, não ha porque desprezal-a, adoptando-se qualquer das outras, que apenas expressam simples mudança de numeração, como sejam: o 19 de Abril de 1851, o 18 de Agosto de 1888, o 9 de Março de 1909, ou o 11 de Junho de 1919, datas em que elle passou a ser: 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, 1º Regimento de Artilharia de Campanha, 4º e 5º Regimento de Artilharia Montada, successivamente, como vamos mostrar.

O primitivo "Corpo de Artilharia a Cavallo" compunha-se de 4 companhias de artilheiros e 2 de conductores. Cada companhia de artilheiros possuia um capitão, um primeiro e um segundo tenente, um primeiro sargento, um segundo e um furriel, 4 cabos, 46 soldados, um clarim e um ferrador. As de conductores tinham: um primeiro e um segundo tenente, 3 sargentos, 4 cabos, 44 soldados, um clarim e um ferrador. O seu estado maior constava de um Coronel ou Ten.-Cel., um Major, um Ajudante, um quartel-mestre, um secretario, um capellão, 2 cirurgiões, 2 sargentos e um clarim-mór.

#### A PRIMITIVA CASERNA

Teve aquelle corpo por parada a cidade de São Gabriel ficando o seu quartel na parte N. da cidade, dentro dos limites urbanos e não muito longe do Passo da Artilharia, no Rio Vaccacahy, no mesmo local em que se acha hoje a bia organizada do 6º G. A. Cav. cujos edifícios foram remodelados em 1874.

#### NA REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS

As ideias que, provindas das Repúblicas Platinas, echoavam nas coxilhas do Sul, conturbaram nosso Regimento, o qual vae receber seu baptismo de fogo na revolução farroupilha.

Os gauchos brasileiros se entusiasmaram com o projecto da separação e delle fizeram causa patriótica, desde que a Banda Oriental se constituiu em República e, os caudilhos da fronteira vieram em auxilio dos revolucionarios brasileiros. Os farrapos foram, sem dúvida, o mais terrível dos perigos por que passou o Império, e foi quando os gauchos revelaram a sua fibra de guerreiros.

Dahi a Regencia mandar, por Dec. de 21 de Março de 1836, dissolver os corpos, que tinham tomado armas a favor dos primitivos republicanos gauchos, os quaes eram: — o nosso Regimento de Artilharia a Cavallo, o 8º de Caçadores, 2º, 3º, e 4º corpos de Cavallaria. Em 10 de Julho do mesmo anno, porém, o Ministro da

Guerra, em nome do Regente Feijó, deixava ao prudente arbitrio do Presidente da Província a dissolução de taes corpos, por já ter o 8º de Caçadores voltado a causa da legalidade.

Não chegou a ser por isso dissolvido o corpo de Artilharia a Cavallo.

### OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O Dec. de 22 de Fevereiro de 1839 dá uma organização mais regular ao Exército, limitando-se o nº. de officiaes generaes, do estado maior e do corpo de engenheiros.

O Exército que era de 10.000 homens passou a ter 14.390 nas forças de linha, além dos 2.084 das forças fóra de linha. O nosso Regimento, de 354 homens, passou a ter 562.

1851

### 1º REGIMENTO DE ARTILHARIA A CAVALLO

A esta organização segue-se a de 19 de Abril de 1851, onde a tropa é dividida em corpos moveis e corpos de guarnição. Aquelles comprehendem 14 Batalhões de Infantaria, sendo 8 de fuzileiros e 6 de Caçadores, 4 Regimentos de Cavalaria ligeira, 4 Batalhões de Artilharia a pé e um Regimento de Artilharia a cavallo, com 6 baterias, sendo as 1ª e 6ª de Artilharia pesada e as demais, ligeiras.

Dahi o antigo "Corpo de Artilharia a Cavallo", aparecer como "1º Regimento de Artilharia a Cavallo", sendo seu efectivo aumentado para 31 officiaes e 786 praças, numeros aos quaes, realmente, não attingiu, como tambem não foi completado em seu armamento, pois, as baterias pesadas deveriam ter, cada uma, 4 peças de seis pollegadas e 2 obuzes de 5 ½ pollegadas e, as ligeiras, 6 canhões obuzes de 4 ½ pollegadas; no entanto, tinha, apenas, 19 obuzes de bronze, alma lisa de 4 ½ pollegadas.

Com tal material é chamado a intervir

### NAS GUERRAS DO PRATA

Digamos algo do valor moral que, para o Brasil, essas guerras encerram, indo desinteressadamente se bater contra a caudilhagem que opprimiu a tres povos: o Uruguayo, o Paraguayo e o Argentino.

A epopeia sangrenta da caudilhagem já durava 9 annos de martyrios para aqueles povos. Tres mil vidas já custara o cerco de Montevideó. A Inglaterra e a França tentaram ou fingiram tentar uma solução, por acordo, com a clausula da suspensão de armas por parte dos sitiados. Ellas accederam e indecisa foi a acção dos mediadores; enquanto isso, Rosas triumphava em suas tyrannias. Pede elle, arrogantemente, o concurso do Brasil contra a intervenção das esquadras dos medianeiros. O Brasil, porém, declara-se neutro, limitando-se a reconhecer oficialmente a Republica do Paraguay e a fornecer-lhe elementos de defesa, mandando instructores militares para o Exército e Marinha, taes como: Porto-Carrero, Cabrita, Soares Pinto e Caminada, e engenheiros que construiram diversas fortificações, inclusive as de Humaytá, donde, depois, elles nos

combateram. E, a favor do Estado Oriental, toma o encargo dos subsídios, cujo auxilio a França suspendera.

Afinal aquellas duas potencias entraram em entendimento com o dictador. Os Uruguayos ficaram extaticos, transidos de horror!

Ahi, um grupo de gauchos decididos, cançados das extorsões que soffriam dos tyrannos, chefe de bandos, resolve lutar contra elles atravessando a fronteira ao seu encontro.

Rosas num assomo de colera incontida commete a sandice de retirar seu agente diplomático junto ao nosso Paiz. Sente-se, então, o governo brasileiro, na obrigaçao de agir e vae fazel-o de modo nobre e alto, pesando suas acções para não deixar qualquer suspeita de interesse. A 29 de Maio fica estabelecida a sua acção militar num tratado firmado com o governo Oriental, de Entre-Rios e Corrientes, províncias argentinas que se afastaram de Rosas. Ao mover-se o nosso exercito é solicitada do governo oriental, permisão formal e por escrito para que pisassemos o solo Uruguayo.

Ficava assim patenteado, com luxuosos escrupulos, nossa orientação contraria ás guerras de conquistas e reaffirmavamo-nosso único intento, de arrancarmos, das garras dos caudilhos, aquellas nações irmãs, dando-lhes ensinamentos de civilização e garantindo-lhes uma vida livre de nações independentes.

Empenhámos, em pról deste ideal, o que uma patria nova tem de mais caro: a sua mocidade pujante de vida e entusiasmo. E, como recompensa, só aceitamos aquillo que nunca nos poderão negar, as paginas de ouro que os bravos ali escreveram.

Entrementes, D. Juan Manoel Rosas, num assomo de indignação, para rebater nossa altruísta attitude, declara que seu intento não consistia, apenas, na annexação de toda as províncias da antiga Vice-realeza de Buenos-Aires, como tambem, ligar a ella a província do Rio Grande e promover a proclamação da Republica no Brasil inteiro.

### NA LIBERTAÇÃO DA ARGENTINA CONTRA A TYRANNIA DE ROSAS

A 10 de Agosto de 1851, parte de São Gabriel para Sant'Anna do Livramento, onde chega a 21, o 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, sob o commando do Major Emilio Luiz Mallet, com um efectivo de 600 homens, 19 bocas de fogo e apenas 500 tiros.

Acampa ás margens do arroio Sarandy, onde com seis bocas de fogo da artilharia prussiana, e uma bateria de foguetes á Congreve, vae constituir toda a artilharia que fica sob as ordens do Coronel Francisco Antonio da Silva Bitten-court. Além desta, apenas vae incorporar-se á Divisão Brasileira, nas vesperas da batalha de Monte Caseros, o corpo de artilharia de D. José Maria Pirán, official das forças de Urquiza, nosso aliado, que trouxe 21 bocas de fogo de diversos calibres, que já tinham pertencido, ao exercito de Oribe. O 1º de Artilharia a Cavallo passou a fazer parte da 4ª Divisão, cognominada ligeira por ser composta de tropas de Cavalaria, sob o commando do Coronel David Canabarro, que exerceia a missão de cavalaria independente.

Marchou por Quarahy e penetrou em territorio Uruguayo, onde, vencendo os obstáculos naturaes teve sua primeira etapa de glorias. A travessia dos rios Negro, Yi e seus affluentes foi feita na peior estação do anno, com 5 grãos abaiixo de zero, além do vento e da chuva que, durante dois dias, obstaram qualquer acção. Não havia pontes e, para toda a Divisão, só existiam quatro canhôas, dois botes, quatro balsas e algumas pelotas. Tinha o rio Yi, 48 braças de largura e, o Negro, 66, e não havia, em suas margens, vegetação, por ser o terreno de banhados e prados, então tomados pela geada. Atravez delles se arrastaram, penosamente, as carretas da subsistencia e as 19 boccas de fogo de nosso Regimento, as quaes só o boi ahi puxava.

#### "BOI DE BOTAS"

Os nossos conductores usavam, por essa época, compridas e pesadas perneiras, de couro com guarnições metallicas, presas ás pernas por atadores de sóla, que lhes fazia o passo tardo e lembrava o boi das peças. Dahi generalizar-se, aos artilheiros do 1º a Cavallo, a denominação de boi de botas dada aos seus conductores, a qual vae se extender, depois, á toda a arma de artilharia.

#### DESDOBRAMENTO DO REGIMENTO

Ao fazer-se a concentração em Colonia, ahi fica Caxias com as tropas de observação, enquanto destaca a 1ª Divisão Brasileira para seguir com as tropas de Urquiza. Desta Divisão faz parte o nosso 1º de Artilharia a Cavallo, sob commando do Major Joaquim José Gonçalves Fontes, com 16 peças, constituindo duas baterias de canhões e uma de foguetes.

O Major Emilio Luiz Mallet vae commendar o 2º Regimento de Artilharia a Cavallo, que, entanto, ahi se forma com as tres restantes peças do nosso 1º, as do contingente prussiano, sob o commando do barão de Lemmert, e do pessoal do 1º batalhão de artilharia a pé, que viera armado de fuzis, organizando-se tres baterias.

Ficou assim o Regimento desdobrado em dois.

1852

#### NOS CAMPOS DE MORON — ATAQUE A MONTE CACEROS

Na batalha travada a 3 de Fevereiro de 1852, na província de Buenos-Aires, povoado de Moron, o nosso Regimento, de inicio, recebeu ordens para responder o fogo da artilharia inimiga, no classicó duello da artilharia, de cuja missão foi logo afastado por julgar o General Marques de Souza, cmt. da Divisão brasileira, que, dadas as diferenças de calibre, seriam seus tiros inefficazes, enquanto ficava inutilmente exposto aos tiros inimigos; dahi determinar que o Regimento avançasse para lugar de onde pudesse bater o inimigo e distrahir seus fogos de sobre a Divisão Oriental, que partira para combater e seria desbaratada se o 1º a cavallo não o soccorresse.

O 1º a cavallo toma posição adequada, bate o inimigo e permite o avanço incolum de Divisão Oriental.

Um bravo pois, o seu destemido commandante, Major Joaquim José Gonçalves Fontes!

A Divisão Galan, que devia romper o movimento, não se movera. A 1ª Brigada de infantaria brasileira desiste de esperar por ella e vae acompanhar o movimento dos orientaes, debaixo da protecção dos fogos do nosso 1º Regimento e, como os orientaes desviassem muito para a esquerda, segrem os brasileiros em frente, para investir contra o inimigo pelo caminho mais curto, arrostando todo o fogo da posição adversa. Na 1ª linha estavam o 11º e 13º Batalhão e à retaguarda, o 8º. Entrementes, tem o 1º de Artilharia a Cavallo de apoiar o avanço da 2ª Brigada, que segue dirigida pelo proprio General Marques de Souza, o qual ataca a posição de frente, desde a casa de Caceres até ao Palomar, enquanto a 1ª, em angulo recto, ataca, parte da frente e retaguarda de Monte Caceres.

A Divisão Oriental está atacando a linha de carretas e chega á casa de Monte Caceres, passando por sobre cadaveres de soldados brasileiros, que antes alli tombaram; juntam-se os orientaes aos brasileiros e a ultima resistencia é vencida. Foi debaixo da protecção dos fogos do 1º a Cavallo que as 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria brasileira, e depois os orientaes, levaram a effeito o ataque á forte posição da direita, a mais importante da linha inimiga, apoiada em Monte Caceres, e puderam, depois prosseguir no avanço, não obstante ficarem com o flanco direito no ar, pois mais uma vez, o Cel. Galan, que deveria apoiar os, não se moveu.

Marques de Souza e seus bravos commandados, não obstante, avançam a passo de carga e vão ocupar a posição fortificada á esquerda, onde se abrigavam duas baterias, uma de 14 e outra de 8 peças, dellas se apossam, tornando prisioneiras as suas guarnições e sem detenções se dirigem ao centro da ala esquerda inimiga, onde se acham outras duas baterias. Assaltam taes baterias, já batidas pelo nosso bravo 1º de Artilharia a Cavallo, e estas posições não resistem, nem tambem os batalhões que as apoiam comandados por Maza, Costa e Hernandez. O bravo Osorio foi quem aprisionou uma destas baterias. A poderosa bateria de Chilavert e a Divisão Diaz, lá da extrema esquerda das forças de Rosas, tentam intervir, para ao menos, salvar a honra das armas. E tomam suas providencias. Chilavert dispõe sua bateria em semi-círculo e vae sacrificando toda a força que se apresente, ao entâo, poderoso alcance de seus canhões. Diaz, muda de frente á direita, para poder atacar de flanco a Divisão Galan que se dispuzera, afinal, deante de tanta bravura, a fazer alguma cousa.

O 1º de Artilharia a Cavallo, porém, estava attento ao campo de batalha e, como a sua infantaria de Monte Caceres não mais precisava de seu auxilio, podia agora, tambem, para o desengano final do inimigo, dirigir seus fogos para a posição de Chilavert. Este fica impotente, procurando por fim o melhor caminho para Buenos-Aires. A Divisão Diaz não tarda seguir-lhe a trilha acossada pela Divisão Lamadrid. Ao grande Osorio vae caber o acto final. Elle, á frente do seu glorioso e indomito 2º Regimento de Cavalaria, dá ahi a sua ultima e estrepitosa carga.

Ficou restabelecido o governo constitucional na Republica Argentina.

A victoria dos Aliados foi, assim, completa.

Rosas conseguiu fugir para Buenos-Aires, e disfarçado em marinheiro se refugia a bordo do Conflict, navio inglez, que o transportou para a Inglaterra, onde morreu exilado.

1864

### PELA REMISSÃO DA LIBERDADE ORIENTAL — NA GUERRA CONTRA AGUIRRE

Os brasileiros domiciliados aquem e além das coxilhas divisorias continuam a soffrer repetidas incursões de forasteiros, blancos e colorados, quer como legalistas, quer como revolucionários. Por escrupulos do Imperio, de que suspeitassem visasse o governo do Brasil a conquista territorial, como tambem para que na guerra não se arriscasse a corôa, deixava até que se accumulassem os aggravos que vinham soffrendo nossos patrícios, em sua honra e fortuna. O presidente Girô, embora desaffecto do Brasil, pediu-lhe auxilio quando perclitava sua autoridade; o seu substituto no poder, tambem do partido branco, renova o pedido, a que attendeu o governo enviando 4.000 homens, sob o commando do General Pereira Pinto.

Em 1858, outro movimento irrompe na Republica Oriental e outro pedido de auxilio é feito ao Brasil, que intervém e suffoca a revolta, sendo sacrificados na chacina de Quinteros, nossos aliados de Monte Caceres.

Não obstante tudo isso, ha animosidade por parte dos blancos para com os brasileiros, estancieiros da fronteira que, desesperados diante dos prejuizos soffridos, tomam o partido de Flores, o que faz aos blancos redobrarem suas crueldades.

Os riograndenses mandam um emissario á Corte, o qual faz sentir ao governo estarem dispostos a ir soccorrer os irmãos desamparados. Sem poder mais contemporizar vae o governo agir com prudencia, para que os blancos não tenham motivos de queixa, e manda a Montevidéu, em missão especial, o conselheiro José Antonio Saraiva. Este consegue, com os bons officios dos ministros argentino e britannico, a adhesão do Presidente Aguirre a uma proposta de acordo com o General Flores que, de sua parte, tambem adhère.

De repente, porém, com surpresa de todos, fracassam as combinações.

Era Lopez que actuava nos negocios do Estado Oriental, onde, qualquer intervenção que não a sua, seria "attentatoria do equilibrio dos Estados do Prata" como vae dizer, depois, em protesto á legação imperial.

Esgotados os recursos pacíficos, apresentou o Conselheiro Saraiva, em 4 de Agosto de 1864, um ultimatum, marcando o prazo de seis dias para que o governo oriental se declarasse pronto a dar satisfação aos justos reclamos do Brasil e integral cumprimento das convenções anteriores, previnindo-lhe tambem que por qualquer acto de força ou oppressão commettida contra os brasileiros, seria tornada effectiva a protecção a que elles tinham direito, invadindo, as tropas

brasileiras, o territorio do Uruguay, pelo norte, e o Almirante Tamandaré exerceria represalia no rio Uruguay.

O governador Aguirre, supondo que o Brasil recuaría ante o protesto de Lopez tentou ganhar tempo devolvendo o ultimatum.

A esquadra brasileira, que sulcava aguas do Prata, começa a praticar represalias que não tardaram em degenerar em hostilidades. Solano Lopez, que até então agia na sombra, aparece em scena, pedindo ao governo de Buenos-Aires explicações sobre os auxílios que dahi teriam partido para Flores.

Mitre não deu a resposta á impertinencia. A seguir, dirige-se Lopez ao Brasil e communica que "não consentiria na occupação de qualquer porção de territorio oriental". Os blancos exultam com taes gestos de Lopez. Flores, após um mez de armisticio, reenceta sua campanha e o governo imperial põe de parte os escrupulos de sua politica e vae cooperar com o chefe colorado.

### A MOBILISACAO BRASILEIRA EM 1864

Em nota confidencial, datada de 7 de Setembro, dizia o Conselheiro Saraiva ao Visconde de Boa Vista, governador da Província do Rio Grande do Sul, que lhe parecia necessário e urgente a entrada do exercito brasileiro no territorio da republica para expellir, do Cerro Largo, Paysandú e Salto, as forças do governo oriental e que a divisão de operações deveria levar o pessoal e material necessarios para sitiá, e tomar á viva força, se preciso fosse, a cidade de Paysandú, onde estavam entrincheirados mais de 1.000 homens, com 20 peças de artilharia bem colocadas. A 21 de Setembro, eram expedidas, do Rio de Janeiro, ordens terminantes para que nossas forças ocupassem aquellas cidades.

As forças que deviam alli operar, porém, ainda não estavam organizadas e só a 22 de Setembro foi feita a nomeação do Marechal João Propício Menna Barreto para commandal-as, conforme fez publico a ordem do dia n. 416, de tal data.

No entanto, desde Maio, o antecessor do Visconde de Boa Vista, bacharel João Marcellino, vinha expondo a conveniencia da organização de uma divisão que acampasse em ponto estratégico da fronteira e dava conta da situação, dizendo: "Poucas são as forças de linha da guarnição na província e estas estão mal fardadas, mal armadas e disseminadas por varios pontos longinquos.

O Arsenal e depositos bellicos estão desprovidos de material, os regimentos não têm cavaliada e o inverno se approxima. Ha na província 5 regimentos de linha, 1 de artilharia a cavalo, 4 de cavallaria ligeira com um total de 1.319 homens e 3 batalhões de infantaria com 1.184 praças". Para Matto Grosso já marchavam forças do Rio, São Paulo, Minas e Goyaz, em socorro daquella província invadida pelos paraguayos. Para o Sul apenas foi possível mandar-se o 4º e o 12º batalhões de infantaria ou sejam mais 1.200 homens.

O Marechal Menna Barreto, ao receber a investidura do commando em chefe, achava-se

em São Gabriel; dirigiu-se então para Bagé, junto a cuja cidade, nas pontas do Rio Pirahy, vai efectuar, apressadamente, a concentração do divisão com que Saraiva pensava contar na fronteira, desde muito antes, prompta para invadir o Uruguai e com a qual ameaçara seu governo.

Para completar um effectivo de 4.000 homens, teve de recorrer á guarda nacional, organizando 6 corpos provisórios, dos quaes um foi reforçar a fronteira das Missões e os cinco restantes foram completar as divisões que vão cobrir-se de glorias em Paysandú.

A Osorio cabe o commando da 1<sup>a</sup> Divisão e ao Brigadeiro Menna Barreto o da 2<sup>a</sup>. As Brigadas de Cavallaria eram commandadas: a de linha pelo Coronel Cândido José Sanches da Silva Brandão e as da guarda nacional pelos brigadeiros honorários José Joaquim Andrade Neves e José Gomes Portinho e Coronel José Alves Valença e as de infantaria: a 1<sup>a</sup>, constituída pelos 4<sup>º</sup>, 6<sup>º</sup> e 12<sup>º</sup> batalhões pelo Coronel Antonio Sampaio e a 2<sup>a</sup>, dos 3<sup>º</sup> e 13<sup>º</sup> batalhões, pelo Coronel Carlos Resin.

Os dois outros corpos de infantaria que foram mandados em Dezembro, o 2<sup>º</sup> e o 10<sup>º</sup>, chegaram com tal atrazo que não mais alcançaram a Divisão Menna Barreto, acamparam em Alegrete e foram aproveitados, depois, na defesa de Jaguário, em 27 de Janeiro de 1865.

#### A CONTRIBUIÇÃO DO 1º REGIMENTO DE ARTILHARIA

A artilharia era constituída por tres baterias do valoroso 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, as 2<sup>ª</sup>, 3<sup>ª</sup>, e 6<sup>ª</sup>, as quaes, a 18 de Outubro de 1864, deixavam o seu quartel sob os commandos respectivamente dos capitães Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, Hermes Ernesto da Fonseca e Antonio Carlos de Magalhães, tendo como subalternos os 1os. Tenentes Ernesto Augusto da Cunha Mattos, João Nepomuceno de Medeiros Mallet e os 2os. Tenentes Justino Silveira, José Maria de Moraes, José Manoel Teixeira Rios, José Antonio Lessa, Ignacio Antonio de Gouvêa Junior, Antonio Carlos de Oliveira e Mello e o Alferes addido Onofre José Antonio dos Santos.

O conjunto das baterias ia sob o commando do Ten. Cel. Emílio Luiz Mallet constando de 6 canhões obuzes e 168 praças, pois o regimento estava muito desfalcado em seus effectivos, quer em praças, como em animaes.

Não eram tambem satisfactorias as suas condições com relação ao material.

Em 1864 a artilharia raiada já fizera seu advento na Europa e o Brasil possuia della algumas baterias no Arsenal do Rio de Janeiro. O nosso valoroso 1º de Artilharia, porém, só possuia 14 velhos obuzes de bronze, com alma lisa. Feitas algumas marchas, acampa o Regimento, a 31 de Outubro, no Pirahy. A 17 de Novembro chega ali o Capitão Luiz Fernandes de Sampaio trazendo, com procedencia do Rio de Janeiro, 6 canhões La Hitte, raiados, calibre seis, com pertences e munições.

Vinha como subalterno o 2º Tenente, do 1º a Cavallo, José Thomaz Theodozio Gonçalves e 33 praças do 1º batalhão de artilharia a pé; estas,

como as praças do 1º Regimento a Cavallo, desconheciam a artilharia raiada.

O Marechal Menna Barreto determina que se faça um exercicio de fogo com os novos canhões, o que se realiza em sua presença no dia 10 de Dezembro, dando cada peça 4 tiros, com os quaes deram os artilheiros por capazes de fazer a campanha, regressando ao Rio de Janeiro o Capitão Sampaio.

Além dos 12 canhões, que agora alli possuia o 1º Regimento, vieram juntar-se 6 peças de campanha Witworth e 12 obuzes de bronze da Marinha. Flores só dispunha de 7 canhões. Eis toda a artilharia com que se ia sitiari uma cidade fortificada.

A cavallaria estava pessimamente armada, quem tinha lança não levava outra arma, o mesmo acontecendo a quem tinha espada ou carabina. E, si assim estava armada, peor estava montada, os animaes eram na maior parte chucros; de inicio só os bons cavalleiros podiam montal-os.

Mais uma vez iamos contar sómente com a bravura dos nossos soldados.

#### NO ASSALTO A PAYSSANDU'

A 1º de Dezembro começa a marcha; mas devido á urgencia ficam no acampamento de Pirahy Grande as carretas de munição, levando cada peça apenas 70 tiros nos armões.

A 1<sup>a</sup> Divisão marcha para o Passo da Viola onde a 2<sup>a</sup> Divisão se lhe vai reunir e, ambas, tomando o nome de "Exercito do Sul", vão transpor a linha divisoria a 2 de Dezembro. A nossa esquadra sob o commando do Vice Almirante Tamandaré bloqueia o porto de Salto, enquanto Flores operava em terra auxiliado pelas forças de desembarque da esquadra brasileira. O Coronel Leandro Gomez, que o guarnecia, retirara-se para Paysandú e o Coronel Palomeque, que o substituira, rendeu-se sem resistencia, por falta de recursos.

Flores marcha sobre Paysandú onde, auxiliado pela esquadra brasileira, combateu tres dias. A resistencia era heroica e a cidade não se entregaria sem grandes perdas por parte dos atacantes. Resolveu Flores suspender o combate aguardando as Divisões brasileiras, que tardavam a chegar, as quaes, scientes disto, passaram a fazer marchas forçadas. Às sete horas do dia 29 chegava o "Exercito do Sul" a São Francisco, distante legua e meia de Paysandú.

Ahi conferenciaram Menna Barreto, Flores e Tamandaré.

Elaborado o plano, passou-se o dia 30 nos preparativos de combate e localização das tropas, cujos effectivos eram 1.695 infantes, além dos 600 homens de Flores com 4 boccas de fogo e 320 desembarcados da esquadra sob o commando do Major Corrêa da Camara e 195 artilheiros de Mallet ou sejam 2.810 homens. Os cavallarianos de Osorio ficaram a 9 kilometros distantes de Paysandú, em observação pois que não havia como empregar a cavallaria.

Dentro de Payssandú estão os chefes Leandro Gomez, Lucches Pires e Azambuja com 1.254 praças e 15 boccas de fogo de 16 e 18, col-

locadas em boas posições, dispostos a uma resistência vigorosa, abroquelados nos edifícios, cujas sotéas facilitam a defesa, com as ruas cobertas por barricadas e trincheiras.

As posições da artilharia, foram procuradas pelo commandante em chefe acompanhado do da artilharia, sendo escolhido para elas a cochilha da Boa Vista, ao norte, a cavalleiro da cidade. Para ahi marcham, á noite, todos os canhões, pois, pelas proximidades da linha de defesa da cidades não era possível ocupal-as de dia.

Mallet é quem dispõe a tropa. Ao alto da collina ficam os 12 canhões do seu querido 1º Regimento; na sua frente, a 120 metros desenvolvem-se em atiradores, protegendo a posição, duas companhias do 4º batalhão de infantaria; á retaguarda, as outras companhias e, mais para traz, em reserva, a restante infantaria brasileira aguarda o momento de marchar para a frente.

A' direita do 1º Regimento ficam 2 peças Withworth, de 30, sob o commando do Tenente Henrique Martins e 2 Coronadas, de 32, sob o commando do Tenente Mariz e Barros e a esquerda dois Withworth, calibre 6, constituindo a artilharia móvel sob o commando do Ten. Joaquim Francisco de Abreu, todos da Marinha.

#### UMA SORTIDA

A's 2 horas da madrugada, do dia 31 de Dezembro, tenta o inimigo uma sortida contra nossa artilharia, supondo surpreendê-la em seu natural descanso.

Ignorava elle o valor do chefe que organizava a posição. A linha de atiradores, providencialmente estendida na frente, faz, porém, malograr-se a empresa, com o seu nutrido fogo.

#### O COMBATE DE 52 HORAS

As 4 horas e 20 minutos estoura sobre nossas linhas o primeiro projectil da artilharia inimiga. E, durante 52 horas, consecutivas, mantém-se um bombardeio energico, de parte a parte.

De inicio tomba mortalmente ferido, por esilhaço de granada, na cabeça, o Tenente da Marinha, Henrique Martins, que commandava as peças Whitworth, de calibre 30. Pouco depois outra perda dolorosa iamos sofrer. As Cias. do 4º Blt., por não terem tido ordem de retirar-se, permaneciam na frente da bateria e devido á má qualidade das espoletas, uma granada explodiu a poucos metros daquella tropa ferindo mortalmente o 1º Ten. José Antonio de Lima Junior e matando a dois de seus soldados. O malogrado Lima Junior veio a falecer quando era conduzido para Buenos Aires a bordo do vapor Recife e foi enterrado na ilha Martin Garcia. O Gen. João Propício ao saber do lamentável acontecimento, ordenou áquellas Cias. se reunissem ao seu Blt. Notando o bravo Mallet que seus tiros não atingiam a praça, por estarem della muito distante os canhões, fel-os avançar e desde então os estragos dos canhonaços eram perfeitamente visíveis. O infatigável 1º de Artilharia já atirava seguidamente por cerca de 5 horas restando-lhe apenas poucos tiros. O Cmt. em chefes avisa en-

tão ao Almirante que estava exgotada a munição da artilharia, que cessasse o fogo dos navios porque ia assaltar a praça. E assim foi feito.

As 10 horas, de 31, o clarim do General dá o toque de avançar e aos vivas ao Imperador e á nação brasileira, avança a nossa infantaria em columna cerradas, ao passo de carga, ao som dos clarins e rufos dos tambores, mão grado o vivissimo fogo dos ocupantes que havia transformado cada casa num fortim, de cujas janellas e sotéas cahia sobre os assaltantes um chuveiro de balas. Estavam os atacantes a 400 metros da praça quando toca "marche-marche" tendo o 13º btl. ao entrar nas primeiras ruas, 27 mortos, além de varios feridos, dando os cmts. ordem para arrombar as casas, desalojando o inimigo.

#### NAS BARRICADAS

As casas são tomadas, uma a uma, e os ocupantes que não são mortos ou feridos, nessa lucta retiram-se para as trincheiras da Praça da Matriz, transformada em reducto central. Era preciso ir até lá, mas a artilharia inimiga alli assentada varria as ruas que lhe davam acesso, tornando-as intransitaveis. O Cmt. em chefe recorre ainda, ao inesgotavel 1º Regimento de Artilharia a Cavallo. Para o decisivo e arriscado combate de barricadas, ahí vêm 2 peças La Hitte com os seus derradeiros cartuchos e informa o General Bormann: "Immediatamente estes canhões foram devidamente collocados e o seu cmt., 1º Ten. Ernesto Augusto da Cunha Mattos distinto e bravo oficial de artilharia, começou a hostilizar os do inimigo. As certeiras pontarias destas 2 bocas de fogo espalharam então, nas baterias inimigas a desordem, e o seu fogo foi diminuindo de intensidade, elle, que resistira sempre vivo ao dos navios.

Um bravo a est'outro genuino heroe do glorioso 1º Regimento de Artilharia a Cavallo. Tenente Cunha Mattos!

O combate prosegue pela noite a dentro, com a mesma intensidade com que se iniciara de dia e embora a lua allumasse em sua plenitude, com a fumaça da polvora e dos incendios nada se distinguia, senão a curta distância.

Imponente por demais, era o quadro que apresentava Paysandú.

1865

#### RENDIÇÃO DE PAYSANDU'

O anno de 1865 desponta no auge da peleja. Já 4.000 projectis de artilharia tinham explodido dentro da praça. Ao anotecer de 1º mais algumas posições tinham sido conquistadas pelo de nodo dos assaltantes, enquanto diminuía sensivelmente o vigor da fuzilaria e canhoneio inimigo e, ao amanhecer do dia 2, já se não ouvia os frequentes vivas e morras dos ocupantes da praça, de cujo interior surgiu um parlamentário com um officio de Leandro Gomes, pedindo um armistício de 8 horas para enterrar os mortos e medicar os feridos. Interregado informa o parlamentario que tinham morrido os chefes Lucas Pires e Tristão Azambuja. Este era brasileiro, um renegado que servia ao estrangeiro contra sua

patria e dissera desejar saber em que veia lhe corria o sangue brasileiro para romper-a com os dentes. O soldado do 3º Btl. Manoel Lopes Ribeiro fez-lhe a vontade com certeira pontaria, delle restando a par de sua grande bravura uma recordação opprobriosa. Preparavam os chefes brasileiros, a resposta, quando outro emissario se apresenta, era o Cel. Atanagildo Saldanã, colorado que cahira prisioneiro dos blancos. Volta elle com a resposta do nosso cmt. que antes de 8 horas estariamos senhores da praça e que se rendessem á discrição que seriam bem tratados.

Na maioria das casas já tremulava a bandeira brasileira. Leandro Gomez redigia uma resposta á nota brasileira quando é surprehendido pelo Ten. Cel. André Alves Leite de Oliveira Bello, e o general oriental entregou-se, sem poder concuir sua nota; como declarasse preferir ser prisioneiro de seus compatriotas foi entregue ao Cel. Gayo Suarez que o fuzilou como tambem a 3 officiaes por ter sido sua familia victima da残酷de daquelle chefe.

O nosso General protesta, fazendo-lhe ver o quanto sentia ver assim manchada uma tão esplendida victoria. Para attenuar tal impressão consentem libertar, sem condições, aos 93 officiaes prisioneiros, dos quaes 20 retiraram-se para Montevideó, onde vão continuar a servir a causa de Aguirre, como tambem fazer parte daquelles que excitaram o povo a enxovalhar a bandeira brasileira.

Os nossos bravos alcançaram a praça da Matriz, a Sebastopol sul-americana, como lhe chamavam os blancos, o celebre reducto central, e vão assaltal-o, quando surge, tremulante, uma bandeira branca, pedindo paz. Paysandú e sua persistente guarnição tinham cedido á bravura e ao arrojo dos assaltantes. E a aurora de 2 de Janeiro de 1865 cantou o hymno de glorias com que se assignalava mais uma pagina brilhante na historia patria.

Não pequeno tinha sido o tributo do soldado brasileiro. Tombados na peleja, entre mortos e feridos, tivemos 18 officiaes e 237 praças, além de 2 officiaes de marinha e 30 marinheiros.

Do nosso regimento tivemos dois soldados mortos e dois feridos.

#### O ELOGIO A' ARTILHARIA

O commandante em chefe, em sua ordem do dia n. 17, de 7 de Janeiro, relata o ataque á praça e faz referencias especiaes aos corpos e individuos que se salientaram, dizendo relativamente á Artilharia: — "O Sr. Ten. Cel. graduado Emilio Luiz Mallet, commandante das baterias de artilharia e incumbido de sua collocação desempenhou este serviço com actividade e zelo. Durante o combate mostrou sempre coragem e zelo".

São a seguir citados nominalmente todos os officiaes do 1º de Artilharia a Cavallo, com excepção do Tenente Lessa que, doente, tinha regressado ao Rio Grande, por se terem portado

com distincção; sendo não obstante, prosegue a referida ordem do dia, mais digno de menção o Sr. 1º Tenente Cunha Mattos, que além dos serviços prestados nas baterias, foi destacado com duas peças para collocá-las nas ruas da cidade e dirigir seus fogos, cujo serviço desempenhou com pericia e muita bravura".

Pela ordem do dia n. 54 foi indultada a pena de 15 dias de prisão, a que fora condemnado o Cap. Hermes Ernesto da Fonseca, visto como, achando-se preso, se offerecera para marchar contra Paysandú, onde se portou com distinção.

#### MARCHA SOBRE MONTEVIDÉO

A 12 de Janeiro marchou o Exercito para Fray-Bentos, onde se reunem novos reforços vindo do Brasil, eram 1.700 homens, inclusive o 1º batalhão de artilharia a pé, do qual uma das baterias era commandada pelo Capitão Manoel Deodoro da Fonseca.

A 14, embarcou a infantaria nos navios da esquadra, seguindo as armas montadas por terra, até Santa Lucia, onde desembarcou a infantaria, reunindo-se na Villa União, proximo a Montevideó, cuja praça iam assediad.

Estava ella fortificada e guarnecidada por 4.000 homens e 40 boccas de fogo.

Com a vinda dos alumnos da Escola Militar da Corte e a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, contavam já os assaltantes com 7.101 combatentes, embora só tivessem 14 boccas de fogo. Aguirre tinha alli accumulado todos os recursos de que poude dispor e a cidade contava com 50.000 habitantes.

Esperava-se por isso, fosse muito energica a resistencia.

A capital da republica oriental cahe, no entanto, em verdadeira convulsão. Aguirre, afflito, appella para Lopez e este lhe responde que já fizera o bastante invadindo Matto Grosso, e que só poderia enviar um exercito si Entre Ríos e Corrientes se declarassem separados de Buenos-Aires e aliados de Montevideó.

Desatinado, decide Aguirre appellar para o corpo diplomatico, este lhe nega auxilio; ocorre-lhe, então, fazer invadir o Rio Grande.

E para essa missão destaca Basilio Muñoz e Aparicio com 1.500 cavallarianos, os quaes, a 27 de Janeiro de 1865, surgem diante de Jaguarão, intimando a praça a render-se.

#### AS DIVISÕES DE CONSERVAÇÃO

O Presidente Souza Gonzaga, desde que recebeu as primeiras noticias das declaração de guerra do Paraguay, comprehendeu que a fronteira do Uruguay estava ameaçada e resolveu organizar duas divisões da guarda nacional, pois que a tropa regular de que dispunha a Província constituía o exercito com que o Marechal Menna Barreto marchava sobre Paysandú; deu o com-

(Continúa)

# Episódios da vida do 1º Regimento de Artilharia

Contribuição do general reformado João Borges Fortes

## M A N O B R A S

O Exercito, que tem sido em todo o decurso de nossa historia elemento decisivo e factor preponderante nos grandes movimentos em prol da nacionalidade brasileira, tem tambem sido o instrumento manejado pela politica, quando os primeiros symptomas de taes movimentos começam a se revelar.

Em 1885 pregava-se livremente a substituição da forma de governo, e a propaganda republicana assumira uma feição systematica, obstinada e decisiva nos seus propósitos.

Era necessário, para contrabalançar essa agitação, para galvanizar as instituições da Monarchia decadente, alargar a esphera de suas sympathias, aprofundar as raizes que prendiam a familia imperial na opinião do paiz. E, nesse propósito, indispensável era que o príncipe-consorte, o Conde d'Eu, se aureolasse de prestigio e admiração, se não de sympathias e estima, no seio da classe em que tinha sido exercitado, no Exercito, onde tinha a mais alta patente e que já houvera commandado como Chefe supremo na phase de perseguição aos destroços do que fôra o exercito de Lopes, no Paraguai.

As maiores guarnições do paiz eram a do Rio de Janeiro e a do Rio Grande do Sul. No Rio o Conde tomava sempre parte nas grandes manobras de Santa Cruz e Campo Grande, sem progresso para o seu prestigio pessoal, valha a verdade...

O mesmo confessado pretexto, grandes manobras, reuniu nos campos da Fazenda Nacional de Saycan todas as tropas da guarnição do Rio Grande do Sul no mez de Janeiro de 1885.

Commandante em chefe e director das manobras: o Conde d'Eu.

Após essa manobra, cujo fim real era prestigiar o príncipe no seio do Exercito, foi publicado um detalhado Relatório impresso, que pôde ser consultado pelo historiador do Regimento.

O Primeiro Regimento de Artilharia a Cavallo tomou parte na concentração de Saycan e nas manobras.

Fazia parte do Estado Maior de S. A. o então primeiro tenente Hermes Rodrigues da Fonseca. Em meados de Janeiro, o Conde, viajando de Cachoeira para S. Gabriel, (a estrada de ferro só alcançava nesse tempo a estação de Ferreira) sesteava nos Tres Passos, município de S. Sepé, em uma estalagem á beira do caminho.

Uma outra comitiva também sesteava no mesmo ponto, na margem do curso d'água adjacente, viajando em direção oposta, de S. Gabriel para Cachoeira. Era D. Zeferina Abbott, com filhos e neto, que levava para os colégios de Porto Alegre. Essa senhora era tia do Tenente Hermes (o Juca, como era chamado na intimidade e na sua infância) e este foi logo ver e abraçar sua parente, a quem desde muitos anos não tornara a encontrar.

Foi essa a primeira vez que vi o Marechal Hermes, a quem amos mais tarde vim render a mais sincera amizade e admiração.

Caiu a Monarchia em 1889. O Conde não realizou o seu objectivo; o terceiro reinado eclipsou-se como um meteoro, os aulicos viram suas manobras esbarronadas.

Após tres annos de instituições republicanas, a guerração do novel Estado era chamada a outra concentração, para efectuar manobras.

Como as de 1885, não eram os exercícios indispensáveis ao preparo dos grandes commandos, ao estabelecimento do contacto das varias armas, á prática dos serviços de campanha, ao desenvolvimento do espírito de camaradagem, á transformação do ambiente de quartel para o de campo de operações...

Nada; mas uma vez eram manobras de política...

Deodoro abandonara o governo da Republica e fôra substituído por Floriano. Julio de Castilhos, o imperterritório propagandista da Republica, o incomparável organizador do Rio Grande do Sul em Estado autônomo, o mais forte esteio das novas instituições, o Presidente que viria a ser o alvo de todas as reacções contra o regimen republicano. Julio de Castilhos, fôra deposto e conservava no seio da guarnição militar do Sul um indiscutível prestigio, que a qualquer momento se poderia revelar por um movimento armado, que o restauraria no governo do Estado, quizesse ou não o poder federal.

Para aparar o golpe, para evitar o surto de acontecimentos que se vinham preparando rapidamente com o sacrificio da disciplina militar e ameaça ao governo federal, para tirar os officiaes do contacto com os chefes partidários locaes, para reunir todas as tronas e subordinal-as ao mando de seu chefe hierárquico, os regimentos e batalhões foram arredados de seus quartéis e vieram acampar nos mesmos campos de Saycan.

Director das manobras: o General Bernardo Vasques, que desempenhava as funções de Comandante do 6º Distrito Militar.

Bernardo Vasques não se poude manter á testa das tropas. O ambiente da política brasileira estava de tal modo perturbado em consequencia do golpe de estado de 1891, que o general não podia se afastar de Porto Alegre, onde um governo incapaz e impopular se via ameaçado de cair a cada instante, enxotado do poder pela enorme e esmagadora maioria republicana dos partidários de Julio de Castilhos.

Floriano vacilava entre os triumphadores de um momento de anarchia e os legítimos republicanos.

E as manobras de 1892 resultaram num fracasso formidável.

O Primeiro Regimento de Artilharia de Campanha marchou de S. Gabriel com seu efectivo completo em homens, canhões e animais, sob o comando do Coronel Jorge Diniz Santiago.

Em Março de 1892 incorporei-me ao Regimento, como Alferes-alumno.

O mez de Março foi o da chegada de todas as tropas, vindas dos mais longínquos pontos do Estado.

Em Abril deviam começar as manobras e o programma inicial estava distribuido, quando sobreveiu uma temporada de chuvas torrenciaes. O acampamento fôra mal escolhido: com a chuva incessante os locaes de algumas unidades foram inundados e teve de ser mudado o seu acampamento durante a noite e até mesmo com risco de vida. Outras ficaram cortadas de abastecimento pelas fortes correntes que se formaram e impediram a circulação. Foi uma des-organização geral.

Começou então um periodo de terríveis provações. O campo de Saycan ficou impraticavel, com a sequencia das chuvas. O rio Santa Maria, na proximidade de cujas margens ficava o acampamento, mantinha-se avolumado e de perigosa travessia, o que ocorria tambem com o Saycan e com o Cacequy, transformando o local das manobras em uma verdadeira ilha.

Os viveres, a carne, começaram a se fazer escassos. Os animaes da artilharia e da cavallaria, que não eram forrageados, alimentando-se só com as pastagens dos campos, definhados pelo frio, pela chuva e pelas rondas permanentes iam morrendo ás dezenas.

E os batalhões e regimentos ainda não podiam regressar. As manobras militares estavam em deliquescencia: as politicas em plena effervescencia. Fazia-se pelo Brasil a substituição dos governos que haviam apoiado Deodoro, por outros afeiçoados ao Marechal Floriano.

Foi impossivel continuar em Saycan. Um outro local de concentração foi escolhido, obedecendo á condição unica de ficar nas proximidades do centro de abastecimento, — a estação de Cacequy.

As unidades arrastaram-se como puderam para o novo acampamento, á margem do Ibicuhy, abaixo do Passo de Santa Victoria.

Se as condições do acampamento eram precarias em Saycan, pessimas foram em Santa Victoria. O frio era rigorosissimo, as chuvas continuavam, como é commun, no inverno do Sul.

O local alto e ondulado, sem abrigo algum de mattos ou capões; as pastagens de *barba de bode*: dentro de curto prazo, o campo em torno do acampamento era o estendal dos cadaveres dos ultimos animaes sobreviventes á mortandade de Saycan.

Nessa hecatombe desapareceram os muares da artilharia. O Primeiro Regimento ficou a pé.

A politicagem que se procurara afastar do seio das corporações armadas fervilhava. No acampamento entravam e sahiam os emissarios das duas correntes politicas que dividiam a opinião rio-grandense, federalistas e republicanos, aquelles esforçando-se por guardar o governo, estes organizando a revolução que restabeleceria o partido republicano no poder e reimplantaria a legalidade, com a constituição de 14 de Julho.

Dentro do acampamento havia uma *promptidão* secreta. As unidades se preparavam para tomar partido na luta partidaria, ao primeiro movimento que qualquer dellas iniciasse. Havia naquelle grande acampamento batalhões e regimentos prompts para apoiar os federalistas, como outros o fariam pelos ideaes republicanos. A maioria era, porém indiscutivelmente de filiados ao partido republicano. No meio

dessas duas correntes volumosas fluctuavam os amorphos, os que adherem sempre ao vencedor.

O Primeiro Regimento de Artilharia estava com os republicanos e os nossos armões estiveram carregados de granadas e lanternetas, prompts a qualquer momento para empenhar-se em combate, se um tiro partisse ali em Santa Victoria, em prol da causa federalista.

A 17 de Junho de 1892 resolvia-se a angustiosa crise. Julio de Castilhos, após uma explosão revolucionaria iniciada em Porto Alegre, com propaganda por todo o Estado, voltava a restabelecer o regimen legal, reassumindo o governo e logo renunciando para que o povo rio-grandense pudesse livremente pronunciar-se em nova eleição.

Attingindo ao paroxismo, a crise serenara. Voltaria dentro em breve, com effeitos muito mais duradouros, a reacção contra as instituições republicanas. Aquelle momento, porém, foi de relativa calma.

Resolvida a campanha politica, cessava o motivo para sujeitar os pobres corpos de tropa naquelle penosa situação a que tinham sido atirados. Veio a ordem de regresso a quarteis.

O Primeiro Regimento teve de recorrer aos seus fieis amigos de S. Gabriel. Não tinha meios de locomover-se...

E de lá, com verdadeiro sacrificio, porém com magnanima generosidade veio o que era possivel ser mandado.

Alguns dias de preparo, outros de marcha e por uma lindissima tarde de Agosto o velho Regimento de Campanha, da artilharia que fôra outr'ora a cavallo, entrava alegremente em S. Gabriel com a sua bandeira enrolada no fundo de uma carreta, sem o seu commandante á frente, com os seus 24 canhões Krupp 7,5 aligeirados puxados a bois que os soldados iam conduzindo aos brados: — Éta, boi velho; éta, Pitanga; tóca, Ramalhete...

Teria havido relatório destas manobras?

## II

### REVOLUÇÃO FEDERALISTA 1893 — 1895

A reacção contra o regimen republicano culmiou no anno de 1893, com a revolução federalista.

São de hontem os acontecimentos e estão vivos na memoria de todos nós, delles participantes.

O Primeiro Regimento manteve-se em sua guarñição durante quasi todo o anno de 1893. S. Gabriel foi um nucleo de resistencia em prol da Republica. Com a sua artilharia e um batalão de infantaria a cidade esteve sempre em poder da legalidade.

Francisco Rodrigues Portugal, um veterano do Paraguay, organizou com os civis do partido republicano do municipio e de municipios vizinhos, uma divisão de *patriotas*, para auxiliar a resistencia contra a revolução.

Nos ultimos dias de Agosto desse anno essa Divisão encontrava-se, no Serrito do Ouro, a poucas leguas de S. Gabriel, com o exercito revolucionario reunido e, deante da esmagadora superioridade deste, soffria uma fragorosa derrota.

Os remanescentes da Divisão derrotada vieram abrigar-se na cidade, e a guarñição do Exercito teve de abrir fogo, repellindo com energia os vencedores

que vieram até às portas da cidade em sua perseguição.

Em Dezembro do mesmo anno os defensores do regimen de 15 de Novembro sofreram uma grande catastrophe. O Marechal Isidoro Fernandes, comandando um forte destacamento de tropas do Exercito, da Policia do Estado e *patriotas*, deixava-se ineptamente cercar e derrotar no Rio Negro, por forças revolucionarias. Sacrificou centenas de victimas e fez desaparecer o mais numeroso contingente de forças republicanas do Estado, pois que as outras grandes unidades se haviam deslocado para Santa Catharina e Paraná, arrastadas pelo curso das operações.

A revolução tomou consideravel alento e teve tempo e recursos para ir ameaçar a cidade de Bagé, que fechou em rigoroso sitio. Foram dias de angustia para a Republica...

A frente da guarnição de Bagé estava o Coronel Carlos Telles, soldado intemperato, figura que se tornou legendaria nesse memorável transe e que intrinsecamente resistiu com os bravos commandados a todos os horrores da luta e do cerco.

Foi nesses dias longos de combates e de provações que o 4º Regimento de Artilharia, o rebento directo do antigo Primeiro a Cavallo, cobriu-se de glorias, pelo seu denuedo e heroísmo.

O commando em chefe da resistencia republicana era desempenhado em Porto Alegre pelo General Francisco A. de Moura, ministro da Guerra, que desde algum tempo viera para o Sul, para acelerar o desenvolvimento das operações contra os revolucionarios.

Nessa terrível contingencia, consequente ao fracasso do Rio Negro, com Bagé sitiado, sem forças para operar, era um grande risco conservar S. Gabriel, que não estava a cavalleiro de um golpe do inimigo. Todas as forças teriam de ser lançadas para salvar a perigosa ameaça sobre Bagé, e S. Gabriel foi abandonado.

O Primeiro veiu para Porto Alegre. No quartel teve de deixar o seu arquivo, grande parte de seu material, não compreendido o de guerra que levou todo, seus abastecimentos de fardamento, mobiliários, muita coisa emfim...

A retirada se fez por Umbú, onde alcançava a estrada de ferro e, até essa estação, pela pessima estrada de rodagem.

De Porto Alegre o Regimento começou a fornecer destacamentos. Com a Divisão do Centro, commandada pelo General Arthur Oscar e que operava no Estado de Santa Catharina, tinha o Primeiro uma divisão (2 canhões) que havia feito todas as marchas, inclusive a descida pela terrível picada do Chico Pinto, de S. Francisco de Paula para Conceição do Arroio, e tomara parte no combate de Araranaguá, destacamento commandado pelo tenente Antonio Moreira e de que fazia parte o Alferes-alumno Abribino de Abreu.

Para a Divisão do Norte, do intemperato General Lima, foi uma outra divisão (2 canhões), que com outros dois lá existentes, do 4º Regimento de Bagé, formaram uma bateria, que ficou sob o commando do capitão Thimeteo de Faria Corrêa: subalternos Narciso Peixoto Lopes (que já era commandante da artilharia do 4º) Ramiro da Silva Souto e Luiz Maria Xavier de Brito.

Esta bateria tomou parte na batalha de Umbú a 27 de Junho de 1894 em que se decidiu a victoria da Republica.

Para uma Divisão commandada pelo Coronel A. A. Fontoura Menna Barreto foram outros dois canhões, com pessoal do Regimento, e sob o commando do Tenente Jonathas Rego Monteiro.

Esta divisão tomou parte em todas as marchas e operações da Divisão Menna Barreto.

Só após a pacificação de 23 de Agosto de 1895 pôde o Primeiro Regimento voltar ao seu antigo quartel. Encontrou-o completamente damnificado. Os seus assolhos tinham servido para lenha, como as portas e jardins. Um dos parques desabára; o quartel era um montão de ruínas, um miserável albergue, não alojamento de soldados da unidade do Exercito que vinha de cumprir seus deveres na luta, do Regimento de tão honrosas tradições.

Tudo o que lá ficara estava perdido. Mas a maior perda, inestimável, irremediável foi a do precioso arquivo da velha corporação. Um incêndio na Secretaria tudo destruiu...

A penosa situação que o Regimento veiu encontrar ao seu regresso á antiga guarnição perdurou.

Em vão todas as reclamações, todos os pedidos, todos os protestos...

O mal chronicó deste Brasil, — finanças arrabentadas, — nada permitia fazer pelo Exercito e menos ainda por um regimento esquecido e abandonado no remoto centro de um Estado longínquo.

E o Primeiro de Artilharia sofreu resignado, definhou, viu ir lentamente apagando-se a aureola luminosa de seu renome, sumir-se no occaso a estrela brilhante de sua gloria e de suas tradições.

#### MENNA BARRETO

A elevação do Marechal Hermes da Fonseca ao Ministerio da Guerra despertou no seio do Exercito uma aura de beneficas esperanças e criou em sua vida collectiva uma salutar faina de actividade e renovação.

Projectava-se a reorganização geral da instituição militar, sob princípios e idéias adeantadas, decorrentes dos ensinamentos da guerra russo-japoneza. O passo fundamental seria o abandono do sistema de alistamento, o do voluntariado, substituído pelo sorteio obrigatorio, o que transformando a constituição das fileiras pelo banimento do mercenarismo do engajamento, daria ao Exercito um cunho de escola de patriotismo activo e um carácter civicamente nacional.

A vida íntima do quartel ia receber modificações incalculaveis e acreditava-se que com elas viria a definitiva organização da força armada, completa, instruída e disposta dos recursos materiais que o seu destino exige.

Enquanto se estudava com o maior afincó o projecto decisivo de reorganização, foi preciso dar uma estructura ao que existia no Exercito, e portanto crearam-se grandes commandos e fez-se uma distribuição de tropas, dentro das circumstancias do momento.

A reorganização definitiva só veiu a ser decretada em 4 de Junho de 1908.

Durante o periodo de transição a cidade de São Gabriel foi erigida em séde do commando da 3ª Bri-

gada de Infantaria, componente da 2<sup>a</sup> Divisão, com sede em Santa Maria.

Da 3<sup>a</sup>. Brigada faziam parte:

Batalhão de Infantaria (S. Gabriel).

Batalhão de Infantaria (Livramento).

Regimento de Cavalaria (Livramento).

Corpo de Transporte (S. Gabriel).

1º Regimento de Artilharia a cavalo (S. Gabriel).

Para o Primeiro Regimento de Artilharia foram do mais salutar efeito os resultados dessa reorganização. Desde longa data que um verdadeiro entorpecimento era o característico da gloriosa unidade.

O General Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto foi o commandante felizmente nomeado para o commando da 3<sup>a</sup> Brigada. Continuador legítimo de uma estirpe de legendários soldados, o bravo batalhador da revolução de 93, tão decidido no combate quanto generoso na victoria, espírito inteiramente dedicado ao serviço de seu paiz e chefe que sabia atrair a dedicação de seus commandados, pelo seu exemplo, pelo incitamento que transmittia aos que o secundavam e comprehendiam, Menna Barreto praticou um commando que foi um modelo de predicados militares.

No Primeiro Regimento encontrou o General um quartel em franca e progressiva ruina, uma tropa enervada e que se limitava aos serviços de guarda, sem exercicio, sem entusiasmos, amodorrada... Para compensar, um pugillo de bons officiaes em franco dissídio com aquillo, impossibilitados, porém, pela disciplina e pela boa camaradagem, de removerem as causas que obstruían as suas louvaveis tendencias.

Com o proprio prestigio arrancou elle as verbas magras de orçamentos que lhe permittiram ir pondo paradeiro á ruina material do Quartel, verbas que até então nunca tinham alcançado o nosso velho regimento.

O primeiro esforço do General foi bater a ferugem dos portões dos quartéis, abrindo-os para que os soldados e officiaes, recobrando a alegria, o ardor, saíssem em formaturas cheios de garbo, com suas espadas e bayonetas reluzentes, scintillando ao sol, ao público.

O nosso regimento passará tempo sem *sacudir os nervos*, nessas exhibições apparentemente inuteis, porém indispensaveis para despertar qualidades necessarias aos soldados, como o espírito de classe e o amor de sua unidade.

Não se faziam paradas... Exercícios de evoluções, como nos bellos tempos de outr'ora, menos. Tiro ao alvo no Campo da Invernada, rarissimamente.

Havia para cohonestar uma tão triste situação uma poderosa razão; um pretexto, seria melhor dizer: o regimento não tinha arreamento de tracção e não se podia locomover. Pobre paralytic...

E' facto que por toda a cidade e pelo município a dentro não era de surprehender encontrarem-se arreamentos reunos nos lombos de parelhas puxando carroças particulares ou paizanas...

O system de dar em consumo e descarregar o que se estraga era uma porteira aberta a quanto abuso se imagine e uma incitação ao desperdício.

Quanta vez ouvi de meu commandante de então a suprema apostrophe: — "Ahi vem VV. com as suas theorias..." quando queríamos tiral-o daquella pratica, do nada fazer, nada mover, nem a si proprio para ir ao quartel!

Menna Barreto, velho e experimentado soldado, conhecedor do officio e dos homens, sabia como as coisas se iam passando e como modifical-as.

Começou por exigir *parada* dos domingos que assistia do Quartel General, e a que compareciam todas as tropas da guarnição. Passou logo a determinar revistas geraes, revistas em ordem de marcha, sacudiu em manobras frequentes, de dupla acção, as mentalidades dos officiaes, que ia revesando no commando dos partidos, com grande beneficio para alguns que bem precisavam dessa actividade physica e intellectual e finalmente organizou uma grande operação de ataque e defesa de D. Pedrito, manobra de maior envergadura, com a cooperação de tropas de toda a Brigada, coroamento que seria daquelle curto porém afanoso periodo de trabalho, de fértil instrucção da 3<sup>a</sup> Brigada.

O General era infatigavel. Cedo, pela manhã, estava elle a cavalo, percorrendo os quartéis, assistindo ao cumprimento de suas ordens, ao inicio dos exercícios que prescrevera ou aos que eram de iniciativa dos commandos subordinados. A sua presença animava aos que trabalhavam; as suas attitudes, sem de leve obscurecer o prestigio do commando e do chefe, illuminavam o companheiro de armas que sempre se revelára e que era uma das suas grandes virtudes.

Realizou milagres! O Primeiro Regimento, o paralytic de que falamos, impossibilitado de se mover, formava dentro de prazo muito curto, com as suas quatro baterias, em uma apparatosa revista em plena Praça da Caridade, lado a lado com o corpo de Transporte, com todo o seu material especial e a par do 3º. Batalhão de Infantaria, rebrilhante e garbosso, no seu effectivo completo.

E um montão de velhos arreamentos, que a inepcia atirara para as casas do mau estado nos mapas de carga, fôra removido para a nova officina de corrieiros, creada no momento, e de lá sahira para as baterias e para as formaturas.

A população de São Gabriel, que se desacostumara de ver tropas nas ruas, olhava com manifesto jubilo aquella actividade, a resurreição dos tempos em que ella acompanhava com a sua sympathy e carinho os antigos regimentos de Mallet, de Filinto e de Lima e Silva.

Como que reatando uma tradição, o regimento inaugurava com um salão de conferências e de instrucção, o retrato do maior de seus commandantes da paz, o insigne Coronel Filinto Gomes de Araujo, na esperança, por certo, de que aquella effigie seria um talisman tutelar, serviria de exemplo sempre presente aos olhos daquelles que tivessem a honra de servir sob a bandeira do heroico regimento de Tuyuty.

O General Menna Barreto presidiu e applaudiu a feliz iniciativa de seus commandados.

Ainda um grande serviço prestado pelo General á guarnição de S. Gabriel e á instrucção do Exercito foi mandar estudar e construir uma linha de tiro no campo da Invernada da Artilharia, propria para o exercicio daquella arma, como para armas portáteis.

Fui o incumbido de realizar essa construcção, e em 15 de Novembro de 1907 era inaugurada a Linha de tiro "General Menna Barreto".

No momento em que a entreguei prompta para ser utilizada no seu nobre objectivo, a preparação de

# O PROBLEMA DOS QUADROS

Em qualquer exercito os quadros representam o proprio exercito, por isso que constituem os *órgãos de direcção*, do mais alto ao mais baixo da escala hierarchica. Em todos os tempos, a preocupação fundamental de quantos organizaram exercitos como *instrumentos de guerra* recaiu sobre a constituição de quadros efficientes por suas possibilidades physicas, moraes e profissionaes.

A complexidade das modernas organizações militares acarreta para a questão dos quadros, como para tantas outras, certa transcendencia por impor-lhe innumerias modalidades para attender ao desdobramento e á especialização das funções. A *heterogeneidade funcional* se tornou a principal característica dos quadros de um exercito moderno; mas que nunca, ou se *estuda a fundo* o problema com a *decisão firme* de resolver, por processos adequados a cada especie, as questões delle decorrentes, ou *quanto se fizer* valerá tanto como uma construcção, cujos fundamentos sejam lançados na areia.

\* \* \*

Este é bem o nosso caso. As successivas reorganizações levadas ao nosso exercito já-mais encararam, *sériamente*, o problema dos quadros como fundamental. Trajado sempre por *meias medidas*, têm permanecido *praticamente no mesmo pé*.

Por isso, de exercito só temos a fachada. É que falta a toda a sua montagem a *energia motora de quadros verdadeiramente capazes*. Os factos demonstram, á saciedade, que a

bons atiradores, na presença do illustre General e na de todas as forças da guarnição, como perante a população civil, convidada expressamente, justifiquei, em sobria allocução, a homenagem que entendi dever ser-lhe tributada, dando o seu nome áquelle Línia.

Muito sincera foi essa homenagem e bem merecida por quem tanto fizera com proficiencia, com elevação, pelo reerguimento da guarnição de S. Gabriel, de sua classe e de seu paiz.

A instrucção de tiro de artilharia não se faz hoje em linhas proprias, faz-se nos campos de tiro de instrucção.

Provavelmente terá desaparecido a construcção, restarão só vestigios, que por sua vez irão se apagando com o tempo e o abandono.

A Linha de Tiro ruirá. O nome de Menna Barreto, porém, ficará sempre de pé; será lembrado como o de um grande chefe militar, de um irmão de armas das épocas da cavallaria idealista; e se não tivesse esses titulos que conquistara com a sua

mentalidade de nossos quadros e suas aptidões funcionaes são insuffientes em face das tarefas criadas pelas successivas reorganizações de nossa machina militar.

Esses males residem precipuamente na profunda heterogeneidade que marca os nossos quadros, *heterogeneidade congenita* que se tem de accrescentar á *heterogeneidade funcional* inherente á complexidade de nossa organização á moderna.

Essa *heterogeneidade congenita* faz de nossos quadros bizarro mosaico em que se misturam elementos da mais variada formação e de idade, as mais desencentradadas, até mesmo em um unico posto ou em funções identicas. Nessa mistura, os elementos de eleição ficam como que submersidos, eterna e inutilmente a espera de *zona de acção proporcionada ás suas possibilidades*.

Não se pôde negar que possuímos em nossos quadros, e em numero já satisfatorio, verdadeiros elementos de escól, mas temos de convir que o exercito não tira desses elementos — embora elles se empreguem desinteressadamente, abnegadamente — o rendimento que sua actuação poderia fornecer.

Se continuarmos sem quadros, especialmente sem chefes, á altura de suas funções, e desarticulados por innumerias causas disso-ciadas, de nada valerá reorganizar-se o comando, as tropas e os serviços, adquirir-se material, remodelar-se o regimen dos estabelecimentos militares, etc., etc.: — *A toda essa montagem continuará faltando a energia motora de quadros verdadeiramente capazes*.

galhardia de Bayard, teria um com que corôou a sua honrada carreira militar e a sua vida publica.

Foi Antonio Adolpho Menna Barreto o ultimo abencerragem de uma geração de republicos que soube arrojar a pasta de Ministro da Guerra, quando a alta posição não se enquadrava com as linhas rígidas de seu carácter, que a politica não conseguira quebrantar.

E pensar que depois delle a pasta de Ministro de Estado se transformou em Secretaria dos Negocios da Guerra...

Recordando com estas paginas episodios da vida do Primeiro Regimento de Artilharia a Cavallo, teria eu, necessariamente de pôr em accentuado destaque a figura do inolvidável General, testemunha que fui e cooperador em parte minima, no muito que elle fez pela renovação material e moral do velho regimento, gloria da arma de artilharia.

Rio, Junho 1930.

# Exercito e Marinha

Consorciados pelo objectivo elevado e unico que é a defesa nacional em suas multiplas modalidades, Exercito e Marinha, contrariando as exigencias desse nobre consorcio, reciprocamente se desconhecem. É uma triste verdade que a mais rapida observação evidenciará, talvez com surpresa para os que a fizerem.

Encerrados em distintos circulos de actividade, officiaes do Exercito e officiaes da Armada raramente se encontram e poucas vezes têm oportunidade de trabalhar em conjunto.

É certo que nestes ultimos annos o mal vem sendo corrigido. Manobras em que tomaram parte forças de terra e forças de mar, officiaes de ligação em escolas militares e navaes, outros fazendo cursos, como alunos, e conferencias, como professores, em umas e outras, são as primeiras ligações já realizadas e que cumpre não interromper.

Entretanto, bem poucos são os que se podem congratular por este conhecimento reciproco. A quasi totalidade dos officiaes de terra conhece apenas uma dezena de officiaes de marinha e raros são os que com elles mantêm relações de amizade. E o mesmo, estamos certos, dirão os nossos collegas da Armada.

E desse desconhecimento reciproco gravissimas consequencias decorrem quando somos chamados para resolver juntos os graves problemas que as responsabilidades profissionaes confiam ao nosso estudo, entrelaçados em um mesmo sistema de equações.

Onde encontrar os operadores naturalmente indicados para trabalhar em conjunto? Qual a capacidade de cada um? Quaes as virtudes? Quaes os defeitos? De que material pôde cada um delles dispôr? Que cabedaes podem trazer á operação em que vão collaborar?

Estas e outras interrogações serão a principio respondidas por um silencio acabrunhador.

E só da propria cooperação, do contacto estreito no espaço e prolongado no tempo e quiçá de mil dissabores, decepções e erros de

gravissimas consequencias para uns e outros é que surgirá, talvez já muito tarde, a necessaria e imperativa resposta.

E até lá quantos perigos poderão correr as duas partes interessadas! E quantos males decorrerão, inevitaveis deste desconhecimento reciproco!...

É, pois, urgente restringir e até mesmo annullar a distancia que circumstancias inexplicaveis ou de menor valor, involuntaria e incalculada desidia, fazem separar marinheiros de soldados.

Interesses communs exigem nosso frequente contacto; obrigações correlacionadas impõem que estejamos sempre juntos; responsabilidades identicas conduzem-nos ao mesmo campo. Não esperemos, portanto, que aquelles interesses e estas obrigações e responsabilidades mostrem a conveniencia de estarmos sempre aptos para o trabalho em fraternal collaboração. Derribemos espontaneamente os frageis muros que nos separam e que nunca deveriam existir.

Neste desideratum a "Defesa Nacional" mantém suas paginas abertas á collaboração dos nossos collegas da Armada, certa de que, com a preciosa coopeação que nos trouxerem, virão mil oportunidades para que se estabeleça entre nós a ligação que muito almejamos e que tanto nos honrará.

Modestos operarios da grande obra de defesa nacional que é a nossa razão de ser e, agora mais do que em qualquer tempo, empenhados na consolidação deste portentoso monumento, muito nos orgulhará trabalhar ao lado dos que ainda nestes dias de pesadas atribulações mostraram-nos compartilhar nos mesmos soffrimentos e nas mesmas alegrias e sobraçaram connosco as mesmas responsabilidades do momento historico que vamos atraíssando.

Não esqueçamos — marinheiros e soldados — que as ligações cordiaes são os laços mais solidos e mais proficuos em todas as eventualidades.

# A instrucção dos quadros

Pelo Cel. PEDRO CAVALCANTI

E' um problema relevante na vida do Exercito o da sua instrucção. Instrucção dos quadros, instrucção da tropa.

Da instrucção dos quadros, a parte relativa ao regimen escolar segue programmas uniformemente delineados, é orientada e ministrada por mestres nas diferentes disciplinas, de maneira que os resultados colhidos têm sido bons e, não raro, excellentes.

A instrucção dos quadros nos corpos, porém, não apresenta o mesmo rendimento nem os mesmos resultados apreciaveis.

Apesar das disposições regulamentares que obrigaem o commandante de corpo a ser o instructor dos seus officiaes, e que, parallelamente lhe definem o papel de instructor inteiramente responsável pela efficiencia do papel que lhe cabe, apesar disso essa instrucção geralmente ou não é dada, com evidente prejuizo para os officiaes, ou se restringe a uma parcella minima de carácter sportivo.

Realmente não é empresa facil traçar um programma de instrucção, com a dosagem necessaria das materias e a progressão consequente.

Não basta conhecer os regulamentos. Praticar o que elles prescrevem presupõe o conhecimento prévio, quanto á instrucção para o combate, dos principios que regulam o emprego tatico das armas e dos processos do emprego da tropa.

Comprehende-se que o regulamento estabeleça as limitações necessarias e até certo ponto esboce uma progressividade do ensino.

Mas a idéa directriz, o pensamento constructor, o engenho que alimenta o exito na ardua tarefa de ministrar conhecimentos a outrem, tudo isso excede o ambito dos regulamentos e só se adquire pelo estudo acurado dos principios e da doutrina de que os regulamentos são apenas um reflexo.

Ha um decennio que da instrucção dos nossos quadros participa uma missão militar para esse fim contractada.

Si não fôra o erro de obrigar aos seus cursos sómente os officiaes de postos menos elevados, erro que só ultimamente se procurou em parte corrigir, certamente lograriamos hoje estar numa situação mais propicia no ponto de vista da homogeneidade da instrucção nos diferentes postos, sobretudo nos superiores.

A gradação do saber não segue obrigatoriamente a gradação hierarchica.

O numero de galões, por si, nem traduz maior bagagem de conhecimentos profissionaes, nem importa, para quem o traz, numa prerrogativa de maior efficiencia como instructor e educador, isto é, como chefe.

Veja-se a gravidade que assume esse aspecto do problema, quando é certo que o chefe não pôde nem deve delegar qualquer parcella de responsabilidade num commando que exerce.

Precisamos encarar, portanto, com o maior empenho o interesse da instrucção dos quadros nas unidades.

Os officiaes que passem pelos cursos de aperfeiçoamento e vão aos corpos terão um esforço dispersivo si a emulação não provier do commando, traçando as directrizes a seguir, coordenando as iniciativas, dando a cada um a tarefa de realizar, no só sentido de tornar a tropa efficiente e apparelhada para a luta.

No momento urge buscar uma situação de equilibrio nos quadros de tropa, que será alcançada, intensificando-se o aperfeiçoamento dos officiaes de postos mais elevados.

Sempre appellamos para o tempo e nos acomodamos já a crêr na vagarosidade da evolução.

Entretanto, em bôa regra, o que se comprehenderia, para assim dizer intuitivamente, que o mesmo criterio fosse adoptado desde o começo para todos os postos, uma vez que, antes dos ensinamentos da ultima guerra, foi entre nós, como geralmente, reconhecida a necessidade de revêr e aperfeiçoar os conhecimentos dos quadros.

Processos de guerra inteiramente novos exigem uma nova mentalidade profissional para a sua conveniente applicação. Começamos, porém, a transformação, de carácter tão profundo, refundindo os valores nos primeiros postos, assim por annos a fio, sem seriamente pensar que não ha fructificação possivel na instrucção da tropa sem a disciplina intellectual e sem a autoridade que advem do exercicio pleno do commando dentro de cada grão hierarchical. Hoje, com o numero de excellentes instructores existentes nos primeiros postos, já possuímos sem duvida para os cursos de armas das escolas de aperfeiçoamento elementos em condições de ahí tomarem a sua direcção.

O mesmo quanto á Escola de Estado Maior, contando com o nucleo de officiaes superiores já plenamente preparado. Carecemos, porém, de completar a obra para os postos mais altos.

Si não fôra o atraso mantido na solução integral do problema, já, após um decennio de ensinamentos da missão, poderíamos, a contento, ter perfeitamente regularizada a questão da instrucção dos quadros nas diferentes unidades e, tambem, entregar aos officiaes brasileiros a direcção e o exercicio de toda a tarefa do ensino nas escolas de aperfeiçoamento e de Estado Maior.

# A remodelação do Exercito

Algumas idéas sobre a organização militar propriamente dita

Pelo Cap. MARIO TRAVASSOS

Nenhum outro momento que o actual se mostraria tão a propósito para refundir-se nosso aparelho militar. O estado revolucionário é por si mesmo a quebra da rotina e, com isso, o cumprimento de todos os preconceitos capazes de travar o surto de realizações amplas e profundas.

O maior mal a affectar nosso organismo militar sempre foi o das meias medidas e o momento é o das medidas integraes. Sómente isso anima a tratar do assumpto dessas linhas. Em outras circunstâncias seria de todo inutil ançar idéas como as que se vão seguir, idéias que esboçam um plano de organização militar quanto possível ajustado á feição das coisas nacionaes.

## 1. — AS BASES DO PLANO

Essas bases respondem, de um lado, a certas tendencias que se vêm revelando desde ha muito, de outro a certas necessidades que se impõem satisfazer.

Examinemos cada uma dessas componentes:

### a) tendencia a: (1).

— abolir a ordem regimental e aligeirar as grandes unidades;

— não admittir calibre superior ao 105 para a artilharia de campanha, nas grandes unidades (divisões) apenas o calibre 75 (renúnciamento, mobilidade);

— aumentar o numero das grandes unidades de cavallaria, alliviando-lhes o effectivo e accrescendo a potencia de fogo dos R. C.

### b) necessidade de:

— adoptar-se criterio geographicico mais rigoroso na repartição militar do territorio, isto é, ajustar melhor a repartição dos cmds., das tropas e dos serviços ás razões geographicas (physicals, economicas, politicas e sociaes) que regem a matéria;

— acabar de vez com a expressão vaga do Norte como reservatorio de homens, cuja instrucção e emquadramento são absolutamente irrisórios;

— organizar o cmd., tendo em vista a multiplicação das grandes unidades devida ao aligeiramento das actues; (2)

(1) Não commentamos esses topicos, apesar de discordarmos pessoalmente de alguns delles. Apenas registramos correntes de opinião no meio militar.

(2) Nesse particular, salientemos a importancia dos orgãos de cmd. e serviços em nosso paiz. Certamente a organização do cmd. irá tornar-se mais complexa ou menos simples que a actual, em que se pede simultaneamente a um cmt. de Região o cmd. de uma grande unidade e a direcção burocratica da região militar correspondente. Embora até desproporcionada ás tropas, a complexidade do cmd. nenhum

— prevê os serviços de caracter social e politico que o Exercito pôde, directamente, prestar ao paiz, como elemento colonizador (tropas regionaes);

— fazer com que desappareçam de vez as forças policiaes, incorporando-as de facto ao Exercito como tropas auxiliares.

Dentro dessas bases que, de resto, correspondem a realidades insophismaveis, podem-se elaborar varios planos de organização. O que esboçamos não tem outra pretenção que ser uma das muitas soluções a admittir-se.

## 2. — ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS

O Exercito Nacional comportará tres categorias de forças, assim descriminadas:

a) — *Forças de batalha* — constituindo o exercito de 1<sup>a</sup> linha, a ordem de batalha propriamente dita (grandes unidades, unidades dos escalões superiores);

b) — *Forças auxiliares* — constituindo o exercito de 2.<sup>a</sup> linha, como forças da zona de etapas e do interior (corpos de infantaria e cavallaria);

c) — *Forças regionaes* — constituindo unidades de caracter exclusivamente territorial (destacamentos)

### a) — *Forças de batalha*.

*Grandes unidades* — 18 Bdas. Mixtas com a seguinte composição: (agrupadas em 7 Divisões de Ex.).

*Cand.* — Gen. Bda., 2 sec. de E. M., cmts. da I. (Cel.) e da A. (Cel.), chefes dos serviços, ½ esq. C. e dest. de trns.

*Tropas I.* — 5 B. C. (cmd. de Ten. Cel.) a 3 cias, 1 cia. Mtrs. P e 1 cia. extranumeraria;

1 cia. de Morteiros Brandt (5 sec. de 2 peças).

A. — 3 grupos de dorso (1.<sup>º</sup> Grupo cmd. de Ten. Cel.) correspondendo ao apoio directo;

1 grupo de 75 montado, (cmd. de Ten. Cel.) missões de conjunto (protecção).

Os grupos commandados por Ten. Cel., comportarão os órgãos de agrupamento.

E. — (cmd. de Major) 1 Cia de sap. min. e 1 equipagem de pontes (leve).

C. — 1 R. C. a 2 esquadrões.

inconveniente apresentará. A instrucção da tropa, desde que haja recursos materiaes, já é tarefa facil, inclusive por que já há tradições que asseguram seu funcionamento. Ao contrario, o recrutamento, a mobilisaçao, os transportes, as manobras, a instrucção dos quadros, a subsistencia, o remuniciamento, e o reapriisionamento em geral eis o que sobreleva. Dadas a incipencia e mais caracteristicas das coisas nacionaes, se quizermos possuir um exercito realmente efficiente, haveremos de ter como que a cabeça maior do que o corpo

*Serviços* — Os orgãos actuaes, feitas as reduções e adaptações necessarias.

*Unidades de Divisão do Ex.* (dotação por Divisão).

1 R. C. a 4 esquadrões.

Grupos de 75 e 105 proporcionados, em numero, ás Bdas. Mixtas da D. Ex.

Órgãos directores e formações especiaes dos Serviços, estas segundo a região de que se trate.

*Grandes Unidades de Cavallaria.*

5 D. C. — do typo das actuaes, mas a 3 R. C. I. e 1 Grupo a Cavallo de 3 bias (75), aumentada a potencia de fogo dos R. C., inclusive pela adopção de 1 sec. Brandt.

*Unidades aereas* (como lembrança).

b) *Forças auxiliares.*

— A se constituirem em B. C. e R. C. com as actuaes tropas policiaes dos Estados;

— as unidades superiores dessas forças não ultrapassarão o G. B. C. e o G. R. C. (grupo de regimentos de Cavallaria);

— Serão consideradas tropas de D. de Ex. e guardarão seus processos actuaes de vencimento (dos quadros e das fileiras) pelo menos em sua essencia;

— O cmd. das unidades superiores e, em certos casos, e dos B. C. ou R. C., serão privativos de officiaes do exercito de 1<sup>a</sup> linha.

c) *Forças regionaes.*

— A se constituirem em destacamentos de base de Cia. ou esquadrão (segundo a região) reforçados por secs. de Mtrs. P., ou de B. C. e R. C. (idem) reforçados por sec. de Morteiro Brandt ou bia de dorso, conforme o caso;

— esses destacamentos, levando-se em conta sua base e as circumstancias da sua guarnição, comportarão formação dos serviços, notadamente sapadores, unidades de trabalhadores, dest. de trns., intendencia, etc.

— serão consideradas tropas territoriaes e, como tal, recrutadas, enquadradas, equipadas e instruidas;

— sua actividade e composição devem ser previstas em regulamentação especial que assegure seu papel como elementos colonizadores, por excellencia, e mantenedores do tracto de territorio onde permaneçam;

— segundo as necessidades de organização do cmdo., poderão ser previstos grupos de dests. afim de se coordenarem as actuações dos dests. tendo em vista a finalidade das forças regionaes.

### 3. — DIVISÃO MILITAR DO TERRITORIO

O territorio nacional será dividido como se segue: (3).

(3) A repartição admittida segue de perto a caracterisação das "regiões naturaes" que se podem distinguir em nosso territorio e que, de modo geral, se podem agrupar em Brasil platino, Brasil longitudinal e Brasil amazonico.

a) 4 *Regiões Militares* (R. M.) onde estacionarão as forças de batalha; a cada R. M. corresponderão tantos *Districtos Militares* (D. M.) quantos D. Ex. que contenha; a cada D. M. as *Zonas Militares* (Z. M.) correspondentes á Bdas. Mixtas ou D. C.

b) 1. *Região Militar Colonial* (R. M. C.) onde estacionarão as forças regionaes; a R. M. C. comportará 2 *Districtos Militares Coloniaes* (D. M. C.) cada um correspondendo a *Zona Militares Coloniaes* (Z. M. C.) relativas ao dest. ou Grupo de dest. que contenha.

*Notas* — As forças auxiliares fazem part do D. M. ou D. M. C. em cujo territorio estacionem;

— em qualquer D. M. (D. Ex.) em que se revele a necessidade de *tropas regionaes*, serão criadas Z. M. C. attribuidas ao cmd. da D. M. (exemplo — Fóz do Iguassú).

a) *Regiões Militares.*

As *Regiões Militares* se constituirão do seguinte modo:

*Brasil platino*: (2 R. M.)

1.<sup>a</sup> R. M. *Séde Porto Alegre.*

*Rio Grande do Sul* — 1º D. Ex. a 3 Bdas Mx. e 3 D. C.

*Paraná e Santa Catharina* — 2<sup>a</sup> D. Ex. 2 Bdas. Mx. e 1 D. C.

2 R. M. — *Séde S. Paulo.*

*São Paulo e Sul de Matto Grosso* (Vertente platina) — 3<sup>a</sup> D. Ex. a 3 Bdas. Mx. (2 em S Paulo); 1 D. C. (S. de M. Grosso).

*Brasil longitudinal* (2 R. M.)

3<sup>a</sup> R. M. — *Séde Distrito Federal.*

*Distrito Federal, Estado do Rio e Espírito Santo* — 4<sup>a</sup> D. Ex. a 3 Ddas. Mx.

*Minas e Bahia* — 5<sup>a</sup> D. Ex. a 3 Bdas. Mx (uma na Bahia).

4<sup>a</sup> R. M. (Nordeste) — *Séde Recife.*

*Sergipe, Alagoas, Pernambuco* — 6<sup>a</sup> D. Ex a 2 Bdas. Mx.

*Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará* — 7<sup>a</sup> D. Ex. a 2 Bdas. Mx.

b) *Região Militar Colonial* (Brasil amazônico) — *Séde Belém.*

1º D. M. C. — os territorios do *Maranhão, Piauhy e Goyaz.*

2º D. M. C. — os territorios de toda a região amazonica, no rigor do termo, inclusive o *Norte de Matto Grosso* (vertente amazonica).

*Nota* — a guarnição de cada distrito a fixar-se, consoante as necessidades, em destacamentos e grupos de destacamentos do tipo das unidades dos tropas regionaes.

# AOS NOSSOS LEITORES

## Organização do Grupo Mantenedor

Ao irromperem os acontecimentos de Outubro ultimo, resolvera a Direcção de "A Defesa Nacional" suspender provisoriamente a publicação da revista até que fosse solucionada scisão havida no paiz. Desnecessario se torna justificar a conveniencia dessa medida, por so que as varias razões que a aconselhavam ocorrem espontaneamente a todos os espíritos.

Tendo cessado esses motivos, cuidou a mesma Direcção de reencetar a actividade da revista, cujo passado de dezesete annos de trabalho, de constancia e de fé pelo futuro de um Brasil prospero e por um Exercito verdadeiramente digno da tarefa de guarda da honra e integridade patrias, lhe impõe, hoje mais do que outrora, responsabilidades e encargos muito serios.

Por bem pesar esses encargos e responsabilidades e por desejar, como sempre, que a sua actuação corresponda fielmente ás necessidades das classes armadas e aos sentimentos e sua officialidade, decidiu o Grupe Mantenedor buscar o auxilio effectivo dos antigos

esteios da revista e de alguns collabordadores, cujo interesse pela obra aqui realizada e cuja experienca a respeito dos problemas militares são de molde a prestigiar a acção da revista.

Nesse sentido ingressaram para o Grupo Mantenedor os Coronéis Arnaldo de Sousa Paes de Andrade, Bertholdo Klinger e Pedro Cavalcante, Tenente-Coronel Emilio Lucio Esteves e Pedro Aurelio Góes Monteiro, Major Valentin Benicio da Silva e Capitão Gustavo Cordeiro de Faria.

Para permitir maior efficiencia em sua actuação foi reorganizada a Administração da Revista que passou a ser constituída de uma Directoria (4 Directores), em vez de um Director unico; conserva-se uma Secretaria e uma Gerencia.

Foram eleitos para os logares de Directores os Coronéis Paes de Andrade, Klinger, Tenente-Coronel Góes Monteiro e Capitão Araripe; para Secretario o Tenente Humberto Castello Branco e para Gerente o Capitão Alexandre Chaves.

### — ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CMD. (4)

O Cmd. das Bdas. Mx. será attribuido a en. de Bda. e o dos D. Ex. a Gen. de Divisão:

a) as actuaes funções de cmt. de Região rão repartidas entre esses dois escalões de cmd., maneira que se assegure a cada um as prerrogativas inherentes á natureza do cmd. respetivo;

b) prevalecerão para o Cmd. de D. as funções que visem a preparação das tropas para a terra, bem como sua entrada em campanha, so no territorio attribuido as D. Ex. (D. M.)

O cmd. das R. M. e da R. M. C. caberá a en. da Divisão com a nota de apto ao cmd. de exercito;

a) ao cmdo. das R. M. será applicado o

que está previsto para os actuaes *Inspectores de Grupos de Regiões*;

b) O Q. G. do cmd. da R. M. compor tará inspectorias de armas e serviços (1 chefe e 1 adjunto).

b) O cmd. da R. M. C. se assemelhará, em suas attribuições, ao cmdo. das R. M.; a adaptação deve ser feita sem que se perturbe a finalidade de seus orgãos como elementos territoriais e de carácter colonizador.

c) de modo geral, o cmd. da R. M. C. deve prever a defesa do proprio territorio e organizar sua contribuição no plano de reabastecimento nacional em caso de guerra.

*Nota* — Na R. M. C. e nos D. M. C. (eventualmente nas Z. M. C.) só não serão regionais os cmd. até Grupo de dest. (eventualmente dest.); dahi para baixo o recrutamento dos quadros e das fileiras deve ser previsto lançando-se mão das populações locaes, inclusive selvicias.

(4) Vide nota 2.

# O R. I. S. G. 1930

Pelo Cel. BERTHOLDO KLINGER



(Continuação da Parte C. — Observações por menor.)

**DO TITULO IV — 89 —** No capitulo I, "Das recompensas", o art. 266 em seu § 1º refere-se a um "livro de recompensas e castigos". Só o enunciado dessa designação conquista logo unânime aplauso á ideia desse aperfeiçoamento. Era tradicional o "livro de castigos", onde, sob o ponto de vista do comportamento das praças, eram lançados os seus "deve", afim de facilitar a consulta nos casos de alterações pessoaes a resolver, para as quaes é regulamentar a prévia verificação dos antecedentes: faltava um instrumento analogo, que na mesma operação de contas facilmente levasse ao balanço os "haver". Este livro unico de recompensas e castigos, de "deve e haver", ou conta corrente do comportamento, resolve o caso.

Conviria completar com a determinação de que em materia de castigos não são sómente os disciplinares os que ahi devem ser debitados, lançados, mas tambem quaesquer saques sobre o codigo criminal.

Este mesmo § 1º exclui da averbação nas relações de alterações o louvor verbal, o louvor escripto particular e as dispensas de revista ou pernoite; cabem ahi as seguintes ponderações:

1º) não se percebe a subtileza por que as relações de alterações não devam guardar inteira identidade com os lançamentos do livro de recompensas e castigos;

2º) não ha nenhum interesse em atravancar esse livro, roubar ao serviço e ao estadô tempo e dinheiro, para registar dispensas de revista e pernoite;

3º) a questão do registo de louvores se resloveria, espontanea e seguramente, em adoptando o principio de que seja registado, quer no livro, quer na relação, unicamente e sem exceção o que fôr registado no boletim.

Com especialidade essa exclusão do registo do louvor verbal, tanto o particular como o publico, está em contradicção com a solennidade e a preparação prescritas para o louvor verbal publico, no § 3º n. I ("feito em formatura especialmente convocada para o fim").

Demais, parece incompleta a definição dessa classe de recompensas: é intuitivo que sem prévia convocação especial, no desempenho de serviço corrente, deante de um "circulo" ou d'uma escola de instrucção (ou "unidade de instrucção"), ou d'uma tropa em trabalho, pôde o chefe ter oportunidade de pronunciar um louvor verbal publico.

Resta um outro aspecto a encarar em matéria de louvores: é que deve reinar perfeita independencia entre a applicação do louvor e a sua classificação. Explico com dois exemplos de sentido opposto: o chefe não deve ser tolhido de fazer um louvor opportuno e solenne, porque precise esperar a prévia publicação em boletim; nem

deve o boletim ser inhibido de registar um louvor, só porque este já foi feito verbalmente.

Por ultimo, parece, ainda, que os louvores que o RISG. baptisa de "particulares" deveriam chamar-se "reservados", por analogia com o que se usa para as punições.

90 — No art. 267, que trata das competencias para concessão de recompensas, desde o Presidente da Republica até o Cmt. de Cia., encontra-se nos ns. 5, 6 e 7 uma repercussão da velha mentalidade tarimbeira no tocante ás dispensas de revista e de pernoite. Dispõe o RISG. que o cmt. do corpo, o de btl. e o de cia. podem dal-as respectivamente até 20, 10 e 5 dias consecutivos. Já nos manifestámos sobre o assumpto (Obs. n. 76), opinando que isso deve ser deixado puramente ao chefe immediato, o cmt. de cia.; estabeleçam-se as normas a observar e fiscalizem os superiores a observancia.

Depois, o RIO DE JANEIRO não é o Brasil; em S. GABRIEL, em CAMPO GRANDE, em JUNDIAHY, no curato de SANTA CRUZ, pleno D. F., pede-se por favor ao soldado que vá dormir em casa, porque o quartel ou não tem camas ou colchões bastantes, ou falta-lhe roupa de cama, ou mesmo espaço para installar as camas.

O art. 270 prevê dispensas de serviço, de revista e de pernoite "por indicação medica ou por motivo de força maior, plenamente justificado em boletim", mas logo limita essa concessão ao maximo de 4 dias. Exigida a plena justificação, para que essa limitação? e ainda: essa "munificencia" funciona uma vez em cada 4 dias, ou por semana ou por mez ou uma unica vez na vida?

91 — No art. 271 ha uma chamada e nota de pé de pagina, com o n. 2: adeante apparece ainda uma chamada e nota com o n. 3, mas para atraç ha 4 ou 5 dessas chamadas e notas, todas com o n. 1. Cochilos de revisão.

92 — No § unico desse mesmo art. 271 fica estabelecido que "é indispensavel para fazer jás a férias": (a) não incorrer durante o anno de instrucção em punições disciplinares, que ahi mesmo vêm determinadas em numero e grandeza, e (b) "não ter sido distrahido do serviço do M. G., durante o mesmo periodo".

Na primeira letra caberia cogitar do caso de penalidades criminais e na segunda uma ressalva: a privação das férias só é razoável quando o afastamento do serviço do M. G. fôr de maior duração que a das férias e isso mesmo se não fôr a serviço.

No art. 272, os ns. 1 e 2, referentes ao local onde o interessado haja de gozar as férias, já déram lugar a um acto ministerial para revigorar uma resolução de 1925, segundo a qual todo afastamento do territorio da Região Militar ou da Circ. depende do prévio consentimento do

ministro (materia para annotar, consoante o art. 335); o n.º 7 manda descontar das férias as dispensas de serviço não consideradas recompensas — o que se não impõe como de justiça, desde que se lembre que tais dispensas resultam de prescrição médica ou de força maior (art. 270); e o n.º 8 permite acumular até dois períodos de férias, quando, por motivo de serviço, um delas não possa, no todo, ou em parte, ser gozado no correspondente anno; teria sido um complemento natural e útil dessa boa disposição a faculdade de gozar as férias em duas ou três parcelas.

Teria sido muito proveitoso que o novo RISG. tivesse expressamente consagrado a benéfica prática em certos corpos usada — e a que nada se oppõe — das férias de Natal e Anno Bom, 23 a 31 de Dezembro ou mesmo a 6 de Janeiro, e as de terminação do primeiro período de instrução.

Ainda não está generalizada entre nós a boa noção de que as férias são necessidade, são até lídimo interesse do serviço — onde haja serviço. Quem trabalha com affinco — e não se pôde admittir que um militar não trabalhe assim — não pôde sustentar indefinidamente, com efficiência, o esforço que o serviço demanda: necessário é o descanso periódico, mais que o descanso físico, o alívio moral da plena libertação de toda responsabilidade pelo serviço. Semelhante folga reverte, com generoso juro, em bem do serviço. Que coisa estupenda, por exemplo, uma semana de férias ao sorteado, pelo Natal ou depois do primeiro período de instrução! Sobretudo se elle reside em localidade que não a da séde de seu corpo. Que benefício para elle e para os seus reverem-se, depois de vencidas as tribulações das primeiras semanas ou dos primeiros meses do serviço militar, e verificarem, e demonstrarem, de visu, a conservação da saúde, a melhora mesmo, e o progresso e proveito em várias fórmulas, e se convencerem de que o sacrifício não é invencível! Depois do descanso, revista a machina, tratada, readjustada para o prosseguinto, posta de novo a funcionar, o rendimento é óptimo.

**DO TITULO V — 93** — No capítulo I, "Das partes de doente, etc.", transparece o propósito dum maior rigor na aplicação do preconceito da desconfiança e do lema "desgraça pouca é pouco". Verdade é que precisamente quem adoece necessita de maior consideração do próximo, que não lhe faltem recursos, principalmente à família, e que ninguém conceba que o adoecimento seja um pretexto para faltar ao serviço. Si, porém, na situação de doente houver facilidades, pôde haver tentações de simular, abusar, ... Portanto, a licença por doente é contada desde a data do afastamento do serviço (art. 279) e "tanto no prazo de tres dias", que medeiam entre a parte de doente e a inspecção, "como no caso de não ser reconhecida molestia, haverá perda de gratificação durante o afastamento do serviço, sem prejuízo de outros procedimentos legaes". (§ unico).

A mesma orientação dietou a conservação de um dispositivo medieval: "O cmt. do corpo fará baixar imediatamente ao hospital o official que der parte de doente estando escalado para servi-

ço" (art. 283). *In dubio contra reo!* Violencia por conta; suspeitar sempre! E logo uma inocua pretensão de generosidade para desculpar a grosseria: "se a inspecção, a que deverá ser submetido, o considerar doente, poderá elle tratar-se em sua casa e aproveitar-se (o grypho é meu) em tudo das disposições deste Regulamento". Ora, nem neste regulamento, nem na lei de vencimentos que elle se esmerou em secundar, nada se encontra que aproveite ao doente; é só arrocho.

E a verificação da doença imprescindia a prévia satisfação do gosto de vexar? e a doença comportará esse ziguezague entre o hospital e a casa? Não cessa ahi: o hospital, á ilharga dos descontos legaes, que *aproveitam* ao doente, ainda lhe cobra diárias e medicamentos!

94 — O art. 284, único deste capítulo que se refere a praças, não está bem afinado com o que sobre o mesmo assumpto ficou estatuído entre as atribuições do cmt. do corpo (art. 65, n.º 30, letra e). Ahi, diz o RISG. que o cmt. exclue do corpo "as praças julgadas physicamente incapazes, conservando addidas aquellas que houverem requerido asylamento, até solução do pedido. Límito-me a griphar o 'conservando'". Ver também a minha obs. 23. Agora, no ponto onde somos chegados na leitura do RISG., elle nos diz que a praça "julgada incapaz de prover os meios de subsistência e desejar o amparo do Estado" (é a que pôde pretender asylamento) "não terá alta do hospital e seu cmt. solicitará o asylamento. O grypho é meu. E é o bastante.

Foi suprimido o que dispunha o RISG. 1920 em seu art. 415, segundo o que os cmts. de corpo podiam permitir que suas praças convalescessem em casa de suas famílias. Entretanto, a conservação dessa medida, genuinamente republicana, igualitária e fraternal se impunha: ou então também os irmãos d'armas, os officiaes, não deviam ter o direito de ficarem doentes em casa. E a conservação da óptima medida ora riscada das faculdades do commando e regalias da praça evitaria o conflito entre o art. 284 e o 65, n.º 30, letra e: para que reter obrigatoriamente no hospital o asylável? Dar-se-lhe-ia alta, se lhe conviesse, e uma vez apresentado no corpo, este o conservaria baixado á enfermaria ou lhe permitiria aguardar a solução como convalescente em casa, conforme preferisse.

95 — No capítulo II, "Do transito", no art. 286 teria sido correcto evidenciar que se trata de interrupção inevitável da viagem, interrupção normal; como está escrito deixa lugar á interrupção systematica em todas as guarnições de passagem, pois que nem sempre ha tempo de se fazer a apresentação ao commando local, sem perder a condução. E mesmo nos casos de interrupção inevitável, normal, a apresentação só deveria ser exigida quando a demora excedesse de 24 horas, ou quando o oficial tivesse que comparecer perante a autoridade por outro motivo de serviço.

96 — O art. 287 trata de dois casos do official que, allegando doença, se recusa a "transitar": ou para deixar de proseguir na viagem, ou para não se recolher ao corpo de onde se afastará com autorização. Aplica-se o *in dubio*

*contra reo: antes de mais nada, hospital com elle.*

Como encarará a medicina essa doutrina que erige o hospital em papão? Positivamente, nós não podemos rir-nos de nossos avoengos, que para assustar os seus meninos terríveis lhes cantavam o tutú-marambaia: "Olha, que te ponho a farda ás costas!!..."

97 — O capitulo III, "Dos circulos" é uma das novidades do RISG. 1930. Começa por um art. que muito parece superfluo: "Art. 290. Este regulamento não impede que os militares, no circulo de seus pares, fóra do serviço, mantenham estreita camaradagem." Ora, se "este regulamento" é "interno e dos serviços geraes dos corpos", claro fica que nada elle pôde dispôr sobre assumptos que fiquem "fóra do serviço". E haverá algum que o possa?

O art. 293 determina que "jamais" constituir-se-ão de "officiaes, sargentos e cabos na mesma escola" turmas de adextramento de remontas. Fala-se em remontas novas e de segundo anno. Como isto fala á imaginação, á recordação, de um exercito de verdade, onde annualmente, assim como vêm homens-recrutas, vêm, na estação apropriada, cavallos-recrutas — as remontas! Se ao menos o RISG. 1930 por esse topico modesto do seu art. 293 pudér contribuir para que tenhamos contingentes annuaes de cavallos (e muares) recrutas, fixado o seu effeetivo por uma fracção cujo denominador ha de ser a média arbitrada para o numero de annos de duração da aptidão do animal!...

Até poder-se-ia obter uma repercussão salutar: o cavallo envergonharia o homem — cavalos não seriam insubmissos!...

Deixemos o sonho ou anhelo. Volvamos ao horror republicano democratico das approximações, ainda que simplesmente equestres, entre irmãos d'armas: na PRUSSIA de antes da guerra, tão famosa e tão diffamada pelo rigorismo das separações de castas e circulos, não se temia pela disciplina em adextrar a remonta em "turmas mixtas", de cavalleiros de escól, tenentes e graduados; e era a admissão nessas turmas, nessas misturas, um grande estimulo reciproco.

98 — Pelo capitulo V, "Da escola regimental", fica estabelecido em seu art. 295, § 1º, que a instrução primaria será ministrada por professores civis a pedir aos governos estaduaes, e no § 2º que, na impossibilidade dessa solução, o C. A. contracte professores civis, "si as condições economicas do corpo permittirem". A primeira dessas ideias, que já homenageamos, é espontânea, optima: si os estados têm a obrigação de ministrar o ensino primario a seus filhos, nada mais natural do que aproveitarem a concentração de analphabetos nos quartéis, para ahi darem cumprimento a essa obrigação. A segunda das ideias tambem é aceitável, já porque não é justo sobrecarregar officiaes, sargentos e mesmo cabos e soldados com semelhante serviço, já porque sendo uma faina extra-profissional não se pôde exigir competencia e gosto por ella.

Mas, como proceder si nem o estado dá professores, nem o C. A. pôde havel-os por contrato? Ficarão então os analphabetos na treva? Por que se atirou pela janella com a agua do

banho a creança da banheira? Pois não é um dos padrões de benemerencia nacional do Exercito essa alfabetização a que até aqui, em toda parte onde os estados não forneciam professores, se procedia, graças á dedicação de tantos officiaes, sargentos, cabos e soldados e até mesmo sorteados aptos?

E, se falharem os dois meios regulamentares, como é que vão se arranjar os capitães "para não commandarem analphabetos por occasião dos exames relativos ao segundo periodo da insrucion annual", como lhes impõe o art. 296, no seu n. 5?

Os exames parciaes de analphabetos, que o cmt. do corpo "poderá" ordenar por occasião do 1º periodo dos exames e do 2º (n. 7 do mesmo art.) deveriam ser obrigatorios: a instrucción dos analphabetos deve ser em todos os sentidos equiparada aos demais ramos da instrucción do soldado.

99 — No capitulo VII, "Recrutamento de graduados em geral, etc.", o art. 303, referente ás escolas de candidatos a sgt. que funcionam nos corpos, deveria ser um § do art. 302, que estatúa o principio do recrutamento dos sgt. por meio das escolas especiaes de sgt., consoante a recente reforma do ensino militar.

O art. 304 estabelece em seus dois §§ que a aprovação no curso de sgt. na tropa é valida "até o exame da turma seguinte" e que aos não promovidos por falta de vaga "é permittido continuarem no curso no anno seguinte", ficando subentendido que durante o curso o seu direito á promoção permanece de pé".

Parece que essa repetição do curso devia ser obrigatoria e que as promoções deviam ficar suspensas desde a abertura do curso, bem como que os repetentes deviam ter preferencia ás promoções no fim do curso, porém só se apresentassem aproveitamento.

No art. 305 estabelecem-se restrições á promoção dos candidatos a graduados aprovados, quando hajam commettido faltas; parece que se deveria respeitar a diversidade dos requisitos heterogeneos, pois que é humanamente inevitável que se cometta arbitriadade, erro ou injustiça, a querer taxar equivalencias entre conducta e saber.

Se o homem se comporta mal, não deve ser promovido; se a sua incidencia nesse impedimento não é de grão que autorize a considerá-lo incorrigivel, arbitre-se um prazo para que elle comprove a sua regeneração. Mórmente num RISG. que traz a louvável novidade da rehabilitação de praças tornadas passíveis de exclusão por incapacidade moral.

No art. 307 o § 1º veiu solucionar um caso que costumava dar logar a vacilações: mesmo para promoção a 2º sgt. é necessario o curso de cmt. de sec. Lamentavelmente, porém, falta-lhe um § que permita solucionar com justiça e sem atropello para o serviço os casos que ocorrerão na phase de transição. Seria, por exemplo, um "§ 3º. Terão preferencia para matricula nos cursos de cmt. de sec. os sgt. mais graduados e no mesmo posto os mais antigos. E ocorrendo que por força maior um sgt. mais antigo não tenha podido obter o curso, se não obstante se julgar em condições de concorrer ao preen-

chimento d'uma vaga, será admittido a concurso com os candidatos diplomados. O cmt. do corpo regulará as condições desse concurso".

100 — O capitulo IX, "Substituições temporarias", veiu mudar nessa materia o nosso regimen do 8 para o 80.

Se bem que já esse assumpto haja tido referencia succincta, no titulo B destas nossas obs. (n. 6 c), insistiremos, e largamente.

De inicio, assignalaremos que todo o vulto que entre nós assume esta questão tem suas raizes mestras na frequencia e ubiquidade do mal da falta de officiaes nos logares que por elles deveriam ser occupiedos. E' claro que não ha organização nenhuma, nenhuma administração, capaz de impedir de todo que por circunstancias imprevistas venham a dar-se faltas de officiaes em alguns logares, entretanto, delles dotados; isto é, seja qual fôr a abundancia da dotação de officiaes, e sejam quaes forem a energia e a vigilancia da autoridade incumbida do provimento dos logares, sempre occorrerão faltas, donde a necessidade de substituições temporarias. De semelhante occorrença excepcional, imprevisivel, transitoria, vae porém um abyssmo para o nosso regimen chronico de interimidades, não só na vastissima, longinqua baixada provinciana, mas até no sopé do OLYMPO, á sogna da morada dos deuses.

Muito fundada é a hypothese de que haja escapado erro de conta: no sexto dia da Creação, Deus nos deu sob medida a manta para o frio.

Pacientemente foram enumerados, contados todos os logares a prover necessariamente de officiaes, em todos os ramos de funcionamento do exercito, e em consequencia foram fixados e distribuidos os quadros.

Houve ahí um peccado original: nenhuma folga foi prevista.

Qualquer pequeno movimento, natural num corpo vivo, havia de descobrir o corpo, fazer faltar a manta, aqui ou ali; mas não é só: o corpo vivo e sadio tem aspirações e desenvolvimento. Não ha mais arte ou artificio, nem força, que façam a mesma insufficiente manta cobrir as porções descobertas do corpo augmentado.

Voltemos agora á prestidigitação do 8 para o 80.

Para as substituições temporarias, as famigeradas interimidades, com a ominosa consequencia do *interinismo* (vêr "UM ANNO DE INSTRUCCAO NO 4º R. A. M.", pagina 140), tinhamos a solução exclusivista da precedencia hierarchica. Oriunda dos tempos em que a instrucção era desorganizada, não passava das escolas de recrutas e dos esporadicos exercícios geraes, essa solução satisfazia, isto é, não tinha oportunidade de mostrar seus inconvenientes. A precedencia hierarchica era respeitada, por esse regimen que até agora vigorou, integralmente; mas tambem qualquer substituição temporaria repercutia integralmente em toda a escala, até o seu pé, a partir do escalão affectado.

Por exemplo: RIO GRANDE DO SUL; Bda. de A.; falta o seu general: o cel. mais antigo deixa o seu R., e neste R. o ten. cel. deixa de ser fiscal para assumir o commando interino;

o maj. mais antigo deixa o seu G. e vae ser fiscal interino; o cap. mais antigo do R. deixa sua bia. para ser cmt. interino de G.; o subalterno mais graduado e mais antigo do R. deixa a sua bia. e vae ser cmt. int. da bia. que assim vagou; e nem sempre esse cap. fica ao menos no G. a que pertence a sua bia., nem esse subalterno fica na sua bia. A instabilidade é um facto.

Era muito commum passarem as Cias., Bias., Esq., por mudanças tantas no anno, que excediam á média de um cmt. por mez.

Semelhante "8" precisava, de urgencia, ser arredondado; é absurdo, agora que elle desapareceu, sonharmos em voltar a elle, mas não menos absurdo é o simplista "80", para o qual fomos guindados, de um zut, como num ascensor directo de arranha-céo.

Agora, se o cel. sáe do R. para commandar interinamente a Bda., ou por al., procede-se ás decorrentes substituições temporarias segundo o mesmo criterio da precedencia hierarchica dentro do R., até á orla do escalão G. ou Btl.: no ambito dessa sub-unidade é que começa a diferença do novo regimen, tambem exclusivista. O cmt. de G. é substituido pelo mais graduado ou mais antigo cmt. de bia. desse G. e esse cmt. de bia. é a seu turno substituido pelo subalterno mais graduado ou mais antigo de sua bia. E' assim puramente attendido o aspecto da continuidade nos commandos de bia. e G., mas não se respeita — se o acaso não se incumbe da coincidencia — a precedencia hierarchica, apesar do introito formal do art. 331.

Acontece — e mesmo aqui em plena 1º R. M. tem acontecido — que no mesmo R. um 2º Ten. commanda Cia., ao passo que ficam em outras Cias. 1º Ten. e 2º Ten. mais antigos como subalternos promptos; poderia até successer que esse 2º Ten. viesse a commandar Btl. havendo no R. até capitães em função inferior. O absurdo é evidente e insustentável. Por que não apressar a correcção?

Como exemplo duma solução harmonizadora de todos os respeitaveis interesses em causa — e não simplesmente optativa ou preferencial, como a que até hontem tivemos e a que hoje o RISG. 1930 impoz — proponho:

"Art. 331. — As substituições temporarias serão realizadas por fórmula a harmonizar os interesses em conflito: de um lado, o da razoavel continuidade no exercicio das funções; de outro lado, o do respeito ás regalias inherente á superioridade de posto ou antiguidade.

§ unico. — Ellas se subordinarão ás seguintes prescripções particulares, cuja applicação é da responsabilidade do cmt. do corpo e é presidida pelo principio geral que este art. definiu:

1. — No *impedimento fortuito* de qualquer militar, cuja presença possa ser suprida por outro sem as formalidades normaes de investidura no cargo, responderá por elle o mais graduado de seus commandados presentes, o qual conservará a sua função. Havendo mais de um com a mesma graduacao, a precedencia caberá ao mais antigo de posto.

2. — Considera-se fortuito todo impedimento:

a) que se dê dentro do 1º periodo de instrucção, a partir do inicio de seu 2º mez, até o exame do periodo;

b) idem para o 2º periodo de instrucção;

c) que se dê a contar do inicio da ultima semana antes das manobras, até o termo destas;

d) que se dê fóra dos prazos referidos nas tres situações precedentes, sempre que não seja impossivel cesse a falta dentro de trinta dias.

3. — No impedimento demorado de qualquer militar, a sua substituição temporaria será realizada com todas as formalidades e em seguida á plena investidura, equivalente á normal, consoante este regulamento prescreve. O substituto assume a função como titular *interino*.

4. — Considera-se demorado todo impedimento que não incida em nenhuma das classificações do nº 2; do mesmo modo se procede si na incidencia em uma dellas o corpo, ou fracção do corpo em que haja falta de um militar, tiver que desempenhar alguma incumbencia extraordinaria.

5. — Em regra, ocorrida a necessidade de uma substituição temporaria, procede-se automaticamente como si se tratasse de impedimento fortuito. Tal seja o caso, o boletim publicará na primeira oportunidade a ordem competente.

6. — (o que está como n. 5 no RISG).

7. — (o n. 15 do art. 332).

8. — (o n. 16 do art. 332).

#### A) SUBSTITUIÇÕES INTERINAS DE OFFICIAES

Art. 332 — As substituições interinas de officiaes (art. 331, n. 3 e 4) operam-se do seguinte modo:

1. e 2. — Como estão.

3. — O fiscal adm. é substituido por official designado pelo cmt. (vêr art. 90), obedecida a precedencia hierarchica e attendida a hierarchia do fiscal adm. effectivo conforme a estabelece o art. 88 deste regulamento.

4. — O cmt. de Btl. é substituido pelo mais antigo dos capitães do R., que não já esteja em função igual ou organicamente equivalente, ou superior.

5. — O cmt. de Cia. e o Cap. adjt. são substituidos pelo mais graduado ou mais antigo dos tenentes promptos; caso este não seja da mesma sub-unidade em que se dê a falta a preencher, não obstante a investidura interina que lhe compete, continuará elle na função em sua sub-unidade e responderá por elle na sub-unidade em que ocorre a falta, o mais graduado ou mais antigo dos subalternos da mesma.

6. — O cmt. do corpo proporá, e até 2ª ordem determinará, as permutes de capitães, bem como, procederá oportunamente á distribuição dos tenentes, attendendo á antiguidade, por fórmula que as substituições interinas quanto possível se localizem nas sub-unidades em que ocorrerem faltas.

7. 8. e 9. — Como estão.

10 — Como está e accrescente-se: Também quando a sua situação de addido resultar de promoção, o official continuará em exercicio de função até ser classificado, como se effectivo

fosse, desde que haja para elle função no seu novo posto.

11. a 14. — Como estão.

15. e 16. — Transferidos como 7. e 8. para o art. precedente.

#### B) SUBSTITUIÇÕES ENTRE PRAÇAS

Art. 333. — Como está e accrescente-se:

6. — As substituições se realizam pelo processo do "responder" e pelo da interinidade, segundo o mesmo criterio que o art. 331 define quanto aos officiaes. Quando fôr inevitável a substituição interina, ella determinará alteração de gratificação, tal qual se dá com os officiaes; o cmt. reduzirá criteriosamente os casos de tal extremidade, recorrendo sempre que possível a transferencias internas, eventualmente então conservando, por necessidade do serviço devidamente justificada em boletim, até segunda ordem, o substituto interino na função que exercia.

101. — O capitulo X, "Unidades de instrucção", dá esta denominação não só ás unidades organicas que recebam effectivo em "circunstancias especiaes, como sejam, transferencias, retardamento da incorporação e outras", mas tambem ás escolas de especialistas e de candidatos a cabo, a sgt. e a cmt. de sec.; e em seguida estabelece categoricamente a acção central unitaria que tem o cmt. do corpo na organização dessas "unidades", na de seu trabalho e correspondentes exames.

Quanto ás unidades organicas em que se haja de processar a instrucção, por circunstancias especiaes, fóra das condições normaes, não se vê qual o lucro realizado em crismal-as de "unidades de instrucção": era só o cmt. do corpo dotal-as do pessoal imprevisto e ordenar o "lachez tout" ao trabalho da unidade.

Quanto ás escolas (RISG. desde a 1ª edição) de especialistas e candidatos a cabo, etc. é muito duvidosa a propriedade da crisma.

Acceita-se sem qualquer resistencia do entendimento que uma unidade organica tenha diversas escolas ou que diversas unidades dêem pessoal para uma mesma escola especial collectiva da unidade maior; mas não é tão intuitivo que cada escola especial seja uma "unidade".

102. — No capitulo XI, "Regulamentos", o art. 335 estabelece que os exemplares dos regulamentos pertencentes á carga "deverão ser mantidos em dia pelos responsaveis, que irão fazendo nos mesmos as alterações adoptadas, á medida que forem publicadas". E' uma optima determinação, pouco cumprida desde que a estabeleceu o aviso de 22-I-1921, o qual entretanto é lembrado abaixo da palavra "CARGA" no carimbo, todo rubro, que trazem os exemplares-carga.

O art. 336, quando dispõe sobre os recibos a remetter á repartição fornecedora de documentos secretos ou reservados, toda vez que haja substituição do detentor de um cargo, exige que os assignem substituto e substituído. Parece demasiada a exigencia. O que é necessário é que se dê a transmissão e que a repartição fornecedora saiba sempre quem é o detentor; ella reclamará se houver discordancia do recibo com

os seus assentamentos. Seria muito conveniente que segunda via do recibo fosse dada ao substituído, para que ficasse escudado contra reclamações, que às vezes surprehendem o official ao cabo de muitos annos, até quando retirado já do serviço activo.

Por que só se allude á 2º E. M. E.? o mesmo faz o R. I. S. G. no art. 65, n.º 73. Não ha documentos reservados ou secretos que outras secções do E. M. E. forneçam?

(Continúa)

Junho de 1930.

#### NOTA INTERESSANTE

Desde o nº de Maio, em que saiu aqui o terceiro artigo deste commentario, ficou suspensa a publicação, que ainda previa materia para mais dois artigos.

Foi que a essa altura o Ministerio da Guerra, a 3de Junho, em officio nº 22, ordenou ao "Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito:

Pelos meios convenientes fazei com que seja corrigido o Coronel Bertholdo KLINGER, chefe do Estado Maior do General Inspector do 1º Grupo de Regiões Militares, por se ter arrogado competencia para apreciar pelas columnas da "A Defesa Nacional" em termos destoantes das boas normas disciplinaires, o regulamento aprovado pelo Decreto nº 19.040, de 19 de Dezembro de 1929, conducta que se affasta do criterio orientador da collaboração devida pelos officiaes ás autoridades responsaveis pela direcção do Exercito, cujas decisões não podem ficar á mercê da critica dos subordinados, como bem accentúa o numero 28 do art. 338 do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corps de Tropa no Exercito.

No caso em apreço ha:

- 1) Allusões desrespeitosas ao funcionamento dos poderes publicos constitucionaes;
- 2) Reprovação publica aos actos do governo, quaeas sejam as disposições do citado Regulamento, cuja aprovação, já referida, importa em transformal-o em determinações de autoridade superior; e
- 3) por fim, intuito de diminuir a capacidade profissional da commissão que o organizou e redigiu, presidida por official de posto superior ao coronel Bertholdo KLINGER, assim como a

esse Estado Maior de Exercito, que o submetten á approvação de Governo.

Saúde e fraternidade

(a) NESTOR PASSOS"

Transmittido esse officio ao meu chefe immedioato, o Sr. general de divisão Menna Barreto, este foi tomar entendimento com o sr. ministro.

Felo S. Ex. convencido, como sempre, de que o superior não é mero transmissor inerte de exigencias e pressões sobre os subordinados, é defensor nato destes, e de que procurando defendel-os contra ataques de superior mais alto, ainda presta a este preciosa collaboração, da qual já mais este superior tem que se arrepender de leval-a em consideração, ainda que não attende. Do entendimento resultou:

1º) Officialmente, a minha punição, em boletim, nos seguintes termos:

"Em cumprimento a ordem do Sr. ministro da Guerra, expressa em officio nº 22, de 3 do corrente, transmittido a esta Inspectoria pelo Sr. chefe do E. M. E., reprehendo o coronel Bertholdo KLINGER, porque em publicação que fez na revista militar "A Defesa Nacional", estudando o novo R. I. S. G., usou, em alguns passos, de referencias desrespeitosas. Incurso no R. I. S. G. art. 338, n.º 23; sem aggravante; attenuantes do art. 339 § 1º, ns. 1 e 2".

2º) Particularmente, a recomendação do Sr. ministro para que eu não prosseguisse na publicação em causa. Em consequencia, causando o atrazo na impressão do numero de Junho, desta revista, foi o artigo supra, que já estava paginado, retirado do prélo e cessou o meu commento ao R. I. S. G.

Accedi assim, embora coinstrangido, ao desejo ministerial. Claro, que isto não significava outra coisa senão a prudencia de não jogar as peras com o amo e que ficava subentendido fosse a rolha para todos.

Quando, alguns meses depois, na mesma revista, surgiu de outra pena outro commentario ao mesmo R. I. S. G., incontinenti me dirigi á redacção da revista no proposito de continuar a publicação de meu commento. Do entendimento, porém, resultou que preferi continuar no silencio, que agora mais nada justificava.

KLINGER

## Numero triplo de A Defesa Nacional

A impossibilidade da Revista sair nos mezes de Outubro e Novembro é sufficientemente conhecida pelos nossos assignantes e representantes.

A Direcção resolveu, para regularizar a

publicação de "A Defesa Nacional" e saldar os compromissos com os assignantes, publicar um numero triplo correspondente aos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro (202, 203 e 204).

Preço deste numero (venda avulsa) 4\$000.

# SUGGESTÕES

## As Escolas das Armas

- 1 — A Lei de ensino é boa em these; parece reclamar alguns aperfeiçoamentos.
- 2 — Nada deve ser feito, nesse assumpto, sem que seja ouvida a opinião do E. M. E.  
As nossas idéas encaminham uma solução.
- 3 — Conviria ultimar a transformação da E. A. O. em *Escolas das Armas*:  
Infantaria,  
Artilharia,  
Sapadores-Transmissão;  
completando o systema, as de:  
Cavallaria,  
Aviação,  
já existentes e dando a todas carácter essencialmente *pratico*.
- 4 — O objectivo do ensino deve ser o actual da E. A. O. e E. C. ampliado:
  - a) melhorar a capacidade dos officiaes e sargentos para o commando na guerra;
  - b) fazer delles instructores aptos para as differentes phases da instrução;
  - c) dar aos mesmos completo conhecimento do armamento e material a ser usado no combate;
  - d) interpretar os regulamentos, acompanhar a evolução das idéas tacticas e technicas; experimentar os processos tacticos conhecidos; estudar e propor as modificações a serem introduzidas nos regulamentos;
  - e) estudar e comparar o armamento e mateial existentes em outros exercitos; propor a adopção dos que forem mais vantajosos, etc.
- 5 — As Escolas devem ser *um real campo de experiencias — um laboratorio tactico e technico*.
- 6 — Como qualquer laboratorio, devem possuir apparelhamento completo:

Tropa — Unidades constituidas, fazendo parte integrante das Escolas (nada de — "á disposição").

Armamento e material — Completos e variados.

Campos de instrução apparelhados (Villa Militar, Gericinó, Pinheiros, etc. Não se deve fazer economia nesse

assumpto — *escolas*. A tel-as inefficazes, é preferivel não as possuir.

### 7 — Locaes:

Infantaria: na actual E. S. I. com o 2º R. I.;

Artilharia: na actual E. A. O. com o 1º R. A. M.;

Cavallaria: na actual E. C. com o 15º R. C. I. (a 2 Esq.);

Sapadores: no 1º B. E.;

Transmissões: no 1 B. E.;

Pontoneiros: em Pinheiros.

### 8 — Cursos (em cada escola):

- a) de sargentos e aspirantes de reserva (deixando de existir a actual E. S. I.);
- b) de aspirantes a official da activa (egressos do 3º anno da Escola Militar);
- c) de commandantes de sub-unidades (capitães e tenentes);
- d) de officiaes superiores (majores, tenentes-coroneis, coroneis).

A approvação nos cursos b) e c) será condição obrigatoria para a promoção a 2º tenente e major, respectivamente.

- 9 — Em principio, o official diplomado no curso b) deve obrigatoriamente frequentar o curso c) antes de completar 10 annos de sua passagem por aquelle; obedecendo-se a mesma regra para o curso d).

- 10 — Será necessario acertar a data de inicio desses cursos e a sua duração pelas necessidades da tropa — *destino a não perder de vista* para todos os egressos dessas Escolas, tropa de onde só se afastarão: os sargentos após 5 annos de effecivo serviço, os aspirantes, tenentes e capitães após 2 e officiaes superiores após 1 anno.

- 11 — Os trabalhos das Escolas, inclusive da E. Av. M., devem ser coordenados pela Directoria de Ensino Militar, por meio de Exercícios de Tactica Geral, Exercícios de conjunto, de modo a realçar o princípio da *cooperação das armas*.

## 12 — Grande vantagem:

Ensino francamente objectivo, no verdadeiro ambiente em que o sargento e o official terão que agir ao deixar a Escola.

Actualmente, o sargento, sahido da

E. S. I., o aspirante sahido da E. M. e o official, sahido da E. A. O., ao ingressarem nos corpos de tropa, encontram um meio diferente daquelle em que fizeram a sua aprendizagem.

Da Redacção.

## Missão Militar Franceza

1 — Será conveniente dispensar desde já, a M. M. F.? Conforme expendemos francamente no "editorial", pensamos ser um desastre dispensar de chofre os serviços da M. M. F. porque, por imprevista nossa, não estamos em condições de conservar, por nós mesmos, os benefícios de sua acção.

2 — A acção da M. M. F. é:

**propulsora** — porque transmite-nos as idéas e processos praticados na guerra (1914, Leste e Marrocos) e os que foram experimentados e aceitos em exercitos de organização perfeita;

**renovadora** — porque nos põe ao par da evolução da technica, tactica e estrategia do exercito francez;

**coordenadora** — porque creou e mantem a unidade de doutrina, indispensável ao Exercito.

3 — Essa acção se processa dentro de espirito de adaptação á nossa situação, espirito que deve ser desenvolvido.

4 — Para substituir a M. M. F. em sua tripla acção será necessário previamente preparar e treinar um orgão brasileiro, capaz de realizá-la sem perda de continuidade.

5 — Essa preparação foi prevista pelo E. M. E. e pelo Gen. Gamelin, mas na prática, ficou apenas esboçada.

Constava do plano a formação de um quadro de professores e instructores, que funcionariam inicialmente como auxiliares dos franceses e aos quais, pouco a pouco, se daria liberdade no ensino das respectivas matérias.

Na realidade, não se efectuou a libertação dos professores brasileiros que quasi sempre não passaram de meros auxiliares, alguns em tarefas por demais secundarias.

Hoje há varios officiaes, de real valor, ex-auxiliares dos professores franceses, mas sem treinamento para, por si mesmos, dirigir e coordenar o ensino.

6 — Portanto, antes de dispensar a M. M. F., convirá pôr em forma os substitutos brasileiros e o proprio orgão brasileiro, pelo processo que vamos sugerir.

7 — A substituição da M. M. F. pelos elementos nacionaes deve ser feita por etapas, entre 3 e 5 annos.

8 — Assim, em 1932, com a renovação do contrato, o orgão M. M. F. será transformado em DIRECTORIA DO ENSINO MILITAR.

Essa DIRECTORIA comprehenderá, por exemplo:

1 Director — General ou Coronel brevété de nomeada — francez.

1 Sub-director — General ou Coronel com o curso de E. M. de nomeada — brasileiro.

3 Adjuntos — Majores ou Capitães — brevétés — francezes.

3 Adjuntos — Majores ou Capitães com o curso de E. M. — brasileiros.

Da mesma, dependerão, entre outras Escolas:

a Escola Militar, que terá:

1 Director-technico do ensino — Major brevété — francez.

1 Sub-director-technico do ensino — Major com o curso de E. M. — brasileiro.

e os demais professores e instructores brasileiros necessários.

as Escolas das Armas:

— Infantaria

— Artilharia

— Cavalaria

— Engenharia (Sapadores-Transmissões)

tendo cada uma um Commandante brasileiro, um director technico francez (Ten. Cel. ou Major brevété) e os outros instructores brasileiros.

Aviação (a ser estudada oportunamente).

a Escola de Estado Maior:

1 Director-Commandante — General ou Coronel com o curso de E. M. — brasileiro.

1 Director technico — Coronel brevété — francez.

1 Sub-director technico — Coronel com o curso de E. M. — brasileiro.

1 Professor de Tactica Geral e E. M. — Major brevété — francez.

3 Adjuntos de Tactica Geral e E. M. — Majores ou Capitães com o curso de E. M. — brasileiros.

- 5 Professores de Tactica das Armas — Ten. Cels. ou Majores com o curso de E. M. — brasileiros.  
 4 Adjunctos de Tactica das Armas — Majores ou Capitães com o curso de E. M. — brasileiros.

Além de outros professores brasileiros para matérias como economia política, historia e geographia militar, etc.

9 — Quadro comparativo dos officiaes franceses:

<i>Discriminação</i>	<i>Actualmente</i>	<i>Proposta</i>	<i>Differença</i>
Chefiá ou Directoria	4	4	0
E. E. M. ....	4	2	2
E. A. O., E. C., ou Escola de Armas .....	7	4	3
E. Av. M. ....	—	—	Em trabalho especial.
E. M. ....	1	1	0
Classes annexas e especialidades ...	9	5	4
Total .....	25	16	9

A diferença a favor da proposta de 9 torna-se mais patente quando se observar que os franceses propostos terão postos menos elevados do que os que existem actualmente.

Ao todo, incluindo a Aviação, os franceses contractados serão menos de 20 e nos custarão mais ou menos a metade do que custam actualmente.

10 — Os contractos serão individuais, para que possam ser reincididos, comprovada a insuficiencia do professor.

11 — Os commandantes de Escolas, brasileiros, terão, como os de corpos de tropa, ingerencia no ensino e no julgamento das aptidões dos alumnos.

12 — Os adjuntos franceses da Directoria deverão ser especializados em serviço de E. M. de tempo de paz, de modo a orientar, por conferencias e pareceres, os trabalhos dos E. M. E. e E. M. regionaes.

13 — Os directores franceses das Escolas de Ar-

*Classes annexas e especialidades:*

- 1 Medico — Major — francez.  
 1 Veterinario — Capitão — francez.  
 1 Intendente — Major — francez.  
 1 Equitador — Capitão — francez.  
 1 Professor de educação physica — Capitão — francez.

mas, desempenharão tambem a função de *consultor technico* nos assumptos relativos á Tactica, organização e technica correspondente.

14 — Em 1935, deverão estar substituídos os adjunctos franceses da Directoria e os Directores técnicos das Escolas das Armas por officiaes brasileiros que tenham frequentado a Escola Superior de Guerra em Paris e as Escolas de Aperfeiçoamento de Armas (Versailles, Metz, Saumur, etc.).

Do mesmo modo, os das classes annexas e os especialistas deverão estar substituídos por brasileiros que tenham feito curso na França.

15 — A partir de 1937 bastará que se conserve o Director technico da E. E. M. contractado por 2 annos.

16 — Para que se possa operar essa substituição com vantagem e acompanhar o desenvolvimento do Exercito Francez será indispensavel enviar todos os annos, officiaes escolhidos criteriosamente — o in-

teresse é da Nação— escalando-se os que possam prestar reaes serviços ao ensino, isto desde 1931.

Assim teremos, no minimo:

4 officiaes, com o curso de E. M. e *qualidades para professor* — na Escola Superior de Guerra de Paris.

4 officiaes de cada arma sendo 2 com o curso de E. M. e *qualidades óptimas para instructor* — nas escolas de armas da França, fazendo em seguida um estagio nos corpos de tropa.

2 officiaes para se especializarem em educação phy-sica em Joinville-le Pont.

2 officiaes de cada serviço para se especializarem nas respectivas escolas na França.

17 — Depois de 1936, será conveniente enviar algumas officiaes de idéas amadurecidas e que já conhecem o Exercito franez á Alemanha, Estados Unidos, Italia, afim de estagiar nos respectivos Exercitos e aproveitar o que esses povos tenham de bom em sua organização.

Da Redacção

## Transferencias de officiaes

(Regulamentação)

1 — As numerosas transferencias de officiaes já determinadas procederam do propósito de applicação do chamado *rodisio*, ponto especialmente mencionado no programma do chefe do governo, desde a sua publicação feita quando apenas candidato. Executadas, porém, integralmente, de chofre, para toda a massa á qual cabe tal applicação, resultariam multiplos inconvenientes, que destruiriam, talvez de todo, inverteriam, a utilidade visada.

A formidavel despesa em passagens e ajudas de custo, a contrariar o propósito governamental de severas economias; a instabilidade causada em muitos corpos, inclusive naquelles poucos que haviam escapado á geral perturbação, a ampliar a anormalidade, ao reverso da premente e fundamental necessidade de normalização da vida do Exercito; a possível interpretação de que, ás escondidas, hajam actuando e actuem moveis de facciosismo, quando urge a restauração da concordia, do sossego dos espíritos; são as principaes razões para que se proceda a uma regulamentação para efectivação das transferencias e analogas determinações ulteriores.

2 — Fica assim regulamentada a effectivação das transferencias de officiaes ultimamente determinadas e que ainda não estejam consummadas, pelo menos com a partida, dos removidos ou sua entrada em transito:

a) Todos os officiaes que foram transferidos apresentam-se dentro de 48 horas a contar da publicação desta, se ainda não o tiverem feito, a seu chefe imediato, declararam nesse acto qual o menor prazo dentro do qual poderão deixar as suas funções e até segunda ordem continuam nellas; analogamente procedem os officiaes que de futuro forem transferidos, contado o prazo de 48 horas a partir da publicação da transferencia;

b) O official em serviço si transferido para corpo sem efectivo só será desligado depois que se apresentar seu substituto e continuará até segunda ordem addido ao mesmo corpo ou estabelecimento, etc.;

c) O official superior transferido, executado o que dispõe a letra a, esgotado o prazo para se desembaraçar, é desligado e tem então o prazo de 15 dias para transito;

d) O official em transito recebe a ajuda de custo dentro dos dois primeiros dias e faz o restante ajuste na vespere do embarque; esgotado o transito, se não embarcar passa a perder a gratificação e o tempo de serviço;

e) Os capitães e tenentes sómente começam a cumprir as transferencias a partir de Janeiro proximo, excépto para aquelles que prefiram fazel-o antes.

3 — Não só para as transferencias de capitães e tenentes já ordenadas, como para as futuras, observar-se-á o seguinte:

a) Na transferencia simultanea do cmt. de cia., esq. ou bia. e de subalternos aquele seguirá em primeiro logar ao novo destino; seu imediato só seguirá um mez depois de exercicio do novo cmt.; os outros subalternos seguirão com intervallos de quinze dias, a contar da partida do cmt.;

b) A transferencia de cmt. de cia., etc., que não tenha subalterno só terá execução depois que á sua partida restem pelo menos dois officiaes na subunidade;

c) Iniciado o transito, o cap. ou ten., tem tambem 15 dias de prazo para embarcar, nas condições da letra d do numero precedente;

d) Se houver transferencia simultanea de mais de um cmt. de cia., etc., no mesmo btl., etc., a execução só terá lugar successivamente, com intervallo de um mez, salvo se se tratar do prazo de transição de um anno de instrucção para outro.

4 — As transferencias de cap. e ten. já ordenadas serão submettidas a uma revisão e daqui por deante quaesquer transferencias com vistas á applicação do rodisio obedecerão ao mesmo preceito dessa revisão, a saber:

a) Catalogar as guarnições em grupos que se considerem de condições approximadamente equivalentes, dar o *número um* ao grupo da Capital Federal (a delimitar o grupo), e numeros successivamente crescentes aos outros grupos, na ordem de menor bondade ou menor desejabilidade;

b) Considerar como n. 1 para certos officiaes a guarnição ou grupo que para elles, sob o ponto de vista de interesses pessoais e de relações de familia, apresente preferencia;

c) Evitar que se applique o rodisio dentro do mesmo grupo e ao official que esteja menos de dois annos no logar;

d) Autorizar que reclame rodisio e mesmo que embarque para logar que lhe conve-

nha, com todas as vantagens, a aguardar nova classificação, a todo official que estiver mais de tres annos consecutivos, a serviço, em lugares catalogados no grupo de numero mais alto;

e) Considerar para sancção do rodisio não unicamente o tempo de serviço no grupo onde no momento se ache o official, mas a proporção desse tempo para o dos estagios em outros grupos, durante toda a carreira, e respeitar a precedencia decorrente desse coefficiente.

5 — As transferencias a pedido e por conta propria dentro das Regiões e Circunscripção, ficam a cargo do respectivo cmt., respeitados os principios precedentes, do interesse do serviço; nas mesmas condições dentro dos Grupos de Regiões ficam a cargo do respectivo Inspector, bem como no Distrito de Artilharia de Costa e na Jurisdicção das Directorias ficam a cargo da respectiva mais alta autoridade.

*Da Redacção*

## B u r o c r a c i a

*Projecto de dois golpes na sua mentalidade retardadora, um delles em tara orgânica, o outro em habito clandestino, deturpador de funcções.*

### I

DECRETO Nº ..., de ... de Dezembro de 1930  
AUTORIZA DETERMINADAS ALTERAÇÕES  
NOS REGULAMENTOS DO EXERCITO, A TÍ-  
TULO PROVISÓRIO, INDEPENDENTEMENTE  
DE DECRETOS

O Chefe do Governo Provisorio, attendendo a que os pequenos aperfeiçoamentos ou adaptações e interpretações, a que inevitavelmente sempre dão margem os Regulamentos, soffrem em geral consideráveis atrazos em sua adopção, isso em prejuizo do serviço, por ficar esta dependente da approvação por decreto; attendendo a que são de muito máo efeito tanto o retardamento desses pequenos retoques como a reiterada publicação de decretos para aprovar alterações ás vezes de pequena monta; attendendo a que se podem evitar todos esses inconvenientes desde que se dê ás autoridades uma certa liberdade na materia, e ainda ao mesmo passo estimular o seu maior interesse;

#### RESOLVE :

1º) Ficam os commandantes de corpos de tropa e de escalões superiores, os directores de estabelecimentos de ensino e o chefe do Estado Maior do Exercito autorizados a ordenar, a titulo provisório, alterações nos Regulamentos de instrução ou de ensino, sempre que importem em evidentes aperfeiçoamen-

mentos, ou necessarias adaptações, ou cabíveis interpretações ou ampliações, e que em nada affectem a doutrina nos mesmos contida ou consagrada em outros correlatos;

2º) Ficam as mesmas citadas autoridades, bem assim os chefes das diversas Directorias de Serviços, autorizadas a ordenar a título provisório, nas mesmas condições do item 1º, alterações nos Regulamentos de serviços;

3º) Ficam taes autoridades obrigadas a comunicar, com a devida justificação, ao seu superior, com destino ao alto commando, o uso de semelhante autorização, bem como oportunamente o resultado do ensaio, uma coisa e outra a publicar no Boletim do Exercito;

4º) Com a referida publicação do resultado abre-se um prazo de sessenta dias para encaminhamento de objecções, si houver, e ao cabo deste prazo tem lugar a decisão da autoridade competente, decisão a traduzir em decreto, si fôr o caso.

### II

DECRETO Nº ..., de ... de Dezembro de 1930.  
DETERMINA A ELIMINAÇÃO DE INTERME-  
DIARIOS ENTRE O CHEFE QUE TEM DE RE-  
SOLVER E SEUS ORGÃOS DE ELABORAÇÃO  
DOS ASSUMTOS A RESOLVER

O Chefe do Governo Provisorio, attendendo a que a elaboração das decisões dos chefes não deve sofrer

quaesquer retardos ou collaborações que não os expressamente cabíveis pela organização de suas repartições, de commando ou de serviço; que não devem os gabinetes superpor-se ou substituir-se quer ao chefe quer aos órgãos regulamentares aos quais a elaboração é imputada pelos regulamentos, mas cingir-se ao que a elles mesmos, gabinetes, sem duplicata nem usurpação, compete; que esses mesmos órgãos, colaboradores legitimos que são, a bem da unidade de visitas, de sua continuidade de acção e efficiencia, devem ter pleno e directo conhecimento das eventuais alterações de seus projectos ou propostas e mesmo executá-las elles próprios;

#### RESOLVE :

Iº) As questões submettidas á solução dos chefes são por estes estudadas com os próprios sub-chefes

fes que as eleboraram, ou quem por estes incumbido dessa elaboração;

2º) A esses estudos podem ser associados, por iniciativa do chefe ou do sub-chefe respectivo, outros sub-chefes ou officiaes ás ordens destes, desde que haja assumpto de sua alcada;

3º) As alterações ácaso necessarias são elaboradas pelo mesmo sub-chefe ao qual coube a elaboração da solução em estudo;

4º) As soluções assentadas são apresentadas pelo respectivo sub-chefe em forma adequada á publicação ou encaminhamento, para que se evitem as delongas, duplicatas de trabalho e de consumo de material, bem como, sobretudo, riscos de alterações indebitas e de esquecimento da scientificação dessas eventuais alterações e de suas causas ao competente orgão subordinado.

*Da Redacção.*

## Films Tacticos

Pelo 1º Ten. NILO GUERREIRO

Um dos melhores methodos de instrucção nos exercícios de combate — remate da instrucção tactica — é sem duvida o da instrucção pelos olhos.

Elle constitue um processo simples de resultados magnificos pois os ensinamentos são adquiridos de um modo facilimo, sem esforço e concretamente.

Assim é que enquanto uma parte da tropa executa o exercicio, outra parte, sob a direcção de um official, collocado num bom observatorio vae acompanhando em seus menores detalhes o desenrolar do exercicio.

Este official vae chamando a attenção dos assistentes para os factos mais importantes que fôr notando, tirando proveito dos erros commetidos para delles fazer sobresahir os ensinamentos desejados. E' um excellente metodo produtivo e seguro, pois o homem vendo tem uma impressão exacta da situação e da maneira de acção empregada, sente realmente o acerto e a necessidade das medidas tomadas; chegando assim sem o menor esforço e comprehensão consciente do combate, desenvolvendo as suas qualidades moraes e os seus conhecimentos tacticos.

O que os olhos vêem jámais esquecem. A memoria visual é vastissima e certa e além de tudo ella ainda é, no caso consolidada pelo raciocínio a que todos são obrigados a fazer para justificar ou condemnar o que vêem.

Um grande serviço prestar-se-hia ao Exercito e especialmente á Infantaria si conseguissemos organizar, a exemplo do que já se fez na Europa, uma série de films tacticos.

Quando cursava a E. A. O. em 1928, o Cmte. DUMAY, se referiu a um film francez sobre o combate do G. C., tecendo-lhe os maiores elogios.

São desse official francez, que durante 9 annos muito fez pela Infantaria Brasileira, as seguintes palavras:

"E' muito importante fazer que o infante comprehenda, desde sua incorporação, que a esencia mesma do combate consiste em conseguir chegar com toda sua força viva até o estreito contacto do inimigo.

Só pôde obter esse resultado em bôas condições por meio de sua habilidade pessoal: no emprego de suas armas, na maxima utilização do terreno, na exploração dos fogos das metralhadoras, dos petrechos de acampamento e da Artilharia.

Em contacto com o inimigo, só o emprego a curta distancia de suas próprias armas (fuzil, F. M., V. B. granadas) e se necessário o entrevero á bayoneta e a lucta corpo a corpo permitem-lhe obter a decisão.

Desde o inicio da instrucção, é preciso demonstrar ao soldado, que em combate para obter o successo é necessário uma estreita cooperação de todas as armas, que são os chefes que asseguram essa cooperação, mas que elle mesmo deve para progredir sob o fogo do inimigo aproveitar RESOLUTAMENTE o apoio de todos os fogos, quaesquer que sejam.

Se a demonstração fôr bem feita, de um modo que choque vivamente a imaginação do jovem soldado, ter-se-á conseguido fazer penetrar de um só golpe em seu espírito e de uma forma durável esse sentimento da COHESÃO e da coordenação dos esforços indispensavel para o bom emprego das armas collectivas.

Para essa demonstração ha dois processos:

1º — Exercícios de DEMONSTRACAO, executados por elementos escolhidos, minuciosamente preparados e ensaiados, de um realismo o mais apurado possivel, que os jovens soldados assistem como espectadores, em cujo decurso as explicações necessarias e antecipadamente previstas lhes serão dadas.

2º — Demonstração pela imagem, com o cinematographo, processo que daria os melhores resultados no Brasil".

# O encerramento dos cursos da E. E. M.

Pelo Cel. BAUDOÜIN

Da M. M. F.

*Transcrevemos abaixo a parte principal e mais interessante do discurso do Sr. Cel. Baudouin, proferido, em 24 de Novembro ultimo, na solemnidade da entrega de diploma aos alunos que terminaram os cursos da E. E. M..*

Tenho repetido muitas vezes que temos ensinado principios, indicado processos; temos procurado, sobretudo, dar-vos um methodo de raciocinio e de trabalho.

Senhores, os grandes principios militares não variam: é um facto universalmente reconhecido.

Os allemães não acharam na batalha de Cannes a base da sua concepção tactica e estrategica? O emprego da mais moderna artilharia não é ainda regulado pelo principio da utilisação em massa, já applicado por Gustavo Adolpho no decimo setimo seculo? O principio da economia das forças não é intangivel?

Os principios são os mesmos por toda a parte, são verdadeiros em todos os terrenos, em todas as circumstancias.

Os processos, esses, variam com a organização dos exercitos e com o terreno, mas não é verdade que com um methodo de raciocinio bem conduzido e partindo de principios bem estabelecidos, chega-se, naturalmente, á adaptação dos processos ás circumstancias?

Appello para vós, senhores, que haveis acompanhado as nossas discussões e as tendes applicado em seguida.

Os vossos professores franceses, senhores, fizeram a grande guerra; combateram em outros terrenos, além dos campos de batalha da França, na Polonia, no Levante, em Marrocos, nas colônias; viram sempre se applicarem os mesmos principios e se adaptarem os processos aos thea-

tres de operações, onde se acharam no espirito dum mesmo methodo e duma mesma doutrina. Procuramos fazer com essa doutrina e esse methodo, consagrados pela experienca, produzisse frutos, com esta idéa directriz, com tudo, de que o estudo da guerra deve ser feito num fim pratico, tão determinado quanto possível. "Um sistema de guerra, li ultimamente em uma revista francesa, não pôde ser concebido "in abstracto": elle é feito em vista da guerra contra adversarios bem determinados e é commandado, na sua essencia, para luta contra o inimigo mais perigoso".

Senhores, sem querer penetrar em dominios que não é da nossa alçada, não temos o direito de dizer que o exercito Brasileiro pôde um dia ser chamado a aplicar, em certo terreno contra certos inimigos, a tactica e a strategia europeias, senão integralmente, ao menos dum modo muito approximado? Certos de vossos theatros possíveis de operações não podem comparar-se ás nossas planicies da Lorena e ás da Polonia? É exacto que os problemas de communicações, de distâncias não são aqui os mesmos que na Europa mas eis ahi, justamente, uma dessas questões de adaptação, com as quaes estamos sempre preocupados no decurso dos nossos estudos...

Senhores, não queria fazer hoje um novo curso... achareis, com razão, que exagero. Detenho-me, pois, não antes, porém, de repetir que é na unidade de methodo e de doutrina que os quadros de um exercito encontram a sua força e a unidade de acção que, só ella, produz resultados.

De facto estamos no seculo do cinema que realizou nos ultimos annos progressos admiraveis, tornando-se synchronizado e fallado.

Hoje em dia todas as sciencias já lançaram mão delle para o seu ensino e demonstração practica, e até as conferencias são ilustradas e concretizadas pelo mesmo processo.

Quasi todos os nossos quartéis possuem sala de projecções com as suas respectivas installações, machina, etc. Por que não tentamos pôr em execução esta bôa ideia?

Faço pois aqui mais esta sugestão: Organizar-se aqui no Rio nos terrenos de Villa Militar com uma tropa qualquer, bem instruida tacticamente, uma série de exercícios de combate "cuidadosamente preparados, convenientemente diri-

gidos e habilmente explorados"; exercícios esses que seriam filmados em todos os seus detalhes desde o thema inicial até a critica final.

Esses films seriam distribuidos aos corpos de tropa da 1<sup>a</sup> R. M., para a instrução.

Tenho para mim a convicção de que os resultados obtidos seriam tão proveitosos que dentro de breve tempo todo o Exercito adoptaria semelhante processo.

Penso ser a ideia perfeitamente exequível pois já possuímos Empresas Cinematographicas nacionais em condições de apresentar films tecnicamente bem feitos, podendo-se talvez até obter a reprodução de todos os ruidos do campo de batalha para tornar mais real possível exercicio scénico.

# Artílharía Dívisiónaria

## Cmt. de Grupo E. Ricard

Traduzido da "Revue d'Artillerie"—Outubro de 1929

Pelo CAP. ADHEMAR C. MATTOS

(Continuação)

### III — POUCO ANTES DA ABERTURA DO FOGO

Encerramos o capítulo precedente com a palavra "coordenação".

A coordenação é para o commandante do grupo uma preocupação permanente, e no momento presente adquire importância especial.

Tanto assim que ao prescrever ao official orientador a procura da homogeneidade, o commandante do grupo tem em vista já a coordenação. Antes da abertura do fogo, o commandante do grupo ordenará ao official orientador a organização do *plano da posição do grupo* — que é um plano, em grandes proporções, comparável, ao aspecto, ao plano de instalação de bateria, definido no regulamento (Título IX A). Nesse plano estarão locadas sómente as peças directrizes. Todas as construções serão feitas no sentido de permitir a medida fácil das correções de paralaxe e planimétricas.

Em determinadas circunstâncias, é certo, esse plano, de inicio, contém unicamente indicações sobre 3 pontos da carta. Entretanto, o official orientador não deverá esquecer que seus esforços deverão convergir para a obtenção de uma melhora progressiva desse plano de grupo, que será acompanhado de um quadro de diferenças de altitudes (se fôr o caso).

Vão ser feitos os primeiros disparos de canhão. Uma ultima preocupação domina o commandante do grupo. Para que a coordenação dos tiros seja possível, é necessário dar a conhecer ás baterias as *condições atmosféricas*, isto é, fornecer-lhes uma sondagem.

A preocupação da sondagem é quasi sempre a competencia das autoridades superiores: o

rias, utilizando-se do barometro e thermometro do grupo e estimando a direcção e velocidade do vento (N.º 633 do Tit. IX a).

Lembramos ser necessário levar em conta o caso de uma bateria (principalmente de 75) se achar atirando em um corredor.

### IV — NO DECURSO DA ACÇÃO

Chegámos ao momento da abertura do fogo. Se uma preparação homogênea foi feita, o commandante do grupo inicia imediatamente a coordenação dos tiros. Tal operação não surge unicamente na occasião da abertura do fogo. Estudamo-la aqui para melhor fazer ressaltar sua importância.

#### COORDENAÇÃO

Uma forma de coordenação é a seguinte:

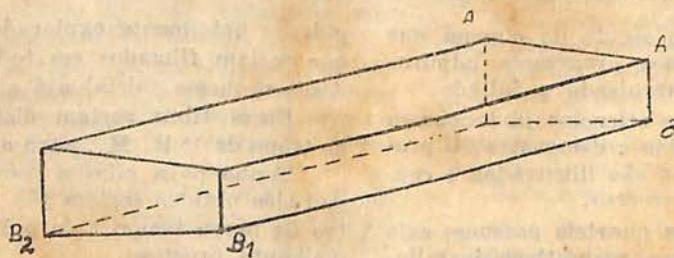
1) divulgação no grupo de todos os resultados de regulação obtidos por uma bateria e capazes de serem aproveitados pelas outras utilizando-se outros valores de Vo, K, Correctores, etc.;

2) comparação dos resultados de mesma natureza obtidos pelas baterias do grupo;

3) prescrição, talvez, da adopção de valores médios resultantes dessa comparação, por todas as baterias.

Existe, porém, outra forma de coordenação, mais directa, mais imediata, por assim dizer. Examinemos, pois, como se apresenta o problema, o modo de resolve-lo e a precisão que pôde ser obtida.

O problema é o seguinte: "A bateria B<sub>1</sub> determinou os elementos de um tiro sobre o ponto A; a preparação foi homogênea. Que deve fazer o commandante do grupo para fornecer ás bate-



(Fig. 1)

mandante do grupo só intervém para indicar o agrupamento as horas em que deseja tal sondagem e para transmittil-as ás baterias.

Se não lhe fôr passada a sondagem o commandante do grupo deve fornecer uma ás bate-

rias B<sub>1</sub> e B<sub>2</sub> os elementos de um tiro sobre aquele ponto?" (1).

(1) São evidentes as vantagens dessa operação: possibilidade de verificar o tiro de todo o grupo, relativamente ao ponto A, fazendo, unicamente

E' o problema do transporte inverso de tiro.

Sejam:  $a$  a projecção do ponto A sobre o plano horizontal que passa por  $B_1$  (fig. 1) e  $B_2$ ,  $B_1$  a linha que une as duas baterias (que podem ter altitudes diferentes).

A figura nos mostra que  $B_1 A$  é igual e paralela a  $B_2 A'$ .

Quer dizer que os elementos de  $B_2$  sobre  $A'$  são os mesmos de  $B_1$  sobre A (levando-se em conta a correccão do  $dV_0$  relativo de  $B_2$ , em relação a  $B_1$ , se houver (2) correccão que pôde ser feita pela bateria  $B_2$ ). Logo se a bateria  $B_2$  conhece os elementos de tiro de  $B_1$  sobre A, conhece também os do seu tiro sobre  $A'$ .

Para conhecer os elementos de tiro sobre A, fim do problema, a bateria  $B_2$  não tem mais que efectuar um transporte de tiro de  $A'$  para A.

Notemos desde logo que, na maioria dos casos esse transporte poderá ser feito pelo método simplificado (3).

Disso resultam duas operações para o comandante do grupo:

1º) de posse dos elementos de tiro de  $B_1$ , fornecer a  $B_2$  e  $B_3$  as indicações que permitem a essas baterias obterem os elementos do tiro sobre  $A'$ .

2º) fornecer a  $B_2$  e  $B_3$  os elementos de transporte simplificado de  $A'$  para A.

Notemos que o comandante do grupo pôde obter tais elementos por simples leitura no plano de posição do grupo e à vista do quadro de diferenças de altitude.

O problema está resolvido.

E' preciso, porém, dar-lhe um processo prático de resolução. E' o que vamos ver.

O método recomendado de transporte inverso de tiro exige certo número de cálculos. A questão é de saber quem os deve executar.

Podemos dar a maior parte aos comandantes de bateria, sob pretexto de que o comandante de grupo tem outros afazeres além da coordenação e seus auxiliares quasi nunca se encontram suficientemente próximos para poderem auxiliá-lo. Pôde-se proceder de modo inverso, alegando que no começo da guerra, aos comandan-

B, atirar sobre esse ponto; homogeneidade na concentração do grupo; rapidez na coordenação.

E' bem verdade que se as condições atmosféricas se modificam depois do tiro de B, os elementos de tiro das 3 baterias, apresentam sobre A, um erro. Mas esse erro é comum às três baterias.

Lembraremos, por fim, que o processo adiante descripto se aplica em qualquer circunstância, desde que se disponha do plano da posição do grupo.

O mesmo resultado não se obtém das coordenações feitas por meio dos  $dV_0$  ou K; que exigem precisão topográfica, e para os primeiros, ainda, precisão dos dados aerológicos. O plano da posição do grupo pode ser executado rapidamente. De facto, é suficiente que as peças direcioneis sejam ali locadas exactamente relativamente umas às outras; e a orientação seja feita com approximação de 10 apenas. Os pontos podem ser obtidos com approximação de 50 m.; o principal é que as posições relativas sejam exactas.

(2)  $dV_0$  de regagem se as baterias utilizam o mesmo lote de munição; e  $dV_0$  de regagem; e taragem, no caso contrário.

(3) O método será inaplicável quando o grupo estiver muito disperso, caso que aliás deve ser evitado pelas dificuldades de comando que acarreta.

tes de bateria falta a prática necessária. O essencial é ter-se um método bem definido, no grupo. Indicamos dois métodos e para não tornar enfadonha nossa exposição damos-los em anexo.

Estudemos agora qual a precisão que o comandante do grupo pensa obter com a coordenação.

Quanto ao tiro de tempo diremos desde logo que a coordenação só atinge os elementos iniciais da regulação.

Estudemos, então, a precisão no caso do tiro percutente. Ela depende:

— do valor do transporte do tiro de  $A'$  para A (de fácil avaliação).

— dos valores dos elementos de  $B_1$  (mais difíceis de serem conhecidos, porque dependem também do valor do atirador e do observador).

Quaesquer que sejam tais valores, o comandante do grupo deverá computá-los para ter uma idéia da precisão da coordenação.

Se o tiro que  $B_1$  e  $B_2$  devem executar, pôde ser observado, a questão da precisão não tem lugar, porque se faz uma regulação ou confronto.

Mas se  $B_1$  e  $B_2$  devem executar um tiro que não pôde ser observado a questão da precisão adquire a máxima importância.

O comandante do grupo resolve-la-á ordenando as *majorações* de acordo com a precisão desejada.

E' a primeira vez que empregamos a palavra *majoração*. Seja-nos permitido, então, discorrer sobre o assunto.

A palavra *majoração* deve ser impressa em letras maiúsculas no alto de cada página que, se segue: O comandante de grupo não é um mago, da artilharia; é um indivíduo engenhoso. Querer corrigir todos os pequenos erros é criar para si uma tarefa muitas vezes impossível de ser realizada, ou pelo menos, um trabalho cujos proveitos, em geral, não compensam o esforço empregado. Na maior parte dos casos, é bastante apreciar a ordem de grandeza desses erros e ordenar, em consequência, as *majorações* convenientes, procurando, unicamente, prescrever as *majorações estritamente indispensáveis*. Será insensatez atirar sobre "um município inteiro" só pelo facto de saber que ali se encontra o objetivo.

O saber majorar requer uma técnica e é uma arte difícil, a tal ponto que nos dá ensejo de perguntar se o celebre "faro do artilheiro", não é senão em última análise uma aptidão à escolha das *majorações judiciosas*.

Tratámos, a propósito dos primeiros disparos, da questão da coordenação, continuemos, então, o estudo do papel do comandante do grupo durante a ação.

Terminadas as verificações, após uma demora variável, começam os tiros da preparação, ou desde o inicio, os do próprio ataque.

No caso da preparação, o scenario é já conhecido: os objectivos são escolhidos pelo comandante do grupo, ou propostos por elle, ou impostos pelo comando. A repartição delles, entre as baterias, faz-se obedecendo a certos princípios que damos a deante. (Ordens de tiro).

Estudemos, então, o papel do comandante do grupo no decurso do combate.

Nesse momento, o emprego das baterias é sua preocupação máxima. E'-lhe preciso:

- A. Conhecer os objectivos (Atirar em que?)
- B. Dar as ordens de tiro (O que, quem deve e como atirar?)
- C. Preparar os deslocamentos.

### A — CONHECER OS OBJECTIVOS

Duas hypotheses a considerar:

a) Os objectivos são indicados pelos observadores encarregados da vigilância geral, (1) que é uma das suas missões.

b) Os objectivos são impostos pelo comando.

Na primeira hypothese surgem 2 casos:

1º) O commandante do grupo tem toda iniciativa do tiro sobre uma zona, e então, compete-lhe avaliar a importância dos objectivos, de acordo com as disponibilidades de fogo, nesse momento.

Quando decide atirar limita o objectivo e estabelece as modalidades do tiro necessárias, em particular as majorações e eventualmente o mecanismo.

Depois de dar as ordens de tiro envia, às vezes, um relatório ao comando.

2º) O commandante do grupo não tem iniciativa do tiro. Envia o relatório (salvo se não houver tempo); manda preparar o tiro, e toma medidas úteis para poder intervir logo que o tiro lhe for ordenado.

Na segunda hypothese é preciso haver sempre a mais íntima ligação entre o grupo e o agrupamento, permitindo áquelle conhecer as intenções deste, afim de diminuir o imprevisto que sempre ocasiona perda de tempo.

O grupo toma as medidas tendentes a diminuir tal perda de tempo, mediante a execução de uma preparação cuidadosa de possíveis intervenções (planos de transporte de tiro; documentos mantidos em dia).

Falaremos adeante sobre esse assumpto, quando estudarmos a questão das ordens de tiro.

No caso particular do grupo agir como agrupamento de apoio da infantaria, as diferentes ligações que devem ser estabelecidas, são tratadas nos regulamentos. Não nos deteremos nesse assumpto que por si só constitue um estudo longo.

### B — DAR AS ORDENS DE TIRO

Em primeiro logar surge a questão de saber o que se deve atirar e quem deve atirar; depois então, a questão das ordens de tiro.

Quando um objectivo aparece e se reconhece objecto de um tiro, o commandante do grupo se não lhe foi imposto o consumo, avalia-o, de acordo com os principios regulamentares da Conducta do fogo — (Natureza e numero de projectis). Estabelece o numero de baterias a empregar, consoante o efecto moral que deseja obter e o prazo dado para a terminação do tiro. O problema se transforma, então, nest'outro: "Como devem ser empregadas as baterias?"

Surge logo a necessidade de conhecer a cada

instante as disponibilidades e a situação. Nesse sentido o commandante do grupo mandará organizar e manter anotado um quadro indicativo dos trabalhos que devem ser executados. (Quadro de trabalhos das baterias).

De outro lado, recorre a outro documento, do arquivo de objectivos, que indica as possibilidades de intervenção das baterias. (Vide annexos). Tal documento elucida a questão dos tiros dados e também a dos preparados que deveriam ter sido ordenados com antecedencia, de acordo com um plano prefixado, plano que por sua natureza facilita os transportes de tiro.

Voltemos ao emprego das baterias ao qual se liga a questão da repartição dos objectivos.

Parece-nos impôr-se, toda vez que possível, a aplicação dos principios seguintes:

a) procurar sempre regrar as disponibilidades.

A repartição das zonas de tiro entre as baterias, assumpto já estudado, obedece a esse princípio, que apresenta o corollario seguinte: *Distribuir o esforço de acordo com a importância da missão*, quer dizer, não empregar 2 baterias quando 1 é suficiente para produzir os efeitos morais e materiais desejados.

Para cada caso, o regulamento indica os elementos da solução: numero de projectis necessários e cadências admissíveis.

b) Na designação de um objectivo, procurar as condições optimas de intervenção (especie e preparo da intervenção).

— um objectivo será atingido com maior segurança, si a bateria já atirou sobre elle ou nas proximidades, ou quando elle é tomado de enfiada, etc.

— tal objectivo será mais depressa atingido, se a bateria já calculou os elementos de um tiro sobre elle ou sobre pontos próximos (4).

E' evidente que se fôrmos obrigados a "surprender" uma bateria, ordenando-lhe um tiro para o qual está mal preparada, devemos fornecer-lhe todos os elementos technicos susceptíveis de se originarem dos caprichos da coordenação.

Si se emprega uma bateria, dentre outras, que não tenha executado regulações sobre o objectivo, deve-se-lhe dar, se necessário, todas as facilidades de observação, fornecendo-lhe, nesse sentido, as transmissões convenientes.

Lembremos que ás vezes os dois principios collidem. Antes da decisão deve o commandante do grupo avaliar a importância de cada um em face da situação do momento.

### 2.º PRESCREVER O TIRO

Designada a bateria é mistér indicar-lhe o objectivo sobre o qual ella vai atirar. Detenhamo-nos um momento em commentarios sobre os processos regulamentares (Titulo IX a — n. 446).

Recomendamos aos commandantes de bateria que é conveniente fazerem sempre um esboço, em logar de procurarem formulas, quando os objectivos lhes forem designados pelo modo indicado no parágrafo citado.

Dest'arte evitarão erros.

Ainda mais, sempre que a situação permitir, o commandante do grupo deve esforçar-se por indicar o objectivo por meio das coordenadas. Isso se consegue facilmente, quando todos sabem ler o terreno. Além disto, para facilitar o trabalho de

(1) Vigilância da zona inimiga. op. cit.

(4) Não nos importa a ordem de grandesa do termo "proximidades", porque ella é em cada caso função das possibilidades de transporte de tiro — si se possue; por exemplo todos os d'Vo desejados; a ordem de grandesa do termo "proximidade" fica aumentada.

leitura do terreno, os observadores, sempre que puderem, devem indicar nos esboços perspectivos, o maior numero de pontos por suas coordenadas, ainda que approximadas. E' preciso não esquecer que o commandante possue um telemetro. O emprego desse instrumento permite obter, quasi sempre, satisfactoriamente, a precisão desejavél para a designação dos objectivos por meio das coordenadas.

Terminemos o assumpto com uma nota importante. Quando o objectivo é designado, o commandante do grupo deve dar as majorações necessarias (se se impõem) ou o mecanismo completo do tiro.

Quanto á forma das ordens de tiro, deve-se recorrer aos regulamentos ou manuaes de tiro.

#### C — PREPARO DOS DELOCAMENTOS

Estudámos o plano de deslocamento da observação; é necessario regrar o deslocamento das baterias. Os dois deslocamentos estão geralmente ligados. Quasi sempre exigem o funcionamento do destacamento avançado de reconhecimento, que foi já objecto de um estudo especial. Não trataremos do funcionamento; fixaremos apenas, o papel do commandante do grupo, nessa questão.

A's vezes cabe ao commandante do grupo a iniciativa dos deslocamentos, mas em geral é o agrupamento que resolve, no conjunto, essa questão.

Compete ao commandante do grupo pôr em execução o plano de deslocamentos recebido da autoridade superior, e, particularmente, proceder á organização do destacamento avançado: reuniões, partida.

Indica-se-lhe o fim; elle se encarrega dos meios.

Sua preocupação constante é a melhora da observação e a proxima entrada em bateria. Deve esforçar-se por evitar que as baterias sejam obrigadas a ocupar posições, á noite, sem que tenham sido ao menos sumariamente reconhecidas. O destacamento avançado deve encontrar-se sempre em condições de "partir", por ordem do commandante do grupo, sem aviso prévio. O commandante do grupo, compenetrado da missão, que lhe foi confiada, conhecedor da situação e do terreno, deve estar sempre prompto para dar ao destacamento uma ordem precisa.

Lembremos, ainda, que muitas vezes um

reconhecimento de itinerario se impõe e além disso não é bastante deslocar as baterias, é preciso prevê o remuniciamento (ordens ao comandante da columna de reabastecimento).

Lembremos, por fim, que o commandante do grupo deve dar ordens para a evacuação da posição (formação da columna de baterias, comando da columna, fraccionamento, itinerario, ponto inicial, retirada do fio telephonico, talvez evacuação de munições, etc.).

#### CONCLUSÃO

Acompanhámos o commandante do grupo, num cyclo de operações completo. Foram-lhe propostos muitos problemas. Julgámos menos interessante a procura da solução de cada um, do que a indicação, que fizemos, da propria natureza delles. As soluções dependem da situação. Se essa é bem conhecida, aquella se encontra nos regulamentos.

Não basta conhecer a solução dos problemas, o que mais importa é prever quaes os que podem surgir, afim de serem preparadas as soluções a tempo. Foi o que tentámos fazer.

#### A N N E X O S

##### ANNEXO I

Fizemos constantemente, no presente estudo, allusão a certos documentos que devem ser mantidos em dia, pelo estado maior do grupo. E' chegada a occasião de retomar a lista delles. A titulo de esclarecimento sómente, indicamos a forma que se poderá dar a alguns delles.

##### 1.º — QUADRO DOS DV de REGIMAGEM

Baterias	dV <sub>o</sub> (1)	dV <sub>o</sub> relativos (1)
1. <sup>a</sup>	— 2	0 Bateria-guia.
2. <sup>a</sup>	— 3	— 1
3. <sup>a</sup>	— 4	— 2

(1) Na realidade, cada bateria deve ter varios valores para dV<sub>o</sub>, no minimo 2 para o 75 e 2 para o 155.

##### 2.º — SITUAÇÃO DE LOTAÇÃO NO DIA.....

Baterias	B G 5			B S P			
	N. <sup>o</sup> do lote 25 - LN	N. <sup>o</sup> do lote					
1. <sup>a</sup>							
2. <sup>a</sup>							
3. <sup>a</sup>							
Total per lote							

3.<sup>o</sup> — QUADRO DE TARAGEM

N. <sup>o</sup> do lote	Bateria que executou o tiro	Data	dV <sub>o</sub> encontrado	dV <sub>o</sub> correspondente ao tiro da bateria-guia (1. <sup>a</sup> )	Observação sobre o valor da taragem
25 — LN	1. <sup>a</sup>	.....	— 3	— 3	
5 — 27	2. <sup>a</sup>	.....	— 4	— 3	

4.<sup>o</sup> — QUADRO DE TRABALHOS DAS BATERIAS

Horario	1. <sup>a</sup> bateria Objectivo. Consumo	2. <sup>a</sup> bateria Objectivo. Consumo	3. <sup>a</sup> bateria Objectivo. Consumo
7 horas	x = ...  y = ...  100  Destruição	x = ...  y = ...  100  Interdição	
8 horas	x = ...  y = ...  100  Neutralisação		
9 horas			

## 5.º — QUADRO DE REGISTRO DE RESULTADOS

DADOS FORNECIDOS PELAS BATERIAS							COORDENAÇÃO			
Dia	Hora	Baterias	Objetivo	Direcção	Elementos de regulação	Alcance	Eventualmente dV.	Elementos fornecidos pelo grupo	Precisão	Majoração
26	2. <sup>a</sup>	1753	+ 300	Cor. 70	21.19	26",4		1. <sup>a</sup> Direcção ... + 20 Alcance ... — 50 Altitude ... — 15	100 metros	Direcção 2 μ Alcance 2 %

## 6.º — ARCHIVO DE OBJECTOS E POSSIBILIDADES DE TIRO

Uma carta, indicando as possibilidades de tiro das baterias.

Primeiro, sublinhar os objectivos (e alvos

auxiliares) e indicar o numero de baterias que atiraram ou prepararam o tiro.

Depois, numerar ou assignalar por meio de letras, na carta, os objectivos; confeccionar o seguinte quadro demonstrativo:

QUADRO DE TIROS				
Objectivos	Particularidades	Tiros executados		Tiros preparados N. <sup>o</sup> da bateria
		N. <sup>o</sup> da bateria	Data	

## 7.º — ARCHIVO DE OBSERVATORIO

Carta contendo indicações sobre os observatórios; sobre as partes vistas e occultas, de cada um; em uma das margens, as indicações sobre o aproveitamento dos observatórios.

Esboços perspectivos.

Previsões sobre os deslocamentos.

## 8.º — ARCHIVO DAS TRANSMISSÕES

Carta ou calco, contendo o traçado das linhas telephonicas internas do grupo (empregando-se cores diferentes para fazer resaltar as das bate-

rias das do grupo), e o das linhas da rede geral Indicações sobre a rede optica.

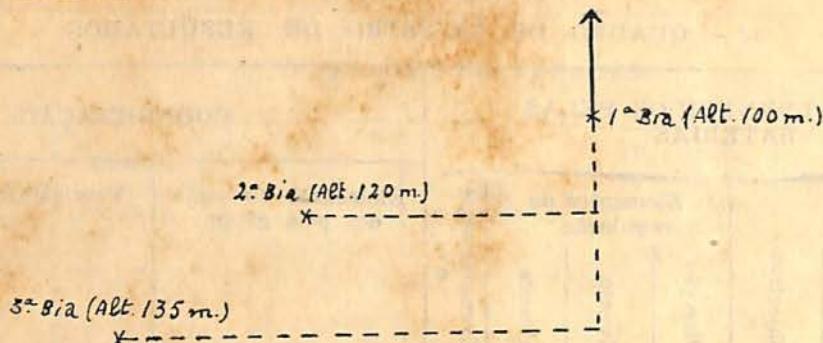
Plano das ligações, (se existe).

Previsões sobre os deslocamentos.

## 9.º — ARCHIVO TOPOGRAPHICO

Plano de posição do grupo — (Veja a fig. 69 do titulo IX a). (1) Figuram ahi as peças directrizes, sómente, e as construções graphicas correspondentes.

(1) Fig. da pag. 115 do Manual de tiro do 75. (Nota do trad.).



*Quadro das correções de altitude, (eventualmente).*

*Listas dos pontos utilisados ou determinados, com as indicações sobre a precisão.*

#### A N N E X O I I

#### METHODOS DE COORDENAÇÃO

(Consideramos as 3 baterias em vigilancia na mesma direcção e admittimos que elles possuam lotes de munição diferentes, porém, tarados).

#### PRIMEIRO METHODO

O commandante do grupo fornece ás baterias

B<sub>1</sub> e B<sub>2</sub>, os elementos que deveriam servir para o objectivo se os dV<sub>o</sub> (regimagem e taragem) dessas baterias fossem nulos. (1).

Exemplo: 3 baterias de 75 (fig. 2).

1. <sup>a</sup> d V <sub>o</sub> (taragem) .....	— 3
2. <sup>a</sup> d V <sub>o</sub> (regimagem e taragem) — 8	
3. <sup>a</sup> d V <sub>o</sub> (regimagem e taragem) — 5	

A 2.<sup>a</sup> bateria regula o tiro sobre 1754 (Distancia approximada 4.000 m.).

Durante a regulação, o commandante do grupo prepara a coordenação organisando o seguinte quadro:

Natureza dos elementos	1. <sup>a</sup> bateria				3. <sup>a</sup> bateria			
	Deriva	Sitio	Alça	Corrector	Deriva	Sitio	Alça	Corrector
Correcções	d V <sub>o</sub> + 8 .....	.....	— 50	.....	.....	.....	— 50	.....
	de parallaxe .....	+ 20	.....	.....	— 15	.....	.....	.....
	planimetrica .....	.....	— 100	.....	.....	.....	+ 100	.....
	de altitude .....	.....	+ 2μ	.....	.....	— 1μ	.....	.....
Total .....	+ 20	+ 2μ	— 150	.....	— 15	— 1μ	+ 50	.....
Elementos fornecidos pela 2. <sup>a</sup> bateria								
Elementos transmittidos pelo grupo								

A 2 bateria annuncia: Vigilancia n.<sup>o</sup> 1 + 500. Sitio + 5. Corrector 22. 4.200.

O commandante do grupo escreve no quadro essas indicações, totalisa com as que possue já e commanda:

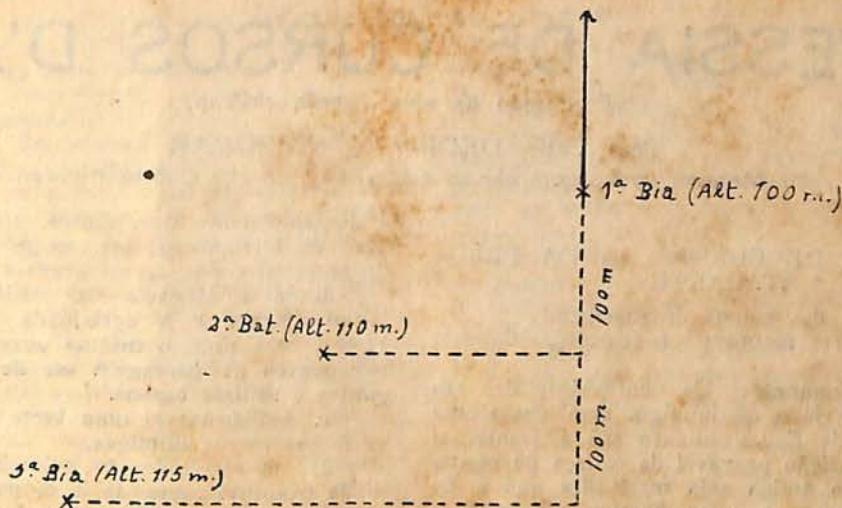
Sobre 1754 — { 1.<sup>a</sup> bia: — Vigilaneia n.<sup>o</sup> 1 + 520. Sitio + 7. Cor. 22. 4050.  
3.<sup>a</sup> bia: — Vigilancia n.<sup>o</sup> 1 + 485. Sitio + 4. Cor. 22. 4250.

A 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> baterias modificam a alça de accordo com os seus d V<sub>o</sub> (— 3 e — 5, respectivamente). Transformam o erro de sitio.

#### SEGUNDO METHODO

O grupo envia para as baterias B<sub>1</sub> e B<sub>2</sub>, sem

(1) Methodo identico consiste em fornecer ás baterias B<sub>1</sub> e B<sub>2</sub>, os elementos que a bateria-guia deveria obter se estivesse na posição de cada uma dellas. Tal methodo só é vantajoso quando as 3 baterias utilizam o mesmo lote de munições.



modifical-os, os elementos recebidos da bateria B<sub>1</sub> (bateria que regulou), juntando, ainda, as correções do transporte inverso de tiro".

Exemplo: 3 baterias de 155 c.

1. <sup>a</sup> dV <sub>0</sub> (taragem) .....	— 5
2. <sup>a</sup> dV <sub>0</sub> (regimagem e taragem) .....	— 8
3. <sup>a</sup> dV <sub>0</sub> (regimagem e taragem) .....	— 3

A 2.<sup>a</sup> bateria regula o tiro sobre 1593, distância approximada 5.000 m.

Durante a regulação, o commandante do grupo envia para a 1<sup>st</sup> e 3<sup>rd</sup> baterias a mensagem seguinte:

"A 2.<sup>a</sup> bateria (dV<sub>0</sub> — 8 está regulando em tiro de tempo, com granada de aço. Carga 1; a 5.000 approximadamente. Transmittirei as correções do transporte inverso de tiro".

Seguem-se as correções (em relação à 2.<sup>a</sup> bateria e medidas pelo commandante do grupo sobre o plano de posição do grupo).

Correcções	1. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>
De parallaxe .....	+ 20 μ	— 15 μ
Planimetrica .....	— 50 m.	+ 50 m.
Altitude .....	+ 20 m.	— 15 m.

Durante a regulação as 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> baterias devem organizar um quadro identico ao que se segue (organizado para a 3.<sup>a</sup> bateria).

Natureza dos elementos	Direcção	Alcance	Evento
Correcções	dV <sub>0</sub> .      d V <sub>0</sub> proprio — d V <sub>0</sub> recebido. — 3 — (— 3) = + 5	— 100	+ 0.26
	parallaxe .....	— 15	— 16'
	planimetrica .....	+ 50	— 0.30
	altitude .....		— 10'
Total .....	— 15	— 26'	— 0.04

A 2.<sup>a</sup> bateria envia para o grupo os seguintes elementos: Vigilancia n.<sup>o</sup> 1 + 360. Cor. 70. Evento 25",3. 20°19'.

O grupo transmite para as outras baterias esses elementos, sem modifical-os, e ellas os anotam no quadro e fazem a somma algebraica.

NOTA — O primeiro methodo é vantajoso para o 75 quer se trate do tiro percutente, quer de tempo; e para o 155 sómente no tiro percutente; pois no tiro de tempo, se o commandante quer

obter precisão, é obrigado a fazer muitos cálculos longos.

O segundo methodo parece mais vantajoso para o tiro de tempo do 155, porque os cálculos são repartidos entre as baterias.

# TRAVESSIA DE CURSOS D'AGUA

(Traducçao de uma versão chilena)

Pelo Cap. DECIO DE ESCOBAR

Do Manual para o commando das tropas, de von Cochenhausen.

I

## TRAVESSIA DE CURSOS DAGUA PELO ATACANTE

1) Escolha dos pontos de passagem.

São factores favoraveis á realização da passagem:

a) **Taticamente:** Os cotovelos de rio abertos para o lado do inimigo, com vantajosas possibilidades de flanqueamento até á frente, si possível, da posição provavel da cabeça de ponte. Que a margem amiga seja mais alta que a do lado inimigo. que, a vista domine amplamente o rio; que ambas as margens offereçam boas condições ao transito; posições favoraveis á distancia suficiente do rio, para o estabelecimento das cabeças de pontes pelas primeiras tropas de ataque.

b) **Technicamente:** Partes estreitas, corrente rectilinea e de fraca velocidade, fundo proprio á ancoragem, proximidade dos materiais de emergencia para construcção de pontes; margens de rampas suaves e solo firme. Nos rios muito largos convem escolher os trechos em que houver ilhas.

De summa importancia é a rede de estradas. Logicamente devendo o inimigo apresentar a sua mais solida resistencia sobre as principaes estradas, torna-se frequenteemente necessário afastar dellas os primeiros pontos de passagem

e de lançamento das pontes. Neste caso, o pre-  
paro de terraplenos, etc. exige a reunião prévia  
do material e do pessoal necessario aos trabalhos.

Dada a efficacia da artilharia inimiga de longo alcance e a actividade das suas forças aereas, será preciso muitas vezes abandonar certos pontos de passagem ou de lançamento das pontes e utilizar outros.

E' indispensavel uma forte protecção contra as forças aereas inimigas.

2) O resultado do primeiro reconhecimento de conjunto serve de base para a escolha das zonas de passagem, dos pontos de passagem e da forma por que será esta executada. Os chefes de serviços de engenharia (cmts. de batalhão de engenharia) solicitarão oportunamente das autoridades superiores todos os documentos necessarios, taes como: monographias geographicomilitares, planos, archivos das autoridades de canalização e de navegação fluvial. O reconhecimento aereo-photographico é de consideravel importancia.

Nestes reconhecimentos, as Divisões empregarão officiaes de Estado Maior, o cmt. da I/D., o da E/D. e os officiaes das Cias. de morteiros (lança-minas) e de metralhadoras.

O cmt. das tropas dá a ordem de reconhecimento, que deve conter:

informações sobre o inimigo e as unidades vizinhas;

## ESTADO MAIOR DO EXERCITO

BOLETIM NÚMERO 57

### POSSE DO CARGO DE CHEFE DO E. M. E.

Nomeado por Decreto do Governo Provisorio Chefe do Estado Maior do Exercito, cargo que, por successão automatica, vinha exercendo interimamente, assumo a effectividade das elevadas funcções, com a certeza de as desempenhar, se não com brilho e apurada competencia, com a serenidade, ponderação de animo e empenho em bem servir, caracteristicas de um espirito consciencioso e tolerante.

Na nova phase que se inicia, necessário se tornará o aproveitamento dos elementos moderados, reflectidos e constructores: — cumpre esquecer ressentimentos e prevenções, em beneficio da harmonia da grande familia a que pertencemos.

Nada se constrói sobre o odio, nem sobre a truculencia e a vaidade. Visando a grandeza da Nação e a união do Exercito, sómente ergueremos edificio sólido e duradouro, utilizando as diversas capacidades e a cooperação amiga e dedicada de todos os nossos camaradas.

As relações pessoais, mesmo em objecto de serviço, longe de serem prejudiciais á perfeita execução da tarefa, estabelecem o cordial intercambio de idéas, indispensavel á melhor comprehensão dos esboços e delineamentos dos grandes projectos, cuja confecção nos é atribuida.

Procurarei contribuir, por minha parte, á supressão de compartimentos estanques ainda subsistentes; desejo que, sem inuteis complicações burocraticas, os meus companheiros de tarefa assentem a troca de impressões necessaria ao completo traçado de formidavel apparelhamento da defesa nacional, que nos cumple planejar.

Ao Estado-Maior, orgão essencial de trabalho e elemento de segura fé na grandeza dos nossos destinos, caberá o papel de coordenador, a função por vezes ingrata de contrariar pretenções excessivas, de amparar soluções conciliatorias, no nobre empenho da reconstituição do Exercito abalado. Para esse congraçamento da classe, para esse exemplo de concordia que devemos ao Paiz, necessário será o sacrificio de susceptibilidades epaixonadas, ou o retrahimento digno e silencioso, certos como estamos todos de que o Exercito, lídima expressão da Nação una e indivisa, não poderá falhar nunca á sua gloriosa e magnifica missão.

(a) GEN. A. MALAN

**NOTA** — As reticencias indicam trechos suprimidos, os quaes tratam de referencias particulares que não interessam á presente publicação.

a intenção da autoridade que assigna a ordem; os limites da zona de passagem.

E' preciso determinar:

**a) Taticamente:**

A situação do inimigo (mantém o adversário em seu poder algumas cabeças de ponte na margem amiga ou acha-se esta inteiramente livre do inimigo? Está ocupada a margem oposta, ou há indícios de que o inimigo pretende avançar?).

Apreciação do terreno em relação à influência que possa exercer sobre a transposição. (Em que zonas a artilharia, os morteiros e as metralhadoras, intallados em posições favoráveis na margem de partida, pôdem dominar o terreno da margem oposta, tanto o das vizinhanças imediatas do curso d'água como o situado além? Até que linha podem ser eficazes os fogos dos atacantes? Offerece o terreno protecção suficiente para que a marcha de approximação e os preparativos das tropas à margem do rio possam afectuar-se a coberto).

Apreciação do terreno da banda oposta do rio (será conveniente ocupar e installar rapidamente uma cabeça de ponte suficientemente ampla e organizar a sua defesa para servir de base a um futuro avanço? Até aonde seria preciso levar-a para que os pontos de passagem e os de construção das pontes não fiquem expostos ao fogo sistemático da artilharia inimiga?).

**b) Technicamente:**

Condições da rede de estradas em ambas as margens; características das margens (altura, facilidades que apresenta ao trânsito, rampas, protecção que oferece o terreno em ambas as margens fóra das estradas).

Características do rio (largura, velocidade e direcção da corrente, natureza do fundo. Profundidade, vãos, ilhas e o seu melhor aproveitamento técnico. Pôde efectuar-se a passagem em uma larga frente utilizando os afluentes e cursos d'água vizinhos. Deve contar-se com uma variação do nível das águas, com fortes ventos, etc.).

Pontos de passagem e de lançamento das pontes a considerar em primeiro lugar.

Effectivos necessários em sapadores, equipagens de pontes e tropas auxiliares.

Existência e aproveitamento de materiais de circunstâncias.

Tempo necessário para a passagem e a construção das pontes.

Medidas especiais contra minas, torpedos, vapores fluviais armados.

Necessidades em pessoal, material e tempo para substituir uma ponte de equipagem por uma de circunstância.

**c) Encaminhamento das partes.**

3) Baseado no resultado desses reconhecimentos, o Cmto. atribui às diversas Divisões as suas zonas de passagem.

Depois a Divisão dá a ordem para preparar a passagem. Esta ordem pode conter o seguinte:

Informações sobre o inimigo e as unidades vizinhas.

Decisão de transpor o curso d'água (na maioria dos casos sem indicar a hora).

Determinação das diferentes zonas de passagem com a correspondente repartição das tro-

pas (formação de agrupamentos de combate com tropas de diversas armas, repartição dos sapadores e dos elementos de desembarque entre as diferentes zonas de passagem, designação do chefe da passagem).

**Fórmula da passagem** nos diferentes pontos (passagem à viva força, passagem por surpresa, ou simples travessia; simultânea ou por escalões? onde se farão demonstrações para illudir o inimigo? onde se efectuarão passagens simuladas ou secundárias? deve fixar-se um ponto principal de passagem ou a massa das tropas deve passar no ponto em que os primeiros resultados favoráveis forem obtidos? onde e quando deve iniciar-se o lançamento das pontes?).

**Diposições já ordenadas pelo commando superior para toda a zona de passagem.** (Estabelecer uma direcção superior técnica única dos trabalhos, protecção pelo fogo, cobertura, dificultar a observação inimiga, regular o emprego das armas anti-aéreas, das transmissões).

**Missões das primeiras tropas lançadas na margem inimiga.** (Ordem de sucessão das tropas e cooperação dos diferentes agrupamentos táticos e armas; designar a cabeça de ponte que deve ser atingida).

### DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS TC, TE E COMBOIOS

O cmt. das tropas, os cmts. de agrupamentos de combate, assim como os cmts. da Artilharia e da Engenharia ordenam então o **reconhecimento local pormenorizado**, que tem por objecto:

a) fornecer as bases para as disposições táticas e técnicas que serão adoptadas nos diversos pontos de passagem;

b) esclarecer a situação no concorrente: aos caminhos de acesso para as tropas e para o material de pontagem;

à protecção pelo fogo; aos pormenores sobre os pontos de passagem;

aos preparativos para a travessia; aos locais para a construção das pontes;

às ligações, e transmissões a estabelecer, aos pontos de reunião das partes, às disposições técnicas especiais (protecção contra a corrente, etc.).

4) Executados os preparativos (para os quais deve reservar-se tempo), o cmt. das tropas expedirá a **ordem para travessia**.

A Execução da passagem differe segundo a situação tática:

**a) Longe do inimigo.**

Os sapadores e a equipagem de ponte devem aproximar-se da margem do rio, sob a protecção da infantaria ou da Cavalaria apoiada por artilharia leve. Transpõem o rio primeiramente as fracções de segurança, iniciando-se logo após o lançamento da ponte.

Aprestar oportunamente a defesa anti-aérea. Preparar um segundo local para a construção da ponte, o qual será utilizado no caso do primeiro se tornar impraticável.

**b) Aproveitando um momento favorável**, em que a margem oposta se acha temporariamente livre do inimigo. Neste caso, o bom êxito reside na rapidez com que for executada a passagem. Devem ser encaminhados rapidamente para a mar-

gem do rio os sapadores e a equipagem de ponte, convenientemente protegidos por tropas de segurança (emprego de automoveis). Infantaria, metralhadoras, lança-minas com abundante provisão de munições effectuam a travessia em pontões isolados simultaneamente com patrulhas de cavalaria; em seguida passam Bias., depois cavalos e viaturas do T. C. da I. e, por ultimo, a artilharia restante.

**As tropas transportadas para a margem inimiga ocupam uma cabeça de ponte suficientemente avançada, que se reforça convenientemente, ao mesmo tempo que se lhe prepara na margem de partida uma eficiente protecção pelo fogo.**

Deve assegurar-se a ligação das tropas da cabeça de ponte com as da margem da partida.

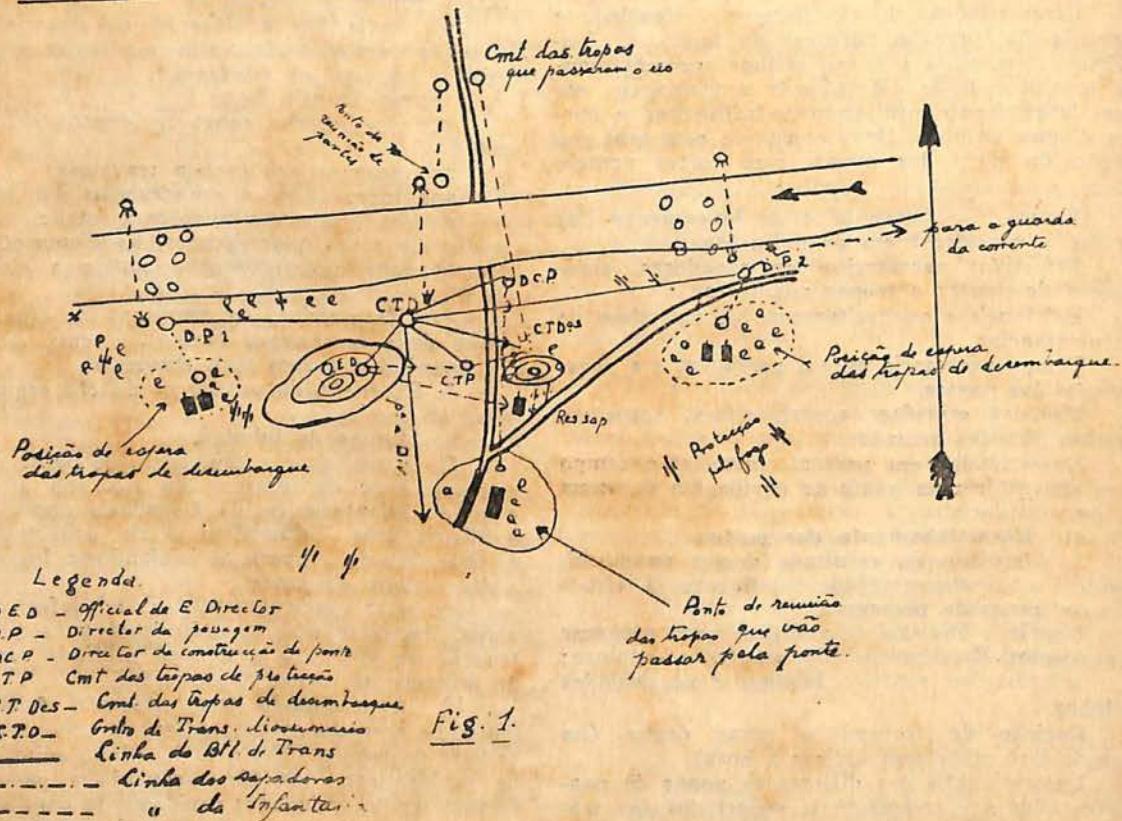
Desde que a margem oposta esteja solidamente ocupada pelas nossas tropas, poder-se-á dar inicio á construcção da ponte (em geral á noite).

c) **Em face de um inimigo que vigia o rio:** surpresa ao amanhecer ou quando o visibilidade é má; a astúcia e todas as medidas que permittam illudir o inimigo constituem condições essenciais para o triumpho da operação. Com este fim deve-se:

manter absoluto segredo (o logar e a hora da passagem serão dados o mais tarde possível); empregar cuidadoso disfarce ("camouflage"); illudir o inimigo com demonstrações (simulacros de operações).

Para a passagem as tropas são fraccionadas como se segue:

Esboço da rede de transmissões para a passagem de um rio.



tralhadoras, lança-minas leves e artilharia. Para contrapôr-se à acção dos aviões de combate e de bombardeio inimigos, deve estabelecer-se forte protecção anti-aérea. Pode illudir-se o fogo da artilharia inimiga mudando-se os pontos de passagem. Os trabalhos de construção da ponte iniciar-se-ão o mais cedo possível, o que de modo nenhum deve acarretar a interrupção da passagem em pontões isolados.

d) Em face de um inimigo que organizou a defesa do rio.

Proceder-se-á, em geral, como no caso c); cumple, porém, fazer preceder a passagem de um potente fogo de anniquilamento (destruição) de artilharia, desencadeado por surpresa. Deve neutralizar-se a actividade da artilharia inimiga e colocar-se uma cortina de fogo deante das tropas de desembarque.

As perdas sofridas pelos sapadores (30% a 50%) e as experimentadas pelo material (até

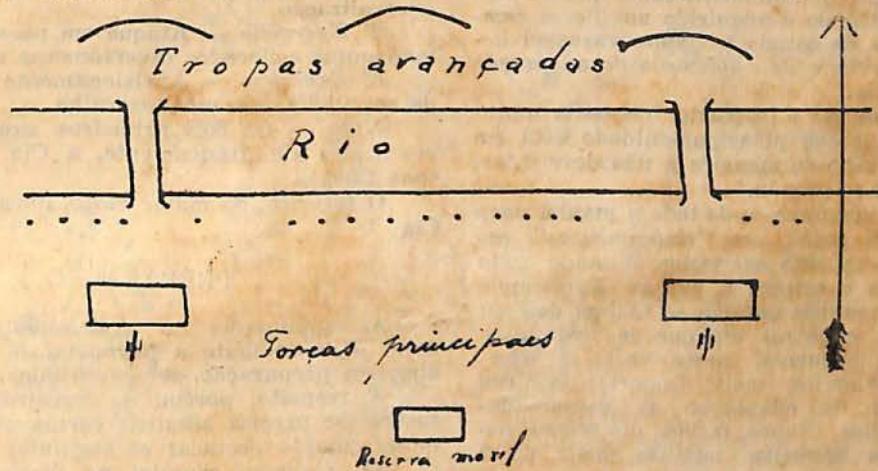


Fig. 2.

100%) serão preenchidas respectivamente pelo pessoal de substituição e pelo material sobresselente.

Estabelecer-se-á forte protecção anti-aérea. Serão designadas previamente certas equipagens de pontes para o lançamento da ponte devendo durante a construção da ponte continuar com a mesma intensidade a travessia em embarcações. Executar-se-ão passagens secundárias e simulacros de passagens como no caso c).

Os princípios precedentes expostos regem também transposição dos cursos d'água de menor largura. Recomendam-se o aproveitamento dos vãos e o emprego de passadeiras (estas últimas podem utilizar-se até em curso d'água de 60ms. de largura e de fraca corrente).

5) Estabelecimento das transmissões na travessia de cursos d'água.

O Btl. de transmissões estabelece a ligação do cmt. da Divisão e do oficial que dirige os sapadores com o cmt. das tropas de protecção, com o cmt. das tropas de desembarque, bem como com os officiaes de engenharia que dirigem o serviço em todas as pontes de passagem e de lançamento de pontes (ver fig. 1).

## II

### DEFESA DE CURSOS D'ÁGUA

a) Tratando-se de uma defesa dilatoria (destinada a ganhar tempo), deve preencher as três seguintes condições:

1º) Reconhecer oportunamente a marcha de approximação do adversário e os seus preparativos para a travessia;

2º) Surprehender e esmagar toda tentativa de passagem, mediante o emprego de fortes efectivos;

3º) Dispôr de fracas reservas, mas de grande mobilidade, para acolher as forças principaes, desde que estas se retráiam.

De acordo com estes princípios, a repartição das forças poderá ser feita do seguinte modo: (vide fig. 2).

As tropas avançadas effectuam a exploração e repellem as orgâos inimigos de reconhecimento.

Os ciclistas são naturalmente indicados para essa missão.

Si as tropas avançadas forem rechassadas até o rio, retirar-se-ão sob a protecção da artilharia.

As forças principaes manter-se-ão convenientemente dispostas em agrupamentos, nas proximidades dos pontos prováveis de passagem, atraç de posições defensivas. Grande parte da artilharia ocupará posições preventivas; outra parte será mantida em reserva móvel.

6) No caso de uma defesa que procura a decisão, a defesa pode ser combinada com um ataque executado na margem amiga ou na oposta. No primeiro caso (ataque na margem amiga) a repartição das tropas será approximadamente a seguinte:

Tropas avançadas, como acima.

Postos avançados, que vigiam o rio, agrupados por sectores, com o seu centro de gravidade nos pontos presumíveis de passagem do inimigo (empregam-se observadores em barcos, nos grandes rios, também podem ser empregados vapores armados). A linha principal de resistência se estabelece, em geral, na margem amiga. Serão postas à disposição das unidades subordinadas

# A QUESTÃO DA ADAPTAÇÃO ÁS ESPECIALIDADES NA INFANTARIA

Pelo 2º Tenente ALCYR D'AVILA MELLO  
(Do 1º R. I.)

Continuando a tratar deste assumpto, faremos hoje uma exposição dos exercícios de aplicação realizados durante o segundo periodo deste anno.

O principio da organização de taes exercícios já foi expedido no artigo anterior, quando dizíamos ser adaptação ás especialidades, todo e qualquer exercicio que demandasse esforço phisico qualquer, desde que se lhe tirasse o fundo technico ou tactico.

Baseados nisso, e considerando mais que nelles o soldado agia num ambiente tanto quanto possível real, applicando o adquirido nas lições completas e sessões de estudo, achamos rasoavel de nominal-los *exercícios de applicação de adaptação ás especialidades*.

Como se vae ver, o instructor necessita muito de imaginação, e seu principal cuidado está em orientar o exercicio de maneira a não desvirtuar, o fim a que elle se propõe.

Em regra, dispunha-se de toda a manhã para o trabalho. E então, dos "treinamentos", organizava-se um ou dois exercícios, dosando tudo de accordo com o esforço a exigir. Explicando melhor: havia manhãs em que se faziam dois ou tres exercícios, e outras em que se fazia apenas um. Naturalmente, neste caso, o exercicio era de muito mais importancia (no ponto de vista de adaptação ás especialidades) que naquelles. Nunca, porém, um mesmo homem executava naquellas manhãs, mais de 2 exercícios.

Vejamos alguns exemplos.

## I

Dia 29 de Maio — TRES EXERCICIOS

*Directivas do Cmt da Cia.*

As directivas recebidas para este dia, previam tres exercícios:

1º) — Uma applicação do treinamento do granadeiro (mais particularmente, estudo de uma situação de crise).

fracções de sapadores, peças de artilharia e lançamínas. Galhos de arvores, arame distendido na agua difficultam o desembarque inimigo.

As reservas de postos avançados devem ficar nas proximidades dos pontos mais ameaçados. E' preciso que a defesa não se deixe enganar pelas empresas simuladas do adversario. Os sapadores prepararão a destruição dos pontos de passagem.

Podem barrical-os simplesmente, ou des-truir-los.

As forças principaes postar-se-ão em um ponto apropriado ou serão distribuidas em agrupamentos, fazendo uso intensivo do disfarce.

Devem manter-se inteiramente preparadas para a acção. Conservarão ao seu lado todas as

2º) — Uma applicação do combate a bayoneta em terreno variado.

3º) — Uma applicação do treinamento do volteador (exercicio principal).

## PREPARAÇÃO

Em consequencia das directivas, assim foi feita a preparação dos exercícios:

1º Exercicio — Situação de um granadeiro que se vê obrigado a fazer uma concentração sobre certo objectivo debaixo de poderoso fogo de neutralização.

2º Exercicio — Ataque em passo de carga a manequins collocados diversamente no terreno.

3º Exercicio — Aprisionamento de um posto de sentinelha por uma patrulha.

Nota — Os dois primeiros exercícios serão realizados simultaneamente, a Cia. dividida em tuas turmas.

O terceiro, de maior vulto, abrangerá toda a Cia.

## PREPARAÇÃO

As applicações do treinamento do granadeiro e do combate a bayoneta, já podem, pela simples preparação, ser executadas.

A respeito, porém, do terceiro exercicio, o instructor precisa admittir certos principios, dos quaes cumpre destacar os seguintes:

a) Cuidado especial na direcção do exercicio afim de que este não se transforme em simples instrucção de serviço em campanha.

b) E' necessário dar aos homens que não tomam parte no exercicio, a impressão mais profunda possível de sua execução.

Para isso, os homens que constituirem o posto de sentinelha, devem ser os mais atrazados, ao passo que os da patrulha serão seleccionados no que a Cia. tiver de melhor. Quanto aos outros, devem ser collocados de maneira a bem assistirem o exercicio.

fracções de grande mobilidade bem como as colunas de auto-caminhões disponiveis. E' preciso reconhecer e fixar os caminhos que serão utilizados nos movimentos para a frente e para os lados. Estabelecer-se-ão boas ligações. Uma parte da artilharia ocupará imediatamente posições preventivas para actuar contra os prováveis pontos de passagem; outra parte será mantida como reserva móvel. E' conveniente manter esquadrias de aviões de combate promptas para atacarem o inimigo durante a travessia.

A execução do ataque na margem inimiga exige, em geral, o estabelecimento de cabeças de pontes fortificadas, sob cuja protecção podem ser levados para essa margem fortes efectivos.

(Continua)

c) Ao contrario de qualquer outra, a Cia. não poderá de inicio, tomar conhecimento do fim desta instrucção (exceptuados naturalmente os homens da patrulha), com efeito, os que constituirão os postos de sentinelas, sabendo que vão ser capturados, redobrarão de vigilância, contribuindo assim fortemente, para annullar o principio. E não é só isso: pela resistencia que naturalmente offerecerão, poderá sobrevir um accidente qualquer. De fórmula que o melhor é dar um fim á instrucção diferente do verdadeiro.

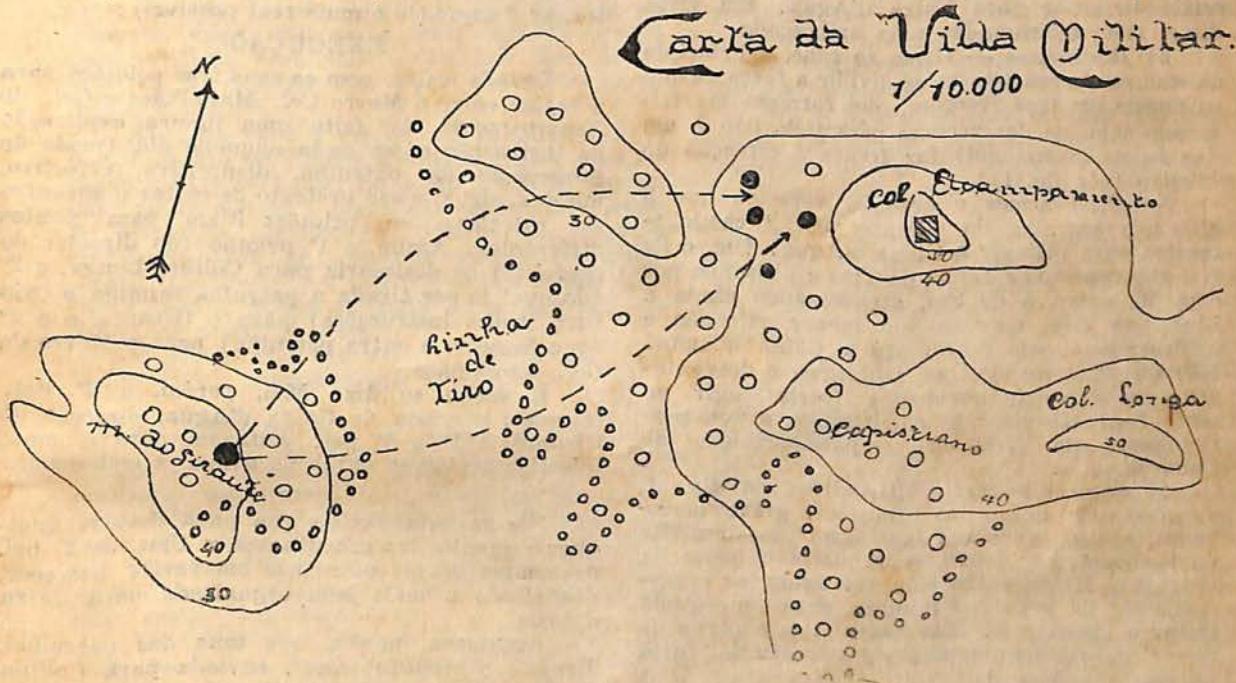
d) Finalmente, a escolha do terreno, que deve ser bem apropriado á natureza do exercicio, permittendo tambem um bom observatorio para os homens que nello não tomam parte.

Em seguida, na meia encosta E. de Col. do Acampamento, foram installados tres postos de sentinelas, cuja conducta, avisou o instructor, seria observada algum tempo pelo resto da Cia.

Dados 2 silvos de apitos, começou o exercicio. A patrulha, tendo assinalado um dos postos, infiltrou-se em sua direcção, articulada em duas fracções, a fracção de frente encarregada da captura, a de traz da evacuação das sentinelas.

Estava já a cerca de 30 metros do posto, quando a sentinella fixa ouvindo um ruido suspeito num capão de matto á sua frente, mandou a sentinella movele vasculhal-o.

Esta, imprudente, para lá se dirigiu sem as precauções necessarias, passando pela primeira



### EXECUÇÃO

Local dos exercícios — Região de Caixa d'Água, (S. de V. Militar).

1º Exercício — O soldado abrigado numa trincheira e com um certo numero de granadas, aguardava o silvo de apito do sargento monitor, para effectuar os lançamentos, (concentração) no menor tempo possível.

2º Exercício — Collocados os manequins em diversos lugares e posições diferentes, (presos a arvores, dentro de buracos, etc). o sargento monitor começou o trabalho (após uma sessão preparatoria) mandando que os homens um por um, percorressem a pista.

3º Exercício — Reunida a Cia., o tenente instructor e director do exercicio explicou que a instrucção principal da jornada seria o estudo da conducta da sentinella, visto ter observado que alguns homens não sabiam ainda se conduzir satisfactoriamente no desempenho de tal missão (princípio a). Já a patrulha sob pretexto qualquer, tinha se destacado para as encostas O. do Morro do Coronel Magalhães, sabendo sómente por onde passava a linha de sentinelas inimiga e o signal de inicio do exercicio. Os homens, desequipados, dispunham de cordas e lençóis, estes á guiza de mordaça.

fracção da patrulha, que não a capturou logo para não dar o alarme.

A referida sentinella contornou o capão e foi esbarrar com a segunda fracção da patrulha que incontinenti, agarrou-a, amordaçou-a e transportou-a para um abrigo á retaguarda.

Faltava apenas capturar a sentinella fixa já inquieta por não ter visto regressar o seu companheiro. Para isto, o Cmd. da patrulha contornou o posto com metade dos seus homens (os outros já tinham voltado) e foi cahir sobre ella, que teve o mesmo destino da outra.

A patrulha tendo pois cumprido sua missão, voltou com as mesmas precauções arrastando consigo as duas sentinelas capturadas e reduzidas á impotencia.

### ONDE A ADAPTAÇÃO ÁS ESPECIALIDADES?

A adaptação aqui se apresenta nos seguintes aspectos:

1º) — No modo de progressão da patrulha, quasi sempre rastejando.

2º) — No modo de capturar, desarmar e prender as duas sentinelas (ataque e defesa).

3º) — No transportar as referidas sentinelas (evacuação).

Vejamos outro exemplo:

## II

Dia 19 de Junho — UM EXERCICIO

*Directivas do Cmt. da Cia.*

O programma determinava uma applicação do treinamento do volteador, e por entendimento prévio, ficou combinado o seguinte exercicio:

*Aprisionamento de uma patrulha por outra.*

PREPARAÇÃO:

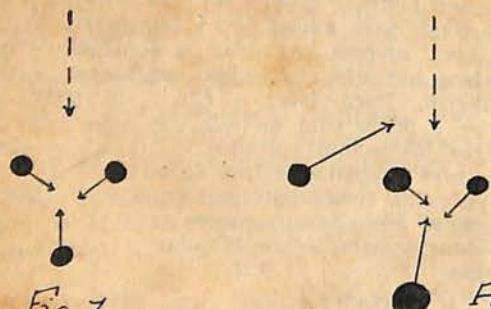
a) *Situação* — Trata-se de uma patrulha de 15 homens commandada por um official que atinge Caixa d'Agua (Col. do Acampamento). O seu commandante assignala no Morro do Girante, uma patrulha inimiga (cerca de 5 homens) parecendo dirigir-se para Caixa d'Agua. Em vista disso, resolve armar-lhe uma emboscada.

b) *Dispositivo* — Como se sabe, o principio da emboscada consiste em se dividir a força de que se dispõe em tres fracções, que formam um triangulo com um dos vertices para traz, isto é, um dos lados do triangulo faz frente á direcção do inimigo (vêr fig. 1).

Se observarmos o croquis, veremos que o Cmt. da patrulha do Girante tem 2 caminhamentos para attingir a Caixa d'Agua. Um, o do N., atravessando a Linha de Tiro e passando por cota 30, outro, o do Sul, atravessando ainda a Linha de Tiro, mas na sua menor extensão e infiltrando-se pelo matto até a Caixa d'Agua. Não discutiremos aqui as vantagens e desvantagens dos dois caminhamentos (seria fugir ao nosso fim) tão sómente admittiamos a sua possibilidade, em face da compartimentação de Caixa d'Agua.

E assim, adoptar o dispositivo da fig. 1, serio afastar muito as fracções, grave inconveniente, porque de um lado diminuia o efecto da surpresa, por outro, enfraquecia o poder da patrulha. Havia outra solução: aguardar o deslocamento da patrulha, inimiga, para em seguida tomar o dispositivo. Mas nesse caso, a perda de tempo era grande e qualquer desvio ulterior faria abortar a emboscada.

Não obstante todas essas razões, e ainda por ter um efectivo suficiente, o Cmt. da patrulha resolve adoptar mesmo assim, o dispositivo em triangulo, mas com um artificio: no meio da base, collocar um pequeno elemento capaz de di-



vidir o triangulo em 2 pequenos triangulos justapostos, constituindo duas portas de entrada para a armadilha (vêr fig. 2 e croquis).

Essas duas portas de entrada correspondem ás duas direcções de marcha provaveis do inimigo. Se a patrulha viesse pelo N., as fracções do centro, do N. e da retaguarda inflectiriam

directamente sobre ella, enquanto a do Sul procuraria cortar a retirada de qualquer elemento que escapasse. Mecanismo analogo caso a patrulha viesse pelo Sul.

As fracções dos extremos, de emprego decisivo eventual, seriam de menor effectivo, e a da retaguarda, de maior. O Cmt. da patrulha ficaria naturalmente junto á fracção da retaguarda.

PRINCIPIOS

São os mesmos do exercicio anterior, devendo se adaptar o principio a da seguinte maneira:

Os homens da patrulha a ser capturada devem ser os melhores da Cia., ao contrario do que vimos anteriormente (sempre a preocupação de tornar o exercicio o mais real possivel).

EXECUÇÃO

Levada a Cia. com os seus tres pelotões para a região entre o Morro Cel. Magalhães e Col. do Acampamento, foi feita uma ligeira explicação da instrucção a ser dada naquelle dia (modo de progressão da patrulha, dispositivo, effectivo, missões, etc.), e sob pretexto de evitar o encontro de patrulhas, os pelotões iriam para pontos differentes. Assim, o 1º pelotão (do director do exercicio) se deslocaria para Collina Longa, o 2º (do qual ia ser tirada a patrulha inimiga e cujo Cmt. tinha instruções) para o Girante, e o 3º (que fornecia a outra patrulha) para o Morro de Cel. Magalhães.

E assim se fez. Mal, porém, o 2º Pel. transpoz a crista de Caixa d'Agua, direcção do Girante, o 1º e 3º pel. voltaram para o ponto inicial e tratou-se então de armar a emboscada.

Ficara estabelecido que para desviar qualquer suspeita dos executantes, o Cmt. do 2º pel. destacaria varias patrulhas em varias direcções, destinando a mais bem organizada para Caixa d'Agua.

Aconteceu, porém, que uma das patrulhas digamos, "preparatorias", enviada para Collina do Capistrano, mudou de direcção e foi cahir na armadilha organizada para a outra, fazendo-a funcionar.

Pretendeu-se montar de novo o dispositivo, mas já não era possível continuar o exercicio uma vez que fôra desvendado para os executantes, o seu fim (principio c.).

ONDE A ADAPTAÇÃO A'S ESPECIALIDADES?

1) — Na progressão da patrulha inimiga, tendo em vista as dificuldades offerecidas pelo terreno.

2) — Na installação dos homens da patrulha de Caixa d'Agua, isto é, seu deslocamento até os locaes da emboscada (travessia da crista).

3) — No modo de aprisionar a patrulha inimiga levando em conta a surpresa (Simultaneidade de movimentos rápidos em terreno variado, ataque e defesa).

Temos assim, terminado o estudo desta questão. Seria de desejar que outros camaradas, mais bem avisados, orientassem suas vistas sobre ella, contribuindo assim para o prepero physico do nosso soldado. E outra não foi nossa intenção, ao escrever estas linhas.

# Os aviões de combate e seu armamento

Pelo Cap. CARLOS BRASIL

Os aviões de combate, segundo o tipo e as missões que são chamados a desempenhar, dispõem de diferentes equipamentos. Dizer, por exemplo, que um avião é equipado em photographia, radio e armamento, significa que elle está apto a desempenhar missões photographicas, ligar-se por meio de seu apparelho radio com o solo, defender-se e atacar com meios proprios.

A diversidade do modo de realização das 3 categorias de missões que a aviação executa no combate, exige, para cada uma, apparelhos com características especiaes, sendo, por isso, indissensável o emprego de typos de aviões leve-médio e pesado.

Afim de melhor estudar as características e o armamento de cada um desses typos, considerando o caso particular do nosso Exercito, vamos, para maior clareza e disposição mais conveniente, do assumpto, dividil-o em tres partes, tratando successivamente de questões geraes, do armamento regulamentar e por fim de como são equipados, sob o ponto de vista do armamento, os aviões de nossa 5<sup>a</sup> arma.

O armamento dos aviões comprehende: metralhadoras e lança-bombas.

## METRALHADORAS

As metralhadoras de avião devem, além das condições communs a que satisfazem as armas automaticas terrestres, obedecer a um certo numero de exigencias especiaes, considerando-se que elles são fabricadas para agir num meio diferente e na qual as circumstancias atmosféricas mudam constantemente.

Uma boa metralhadora de avião deve: ser leve, funcionar normalmente em qualquer altitude, ser pouco volumosa, ter grande potencia de fogo, levando em conta a brevidade do tempo util ao tiro e funcionar sempre com a mesma admissão de gazes.

O peso tem aqui capital importancia, pois toda a carga excessiva prejudica as carac'teristicas do avião, diminuindo, consequentemente, suas possibilidades.

A regulação da admissão de gazes, além de estar sujeita a esquecimentos, aumentaria o já não pequeno trabalho dos tripulantes de um avião de guerra, para os quaes os menores movimentos se tornam difficeis.

E' preciso ter vôado, pelo menos uma vez, em avião de guerra, desempenhando uma missão, para avaliar as difficuldades do trabalho no ar, principalmente para o observador, obrigado a dirigir o piloto, consultar cartas, registrar informações, manobrar a torre, tirar photographias etc., tudo num logar apertado, onde a exigencia da instalação de apparelhos de controle do vôo, bombardeio, T. S. F. e photographicos tirou a possibilidade de conforto.

Com as armas de grande robustez é possivel dispensar a regulação na admissão de gazes, considerando-a sempre maxima e munindo as armas de um dispositivo amortecedor-accelerador que, nos casos de excesso de força viva, durante o

recuo do porta-mecanismo, amorteça o choque e acelere a cadencia do tiro.

As metralhadoras de avião utilizam, além das munições usadas pelas armas terrestres, os projectis traçantes e os incendiarios.

Os traçantes têm por fim materializar as tractoryas, auxiliando, deste modo, o atirador, na conducta do tiro e são empregados juntamente com os perfurantes, na proporção de 2 destes para um daquelles. Os incendiarios são empregados principalmente contra os balões.

A refrigeração é sempre feita pelo ar, n'caso das armas de aviação.

No caso dos vôos a grandes altitudes, h'vendo necessidade de aquecimento para metralhadoras (caixa da culatra) elle é feito ualizando-se commutadores especiaes, existentes no quadro electrico de bordo.

Para a installação aos pares, no caso do tipo de torre, as metralhadoras são collocadas em dispositivos especiaes chamados conjugados, send para isso, necessário que permittam umas a almentação pela esquerda e outra, pela direita.

As metralhadoras podem ser installadas no avião de diferentes modos, sendo possível, por isso, empregal-as como arma de "capot", torre sob-fuselagem e aza. No primeiro caso, é fixado no "capot" (protecção metallica que cobre motor), paralellamente ao eixo da fuzelagem do avião (corpo) e atirando através do espaço vazio pela helice, sem atingil-a, gracias a um dispositivo chamado de synchronização.

Este dispositivo, subordina os movimentos internos da arma aos do motor do avião, de modo que, embora esteja a arma prompta para funcionar e o piloto faça pressão no gatilho especial ao seu alcance, o disparo só se fará e momento opportuno, isto é, quando a helice não estiver embarcando o plano de tiro.

Esta arma só permite o tiro para a frente e é manobrada pelo piloto que, para fazer a virada, é obrigado a apontar o sistema metralhadora-avião, até que este tenha tomado uma posição conveniente ao tiro. Pode-se fazer a instalação de duas metralhadoras de "capot" uma a cada lado e podendo ter calibre differente.

A installação da torre é feita reunindo duas metralhadoras num conjugado e collocando-as na torre do avião, que tem deslocamentos em altura e direcção, sendo este de 360°.

São manobradas pelo observador, no caso dos biplaces, mas tratando-se de um triplice, podem ficar a cargo de um metralhador especializado de uma das torres.

Para bater a parte situada debaixo da fuselagem, em angulo morto para as armas já referidas, emprega-se a metralhadora sob-fuselagem cujo cano sahe por uma abertura existente na parte inferior da fuselagem, nos pés do observador.

A installação nas azas, menos usada, é feita no interior ou sobre as mesmas, sendo as metralhadoras fixas e por isso de manobra do piloto. Ellas ficam muito fóra de mão, constituindo is-

um inconveniente, no caso de qualquer incidente de funcionamento.

### LANÇA-BOMBAS

São apparelhos destinados á condução de bombas a bordo dos aviões e que permitem, pela manobra de alavancas de commando, ás quaes são ligados por transmissões especiaes, soltar-as no momento conveniente, de uma só vez ou por grupos. Podem ser horizontaes ou verticaes, segundo o modo de conduzir as bombas. Em relação ao modo de instalação nos aviões podem ser sob-aza, inter e sob-fuzelagem, de accórdio com sua fixação em cada uma dessas partes.

Os verticaes são sempre collocados no interior da fuzelagem e constituidos por caixas de metal, com divisões internas, onde são collocadas as bombas, presas pela ogiva. Os horizontaes são constituídos por hastes metallicas, com dispositivos de fixação para as bombas. As alavancas de commando são collocadas no logar do bombardeador, existindo tambem, em principio, no posto do piloto que as poderá soltar de uma só vez, em caso de impossibilidade do bombardeador, ferido ou morto, e ainda no caso em que seja obrigado a fazer uma aterragem de emergencia, em terreno improprio. Os lança-bombas horizontaes têm dispositivos especiaes que podem tornar as bombas inertes ou activas, nos mesmos casos.

### LAMÇA-BOMBAS

32 x 10 — D —	Para 32 bombas de 10 kilos (no interior da fuzelagem)
12 x 10 — F —	— 12 — — 10 kilos (— — — — — )
8 x 50	— 8 — — 50 kilos (— — — — — )
10 x 50	— 10 — — 50 kilos (— — — — — )
40 x 10	— 40 — — 10 kilos (— — — — — )

G. P. U. M.	Para uma bomba de 100 ou 200 kilos (sob a aza)
M. P. M.	— — — — 50 kilos (sob a fuzelagem)
24 x 10 — G	— 24 — — 10 — (sendo 12 sob cada aza)
T. G. P. U.	— uma bomba de 500 kilos

### BOMBAS

As bombas de aviação são de construção especial, caracterisando-se principalmente por terem mais ou menos 60 % do seu peso total de um explosivo muito violento, o que é possivel por não soffrem ellas, como os projectis de artilharia, esforço de arremeço, pois são simplesmente soltas dos aviões, admittindo por isso paredes pouco espessas. Quanto ao peso, são de: 10 — 20 — 50 — 100 — 200 — 500 e 1.000 kilos.

Podem ser empregadas contra pessoal, agindo pela projecção de estilhaços, de destruição (contra obstaculos) e incendiarias para provocar o incendio em materiaes inflamáveis.

### MATERIAL REGULAMENTAR

#### Metralhadora "DARNE"

Fabricação Franceza

Calibre 7 m/m	Peso 7k. 500 grms
Potencia de fogo, 1.200 tiros p/minuto	Carregamento pela esquerda ou direita por meio de élos metallicos ou fitas de lona.
Grande robustez.	Admissão de gazes não regulavel.
Refrigerada pelo ar.	Com pequeno número de modificações, pode ser transformada numa arma de "capot" em arma de torre e vice-versa.
Funciona por pressão de gazes.	
Usa munição perfurante, traçante e incendiaria.	

#### Verticaes

32 x 10 — D —	Para 32 bombas de 10 kilos (no interior da fuzelagem)
12 x 10 — F —	— 12 — — 10 kilos (— — — — — )
8 x 50	— 8 — — 50 kilos (— — — — — )
10 x 50	— 10 — — 50 kilos (— — — — — )
40 x 10	— 40 — — 10 kilos (— — — — — )

#### Horizontaes

G. P. U. M.	Para uma bomba de 100 ou 200 kilos (sob a aza)
M. P. M.	— — — — 50 kilos (sob a fuzelagem)
24 x 10 — G	— 24 — — 10 — (sendo 12 sob cada aza)
T. G. P. U.	— uma bomba de 500 kilos

## O DEVER DE TODOS

O esforço, todos sabem mas é preciso repetir, é a propria lei da vida. Crêa e desenvolve o orgão. Porem elle significa dôr vencida, porque nada se crêa, nada progride sem o esforço e sem lôr. E ninguem melhor do que nós, os obreiros da grande epopeia de hontem, poderá medir-lhe o valor: o que custa, o que significa e o sentimento de que elle deve ser a regra do futuro.

O papel de nossas gerações ainda não terminou. Reconstituições nacionaes, soluções futuras da humanidade; nada será obtido sem sacrifício.

Façamos esforço, sem tregua para produzir.

— Esforço physico — por amor aos desportos, o exercicio a á hygiene;

— Esforço intellectual — em todos os domínios: sciencias, artes, literatura, actividades de qualquer ordem;

Esforço moral — pela união e subordinação de cada um ao interesse geral;

todos são uteis e solidarios.

O segredo do successo, na paz, como da victoria na guerra, reside simplesmente em bater-se a fundo, com todas as forças do coração pelo bem publico, isto é, agir, lutar.

A vida é um combate — Viver é vencer!

General Gamelin — La Grande Guerre — 1919).

# CARROS DE COMBATE

Pelo 1º Ten. JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO  
(de Cavallaria)

## PREAMBULO

O carro de combate data de tempos bem remotos, pois já em 1482, o celebre engenheiro Leonardo da VINCI assim se externava em relação ao mesmo: "Construí corretas cobertas que se não podem destruir e com as quais se penetra nas linhas inimigas e se destrói a sua artilharia. Não ha gente armada, por mais numerosa que seja, que se possa oppôr á penetração e á desorganização de suas fileiras por estes carros, atraç dos quais a infantaria pôde avançar sem obstáculos e sem perigo".

Os deslocamentos desses "carros", entretanto, eram muito lentos, por serem feitos á tracção animal, braçal e uns até com o auxilio da força do vento; além disso não possuam a massa necessaria, nem disposições especiaes (lagartas) para transpor os obstáculos, motivo por que foram desprezados por alguns annos, até que em 1854, por occasião da Guerra da Criméa, apareceram novos tipos, munidos, porém, de um motor a vapor, que não tinham a força viva necessaria para arrastar o seu peso e o do armamento de que eram dotados.

Comtudo, o seu modo de combater era quasi identico ao actual, pois manobravam sempre em conjunto e carregavam sobre o inimigo, com grandes vantagens material e moral.

Com o apparecimento do motor á explosão e o aperfeiçoamento das "lagartas" (chenilles ou caterpillar), surgiu novamente a idéa da construcção dos "carros de combate"; tornaram a aparecer em 1916, no ataque de Cambles, onde foram empregados pelos Ingleses, com a denominação de "tanks".

Nessa construcção os Ingleses tiveram em vista o sistema dos tractores agrícolas Hoï (americanos) que já estavam em uso há muitos annos; consistia elle em uma engrenagem denominada "caminho de rolamento" ou "lagarta", que permittia ao "carro" se elevar facilmente sobre os obstáculos, esmagando-os com a sua formidável blindagem de aço.

A França então, delles necessitando na Grande Guerra, apressou a sua construcção e já em 1917 os seus engenhos entravam em accão com o adequado nome de "carros de assalto".

Os tipos apresentados foram os "carros" St. Chamond e Schneider e em 1918 o carro Renault ou carro "leve", armado de canhão 37mm. ou de metralhadora pesada.

O nosso Exercito, querendo possuir uma tímidia amostra desse material de tanta utilidade na guerra, encomendou uma Cia. C. C. de duas secções, tipo Renault, por ser este o mais de accordo com as nossas condições financeiras e de transporte.

O que, porem, causa estranheza em nossos regulamentos, é o considerarem os carros como "petrechos de infantaria".

Parece que elles não devem ser absolutamente considerados como **armamento de infantaria** e, assim, não devem pertencer á infantaria e sim constituir **arma especial**, destinada como as demais armas, a apoiar a infantaria no ataque quer fazendo neutralizar os ninhos de resistencia inimigos (canhão 37, metralhadoras), desobstruindo enfim, o terreno de combate na parte relativa aos obstáculos e ao pessoal, em uma palavra fazendo o anniquilamento da infantaria inimiga quer, ainda, protegendo a installação da infantaria no terreno por elles conquistado, e, ás vezes participando na perseguição.

Tendo como elementos de accão o fogo e o movimento, segue-se que os carros por si só só podem manobrar, o que fazem sempre que encontram, na sua frente, resistencia de fogo.

Havendo 3 tipos de Carros de Combate "pesado", o "médio" e o "leve", e, sendo os dois primeiros com artilharia cujo calibre menor é de 75 mm., por que consideralos um **armamento de infantaria**?

O seu "pessoal" que é só constituído de mecanicos, artilheiros e metralhadores, por que razão é desviado dessas instruções, a perder tempo em exercícios de infantaria e até mesmo de "ordem unida" para desfile nas paradas?

Seria o mesmo que a artilharia formar sem os seus canhões e a cavallaria sem os cavallos.

A sua constituição basica sendo a "secção" por que não se dá uma organização analoga á d'artilharia?

E assim teriam as Bias. C. C., os Grupo de C. C. e os Regimentos C. C., no que haveria muito mais uniformidade, pois a propria significação das palavras a isso nos induz:

Companhia — "reunião de pessoas para um fim commun";

Bateria — "lugar abrigado, donde disparar as peças de artilharia".

Na nossa fraca opinião devem passar pelo quadros dessa efficiente arma officiaes das outras tres armas combatentes terrestres, pois todo têm necessidade de conhecer o seu important emprego de guerra.

A esse respeito transcrevemos, do Ten. CE CLAYEUX, do Centro de Estudos dos Carros de Combate, VERSAILLES, o seguinte topico:

"Todas as armas que cooperam com a infantaria no campo de batalha devem igualmente conhecer o mecanismo dos C. C. que ellas terão que auxiliar ou que proteger, para lhes permitir que desenvolvam toda a sua potencia em proveito da infantaria que apoiam".

Uma reforma urgente na nossa unidade de Carros de Combate, se impõe, bem como uma melhor explanação dos nossos regulamentos, na parte referente ao "mecanismo de combate" do C. C. afim de poupar aos nossos officiaes e soldados o trabalho de procurarem em fontes e

trangeiras — francesas e inglesas — os ensinamentos necessários.

Pela organização francesa um R. C. C. pertence a um Exército; um Btl. C. C. a uma D. I.; uma Cia. C. C. é destacada para trabalhar em proveito de um R. I.; e finalmente um sec. C. C., que é a menor unidade tática apoia um Btl. I.

Essa distribuição apesar de ser racional, pois tem em vista a extensão da frente da unidade a apoiar, não é todavia absoluta, pois depende também da situação tática do momento, isto é, dos objectivos a destruir, do tempo gasto nesse serviço e da idéa de manobra do cmt. da infantaria. De onde se conclue que a dotação de C. C. para uma determinada operação é um problema sempre delicado; exige que o cmt. da infantaria tenha sempre em vista os principios fundamentaes de que: — a "melhor economia que elle possa fazer em C. C. está em pôr os em situação de obter um successo rapido e fulminante" e que, sendo os C. C. "o meio offensivo mais poderoso e o mais seguro" de que elle dispõe para obter o successo, e tendo principalmente em vista realizar um avanço em profundidade, deve guardar reserva de C. C. para alimentar o combate.

Haverá, portanto, casos em que se applique numa frente de Btl. I., 2 Sec. C. C..

#### FUNÇÕES DOS CMT. DE UNIDADES DE CARROS DE COMBATE EM OPERAÇÕES

O cmt. do R. C. C., que se acha no P. C. do Exército, junto ao cmt. em chefe, é um dos seus adjuntos technicos: fornecendo-lhe as indicações necessarias a respeito do emprego dos C. C., sob seu comando directo ficam as unidades de C. C. que não se acham empenhadas e elle é o responsável por tudo que diz respeito a reabastecimento de toda a especie e depannagem (1) dos C. C.. Para isso manterá ligação directa com os seus cmt. de Btl. C. C..

O cmt. de Btl. C. C., por sua vez, si a sua unidade está à disposição de uma D. I., afim de que uma de suas Cias. C. C. apoie um R. I., se encontrará à disposição do cmt. da referida D. I., afim de informá-lo sobre as possibilidades de combate de suas unidades. Essas informações é que darão assento às decisões do cmt. da D. I., que redigirá assim a sua "ordem preparatoria", cuja 1<sup>a</sup> cópia deverá ser entregue ao cmt. Btl. C. C., afim de que elle possa inteirar, o mais breve possível, aos seus cmt. de Cias. C. C. do seguinte:

A zona de acção de cada Cia C. C.; a unidade a apoiar, e finalmente o que se relaciona aos movimentos, estacionamentos e abastecimentos diversos.

O cmt. do Btl. C. C. transmitte tambem a seus Cap., além do plano de engajamento, diversos documentos, como sejam: informações fornecidas pela 2<sup>a</sup> secção E. M. da D. I., photographias de aviões, por onde se poderá verificar quais os caminhos favoraveis no interior das linhas ini-

(1) Galicismo irresistivel, decorrente de "panne" que tambem está incorporado á terminologia. A panne, que pôde ser do terreno ou da machina, é todo accidente que paralyse o carro.

migas (linhas obliquas), cartas, planos, e disposições diversas que interessam os cmt. de Cias., tales como: camouflage, ligação com a aviação e artilharia, trabalhos que devem ser pedidos ás tropas apoiadas e o itinerario que os C. C. devem tomar no interior das linhas amigas, afim de não inutilizar as rôdes telephonicas.

De posse de todas essas informações, que constituem o que os Franceses denominam de "orientação tactica", o cmt. Cia. C. C. que vai actuar em proveito de um determinado R. I., apresenta-se com seus officiaes ao cmt. do referido R., afim de conhecer exactamente a situação e receber as suas ordens. Nesse contacto pessoal, a essencia do entendimento versa sobre estas 3 phrases, que bem definem a estreita ligação que deve existir entre os referidos cmt.:

estou aqui para fazer isto;  
só posso fazer isto;  
peço-lhe para me fazer isto;

Terminada a entrevista, o cmt. Cia. C. C., já tendo conhecimento da zona em que vae operar, reune os seus cmts. de Sec. C. C. e com elles vae fazer o reconhecimento detalhado do terreno do combate, tendo em vista o emprego de sua unidade.

Nesse reconhecimento, distribuidas as tarefas, os officiaes da Cia. C. C. se dispersam.

Um fará o reconhecimento do terreno ocupado ou dominado pelo inimigo, á procura de conhecer a repartição dos seus meios de defesa approximada, o agrupamento dos centros de resistencia, a natureza de seus flanqueamentos, a collocação de suas armas automaticas e de seus canhões anti-carros (será difficult, porque esse canhão só atira de surpresa e depois que os carros aparecem em acção); todas estas informações só podem ser fornecidas pelos elementos do 1º escalão e nas 1as. linhas da infantaria amiga.

Outro verificará a posição das forças amigas, especialmente estudará a situação dos escalaes mais avançados, afim de procurar no terreno posições que sirvam para a collocação dos C. C., quando tiverem de desembocar para o ataque, isto é, "posições de partida". Terá que fazer um pormenorizado reconhecimento no terreno, a verificar os pontos duvidosos da carta; quanto áquelles onde elle não possa ir, os estudará na carta e procurará varias fontes de informações, como photographias aereas, informações verbaes, etc., etc. Como preliminar e como complemento desse trabalho tratará de dar mais expressão á carta, assignalando na mesma, as linhas dagua e os brejos de azul, os itinerarios de vermelho, os arvoredos de verde; marcará tambem a zona de acção e os objectivos a destruir.

No seu contacto com as tropas amigas o official dos C. C. procurará verificar o seu estado physico e o moral, pois, sem um apoio seguro, os C. C. não poderão cumprir satisfatoriamente a sua missão.

O official encarregado dessa missão deveria ser de preferencia o tenente que vae commandar a secção de apoio ao Btl.

E, finalmente, o ultimo cmt. de sec., se houver tempo, tomará contacto com a artilharia que apoia o combate, afim de colher de seus observa-

dores informações sobre o que se passa á retaguarda das 1as. linhas inimigas, e sobre o seu escalonamento em profundidade.

Do exposto se verifica que o papel dos officiaes dos C. C. nesse serviço de reconhecimento é importantíssimo, bem como as suas informações são preciosíssimas; sem elles o cmt. da infantaria não poderia redigir com precisão e exequibilidade a sua ordem de ataque.

Findos esses reconhecimentos, o Cap. encontra-se com os seus officiaes, em lugar préviamente por elle designado, e recebe delles as diferentes informações; leva-as ao conhecimento do cmt. do R. I., pedindo-lhes principalmente a sua atenção para as zonas de terreno favoráveis à manobra dos C. C., e, mostrando os obstáculos a destruir, indicará naturalmente ao Cel. a repartição das secções de C. C. no interior do R. I..

Ficando, os Btis. I. com as respectivas Sec. C. C. de acordo com a situação tática apresentada, o cmt. Cia. C. C. não terá que dar nenhuma ordem de ataque ás suas Sec., a não ser o que diz respeito á parte técnica dos C. C., competindo, pois ao Cel. cmt. do R. I., em um parágrafo especial, dar, a cada uma das Sec. a sua missão, do seguinte modo:

"Tal Btl., apoiado pelas Sec. C. C., tal e tal, tem por missão...". E em outro parágrafo dará também as suas ordens ás Sec. que não estão affectas a Btl. I. ex: "Tal Sec. C. C., ficará como reserva do R. I., atraz do Btl. I. tal e poderá pelo cmt. da Cia. C. C. ser empregada como apoio aos C. C. do 1º escalão da infantaria".

Posta uma Sec. C. C. á disposição dum Btl. I., seu cmt. terá que ir se apresentar ao desse Btl., afim de receber suas ordens e estabelecer a respectiva ligação sobre o objecto das 3 phrases

que já foram enunciadas e que bem definem os papeis que cada um terá que desenvolver durante a acção. Em seguida o cmt. da Sec. C. C. terá que confirmar ou completar varios pontos do reconhecimento já feito, e, como trouxe consigo um agente de ligação (de preferencia motocyclista), envial-o-a com uma ordem ao sargento que está no commando da sua Sec., afim de que avance com a Sec. pelo itinerario tal, abrigado das vistas inimigas (se houver tempo, da preferencia á noite) até tal ponto, nas proximidades da posição de partida para o ataque. Em certos casos essa ordem só será dada depois de feito um reconhecimento especial do itinerario dos C. C. até a posição de partida, e si a Cia. tiver de marchar até ahi reunida essas providencias para tal deslocamento serão da alçada do cmt. da Cia. C. C.

Em quanto se passaram todas essas operações de ligação e de reconhecimento, a Cia C. C. se encontrava na "posição de espera", pois para ali foi conduzida pelo seu Cap. e officiaes, transportada a este local por diversos meios, como sejam estradas de ferro ou autocaminhões. Na occasião em que os officiaes avançam para a ligação com a I. e reconhecimentos, os sargentos assumem imediatamente o com. das respectivas Sec.; muitos e importantes são os serviços que nessa situação e função competem a taes sargentos, razão por que o regulamento, muito acertadamente, preconiza para o respectivo quadro sargentos intelligentes e aptos para fazerem as vezes de official. Ahi, na ausencia de seus officiaes, não só incumbe a taes sgt. executarem fielmente as ordens que recebem, como também prepararem os C. C. para combater, e, portanto, necessitarão de proceder á verificação de todos os seus orgãos e do abastecimento de toda a especie, taes como: essencias, água, munições, etc.

## COLLABORAÇÃO

A Redacção de "A Defesa Nacional" renova, ao iniciar a Revista o seu XVIII anno, o convite á officialidade do Exercito e da Marinha para collaborar em suas paginas, as quaes estão á disposição das classes armadas e não constituem uma publicação exclusiva do Grupo Mantenedor.

Nesta phase de reconstrucção, o concurso dos nossos camaradas será, sem duvida, muito valioso e efficaz se, além da collaboração technica e tactica, enviarem-na tambem sobre os assuntos de defesa nacional e de ordem geral relativa ao Exercito e á Marinha, prin-

cipalmente sobre aquelles que se actualizaram e tomaram especial relevo no presente momento.

É com satisfação que tornamos pública a maneira desvanecedora com que a "A Defesa Nacional" foi distinguida no XVII anno: a collecção de Outubro de 1929 a Setembro de 1930 é de 780 páginas e contém trabalhos de 83 collaboradores, sendo 2 civis, 2 officiaes de marinha, 1 general, 8 coroneis, 6 tenentes-coroneis, 11 maiores, 24 capitães, 24 primeiros tenentes e 4 segundos tenentes, inclusivè 7 membros da Missão Militar Franceza.

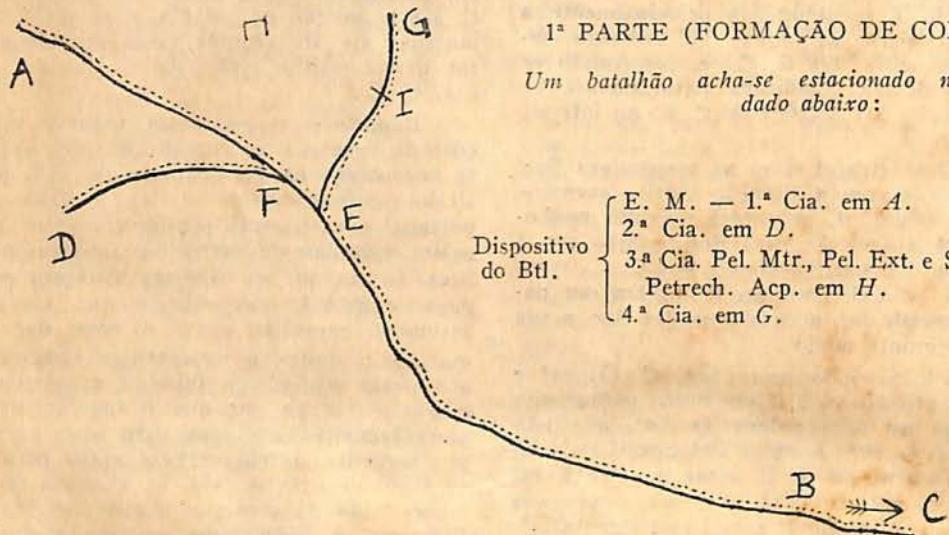
# Subsídios para os Quadros de Reserva

## C. P. O. R. da 1<sup>a</sup> R. M.

### Questões de exame -- Infantaria

Iniciamos a publicação de algumas das questões de exame formuladas no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 1<sup>a</sup> Região Militar.

Essas soluções, que são acompanhadas de soluções — exemplo, constituiram matéria das provas escritas da secção de infantaria realizadas no mês de Setembro próximo passado.



#### 1<sup>a</sup> PARTE (FORMAÇÃO DE COLUMNAS)

Um batalhão acha-se estacionado no dispositivo dado abaixo:

Dispositivo do Btl. {  
 1.ª M. — 1.<sup>a</sup> Cia. em A.  
 2.<sup>a</sup> Cia. em D.  
 3.<sup>a</sup> Cia. Pel. Mtr., Pel. Ext. e Secção Petrech. Acp. em H.  
 4.<sup>a</sup> Cia. em G.

DISTANCIA	PROFUNDIDADE DOS ELEMENTOS
G. I. = 1 km,5	Cias. = 200 m.
A. E. = 3 km,5	Pel. extr. {
D. F. = 3 Km.	Pel. mtr. 200 m.
G. E. = 3 km,700	Sec. petr.
H. I. = 2 km,5	

Este Btl. deverá marchar de A para C.; P. I. ponto E.; hora de passagem no P. I. — 4,30. Ordem de marcha — 1<sup>a</sup>. Cia. 4<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, Pel. extr pel. Mtr., Sec. Petr., 3<sup>a</sup> Cia.

O commandante da 3.<sup>a</sup> Cia. conduzirá o agrupamento que está em H até o P. I. e fornecerá o Des-tacamento de Policia.

Trabalho a executar — 1º) a que horas o agrupamento, inicia sua marcha?

2º) qual a composição do Dest. de Policia e a que horas passará no P. I.?

3º) tendo sido a ordem de marcha dada na vespere ás 16 horas, que providencias tomou o Cmt. da 3.<sup>a</sup> Cia. com relação à marcha do dia seguinte?

4º) Qual a composição da turma de estacionadores da 3.<sup>a</sup> Cia. e a que horas iniciou a sua marcha?

— Tempo concedido: 6,40 ás 7,40.

#### SOLUÇÃO DA 1.<sup>a</sup> QUESTÃO

##### 1.<sup>a</sup> PARTE

###### I — Raciocínio.

Nota — A parte do raciocínio não deveria ser escrita pelos alunos, a solução e os cálculos seriam suficientes para que a comissão concluisse qual o raciocínio feito.

1º — A testa do Btl. passando no P. I., ás 4 h. 30, a testa do agrupamento estacionado em H só poderá passar 10 ms. a retaguarda da 2<sup>a</sup>. Cia.; devemos portanto somar ás 4 h. 30 o tempo necessário ao escoamento das 3 Cias. que precedem o agrupamento.

A profundidade dos elementos que marcham na frente é:

— 1.ª Cia.	.....	200 ms.
— Distancia	.....	10 "
— 4.ª Cia.	.....	200 "
— Distancia	.....	10 "
— 2.ª Cia.	.....	200 "
— Distancia	.....	10 "
Somma:	.....	630 ms.

Mas ás 4 h. 30 ainda é noite, portanto, podemos tomar o rendimento horário de 3.000 ms.; logo para acharmos o tempo de escoamento devemos dividir a profundidade achada por 60 ms. que é o rendimento minuto para velocidade horária considerada.

$$\begin{array}{r} 630 \\ 030 \\ \hline 1.800 \end{array} \quad | \quad \begin{array}{r} 60 \\ 10' 30'' \\ \hline 00 \end{array}$$

Assim a testa do agrupamento deverá apresentar-se no P. I. ás 4h.30 + 10' 30" ou 4h.40' 30".

2.º — Temos a hora de passagem da testa do agrupamento no P. I. calculemos portanto sua partida de H.

— A distância HI = 2.500 ms. e como deve ser percorrida á noite e é feita através campo, devemos considerar o rendimento máximo de 2 kms.,5 horário; logo percurso HI = 50'

$$IE = GE - GI \text{ ou } IE = 3.700 - 1.500 = 2.200.$$

Como este percurso é feito na estrada podemos considerar 3.000 ms. horário e teremos que dividir o percurso por 60' para obtermos o tempo de marcha:

$$\begin{array}{r} 2.200 \\ 400 \\ 40 \\ \hline 2.400 \end{array} \quad | \quad \begin{array}{r} 60' \\ 36' 40'' \\ \hline 00 \end{array}$$

Logo o percurso HE será feito em 50' + 36' 40" = 86' 40" = 1 h. 26' 40".

Ora a passagem no P. I. deverá se dar ás 4 h. 40' 30", portanto a partida se efectuará ás 4 h. 40' 30" — 1 h. 26' 40" ou 4 h. 39' 90" — 1 h. 26' 40"

$$\hline 3 h. 13' 50''$$

Mas a tropa terá que fazer um alto horário entre ás 3 h. 50" e 4 h.; logo devemos aumentar o percurso de 10' que serão diminuídos da hora de partida e então esta se fará ás 3 h. 3' 50" ou aproximando 3 h. 4'.

II — Resposta:

Partida: — 3 h. 4' minutos.

## 2.ª PERGUNTA

### I — Raciocínio.

O Destacamento de polícia marcha entre a tropa e os trens; logo para saber a que horas passa elle no P. I. basta calcular o escoamento da tropa do Btl.

Então:

1.ª Cia.	.....	200 ms.
Distancia	.....	10 "

4.ª Cia.	.....	200 "
Distancia	.....	10 "
2.ª Cia.	.....	200 "
Distancia	.....	10 "
Pel. Ex., Pel. Mtr. e Sec. Ptr.	.....	200 "
Distancia	.....	10 "
3.ª Cia.	.....	200 "

Profundidade ..... 1.040 metros

Considerando o rendimento de 3 kms. á hora teremos:

$$\begin{array}{r} 1.040 \\ 440 \\ 20 \\ \hline 1.200 \end{array} \quad | \quad \begin{array}{r} 60 \\ 17' 20'' \\ \hline 00 \end{array}$$

Então a cauda do Btl. (tropa) se escôa ás 4 h. 30 + 17' 20" ou 4 h. 47' 20".

Podemos fazer um aumento de 40" para dar uma certa distância entre a cauda e o destacamento de polícia.

### II Respostas.

- a) Um grupo de Combate.
- b) Passará no P. I. ás 4 h. 48".

## 3.ª PERGUNTA

Resposta — Fará reconhecer o itinerário a percorrer na madrugada seguinte, entre H e o P. I., fazendo balizar o trecho HI.

## 4.ª PERGUNTA

### I Raciocínio.

Não tendo sido indicada a hora da partida dos estacionadores estes deverão no inicio da marcha se acharem na testa do Btl. de molde que o Cmt. do Btl. os possa destacar no momento conveniente.

Assim deverão estar no P. I. no momento da passagem da testa do Btl.; isto é, ás 4 h. 30'.

O tempo necessário para fazer o HIE é de 1 h. 26' 40", logo a partida será ás 4 h. 30' — 1 h. 26' 40" ou 4 h. 29' 60" — 1 h. 26' 40"

3 h. 3' 20" ou 2 h. 53' 20", caso se queira permitir aos estacionadores um alto horário.

### II Resposta.

- a) Um 3.º sargento, um cabo e dois soldados.

- b) A's 2 h. 53 — ou junto com o agrupamento de H; neste caso não devendo fazer o alto horário com o agrupamento.

## 2.ª PARTE

### Folha de Bangú 1:10.000

I — 1º R. I. reforçado pela Cia. de Mtrs. P. desse R. I. e 1º G. A. Montanha, constitue a Vanguarda N. da columna da direita da 1º D. I. verde.

Esta Vanguarda que marcha para O. com a missão de tomar o contacto tem a sua zona de acção limitada ao S. pela via férrea de Santa Cruz e no N. pela linha geral; limite da carta de Bangú 1:10.000 (paralelo — 6 kms.).

A aviação verde informa que o inimigo parece se estabelecer defensivamente nas alturas a O. de Campo Grande, tendo sido assinalados pequenos elementos na região de Santíssimo.

A aviação vermelha mantém-se pouco activa.

### SITUAÇÃO PARTICULAR

Ao partir da linha cota 32 — grande cota 40 — cota 30 (orlas O. de Villa Nova) o Btl. tem em 1º escalão duas Cias. e em 2º duas Cias.

A 2ª Cia. que é a Cia do Sul de 1º escalão tem por sua vez dois pel. em 1º escalão e um em 2º.

O seu ponto de direcção no novo lance são as três palmeiras de cota 50 a E. do M.º São Bento e o seu ponto a atingir — o M.º São Bento.

Ao atingir os dois G. C. de 1º escalão do Pel. do S. a pequena cota 40 ao N. do marco 33, são detidos por fogos de armas automaticas, partidos da cota 50 das palmeiras. O pel. do N. continua a sua progressão sem novidade.

### PERGUNTA-SE:

- 1º — Qual a conducta dos 2 G. C. detidos?
- 2º — O que deve fazer o Cmt. do Pel. do S.?
- 3º — O Capitão Cmt. da 2ª Cia. toma alguma providencia?
- 4º — Dar o dispositivo da Cia. ao atingir o M.º São Bento.

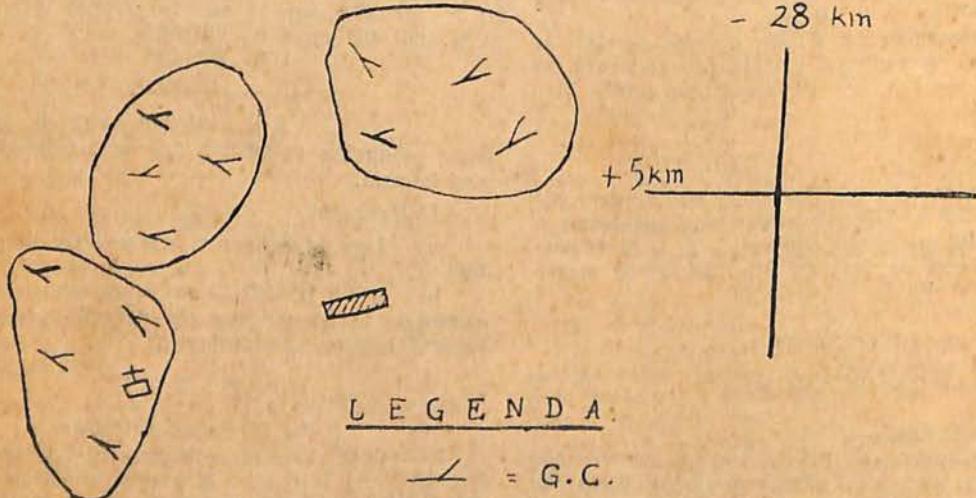
### SOLUÇÕES

(2ª PARTE)

#### 1ª RESPOSTA

Os 2 G. C. detidos aferram-se ao terreno e tomam sob seus fogos, fixando-as, as resistências da cota 50 das 3 palmeiras que detêm os seus G. C.

### CALCO NA CARTA DE BANGÚ 1/10.000



#### LEGENDA:

— G.C.

□ = Cap.

■ Sec Comdo.

#### 2ª RESPOSTA

O cmt. do Pel. tendo os seus G. C. de 1º escalão detidos pelos fogos de armas automaticas partidos da cota 50 das 3 palmeiras tenta desembraçar o seu Pel. manobrando com os seus G. C. do 2º escalão.

Por onde manobrar? Não só o terreno como também a propria situação indicam a manobra pelo N. De facto o Pel. do N. progride sem novidade e o terreno ao Sul além de muito menos coberto possue uma zona alagadiça. Em todo caso será tambem aceitável fazel-a pelo Sul, aproveitando a macega que conduz á pequena cota 40 de uma palmeira a SE de cota 50 das 3 palmeiras. Quer manobrando pelo N. ou pelo S. o cmt. do Pel. terá em vista reduzir essas resistencias retardadoras pelo desbordamento levado a effeito pelo seu 2º escalão.

#### 3ª RESPOSTA

O Cap. não toma nenhuma providencia uma vez que o incidente criado é sem a menor importancia para a progressão da Cia. O Pel. do N. progredindo bem, fatalmente só pelo seu movimento acarretaria a retirada dessas resistencias esparsas, cujo fim unico nessas preliminares do combate é nos atrazar.

O proprio Pel. que tem os seus elementos de 1º escalão detidos aproveitando a fixação dessas resistencias por esses 2 G. C. vai desbordar como vimos com o seu 2º escalão o que acarretaria tirada das mesmas ou o seu envolvimento ologante aprisionamento.

Sendo assim o Cap. que acompanha a ~~progressão~~ é da sua Cia. e conhece portanto a situação de seus elementos nenhuma providencia toma relativamente a esse pequeno incidente.

#### 4ª RESPOSTA

(vide calco)

inicia, do  
physica;  
Direcção  
usando-o

andam  
depara  
b. r. - e  
B. 18  
s. 100  
e. 100

E. 18

# BIBLIOGRAPHIA

Recebemos e agradecemos as seguintes revistas:

## NACIONAIS

**A Lavoura** — Junho — Rio — O nosso problema florestal — Dessecamento dos terrenos brejos — Os products brasileiros na Alemanha — Estudo das madeiras da Amazonia com relação á industria do papel.

**Boletim do Museu Nacional** — Março e Abril — Rio — Uma raridade ophídica do Brasil — Algumas datas de procreação de animaes do Brasil — A contribuição do Brasil na theoria do deslise de Wagner.

**Liga Marítima Brasileira** — Março e Abril — Rio — Marinha de Guerra — Dique Arthur Bernardes — Reajustamento dos vencimentos militares — Comissões de promoções na Armada — Medalha militar — Aerodromos públicos nos portos da Republica — Linha aerea Rio-S. Paulo.

**Nossa Revista** — Maio, Junho e Julho — Ouro-P. — Assunto de chimica-physica — Assuntos de mecanica — Mathematicas ge-

**Defesa Nacional** deseja á sua brilhante que, pela entrada em seu segundo anno de existencia, futuro prospero e proveitoso.

**O Bombeiro** — Numeros 5, 6 e 7. — Rio — merecimento — Vontade. Iniciativa. Perseverancia — Tactica de incendios — Primeiros socorros — Alcool-motriz — Nossa bandeira — O amor da profissão — Ligeiro estudo sobre os centrifugas.

**Brasão de Guerra** — Março e Junho — Rio — do historico — Tiros de guerra — A tática nas operações militares — Bilac e a saudade da Pátria — O renunciamento na Infanteria — Marcilio Dias, modelo de bravura e de heroísmo — Estatísticas da Grande Guerra.

**Revista de Intendencia** — Numeros 41 e 42 — Rio — Organização do Serviço de substancias militares — Formações administrativas — Organização e atribuições da Intendencia, bem como das repartições que lhe ficaram subordinadas, no Exercito em operações contra o Paraguai.

**Revista Militar Paulista** — Numeros 3 e 4 — São Paulo — Erros Politicos e Estratégicos na Grande Guerra — O compromisso do soldado — Fazenda de criação cavallar para a Força Pública de São Paulo — Methodo para a leitura das cartas — Ardis de Guerra — Regionalismo e caserna — Motores de Aviação.

## ESTRANGEIRAS

### America

#### BOLIVIA

**Revista Militar** — Numeros 100, 101, 102 e 103 — Serviço de observação e reconhecimento da artilharia — A contribuição do Exercito Nacional na educação do indio — A missão dos adidos militares nos tempos modernos — Os factores da produção e a defesa nacional — A Es-

cola de Infantaria de Dresden — O conhecimento dos Exercitos estrangeiros.

### CHILE

**Memorial del Ejercito de Chile** — Maio, Junho e Julho — Reconhecimentos ou excursões cordilheiranas — Organização das unidades de montaña — O Radic-Altimetro — Manobras de Divisão de Cavallaria em Luneville — Casos interessantes de trabalhos de polícia secreta em campanha — Apontamentos sobre a instrução da infantaria no Exercito Francês — O acompanhamento e o apoio directo da Infantaria pela Artilharia — A cavallaria e a mecanização.

**Revista de Infantaria** — Numeros 9, 10, 11 e 12 — A linha principal da luta — Generalidades sobre as posições e o fogo do G. C. — Alguns conceitos sobre a retirada — Noções de cálculo das probabilidades aplicadas ao tiro das armas portáteis — Alguns exemplos históricos de operações nocturnas — Projeto de regulamento inglês para o combate dos tanques e autos blindados — Questões de instrução nos corpos de tropa — O trabalho na caixa de areia.

### COLOMBIA

**Revista Militar del Ejercito** — Numeros 214, 215 e 216 — Memórias de Napoleão — Academias de officiaes nos corpos de tropa — Algumas idéas para analysar uma situação tática — Lições de história militar — O novo regulamento de Infantaria — A aviação militar na Colombia — Os grandes principios táticos e estratégicos.

### EQUADOR

**El Ejercito National** — Número 50 — Patria — O monumento ao Libertador — A batalha do Marne e a intervenção do Ten. Cel. Hentsch — Lições de artilharia — A velocidade dos navios de linha.

### HONDURAS

**Revista del Centro Militar** — Numeros 18 e 19 — O temor ás reformas — A segurança da troupa — A guerra não é contraria aos fins da civilização — A moral cívica militar.

### MEXICO

**El Intendente** — Maio — A Intendencia Militar durante os períodos iniciais da guerra — Intendencia em campanha — Fundação do Gran Casino Militar do Exercito.

**El Soldado** — Maio.

**Revista del Ejercito y de la Marina** — Maio — Numeros em homenagem aos gloriosos aviadores mexicanos Coronel Paulo Sidar e Tenente Carlos Rovirosa.

### PARAGUAY

**Revista militar** — Julho — O Serviço de Administração — A batalha do Sauce — O revez russo na Prussia Oriental — Secção histórica — Noticiário Naval.

### PERU'

**Revista del Círculo Militar** — Junho — Moltke — Vademeum do oficial orientador de artilharia — Chronica Militar Nacional.

## EL SALVADOR

**Boletin del Ministerio de Guerra** — Numeros 163 e 164 — Formações de combate — Aproveitamento do terreno — Exploração do combate — Combate a proximas distancias — O combate do batalhão.

**Revista del Círculo Militar** — Numeros 115 e 116 — O emprego das metralhadoras — O papel social do Official — O Exercito no Estado — Artilharia Moderna — Depois de um anno de estudos na Escola Superior de Guerra de Paris.

## Europa

## ALLEMANHA

**De Re Bellica** — Numero 1 — Guerra de posição ou guerra de movimento — Considerações sobre a guerra submarina e seu fim — Cavalaria de exercito — Ataque e defesa de um batalhão de Infantaria — Aviões de caça: monoplaces? — A Guerra: suas batalhas e seus homens.

**A Defesa Nacional**, entrando em permuta com esta excelente confrade, cujo primeiro numero agradece, deseja-lhe vida longa e util.

## BELGICA

**La Conquête de L'Air** — Numeros 6, 7 e 8 — A ligação aerea Belgica-França-Congo — Rio de Janeiro a tres dias de Paris — Primeiro Congresso Internacional de Segurança Aerea — Apanhado histórico da Aviação Militar Belga — A aviação commercial do Mexico — A aviação militar grega — Em balão, a 16.000 metros de altitude — Concurs, le pre ectos de aviões prototypos.

## HESPANHA

**La Guerra y su Preparación** — Maio — Estudos de historia applicada — As ligações da Batalha de Bailen — A cavalaria russa e Prussia Oriental — Organização do Exercito português.

**Memorial de Infantaria** — Julho — Direcção do fogo da infantaria — Testamentos militares — O Exercito activo do Perú — Orçamento militar argentino.

**Revista de las Españas** — Junho — Actividades inertes — Contribuição ao estudo da cultura hespanhola nas Indias — Revista literaria americana.

## FRANÇA

**Revue de Cavalerie** — Maio e Junho — A cavalaria francesa na véspera da batalha das Ardennes — Tradição e progresso — A artilha-

ria a cavallo nas manobras do Exercito do Rheno em 1928.

## PORTUGAL

**Revista Militar** — Maio e Junho — O dicionário da lingua, da Academia das Ciências — Espingardas-metralhadores — A Infantaria no combate offensivo — Grande Guerra em Moçambique.

Livros recebidos:

## EDUCAÇÃO PHYSICA MILITAR

Offerecido por seus autores, recebemos os dois trabalhos abaixo, apresentados, com a terminação do curso, á direcção do C. M. E. P.:

“UM ANNO DE EDUCAÇÃO PHYSICA MILITAR” e “A FICHA INDIVIDUAL”.

Começam assim, a aparecer os primeiros fructos da louvável iniciativa ministerial de reorganizar e uniformizar a educação physica, especialmente interessante ao Exercito, onde ella é cuidada com particular carinho, não só por ser a mais vasta e mais apta escola de educação physica nacional, mas tambem, de suas actividades — a penosa lide diária da caserna, a instrução militar.

Fazendo uma rapida apreciação sobre os dois trabalhos, devemos nos cingir á exiguidade de espaço que nos sobra nesta secção bibliográfica.

O que de melhor poderemos dizer sobre ambos senão que, pelo valor de cada assumpto tratado, serão dois livrinhos que coexistirão com os regulamentos na estante do official de tropa para consulta diaria!

“A ficha individual” trata com minucia, do palpítante assumpto, base de educação physica; tendo merecido juizo mui abonador da Direcção do Centro. Elle exgota o assumpto, analysando-o e fazendo acompanhar de todos os modelos indispensaveis.

O mesmo poderemos dizer de “Um anno de Educação Physica Militar” onde o autor offerece nada menos que um programma detalhado para 52 semanas de instrução abrangendo jogos, flexionamentos, exercícios educativos, applicações, sports individuais e collectivos.

A DEFESA NACIONAL agradecendo as offertas, faz votos pela continua applicação dos distintos camaradas á sua nova especialidade, na qual poderão prestar valiosos serviços ao Exercito e ao Paiz.

# NOTAS SOBRE O COMMANDO DO BATALHÃO NO TERRENO

C M T. A U D E T

Para assignantes .....	3\$500
não assignantes .....	3\$000